

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

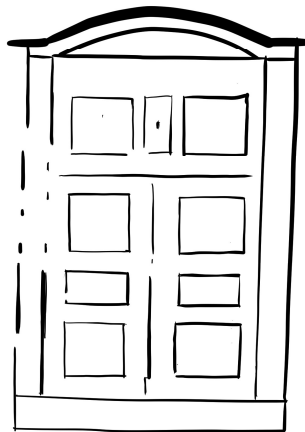
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Antropologia

LEONARDO LOPES VILLAÇA KLINK

O QUE A ARQUITETURA MASCARA?

Uma Arqueologia da compartimentação, da vigilância e dos aspectos de concessão e restrição à circulação no Solar dos Ferreiras, Campanha/MG (século XIX)



Belo Horizonte/MG

2023

LEONARDO LOPES VILLAÇA KLINK

O QUE A ARQUITETURA MASCARA?

Uma Arqueologia da compartimentação, da vigilância e dos aspectos de concessão e restrição à circulação no Solar dos Ferreiras, Campanha/MG (século XIX)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do título de Mestre em Antropologia com área de concentração em Arqueologia.

Linha de Pesquisa: Arqueologia do Mundo Moderno e Contemporâneo.

Orientador: Prof. Dr. Andrés Zarankin.

Belo Horizonte/MG

2023

306 K65o 2023	<p>Klink, Leonardo Lopes Villaça.</p> <p>O que a arquitetura mascara? [manuscrito] : uma arqueologia da compartimentação, da vigilância e dos aspectos de concessão e restrição à circulação no Solar dos Ferreiras, Campanha/MG (século XIX) / Leonardo Lopes Villaça Klink. - 2023.</p> <p>183 f. : il.</p> <p>Orientador: Andrés Zarankin.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Antropologia – Teses. 2. Arqueologia – Teses. 3. Solar dos Ferreiras (Campanha, MG) - Teses. I. Zarankin, Andrés. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
---------------------	--



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA DE LEONARDO LOPES VILLAÇA KLINK (MATRÍCULA N.º 2021659067)

Aos 09 (nove) dias do mês de fevereiro de 2023 (dois mil e vinte e três), reuniu-se às 14h, por videoconferência pela Plataforma ZOOM, a Comissão Examinadora para julgar em exame final a Dissertação intitulada: "O QUE A ARQUITETURA MASCARA? Uma Arqueologia da compartimentação, da vigilância e dos aspectos de concessão e restrição à circulação no Solar dos Ferreiras, Campanha/MG (século XIX)" requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Antropologia, área de concentração: Arqueologia - linha de pesquisa: Arqueologia do Mundo Moderno e Contemporâneo. A Comissão Examinadora foi composta pelos professores doutores: **Andrés Zarankin (PPGAn/UFMG) – Orientador; Luis Claudio Pereira Symanski (PPGAn/UFMG) e Marcos André Torres de Souza (Museu Nacional/UFRJ)**. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Andrés Zarankin, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao mestrando, Leonardo Lopes Villaça Klink, para apresentação da sua Dissertação. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença do mestrando, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Dissertação por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2023.

Membros da Comissão Examinadora:

Prof. Andrés Zarankin

Prof. Luis Claudio Pereira Symanski

Prof. Marcos André Torres de Souza



Documento assinado eletronicamente por **Andres Zarankin, Membro**, em 09/02/2023, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos André Torres de Souza, Usuário Externo**, em 09/02/2023, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Claudio Pereira Symanski, Chefe de departamento**, em 09/02/2023, às 19:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2046133** e o código CRC **81F44812**.

*Em respeito
a todos e todas
que envolvo nesta pesquisa, peço licença!*

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi o fruto e a conclusão de uma trajetória traçada desde a minha graduação. No decorrer destes anos, inúmeras pessoas passaram e ficaram, contribuindo de forma direta ou indireta com este e outros trabalhos. Antes de tudo e todos, gostaria de agradecer a todos os meus familiares que contribuíram de inúmeras formas com e para a produção desta dissertação, seja das mais simples às mais diretas maneiras ao auxílio. Eu agradeço em especial aos meus pais Alessandro e Valdilene, à companheira de minha jornada acadêmica, Caroline, e aos avós Fernando, Vera, Celina e Maria. Muito obrigado! Utilizo este espaço também para dedicar este trabalho à minha irmã, Antonella.

Ao meu orientador Andrés Zarankin, sou grato por mesmo estando longe ter me auxiliado e cumprido com seus deveres, com o compartilhamento de conhecimento e da disponibilização de seu tempo sempre que possível para a realização de reuniões, demonstrando interesse em minha temática e sugerindo sempre novos caminhos e abordagens a partir de rotas que antes não havia nem cogitado.

Aos colegas de ingresso no Mestrado e aos professores Symanski e Mariana Cabral por tornarem as disciplinas de Pesquisa I e II espaços de aprendizado, discussões e superação às frustrações proporcionadas pelo andamento e por algumas adversidades em cada um de nossos trabalhos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço imensamente pela possibilidade do financiamento de minha pesquisa, que em boa hora possibilitou um estímulo para continuar fazendo um trabalho de qualidade. Sou grato também à existência do Edital de Auxílio Financeiro Estudantil (2021) do PPGAn/UFGM, que possibilitou ainda durante a pandemia e primeiro ano do curso, a execução da pesquisa de campo em Campanha/MG, permitindo o custeio de tudo que a envolveu neste primeiro momento.

Fortaleza da *privacy*, protegida a um só tempo pelo umbral, por zeladores, guardiães do templo, e pela noite, verdadeiro templo das coisas íntimas, a casa é objeto de lutas internas, microcosmo percorrido por sinuosidades e fronteiras onde se defrontam o público e o privado, homens e mulheres, pais e filhos, patrões e empregados, família e indivíduos. A distribuição e o uso dos cômodos, escadas e corredores de circulação das pessoas e coisas, locais de descanso, para cuidados e prazeres do corpo e da alma, tudo obedece a estratégias de encontro e evasão que trespassam o desejo e preocupação para consigo. Gritos e cochichos, risos e soluços sufocados, murmúrios, ruídos de passos que espreitam, ranger de portas, o impiedoso pêndulo tecem as ondas sonoras da casa (PERROT, 2009e, p. 288).

RESUMO

Até que ponto e de que maneiras a arquitetura composta por ornamentações, paredes, corredores, portas e janelas afetam comportamentos, experiências e escolhas às circulações? Como objeto de pesquisa vetor a estes questionamentos, analiso as ruínas do Solar dos Ferreiras, remanescentes de um casarão construído no século XIX em Campanha, – região Sul de Minas Gerais –, por uma família de considerável proeminência e projeção social, política e econômica, como de extensas redes de sociabilidades na Corte fluminense. Partindo da ótica de instituições totais e de uma análise arqueológica integral entre os vestígios documentais e arquitetônicos, proponho-me inicialmente a constatar as inúmeras metamorfoses de sua configuração espacial, a fim de “alcançar” parcialmente as plantas da estrutura mais próximas do que pode ter sido durante sua primeira geração de ocupantes, a qual também recupero e “(re)construo” por meio de narrativas biográficas. Partindo de métodos derivados da Teoria da Sintaxe Espacial no desenvolvimento da pesquisa e na elaboração de uma ferramenta metodológica que denominei de “grau de dispersão axial”, me interesso em discutir como distintos espaços e lugares que compunham as diferentes esferas desta unidade social remeteriam a mudanças de comportamentos, discursos de poder, experiências de convivências e uma domesticação sobre os sistemas de encontros, princípios de segregação e incorporação entre e sobre moradores livres e escravizados. Grupos de sujeitos socialmente e culturalmente distantes, mas vinculados pelas intrínsecas relações cotidianas.

Palavras-chave: Arqueologia Urbana, Arqueologia da Arquitetura, espaços domésticos, Campanha/MG.

ABSTRACT

How and in what ways does architecture composed of ornamentation, walls, corridors, doors and windows affect behaviors, experiences and choices in circulations? As a vector research object to these questions, I analyze the ruins of Solar dos Ferreiras, remnants of a mansion built in the 19th century in Campanha, – southern region of Minas Gerais –, by a family of considerable prominence and social, political and economic projection, as well as extensive networks of sociability in the Rio de Janeiro Court. Starting from the perspective of total institutions and an integral archaeological analysis between the documentary and architectural remains, I propose initially to verify the numerous metamorphoses of its spatial configuration, in order to partially “reach” the plans of the structure closer to what it may have been during its first generation of occupants, which I also recover and “(re)construct” through biographical narratives. Based on methods derived from the Theory of Space Syntax in the development of the research and in the elaboration of a methodological tool that I called “degree of axial dispersion”, I’m interested in discussing how different spaces and places that make up the different spheres of this social unit would refer to changes in behavior, discourses of power, experiences of coexistence and a domestication of the systems of encounters, principles of segregation and incorporation between and about free and enslaved residents. Groups of people that are socially and culturally distant, but linked by the intrinsic everyday relationships.

Keywords: Urban Archaeology, Archaeology of Architecture, domestic spaces, Campanha/MG.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. “ <i>Planta do Panopticon</i> ”	46
Figura 2. Exemplo da aplicação do modelo <i>Gamma</i>	55
Figura 3. Modelos hipotéticos de edifícios e seus respectivos gráficos de permeabilidade	56
Figura 4. Planta baixa hipotética e seu gráfico hierárquico.....	57
Figura 5. À esquerda: mulher observando de maneira oculta escravizado sendo castigado. Pormenor de “ <i>Boutique de Cordonnier</i> ” (c. 1827-1835), J. M. Rugendas. À direita: homem observando escravizados da varanda. Pormenor de “ <i>Encaissage et pesage du sucre</i> ” (1861), Victor Frond	60
Figura 6. Mulher observando senzala da varanda. Pormenor de “ <i>Habitation de nègres</i> ” (c. 1827-1835), J. M. Rugendas	60
Figura 7. À esquerda: mapa da localização do município de Campanha/MG. À direita: “ <i>Mappa de toda a extensão da Campanha da Princesa</i> ”, c. 1799-1800. Ao centro, a Vila de Campanha da Princesa	65
Figura 8. Mapa conjectural de Campanha em forma de planta.....	67
Figura 9. Francisco de Paula Ferreira de Rezende aos 42 anos de idade, em 1874	73
Figura 10. Suposta fotografia de Martiniano Brandão, sem data	75
Figura 11. Assinatura de Ferreira Lopes em documento da Câmara, 1829	75
Figura 12. Sobrado e obelisco comemorativo aos 200 anos de Campanha a partir do Largo das Dores.....	80
Figura 13. Sobrado acompanhando o aclave da Rua Saturnino de Oliveira (Rua Direita), entre as décadas de 1950-1960	81
Figura 14. Colunas compostas de emparelhamentos de pedras irregulares e argamassa	84
Figura 15. À esquerda: balcão e parede do pavimento superior, possivelmente em pau a pique, durante o incêndio de 1996. À direita: paredes e colunas do pavimento inferior em alvenaria de pedras irregulares	84
Figura 16. Solar durante o incêndio em 1996, e após, em 2003.....	89
Figura 17. Em destaque, o caráter retilíneo da Rua Direita. Pormenor da vista aérea de Campanha, sem data	93
Figura 18. Fotografia representando a vista do “início” da Rua Direita, c. década de 1890	93
Figura 19. Rua Direita com o característico calçamento colonial, década de 1910.....	94
Figura 20. Pormenores da Rua Direita a partir das panorâmicas da Cidade de Campanha, com destaque à localização do solar. À esquerda: litogravura produzida entre as décadas de 1850-1860. À direita: fotografia do ano de 1874.....	95

Figura 21. Sujeitos posando para fotografia no Largo das Dores, c. década de 1900. Da esquerda para a direita: Igreja das Dores, sobrado associado ao minerador e Solar dos Ferreiras.....	97
Figura 22. À esquerda: arco do triunfo levantado na Rua Direita para a chegada do Cardeal Arcoverde, década de 1900. À direita: passeata, procissão ou cortejo fúnebre na Rua Direita, possivelmente década de 1900.....	102
Figura 23. Vista do final da Rua Direita a partir do início do Largo da Matriz, c. década de 1930	104
Figura 24. Fotografia da maquete do solar a partir da fachada lateral, com destaque ao telhado	107
Figura 25. Corte do solar a partir do tradicional “L” da estrutura (AA:BB).....	107
Figura 26. Solar dos Ferreiras a partir da pormenor da panorâmica da Cidade de Campanha, sem data.....	108
Figura 27. Peculiar forma assumida pelo sobrado na planta e fotografia, década de 1990	109
Figura 28. Sobrado em pormenor já com a forma em “U” a partir da fotografia panorâmica de Campanha, c. 1874.....	109
Figura 29. Planta baixa (A) de ambos os pavimentos, década de 1990	110
Figura 30. Alterações na face lateral durante a reforma para a Escola Normal, final da década de 1920	111
Figura 31. À esquerda: locais com grande concentração de terra (6, 10 e 11). À direita: espaço com piso cimentado (21 e 22).....	111
Figura 32. Presença de tijolos, fragmentos de telhas nas paredes e tubulações nas ruínas (a partir dos espaços 18 e 21)	112
Figura 33. Em destaque, a presença de portas, paredes e aberturas não condizentes com o período de edificação (fotografia a partir dos espaços 1, 3 e 7). Década de 1990	112
Figura 34. Em destaque, a presença de porta, paredes e aberturas não condizentes com o período (fotografia a partir dos espaços 1, 7 e 11). Década de 1990.....	113
Figura 35. Idealização da planta baixa (B) em “L” apresentando ambos os pavimentos	113
Figura 36. Idealização da planta baixa (C) em “U” apresentando ambos os pavimentos	114
Figura 37. Fotografia parcial do local onde foi a sala de entrada (1), década de 1990	115
Figura 38. Detalhes do corrimão em direção ao corredor superior, década de 1990 ...	116
Figura 39. Fotografia do forro dos salões em estilo “saia em camisa” ou “saia e blusa”, década de 1990	117
Figura 40. Fachada lateral do sobrado divulgando três aberturas laterais. Possivelmente década de 1900	122
Figura 41. Detalhes do exterior do espaço vistos a partir do pátio.....	123
Figura 42. Interior do espaço.....	123

Figura 43. Local com escada lateral onde funcionava uma indústria, década de 1990	123
Figura 44. Pormenor de fotografia expondo estruturas desconhecidas em terreno.....	124
Figura 45. Gravuras dos tipos de senzalas. À esquerda: “ <i>Habitation de nègres</i> ”, c. 1827-1835, Rugendas. À direita: “ <i>Avant le depart pour la roca</i> ”, 1861, Victor Frond	125
Figura 46. Senzala do tipo “compartimentos”. Pormenor de “ <i>Cases à negres</i> ”, Por Victor Frond, 1861.....	126
Figura 47. Idealização da planta baixa (D) do primeiro e segundo pavimento em “U” com adição da estrutura externa	127
Figura 48. À esquerda: Visconde de Abaeté (Antonio Limpo de Abreu). À direita: Evaristo Ferreira da Veiga.....	130
Figura 49. À esquerda: Diogo Antonio Feijó. À direita: José Bento Leite Ferreira de Melo	130
Figura 50. Representação de cena cotidiana em uma das salas da residência.....	148
Figura 51. Esboço dos limites da propriedade, das senzalas e do pátio interno do solar, com base na fotografia panorâmica	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Dados hipotéticos para cálculos dos índices.....	58
Tabela 2. Informações coletadas de assentos de batismos de Campanha (século XVIII)	69
Tabela 3. Comparação dos índices a partir dos diferentes momentos construtivos detectados	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Dados, categorias e valores extraídos segundo o inventário <i>post-mortem</i> (1868)	79
Gráfico 2. Gráfico de Análise <i>Gamma</i> (A) e legenda	135
Gráfico 3. Gráfico de Análise <i>Gamma</i> (B) e legenda.....	137
Gráfico 4. Gráfico de Análise <i>Gamma</i> (C) e legenda.....	137
Gráfico 5. Gráfico de Análise <i>Gamma</i> (D) e legenda	138
Gráfico 6. Quantidade de “eixos visuais” de cada espaço interno do sobrado em “U”	141
Gráfico 7. Níveis lineares de visibilidade no decorrer de três trajetos distintos da planta em “U”	142
Gráfico 8. Conversão <i>Gamma</i> da planta em “U” e legenda	147

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHU: Arquivo Histórico Ultramarino

AN: Arquivo Nacional

APN: Arquivo Público Mineiro

BND: Biblioteca Nacional Digital

CEC-ML: Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort

CEDEPLAR: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

CEMEC/SM: Centro de Memória Cultural do Sul de Minas

IEPHA: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

JSPIP: Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública

PPGAn: Programa de Pós-Graduação em Antropologia

RAPM: Revista do Arquivo Público Mineiro

UEMG: Universidade do Estado de Minas Gerais

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	18
INTRODUÇÃO	22
Alicerçando a Dissertação.....	25
CAPÍTULO I: CARACTERIZANDO ESCOLHAS.....	27
I.I Paisagem como percebida	27
I.II Vasculhar, selecionar e escavar: Arqueologia Documental.....	30
I.III Arquitetura como lugar de espaços de poder.....	36
I.III.I A estrutura doméstica oitocentista em uma perspectiva institucional: domínios de segregação, violência e resistência.....	42
I.IV Arqueologia dos espaços	52
I.IV.I Metodologia para a análise de estruturas arquitetônicas.....	54
I.IV.II Agredir sem ferir? A violência do olhar	59
CAPÍTULO II: CONTEXTUALIZANDO ENTORNOS.....	62
II.I A Princesa da Beira, Campanha: sertão, arraial, vila e cidade (séculos XVIII-XIX)	62
II.II Sujeitos sem faces: uma narrativa das vidas partindo de estilhaços documentais.....	68
II.III O Solar dos Ferreiras no cenário urbano	79
II.III.I Biografia da casa	85
II.III.II Delimitando o grupo doméstico.....	89
II.IV Entre o Largo das Dores e a Rua Direita	92
II.IV.I A rua que (nem) tudo via	103
CAPÍTULO III: ADENTRANDO DOMÍNIOS, ULTRAPASSANDO LIMITES: ARQUITETURA COMO MÁSCARA SOCIAL	106
III.I Formas que informam.....	106
III.I.I Volumetria em “L”	106
III.I.II Volumetria em “U”	108
III.II Interpretando metamorfoses	110
III.II.I Trecos que remetem a funções	114
III.II.II Percursos que ocultam	121
III.III Para além das paredes: o sobrado enquanto uma metáfora aos discursos das elites locais	128
III.IV Por trás dos planos: espaços como ferramentas ao controle social	135
III.IV.I Janelas e portas adentro: zonas e maneiras de estar controladas.....	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
FONTES	161

Manuscritos.....	161
Impressos	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167
ANEXOS	180

PRÓLOGO

Vila de Campanha da Princesa, região Sul da Província de Minas Gerais, maio de 1831. Em comemoração à posse do cargo de Presidente da Câmara, um baile está sendo realizado também com a inauguração da residência do Tenente-Coronel Francisco de Paula Ferreira Lopes e de D. Marianna Candida Ferreira de Vilhena aos mais próximos. O silêncio quase que completo das demais ruas, vielas e largos da vila se opõem ao clima de festividade e luminosidade da casa, que alcançam os cantos mais remotos das redondezas.

Para longe, propagam-se algumas notas musicais e o falatório daqueles que chegaram adiantados e pontualmente aqui, que surpresos com o esmero e opulência ao emprego de inúmeras velas do reino sobre castiçais brilhantes, adornos florais arqueados, assoalhos, mobílias, forros, vidraças e outros materiais provindos da Corte e do estrangeiro, não cessam elogios ao casal.

Pelo fato da ocasião festiva ser na região central, e de fácil acesso, figuras públicas e membros liberais e conservadores das câmaras regionais, conhecidos, íntimos da família e sujeitos das mais abastadas famílias da sociedade polida do entorno da Vila de Campanha da Princesa vão e veem o convite como uma oportunidade de se reunirem para festejar e tratar de negócios, alianças e demais interesses pessoais. Neste caso, “estar aqui” denota algo. De outro lado, a reunião de diversos proprietários e negociantes poderia também render a Ferreira Lopes o estabelecimento de contatos que agreguem a seu recém estabelecido negócio de fazendas secas na vila.

Observei os convidados ao adentrarem pelo pórtico em direção à sala de entrada, onde foram sendo conduzidos mais adentro por uma escada curvilínea que desembocava diretamente em um corredor que levava ao salão, de modo que impedia a extrapolação dos limites entre os locais mais públicos aos privados. Enquanto a música guiada pelo piano e instrumentos de cordas, a dança, as conversas, a fartura de alimentos e a diversão são orquestrados pelos anfitriões Marianna e Francisco nas principais e mais iluminadas salas assoalhadas, logo abaixo deste pavimento, separados da suntuosidade anterior por muito mais que portas e paredes, estão relegados aos espaços mais escuros e frígidos a maioria dos escravos, considerados inaptos ao serviço doméstico, ou seja, os que não foram designados às tarefas de servidão no decorrer da festa.

Pelo o que ouvi, na certeza de que os senhores não fossem deixar a festa para conferir a situação e o bom comportamento dos escravizados, os meninos Ventura, Paulo e Domingos decidiram sair escondidos por algumas horas para encontrarem-se com alguns dos escravos da Fazenda Barro Alto em uma taverna localizada na Rua do Fogo.

A senzala do quintal do solar era onde constantemente eram trancafiados à noite ou na ausência da família. A estrutura era feita toda em barro e madeira, com algumas aberturas para a iluminação. Quando os escravos que dormiam nas adjacências da cozinha não auxiliavam uma saída noturna sorrateira, abrindo lentamente e cuidadosamente algumas trancas e portas, os do quintal se esgueiravam por uma fenda que havia escondida no telhado, passagem que fora aberta e utilizada semanas antes para outras saídas noturnas por escravos recém trazidos à casa, os quais nunca mais os vi, e pelo o que escutei certa vez encontravam-se agora em uma das fazendas de Francisco, onde seriam mais úteis devido ao trabalho na mineração.

Cientes das possíveis consequências, algo que já ocorrerá antes, os três meninos escravos decidiram prosseguir com o plano, afinal, se retornassem antes do sarau e da festa acabarem, que problema haveria, se ninguém os veria? Por incrível que pareça, para eles a saída do cativado urbano não seria o maior dos problemas, já que a atenção de todos e todas da casa estavam centradas no interior das salas acima, prestigiando a festa com as rodas de conversas.

Pular um dos muros os exporia demais às rondas noturnas e aos pedestres que poderiam denunciá-los às autoridades. A solução seria cruzar o quintal e o pátio interno pelas sombras e cantos com passos descalços quase que em completo silêncio, algo que provocava insegurança e medo, mas não a ponto de gerar desistências. Em outras casas a situação se repetia, mas muitos não tiveram a mesma oportunidade tática, seja tanto na saída quanto na tentativa de retorno, pois seja no decorrer dos cômodos internos ou na fileira de casas dispostas nas ruas, as paredes possuíam inúmeras portas e janelas, seus olhos e ouvidos.

Por motivos desconhecidos, as grandes portas que davam acesso do pátio a uma das salas ao fundo no térreo estavam destrancadas. Abrindo pouco a pouco para evitar seu som estridente, avistavam os arredores por um ângulo privilegiado, onde somente ouviam os sons do sarau, de vozes sobrepondo-se e de sapatos em contato com o tabuado acima. Para eles a hora deveria ser aquela.

Ao cruzarem sorrateiramente a sala dos fundos em direção às salas frontais em um momento de coragem e oportunidade, eis que passos descem pela escada indo de encontro aos primeiros cômodos do solar. Era a jovem cozinheira Lucia, que com o espanto aos movimentos assustados dos rapazes entre a baixa luminosidade dos candeeiros, quase que derrubou no chão uma pilha composta de algumas louças, salvas de metal e talheres em prata que carregava, estrondo que poderia muito bem denunciar aos ouvidos atentos toda a situação.

Ao relatarem à Lucia o que pretendiam, foram rigidamente repreendidos, não somente pelas possíveis consequências do ato, mas por um ocorrido que viria abalar todo o andamento da festa. Segundo o que ouviu de escanteio ao deixar alguns dos alimentos preparados na cozinha à mesa, um entre os convidados ao lado recebera a informação e comunicou a todos de que há algumas horas antes, no distrito de Três Corações, uma considerável mobilização e insurreição de escravos armados de ao menos três fazendas do entorno tomou algumas de suas ruas longínquas. Rebelando-se contra todos e todas que viam e os viam, por volta de sessenta cativos crioulos e de nação gritavam por liberdade e melhores condições de vida a eles e a seus filhos.

A repercussão do caso que alcançou a Vila de Campanha e seus oficiais poucas horas depois do andamento de tal revolta também chegou ao solar dos Ferreiras, casa até então com um grande número de oficiais, tenentes, coronéis e sargentos, prontos para atacar o movimento em prol da localidade e dos moradores afetados. Então, após um breve debate envolvendo uma decisão e posição a se tomar naquele instante, em pressa, os convidados e convidadas retiram-se apressados das salas e salões superiores em direção ao corredor, à escada e à saída da moradia. Decididos, os homens marcam ponto de encontro e partem para abafar a revolta.

Mas e quanto a Domingos, Paulo e Ventura? Minutos antes do tumulto alcançar o térreo, e com os nervos à flor da pele, os dois primeiros cativos resolveram se apropriar da oportunidade e da falta de atenção de todos e escapar por uma das janelas da sala de entrada. Fugiram na intenção de alcançar um quilombo em meio às matas do antigo engenho velho, formado há algumas décadas, fato e localização confiados a ele por um companheiro de mineração com quem se encontrava no chafariz do Largo das Dores, onde se cruzavam com frequência ao buscarem água, quando não dividiam o árduo e perigoso trabalho nas minas.

Uma residência, muitas histórias individuais envolvidas sob diversas perspectivas, e esta foi uma entre várias. Ora, quem sou eu? Eu sou a casa, por onde tudo passa, onde quase tudo se vê!

INTRODUÇÃO

A chegada da família imperial, sua Corte e aparato administrativo em territórios brasileiros, em adição ao decreto real que determinou a abertura dos portos, desencadearam um reordenamento político-jurídico na colônia e culminaram no fim isolamento político, cultural e intelectual no Brasil, causados pelo monopólio português sobre o comércio colonial (ALENCASTRO, 1997, p. 12; BETHELL, 2012, p. 135). Influenciadas principalmente pelos parâmetros europeus provindos de nações aliadas, as primeiras décadas do século XIX no Brasil caracterizaram-se como um período de grande importação e absorção de valores e costumes, representados na moda, música, ciência, política, arte, arquitetura, literatura, etiqueta, higiene, ideias, etc. (PEIXOTO, 2000, p. 68; ANDRADE, 2004, p. 111).

Com tantas mudanças, adaptações e permanências nos modos de ser, agir e pensar, – em adição as já estabelecidas tradições luso-brasileiras –, algo se manteve, a escravidão. Lidar com os domínios da casa neste contexto, é deparar-se com inúmeras contradições. Condutas baseadas em “respeitabilidade”, “boas aparências”, “boas morais”, “urbanidades” e “virtudes”, amplamente difundidas por manuais de bons-tons ou códigos de comportamento entrecruzavam-se com o sadismo expresso no derramamento de sangue pelos açoites do chicote¹.

Escravizados, longe de terem abrigado as casas nestas condições espontaneamente, eram sequestrados no continente africano e compulsoriamente arrastados como mercadorias a um “novo mundo”, na intenção de atuarem como mãos-de-obra geradoras de lucro, poder, riqueza e prestígio à grande parte daquela sociedade nobiliárquica. No decorrer das árduas, nauseabundas, fisicamente e psicologicamente insuportáveis travessias, centenas de corpos negros eram submetidos a degradação, confinamento, privação, fome, sede, supervisão e castigo, medidas violentas que pretendiam garantir uma eficiência na prevenção e repressão das múltiplas formas de insurreição (STEIN, 1990, p. 167, 169; THORNTON, 2004, p. 218-219, 221, 226).

Como se o choque psicológico e físico das travessias transatlânticas não fosse o bastante, os sofrimentos não cessavam por ali. Quando sobreviviam ao trajeto ainda tinham de lidar com o desmembramento do “eu”, composto pela separação de entes

¹ Entre estes “manuais”, vale mencionar as publicações do anônimo Cavalheiro (1845) e de Francisco Freire de Carvalho (1847).

queridos, com a desconsideração de seus papéis anteriores e de suas línguas faladas, com a retirada de pertences pessoais e de seus nomes nos trajetos entre a liberação aduaneira, às suas vendas.

Em outro ângulo, mulheres, crianças e dependentes também estavam sujeitos às imposições de ideais de subordinação e superioridade nos âmbitos privados. Recolhidas em casa, crianças e esposas eram em grande parte objetos de agressões (físicas e psicológicas) masculinas, sofrendo com ações autoritárias proporcionadas pelo controle espacial, reagindo, cada grupo e sujeitos de maneiras específicas. Ao contrário do que cronistas estrangeiros tanto difundiram e homogeneizaram com seus relatos a respeito da presença feminina no cotidiano oitocentista, transformando-as em símbolos da fragilidade e do privado, não se pode negar que as influências do imaginário da aristocracia europeia ofereceram novas alternativas e transformações nas relações matrimoniais e maternas urbanas (D'INCAO, 2004; HUNT, 2009; HAHNER, 2013), e as casas são excelentes exemplos de vestígios desta sociedade oitocentista para se notar tais sistemas de relações.

Acerca do núcleo de minhas reflexões, trata-se de resquícios do que um dia foi o “Solar dos Ferreiras”, como era e ainda é conhecido por grande parte da comunidade campanhense. Seus usos foram os mais diversificados ao longo dos séculos XIX e XX, variando conforme as novas necessidades de ressignificações de cada período. Abrigou desde residências, escolas, à indústrias, Prefeitura Municipal, etc. Entretanto, em uma fatídica tarde do ano de 1996, um incêndio acarretou em incontroláveis chamas que se alastraram e consumiram o patrimônio pouco a pouco, enquanto sem poder reagir, um grande número de testemunhas observaram o que seria uma das mais traumáticas e agressivas memórias associadas ao patrimônio cultural local².

Baseado na premissa de que as vivências humanas se tornam também uma história de vida das casas (STEADMAN, 2016, p. 22), o solar e a paisagem em que está inserido tornam-se, para este estudo, fios condutores e delimitadores às narrativas, trajetórias e vivências de alguns membros da primeira ocupação, a família dos Ferreiras e Vilhenas.

² Meu primeiro contato com as ruínas do solar ocorreu logo no ano em que me mudei para Campanha/MG, onde cursei a graduação em História. Ao longo do curso o solar foi se tornando o objeto de meu interesse e, futuramente, de pesquisa em minha monografia. Guiado pela curiosidade envolvendo estas pedras empilhadas e seu contraponto visual ao casario setecentista e oitocentista que compõem o centro histórico local, prossegui com minhas investigações, agora à nível de Mestrado.

Construído a mando de Francisco de Paula Ferreira Lopes, o sobrado serviu primeiramente como espaço de morada à esposa Marianna, seus filhos, escravaria e possivelmente ainda a alguns agregados. Mas ao que parece, Ferreira Lopes não limitou sua casa ao abrigo e usos domésticos, caracterizando-a por vários decênios do século XIX a funções políticas e comerciais, visto que, segundo diversos jornais impressos entre as décadas de 1820 e 1860, hospedou diversos personagens a frente dos movimentos e contextos liberais, além de abrir as portas de seu sobrado para a realização de inúmeras reuniões e festividades (VALLADÃO, 1937, p. 135; REZENDE, 1987; KLINK, 2021a, p. 45-46).

Nesta linha, tomo como inspiração e modelo de análise a proposta do arqueólogo norte-americano Mark P. Leone e seu estudo sobre o jardim construído por William Paca (um dos signatários da Declaração da Independência americana) na década de 1760, em Annapolis (Maryland). Aqui, Leone interpretou que Paca planejou, reproduziu e segmentou o espaço de seu jardim para expressar ideologias, naturalizar atitudes e representar em sua ordenação e nos padrões geométricos, a racionalização do tempo, uma filosofia natural e o controle visual por meio da ilusão óptica da perspectiva, expondo principalmente a complexidade das contradições de uma sociedade que proclamava a liberdade e independência pela adoção de ideais iluministas, mas que mantinha o sistema da escravidão (LEONE, 2021)³.

Partindo da premissa de que a arquitetura é manipulada para agir de formas distintas sobre interações, movimentos e acessos de pessoas (HODDER, 2005, p. 68), abordo e investigo uma unidade doméstica em uma perspectiva de instituições totais, questão que será aprofundada mais à frente. A intenção desta proposta especificamente é a de examinar as possíveis estratégias de dominações espaciais empregadas por membros de uma elite mercantil (social, intelectual e econômica) liberal através da distribuição e manipulação dos campos de visão e circulação em sua residência, o Solar dos Ferreiras. Argumento que tais ações poderiam ter sido reproduzidas com a finalidade de se exercer poder, controle e vigilância, como mascarar ou inviabilizar encontros, relações assimétricas e desigualdades pautadas em gêneros, posições sociais, faixas etárias e etnias a *insiders* (ocupantes) e *outsiders* (visitantes).

³ Publicado originalmente em: "TILLEY, C; MILLER, D. (eds.). **Ideology, Representation and Power in Prehistory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

Assim como a possibilidade de me deparar com estas opressões envolvendo o controle e domesticação pela espacialidade, a existência de maneiras de experienciar, resistir e contestar estas imposições através de táticas apoiadas no conhecimento de rotas alternativas por cativos também é algo que permeia meu núcleo de interesse.

A fim de entender a organização e o funcionamento da sintaxe espacial, como promover uma leitura dos discursos envolvendo ideologia e poder presentes na estrutura durante a primeira ocupação, apoio-me em uma análise pautada na Arqueologia da Arquitetura, por me possibilitar principalmente a adesão e mescla de duas ferramentas teóricas que muito tem a agregar com a pesquisa: o modelo de análise *Gamma* e os Índices de Blanton (HILLIER; HANSON, 1984; BLANTON, 1994). Pela inclusão, combinação e cruzamento de informações presentes na espacialidade das ruínas e nos vestígios manuscritos, proponho a execução de uma Arqueologia Urbana composta da integração de uma Arqueologia Documental, Arqueologia da Paisagem e da Arqueologia da Arquitetura, afim de abranger e praticar também uma Arqueologia da violência, da vigilância, do controle, da disciplina, do confinamento e dos corpos que os vivenciaram (DE CUNZO, 2006; MOREIRA, 2021, p. 20).

Alicerçando a Dissertação

De modo mais amplo, minha intenção aqui é tentar projetar os leitores ao interior da casa perante uma perspectiva fracionada. Mas, para o bom funcionamento deste procedimento, é necessário antes justificá-la. Considero que não adentramos formalmente às barreiras privadas de um lar sem antes conhecermos seus proprietários ou moradores, como também não nos intrometemos às preocupações e discussões destes agentes na esfera social sem antes sermos convidados a tal. Para favorecer esta perspectiva, proponho a cada capítulo focalizações cada vez mais imersivas e focalizadas, partindo da Vila/Cidade de Campanha/MG, adentrando pela antiga Rua Direita até o alcance do Largo das Dores, da circulação aos locais externos e internos do Solar dos Ferreiras, e, finalmente adentrar à esfera onde o “privado acontece”.

No decorrer do primeiro capítulo perpasso sobre alguns dos fundamentais conceitos, métodos e discussões envolvendo as arqueologias da paisagem, da arquitetura e documental, como uma sintética exposição de algumas entre as principais fontes selecionadas. A fim de embasar minha perspectiva com o sobrado, uma discussão

associativa envolvendo a casa, as instituições totais, a violência e resistências presentes nestes sistemas e contextos situam-se nesta parte.

No capítulo seguinte, menciono brevemente os processos de formação que caracterizaram a região de Campanha entre meados dos séculos XVIII e XIX, como ponto de partida para alcançar uma narrativa biográfica da família dos Ferreiras que, naquela localidade, fizeram de espaço de moradia e extensas projeções públicas. Ainda nesta parte, desenvolvo uma “arqueologia da rua” de origem setecentista, na intenção de proporcionar uma melhor ambiência da paisagem da Rua Direita e do Largo de Nossa Senhora das Dores, onde situa-se o sobrado no oitocentos.

Ao final, no terceiro capítulo, início com a exposição dos processos de descaracterização da estrutura e de “revitalização” das plantas baixas do solar de acordo com minhas balizes temporais, processo metodológico que somente foi possível pela observação do sítio em campo e por apoiar-me em fotografias, documentos e outras plantas baixas. Mais adiante, centro-me em apresentar os eventos e discursos em volta das presenças em algumas hospedagens na residência de Francisco e Marianna, as aplicações de ferramentas que possibilitaram “ler” e interpretar a espacialidade e finalmente adentrar na temática das relações entre os cômodos e as experiências individuais sob os aspectos de vigilâncias internas.

CAPÍTULO I: CARACTERIZANDO ESCOLHAS

Pelo fato da base teórica e metodológica desta pesquisa utilizar diversas ideias e conceitos de propostas teóricas, em princípios diferentes e até antagônicos, baseio-me no que Pierre Bourdieu denominou de “apropriação ativa”, termo que remete a retirada de termos e conceitos de seus contextos primários e suas incorporações na pesquisa, na intenção de “reactivá-lo num novo acto de produção tão inventivo e original como o acto inicial” (BOURDIEU, 1989, p. 63-64), e por isso devem ser compreendidos exclusivamente na articulação e no contexto desta pesquisa, e não fora dela (ZARANKIN, 2001, p. 15).

I.1 Paisagem como percebida

As pessoas não passam a vida inteira em um único local. Suas rotinas e atividades permitem suas dispersões ao longo de uma vasta área, se conectando a uma variedade de tipos de localidades, – edifícios, ruas, bairros, cidades, estados e até mesmo continentes. Deste modo, não há como evitar de mencionar a paisagem, logo que a estrutura doméstica não paira ou vaga no “nada”, se é edificada, situa-se em algum local rodeado de espaços e lugares frequentados por seus ocupantes, e pelo fato da Arquitetura ser uma materialidade que constitui a paisagem, o envolvimento de ambas na pesquisa arqueológica é mais do que essencial. Na Arqueologia, paisagens e os contextos afro-diaspóricos foram abordadas e estudadas por diversos autores através de diversas abordagens e posturas teóricas, os quais citarei apenas alguns.

Em seu estudo sobre a paisagem social de uma senzala localizada no Engenho de São Joaquim, Marcos Souza vincula e complementa seu estudo com a teoria da estruturação (agência e estrutura) com a abordagem da fenomenologia (percepções baseadas nas capacidades de vivenciar tendo o corpo como fonte), do modo que a paisagem foi interpretada como um fenômeno ligado aos cinco sentidos (SOUZA, 2012). O autor nota como a paisagem funcionou como um mecanismo que limitava os movimentos, controlava os espaços e as temporalidades cotidianas dos escravizados, algo que favoreceu aos donos no processo de redução das possibilidades de controlar os sistemas de encontros (SOUZA, 2012, p. 46).

Já Luís Cláudio Symanski, ao abordar alguns engenhos da Chapada dos Guimarães (MT), defende uma arqueologia da paisagem pautada não de forma exclusiva em ambientes edificados e as demais feições naturais, mas também a relaciona aos artefatos escavados, “os quais fornecem informações sobre as formas com as quais esses espaços foram reapropriados pelos diversos grupos que os ocuparam” (SYMANSKI, 2007, p. 10). O autor combina as ideias de “tática” de DeCerteau (1984) e os termos *foreground* (experiência da vida pessoal) e *backgroud* (idealizada existência potencial) de Hirsh (1995):

[...] considerando-se que os escravos tentaram reproduzir, através da cultura material, um *background* diferenciado, fortemente baseado em seus sistemas de crenças de origem africana. Essa reprodução como uma tática através da qual eles mantiveram suas memórias africanas e rejeitaram, ou assimilaram seletivamente, os valores impostos sobre eles pelos senhores de engenho (SYMANSKI, 2007, p. 12).

Em minha concepção, a paisagem é o meio físico composto pelo aglomerado e a dispersão de edificações urbanas e rurais, as ruas, as montanhas, estradas e as pessoas que nelas circulam. A paisagem é o complexo resultado e a produtora da *taskscape* – termo cunhado por Ingold para referir-se à maneira que as paisagens são habitadas, praticadas, percebidas e sentidas a partir do conjunto e disseminação de específicas experiências, compromissos, eventos, atividades, tarefas ou ações realizadas em diferentes ritmos temporais e espaciais (INGOLD, 2000).

Contudo, este conceito não supre integralmente algumas temáticas abordadas por mim. Barbara Bender critica o conceito de *taskscape* proposto por Ingold justamente por ele enfatizar as atividades diárias na criação de paisagens e não considerar as relações culturais, de dominação e resistência presentes em discursos causados justamente pelas ações (BENDER, 1998 apud LEMOS, 2019, p. 52). A fim de aperfeiçoar a abordagem, opto também pelo conceito “paisagens contestadas”, termo que enfatiza negociações, contradições, resistências que permeiam as narrativas e a construção da paisagem nas práticas sociais (BENDER, 2001; LEMOS, 2019, p. 52-53). Portanto, paisagem é o mundo “lá fora”, como entendido e engajado por meio de consciência e envolvimento ativo (BENDER, 2006, p. 303) e também o mundo “aqui dentro”, como é conhecido por aqueles que o habitam e vagam entre os caminhos que os conectam (INGOLD, 1993, p. 156).

Apesar disto, longe de uma redução a pano de fundo para tudo o que acontece, a paisagem trata-se de uma ativa composição sempre em plena construção, inacabada (INGOLD, 2000, p. 199; AGOSTINI, 2013b), mas, assim como a cultura material, a paisagem das vilas ou cidades trata-se também de “poderosos instrumentos de ação social, refletindo e influenciando relações sociais, comunicando simbolicamente identidades, hierarquia e poder” (LIMA, 1995, p. 132) e mecanismos para gerar e controlar padrões de movimentos das pessoas (HILLIER; HANSON; PEONIS; HUDSON; BURDETT, 1983, p. 49), promovendo ainda pelo acúmulo de informações de variadas épocas presentes em ambientes construídos, o encontro entre o passado e o breve presente.

Nesta mesma perspectiva, segundo Tania Andrade Lima, de forma similar à cultura material, o ambiente físico da paisagem oitocentista atuaria na criação, legitimação e manutenção da ordem social, sendo planejada e construída de maneira cuidadosa para que garantisse a vigilância e o controle, como expressar e materializar relações de dominação e subordinação características da sociedade escravista em distintos níveis (LIMA, 2011, p. 197). “Totalmente enraizada na paisagem e assim naturalizada, essa bipolaridade foi incutida na mente das pessoas em um nível subliminar para (supostamente) ser melhor assimilada e tolerada pelos setores oprimidos da população” (LIMA, 2011, p. 197).

Isto não significa dizer que as experiências e as formas de “fazer” e perceber a paisagem eram as mesmas para todos, logo que variáveis baseadas em posição social, gênero, visões de mundo, memórias e experiências anteriores influenciam diretamente nas percepções, leituras espaciais e formas que os corpos humanos, como fontes, colhem experiências sensoriais individuais (BENDER, 2001, p. 4; SOUZA, 2012; AGOSTINI, 2013b; BENDER, 1993 apud RAINBIRD, 2016, p. 264). Então, a mesma paisagem física pode ser vista de diferentes formas a partir de diferentes e divergentes perspectivas por diferentes pessoas, muitas vezes ao mesmo tempo (LAYTON; UCKO, 2005, p. 1; BENDER, 2006, p. 303; AGOSTINI, 2013b). O mesmo lugar, em diferentes momentos, pode ser até mesmo experienciado de forma diferente pela mesma pessoa, assim como a mesma pessoa pode até, em determinado momento, manter sentimentos conflitantes sobre o mesmo lugar (BENDER, 2006, p. 303).

Por este motivo, a adoção do modo de pensar fenomenológico contribui com as leituras espaciais ao propor revelar o mundo da forma mais próxima possível do que pôde ter sido vivenciado pelos sujeitos (TILLEY, 2014, p. 23). Além de permitir a exploração

do lar pelas mais variadas dimensões e a compreensão de como poderiam se desenvolver nele dialéticas envolvendo hospitalidade/segredo e como ela contribui para a qualificação dos espaços (SEGAUD, 2016, p. 30)⁴.

Acredito que, como Bruno David e Julian Thomas sintetizam, as paisagens 1) implicam em ordem e gênero; 2) são ecológicas, por todos os povos construírem estruturas ou quadros de conhecimentos para conhecerem o mundo em que vivem; 3) são institucionais à medida que os espaços que a compõem são estruturados e os comportamentos normalizados por meio de práticas sociais codificadas envolvendo quem pode ir e onde; 4) são espaços territoriais controlados e contestados em termos sociais e práticas políticas; 5) e finalmente, ontológicas, logo que são sempre conhecidas pelas visões de mundo historicamente emergentes e sempre engajadas, como os locais de relacionamentos e experiências pessoais, “como o lugar do ser no mundo” (DAVID; THOMAS, 2016, p. 38).

Desta forma, meu interesse na paisagem doméstica muito se assemelha com a clara justificativa mencionada por Clarissa Rahmeier:

A pesquisa em uma paisagem doméstica justifica-se, principalmente, pelo fato de que, dentre todos os tipos de formas construídas, a casa é a que possivelmente gera mais impacto, não só em seus moradores, como também na esfera mais geral da sociedade. As casas, em menor ou maior grau, nos lembram qual modelo de organização social a que pertencemos. Por objetificar regras e convenções sociais, elas atuam como lembretes físicos dessa organização, estimulando nossos sentidos através de sua materialidade de um modo a reproduzir códigos e valores já assimilados pela sociedade (RAHMEIER, 2014, p. 98).

I.II Vasculhar, selecionar e escavar: Arqueologia Documental

Como um estudo que versa pelo campo da Arqueologia Histórica, me deparo e componho os quatro *focal dramatis personae* envolvendo a rede de atores: o arqueólogo, as pessoas do passado, os objetos e os textos representados pela possibilidade de acesso a uma gama de categorias e liberdades de escolhas (GALLOWAY, 2006, p. 43). Devido a isto, o estudo arqueológico histórico não se limita ou se sustenta somente a análises de artefatos, pois diversas linhas de evidências como fotografias (iconografia, cartografia,

⁴ Em “Ao pé do fogo”, Marcos Souza observa como domínios de conhecimentos diferenciados resultavam de distintas sensações, percepções e experiências entre senhores e escravizados, seja pelo uso ou não de calçados em determinados espaços assoalhados ou em terra batida (sensações táteis), como pelos odores exalados em diferentes ambientes (SOUZA, 2012).

etc.), vestígios manuscritos e relatos orais dialogam entre si e auxiliam no processo de construção parcial de biografias e trajetórias de vidas dos ocupantes dos sítios históricos (AGOSTINI, 2011, p. 79; SOUZA, 2021, p. 235). Não obstante, os dados presentes em fotografias e em documentos escritos não falam por si só, mas, como menciona Monks, fornecem ao pesquisador pistas visuais e textuais que devem ser interpretadas (MONKS, 1992, p. 43).

Uma vantagem da abordagem da Arqueologia Histórica oitocentista é a possibilidade de encontrar informações derivadas de registros documentais produzidos pelos próprios ocupantes dos sítios históricos estudados (cartas, crônicas, diários pessoais) e sobre eles (certidões de batismos e de óbitos, notícias em jornais, processos criminais, inventários *post-mortem*, testamentos, recenseamentos, etc.) (ORSER, 1992, p. 40-41; BARROS, 2019, p. 1).

Por muitas vezes enfatizarem e reforçarem os papéis de camadas superiores da sociedade (burocratas, negociantes, financistas, clérigos, etc.), os materiais textuais foram utilizados como ferramentas de poder e canais de representação, tornando os sujeitos economicamente e socialmente mais abastados mais fáceis de serem “rastreados” (ALLISON, 1998, p. 16; SOUZA, 2021, p. 234) em comparação a sujeitos inseridos em camadas desprivilegiadas da população, como por exemplo os escravizados e os “desclassificados” daquele período⁵. Com o objetivo de alcançar e atuar em diversos espaços e segmentos, as elites locais utilizaram-se de jornais como mecanismos operacionais às disseminações de projetos políticos. Por isto, grupos menos privilegiados tinham pouca ou nenhuma forma de expressão, visibilidade ou acesso em meio a publicações tipográficas, mas é pela análise dos primeiros que conseguimos reconhecer as vozes de grupos silenciados e inferir sobre alguns dos complexos aspectos de suas vidas (LITTLE, 2016, p. 68).

Foi justamente pela abundância destas fontes e seus potenciais em necessidade do desenvolvimento de abordagens documentais próprias por arqueólogos que Mary C. Beaudry introduziu em “*Documentary Archaeology in the New World*” o campo da Arqueologia Documental (BEAUDRY, 1988; WILKIE, 2006, p. 13). Por ainda ser recente e não consolidado, acredito que careça de metodologias próprias de “escavação”

⁵ Ao termo “desclassificados”, Laura de Mello e Souza inclui sujeitos que não se enquadravam em categorias sociais da sociedade colonial portuguesa setecentista, como senhores e escravizados. São sujeitos que não possuíam bens e tinham dificuldades de conseguir vender suas forças de trabalho (SOUZA, 2017).

aos recursos documentais, muito se assemelhando às práticas e tratamentos de historiadores com registros manuscritos e impressos presentes em acervos documentais (WILKIE, 2006, p. 14, 33). Dois dos desafios enfrentados pelas práticas da Arqueologia Documental mencionados por Wilkie são “como entender a relação entre diferentes fontes materiais e como, na prática, integrar diversas fontes em narrativas significativas sobre o passado” (WILKIE, 2006, p. 33).

Neste caso, Beaudry aponta ao “princípio da superposição”. Metodologia a qual considera os caracteres complementares, independentes ou contraditórios provenientes de cada fonte que, em adição ao papel do arqueólogo de interdigitar e negociar sinais de contradições, especificidades, divergências e sobreposições, devem ser combinadas, cruzadas e “costuradas”, desconsiderando que uma categoria possui prioridade sobre outras:

[...] devendo ser feita por meio de movimentos de ir e vir – o que inclui movimentos não apenas entre as fontes, mas também entre diferentes níveis de escalas sociais, do micro para o macro ou do indivíduo para o coletivo, e vice-versa (BEAUDRY, 1995 apud SOUZA, 2021, p. 235).

Por tratarem-se não somente de fontes de informações resultantes de variados processos de produção, mas de vestígios produzidos a partir de traços distintos e particulares do passado, os vestígios textuais em conjunto com a oralidade e registros arqueológicos (estruturas, artefatos, paisagem, etc.) podem excelentemente contribuir com a construção de coesões e narrativas detalhadas a respeito das vidas de quem abordamos. No entanto, ao serem consideradas em conjunto durante o processo interpretativo, devem passar por diferentes tratamentos, justamente por apresentarem distintos limites, complexidades e singularidades decorrentes dos variados processos de produções (GALLOWAY, 2006, p. 43; WILKIE, 2006, p. 14, 16, 20; LITTLE, 2016, p. 29; LIMA *et al.*, 2020, p. 202-203).

Assim como há a possibilidade de complemento da documentação em relação à materialidade (DEETZ, 1996, p. 11) durante o esforço de criar uma imagem compreensiva do passado (LITTLE, 2016, p. 29), a presença, manuseio e combinação destes recursos podem gerar confrontos, conflitos e indicar discrepâncias, abrindo caminho para problemáticas, possibilidades e para “um novo nível de conhecimento, de natureza interpretativa, que dará sentido à relação entre elas” (SOUZA, 2021, p. 235).

Um exemplo desta situação é o estudo de Symanski sobre o Solar Lopo Gonçalves, uma unidade doméstica em Porto Alegre no século XIX. Ao abordar a vida de um dos comerciantes mais influentes na sociedade daquela região, o autor se deparou com uma ambiguidade entre o registro arqueológico e as fontes documentais. Enquanto estas últimas indicavam um valor de renda significativa e uma fortuna acumulada avaliada de forma bastante considerável, em oposição, o registro arqueológico apresentou uma alta frequência de louças fora de moda e baratas para a época, algo que não refletia o *status* social e econômico da família que habitou a residência (SYMANSKI, 1998).

Devido ao interesse em detectar a presença de indivíduos nos mais variados aportes documentais, baseei-me no “método onomástico” desenvolvido no campo da micro-história por Carlo Ginzburg e Carlo Poni (GINZBURG; PONI, 1989, p. 174-175). Em tal aporte metodológico, os nomes dos sujeitos agem como fios condutores que me permitiram perseguir e examiná-los nos diversos corpos documentais. Suas menções ao longo da imprensa, em testamentos e assentos de batismos, em notas pessoais, em recibos de transações comerciais, entre outros, possibilitaram-me entender não só as participações do grupo social no meio sociocultural e como/com quem os mesmos se relacionavam, mas como eram/foram tratados com o passar do tempo, como as “estratégias sociais do cotidiano e suas possíveis motivações, tornando mais complexa a realidade histórica” (FILHO, 2009, p. 57-58).

A prospecção documental foi realizada aos acervos do Arquivo Público Mineiro (APN), do Arquivo Nacional (AN), do Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort, do Centro de Memória Cultural do Sul de Minas (CEMEC/SM), da Biblioteca Cônego Vitor, ao acervo particular da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) Unidade Campanha e nas plataformas digitais da Biblioteca Nacional Digital (BND), da Brasileira Iconográfica, do Projeto Compartilhar, do Family Search e do Poplin Minas – 1830 (CEDEPLAR/UFMG). O corpo documental analisado foi composto por plantas baixas (século XX), fotografias e gravuras (séculos XIX-XXI), diversos títulos de jornais⁶, almanaques (1864, 1870, 1873, 1874, 1875, 1884, 1900), registros de batismos

⁶ Alguns dos títulos de jornais analisados aqui encontrados disponibilizados na plataforma da Biblioteca Nacional Digital e no APM: Astro de Minas (década de 1820-1830); O Universal (década de 1820-1840); Pregoeiro Constitucional (década de 1830); O Recopilador Mineiro (década de 1830); Opinião Campanhense (década de 1830); Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Publica (década de 1830); O Vigilante (década de 1830); O Mercantil (década de 1840); O Verdadeiro Patriota (década de 1830); O Conciliador (década de 1850); A Nova Província (década de 1850); Correio Official de Minas (década de

(séculos XVIII-XIX), atas da Câmara (século XIX), livros do imposto da Décima de Campanha (século XIX), cartas de sesmarias (século XIX), documentos diversos (séculos XVIII-XXI), memórias (séculos XIX-XX), maços de população da Vila e Cidade de Campanha (século XIX) e inventários *post-mortem*.

Nenhum testamento foi localizado, mas a respeito dos inventários, identifiquei somente dois associados a ocupantes do sobrado a que me dedico, o de D. Marianna Candida Ferreira de Vilhena (1868), e o de seu marido, Comendador Francisco de Paula Ferreira Lopes (1888). Por serem produzidos no contexto de morte, os inventários apresentam o patrimônio que os falecidos mantiveram em seus últimos momentos de vida e os bens que deveriam ser distribuídos seguindo as disposições legais e suas últimas vontades (FURTADO, 2017, p. 93).

Estes processos judiciais são compostos principalmente de uma listagem e partilha de bens contendo os atributos, valores de avaliação e estados de conservação (ou “qualidades”) de mobílias, vestuário, miudezas, objetos decorativos, bens de raiz (propriedades), bens semoventes (animais e escravizados) e itens destinados a alimentação (talheres, aparelhos de chá, café e jantar, etc.). O registro de pertences costuma seguir uma ordem, a dos cômodos (GEORGE, 2006, p. 224; WILKIE, 2006, p. 17), e por isto podem fornecer informações sobre a localização de alguns objetos.

Vemos em quais salas os itens foram encontrados, e com quais outros objetos a que pertenciam. O estudo comparativo de inventários nos fornece uma noção de como os espaços internos das casas eram organizados, de objetos que são não representados no registro arqueológico e de distribuições diferenciais de riqueza dentro de uma comunidade; ao mesmo tempo em que fornece *insights* sobre termos êmicos usados para os objetos que encontramos no registro arqueológico (BEAUDRY, 1988; DEETZ, 1977; LEONE, 1988 apud WILKIE, 2006, p. 17).

Além de constarem o valor de bens acumulados, costuma-se apresentar uma lista de dívidas ativas (crédito) e passivas (débito) pendentes. Por ter sido impreciso mensurar se Marianna e Francisco permaneceram na residência entre as décadas de 1860 e 1880, utilizo-os com cautela.

Em meio ao rol documental que viabilizou a proximidade ao universo público e íntimo destes agentes sociais, há uma fonte de informações que merece destaque, a obra

1850); O Sul de Minas (década de 1850-1860); O Compilador (década de 1860), Colombo (década de 1870) e A Verdade (década de 1880).

“Minhas Recordações”⁷, redigida por Francisco de Paula Ferreira de Rezende em meados da década de 1880. A obra apresenta suas memórias pelos relatos de suas vivências nas províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro aproximadamente entre as décadas de 1830 e 1880. Por descrever alguns aspectos culturais, sociais e econômicos do cotidiano de Campanha a partir de sua perspectiva, traz inúmeras contribuições ao estudo prosopográfico e onomástico. A especificidade desta fonte se dá justamente em razão do autor ter sido neto materno de Ferreira Lopes e ter, inclusive, nascido no respectivo sobrado da família no ano de 1832 (REZENDE, 1987, p. 48-49).

Embora, sem dúvidas, os registros de memorialistas tenham muito a contribuir, assim como Valladão (1937, 1940), Lefort (1972), Casadei (1987, 1989), Vilhena (1988, 1997), Spix e Martius (2017), – importantes reminiscências locais –, fontes destes caracteres devem ser submetidas a um rigoroso tratamento metodológico, pois como diversas fontes “oficiais” tendem a conter inúmeras generalizações, parcialidades e contradições (conscientes ou não), logo que a interpretação do mundo baseia-se na interpretação feita a partir da realidade, e não nela (PELLINI, 2011, p. 19).

O estudo intensivo do material documental e o interesse que permeou a circunscrição e redução de escala de observação ao estudo de uma residência e seu ramo familiar foi o de buscar pelo aprofundamento da análise, esmiuçar teias de relações afetivas, traços do cotidiano, da intimidade, dos laços e das redes sociais. De maneira mais profunda, me engajo no processo de (re)construção “biográfica” da edificação e daqueles que a habitaram.

Agostini, baseada em Kopytoff (1986), argumenta sobre as possibilidades biográficas a se traçar, seja entre coisas ou sujeitos, como biografias profissionais, psicológicas, militares, econômicas, políticas, entre outras (KOPYTOFF, 1986 apud AGOSTINI, 2011, p. 81). Kopytoff sugere que para realiza-las, deve-se considerar questões como:

- 1) quais as possibilidades biográficas inerentes ao status do objeto em questão, ao seu período e cultura, e como estas possibilidades são realizadas? 2) De onde a coisa veio e quem a fez? 3) Qual foi a sua carreira e qual a carreira ideal que as pessoas consideram para essa coisa? 4) Quais as ‘idades’, ‘épocas’, períodos de vida das coisas e quais os seus marcadores culturais? 5) Como o uso da coisa muda em cada

⁷ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas Recordações**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

período e o que lhe acontece quando chega ao fim de sua vida útil? (KOPYTOFF, 1986, p. 66 apud AGOSTINI, 2011, p. 81).

Em função disto, seja pelo intuito de compreender como se deram os usos sociais e políticos do solar durante sua primeira ocupação ou em questão de corrigir, revisar, refutar e/ou evidenciar ambiguidades, divergências, lacunas e concepções equivocadas detectadas na história local, que tanto enaltece os feitos dos membros destas “proeminentes” famílias, a combinação entre a documentação e a materialidade proporcionaram aqui a acentuação aos anonimatos, às vidas, à exclusão e aos acontecimentos individuais.

I.III Arquitetura como lugar de espaços de poder

Um dos principais elementos que distingue a espécie humana das demais é a habilidade e a capacidade de projetar, construir e habitar espaços artificiais de acordo com cada necessidade e interesse. Ao longo da vida, transitamos constantemente sob os tetos de casas, hospitais, escolas, bancos, escritórios, comércios e templos religiosos, e a esta heterogeneidade de estruturas distribuídas em dada paisagem denominamos de “arquitetura” (ZARANKIN; FUNARI, 2020, p. 2).

Sua aparência, localização e dimensão não são simplesmente governadas por fatores físicos, mas por ideias, formas de organização socioeconômica e distribuição de recursos e autoridade, atividades como as crenças e valores da sociedade que prevalecem em qualquer período de tempo (KING, 1980, p. 1). Mas assim como as habilidades humanas moldam as estruturas arquitetônicas que dão forma ao mundo material, por outro lado, seus padrões estruturam o sistema espacial em que vivemos e nos movemos, condicionando e modulando o comportamento humano (HILLIER; HANSON, 1984, p. 9; STEADMAN, 2016, p. 21), tendo em vista que a organização do espaço não somente reflete, mas também gera estruturas, práticas sociais e atua na distribuição e formação das pessoas (BAILEY, 1990, p. 25; MARKUS, 1993, p. 11; ZARANKIN, 2001, p. 41).

A estrutura doméstica enquanto objeto social e símbolo visual da sociedade é o elo entre ideias e eventos, fundamento da moral e da ordem social, cerne do privado, centro da vivência de pessoas que residem e que partilham tarefas, atividades e tomadas de decisões. Também é o local onde aprendemos e incorporamos noções sobre limites físicos, o abstrato “meu” e “seu” e grande parte de esquemas mentais que assumiremos pelo resto da vida (HILLIER; HANSON, 1984, p. 2; MARKUS, 1993, p. 19; BLANTON

1994, p. 5, 9; DEETZ, 1996; ZARANKIN, 1999, p. 246; ZARANKIN, 2001; PERROT, 2009b, p. 81).

Local de abrigo, repouso, de educação, da execução de rituais, de produção, de consumo, de armazenamento, de alimentação, de segurança, de trabalho, de afetos, de memórias, de prazer, de diversão, de transmissão de conhecimento, do nascimento e da morte, de necessidades fisiológicas, de reprodução, etc. (BAILEY, 1990, p. 23, 28, 43; LIMA, 1996, p. 133).

Ademais, uma complexa estrutura composta de sentidos, significados e intencionalidades ideológicas que comunicam e reproduzem-se por meio de um “sistema de sinais em códigos que constitui sua própria língua material” (FUNARI, 1999) presente em elementos físicos semimóveis e fixos espalhados pelo interior (mobiliário, portas, tetos, paredes, janelas, etc.), pelo exterior (fachadas, jardins, formas, varandas, balcões, etc.), pela localização, pela disposição (MONKS, 1992, p. 38; LIMA, 1996, p. 133; SEABRA, 2020, p. 54), por gestos e por maneiras de se vestir em cada um destes locais (RAPOPORT, 1990, p. 47).

A estes sistemas de linguagens e discursos mnemônicos silenciosos denomina-se de comunicação não-verbal. Esta forma de comunicação não se expressa por regras sintáticas e semânticas preestabelecidas como a comunicação verbal, mas possui uma sintaxe própria em termos de intensidades, frequências, distâncias e posições (BLANTON, 1994, p. 10-11; ZARANKIN, 2001, p. 42) que comunicam informações e significados sociais sobre as maneiras que os ocupantes se organizam nas zonas públicas e privadas, podendo ser acessadas não somente pela visão, mas por canais multissensoriais (táteis, olfativos, auditivos e gustativos) (RAPOPORT, 1990, p. 49, 56-57).

Como ponto de partida, em seu estudo do tipo *cross-cultural* sobre casas em zonas rurais ao redor do mundo, o arqueólogo Richard Blanton nomeia duas dimensões de comunicação expressas pela casa, a “comunicação canônica” (*canonical communication*) e a “comunicação indicadora” (*indexical communication*), formas silenciosas de comunicações a serem decodificadas por sujeitos receptores. A comunicação canônica refere-se a canais e princípios cosmológicos e simbólicos utilizados pelos ocupantes para expressar divisões sociais baseadas em gerações, gênero, identidade e posição social provindas de locais mais privados a outros *insiders* (BLANTON, 1994; STEADMAN,

1996, p. 57). Logo, a comunicação indicadora expõe a *outsiders* informações sociais como opulência e riqueza através da fachada, varanda, muros, decoração externa e outros recursos do exterior (BLANTON, 1994, p. 08-12).

Em vista disso, discursos ideológicos presentes na arquitetura podem ser empregados como “cálculos e manipulações das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado” (DECERTEAU, 1998, p. 99). Ou seja, tratam-se de estratégias para garantir e impor poder, diferenciações, separações e transformações entre “espaços” e “lugares”, como mascarar e naturalizar a reprodução de elementos e relações envolvendo simetria/assimetria, gêneros, tempo, hierarquia e desigualdade entre os locais (LEONE, 2021). “Através de seu controle e manipulação o sistema constrói categorias e estruturas mentais, de caráter essencial, que tornam naturais e por inquestionáveis suas bases ideológicas” (ZARANKIN, 2003, p. 29). Através da persuasão de “instruções espaciais” assimiladas de maneira inconsciente, agem sobre os corpos regulando encontros, deslocamentos e dificultando certas ações ao promover a indução aos determinados tipos de comportamentos (ECO, 1997, p. 224-225), ocasionando em uma formação e domesticação de pessoas.

Pelo fato da arquitetura ser conscientemente e inconscientemente moldada para manifestar em obstáculos físicos e códigos arquitetônicos, valores, conceitos ideológicos e disciplinares que remetam a antagonismos entre privações (atos de confinar, restringir, segregar, proibir, negar, etc.) e socializações (atos de ceder, permitir, etc.), pode ser considerada e manipulada enquanto “tecnologia do poder” (FOUCAULT, 2014; ZARANKIN, 1999a, p. 243; ZARANKIN, 2003, p. 29).

De acordo com a ideia de “micropoderes” introduzida por Michel Foucault, o poder imposto por ideologias dominantes não é como um bem ou propriedade que se tem ou se está em posse, mas algo que se exerce. Não há como saber exatamente quem o tem, mas é possível saber quem não o tem (FOUCAULT, 1981, p. 15; MARKUS; CAMERON, 2005, p. 60; FOUCAULT, 2014). Todavia, na circunstância da ânsia de sujeitos mais abastados em exibir extravagância, cultura e poder, a própria estrutura seria um resultado da intenção de expor quem o “orquestra”, mesmo que não seja de maneira contínua. Não se trata de um privilégio conservado por um grupo dominante, mas uma espécie de efeito de conjunto de suas posições estratégicas, “as vezes reconduzido pela posição dos que são dominados” (FOUCAULT, 2014, p. 30).

Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que “não tem”; ele os investe, passa por eles e por meio deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança (FOUCAULT, 2014, p. 30).

Como resultado, o poder pode ser exercido em função de contextos sobre funcionários, filhos, mulheres e escravizados que, conseqüentemente o exercem ou contestam em outros domínios sobre outras pessoas ou até mesmo aos primeiros, mas de outras maneiras. Algo que será discutido mais à frente.

Como mencionado acima, os espaços podem então ser pensados como ferramentas ativas capazes de serem manipuladas pelas ações humanas para os mais diversificados fins (DELLE, 1998, p. 3).

Espaços de poder, de barganha, de dominação, de invisibilidade, de autonomia, de família, de economia própria etc. eram intercambiáveis e movediços, articulando poderes senhoriais, lógicas de controle e igualmente culturas escravas de comunidades geracionais diferentes, em contextos de alianças, tensões, disputas e competições. Significavam *espaços* e também *tempos* permanentemente reconstruídos por experiências, expectativas e percepções, envolvendo trabalho, cultura, parentesco, família e religião (GOMES, 2013, p. 88-89).

Seguindo a perspectiva de Delle (1998), opto por considerar que o espaço é construído a partir de três fenômenos que existem simultaneamente e de formas interdependentes, o espaço material, o espaço social e o espaço cognitivo (WERLEN, 1993 apud DELLE, 1998, p. 37-38). O espaço material é criado ou definido por mãos humanas ou mediadas pela definição humana (salas, fábricas, etc.). O significado neste e desta forma de espaço muda à medida que o contexto social ou espacial se altera (DELLE, 1998, p. 38).

Segundo o autor, o espaço social é mais ambíguo e difícil de definir que o anterior e refere-se a relações espaciais experimentadas entre os sujeitos nos espaços materiais e, com eles, definindo como o espaço material deve ser alocado a membros de diversificados grupos sociais e a partir de quais comportamentos mais apropriados (DELLE, 1998, p. 38-39)⁸.

Já o espaço cognitivo corresponde a processos mentais. Os quais auxiliam na interpretação material e sociais dos espaços, “o espaço cognitivo pode ser entendido tanto

⁸ Um exemplo dado pelo autor em “sociedades estratificadas” é o controle por parte de membros de grupos mais abastados para definir o espaço social pelo controle do espaço material (DELLE, 1998, p. 39).

como a concepção de espaços sociais e materiais que ainda não existem ou podem nunca existir quanto a interpretação desses espaços que existem ou existirão” (DELLE, 1998, p. 39).

A respeito de “lugar”, sigo o pressuposto de que são espaços transformados em lugares significativos e distintos (THOMAS, 2016, p. 302). Além disso, centros de atividades corpóreas e locais forjados pelo conhecimento, por significados e valores como apego, pertencimento, acolhimento, conforto e segurança (ligações emocionais), ou seja, são humanizados⁹ (PELLINI, 2011, p. 22). Pelo fato dos espaços só existirem como um conjunto entre coisas ou lugares, sem estes últimos, não haveriam os primeiros (TILLEY, 1994, p. 15, 17). Segundo o geógrafo humanista Yi-Fu Tuan:

Espaço é mais abstrato do que lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado. [...] é possível descrever o lugar sem introduzir explicitamente conceitos espaciais [...] movemo-nos das experiências diretas e íntimas para aquelas que envolvem cada vez mais apreensão simbólica e conceitual (TUAN, 1983, p. 3, 6, 151).

Como Serena Love menciona, quando um espaço ou lugar é adentrado, uma experiência sensorial é engatilhada e a pessoa sente algo (LOVE, 2016, p. 213). Este “sentir algo” pode diferir individualmente com base principalmente em posição social, etnia, relação com os habitantes e as regiões (pavimentos e cômodos) em que se permanece. Enquanto para um seletivo grupo de pessoas os espaços poderiam evocar sensações de lar, conforto, refúgio, lazer e lugar, para outros a permanência sob as mesmas barreiras físicas poderia remeter a sensações de desconforto, exclusão, de não pertencimento ou servidão. Por possuírem inúmeros significados simbólicos e funcionais, paredes, portas, portões que separam e dividem locais entre sociais e privados, denotam e requerem específicas condutas sociais (formas de falar, de se vestir e de se portar) aos espaços, como quem deve entrar, sair, ficar e por quanto tempo deve permanecer ali (GIDDENS, 1984; STEADMAN, 1996, p. 65-67; TOCCHETTO, 2010, p. 175-176).

Um exemplo mencionado por Umberto Eco que pode ser aplicado a esta situação é o da cadeira. Ela antes de tudo nos “diz” que podemos nos sentar nela. Já um trono, além de “dizer” que podemos nos sentar, conota através de signos acessórios certa realeza,

⁹ “Um lugar deve seu caráter às experiências que proporciona a quem nele passa o tempo – às visões, sons e mesmo cheiros que constituem o seu ambiente específico. E estes, por sua vez, dependem dos tipos de atividades em que seus habitantes se engajam. É deste contexto relacional de engajamento das pessoas com o mundo, nos negócios de habitar, que cada lugar desenha seu único significado” (INGOLD, 2000, p. 192).

que corroboram para o ato de sentar, mas com certa “dignidade” (ECO, 1997, p. 202). As regionalizações internas de uma casa funcionam de forma similar. Lugares para alguns, espaços para outros¹⁰.

A parede enquanto materialização de características, elementos, posturas e direções do corpo humano como frente, costas e laterais, condicionam as relações com o mundo (ZARANKIN, 2012, p. 20). Espaços da frente remetem ao público e a interação, enquanto o espaço posterior representa a exclusão. Uma pessoa que estava intencionalmente excluída de alguma situação pode adentrar e ser incluída quando há um reposicionamento no espaço (ZARANKIN; 2012, p. 20-21; ZARANKIN; FUNARI, 2020, p. 4-5):

Nesse sentido, se em vez de dar “as costas” construo uma parede que exclua aos não desejados e inclua as pessoas com as quais quero interagir, estou gerando um dispositivo que materializa de maneira duradoura e efetiva uma posição ou um gesto de meu corpo (ZARANKIN, 2012, p. 21).

Estas características podem ser notadas principalmente pelas distâncias e dissonâncias morfológicas e espaciais entre as residências das elites e os alojamentos de escravizados. Enquanto a robusta casa-grande remetia à segurança, continuidade e durabilidade familiar pela ostentação de artefatos, ferragens e vidraças importadas, assoalho em largas tábuas de madeira, alicerces em pedra, uma posição de destaque nas propriedades e um distanciamento do chão pela adição de pavimentos nobres, a moradia cativa era visivelmente mais precíval e edificada estrategicamente em maior contato e proximidade com o solo (SYMANSKI, 2007, p. 19-20).

Ao fator da escolha de matérias-primas, os modos e locais os quais as habitações seriam construídas Tim Ingold denomina de “engajamento prático”, aspecto que fugia propositalmente da autonomia de escravizados em relação ao que se tornariam seus cativos (INGOLD, 2000, p. 186; SOUZA, 2012, p. 39), mas que em termos de matéria-prima, técnicas de construção e a presença ou ausência de determinados elementos (janelas, telhado, etc.), não destoavam muito de suas heranças arquitetônicas africanas (SLENES, 2011, p. 176). Porém, mesmo que os espaços tenham sido utilizados por

¹⁰ James Delle reforça minhas palavras ao dizer que “Como um fenômeno vivenciado individualmente, o espaço será entendido de forma diferente dependendo da percepção e do quadro de referência de determinado indivíduo” (DELLE, 1998, p. 37-38).

grupos dominantes para criar e reproduzir condições de desigualdade, por outro lado foram utilizados por outros grupos para resistir a estas condições (DELLE, 1998, p. 40).

I.III.I A estrutura doméstica oitocentista em uma perspectiva institucional: domínios de segregação, violência e resistência

Na ausência de instituições disciplinares em determinadas localidades, classes de atributos desempenhados por instituições de cuidar, ensinar, conter, adorar e ajudar, como escolas, orfanatos, reformatórios, prisões, asilos, manicômios, centros de detenção, fábricas e hospitais eram exercidos nas residências e assumidos por elas ao abrigarem indivíduos de diversos gêneros e faixas etárias, doentes, loucos e prisioneiros com pouca ou nenhuma mobilidade espacial e social (escravizados). Por ir além de uma estrutura criada para os mais complexos conjuntos de propósitos, por sua construção ser um fenômeno cultural e sua organização e forma serem influenciadas pelo meio cultural a que pertence, a casa é perfeitamente uma instituição (RAPOPORT, 1969, p. 46) e pode ser vista como uma máquina disciplinadora que impõe distanciamentos (ZANETTINI, 2005, p. 179).

As instituições por si só são lugares que, na perspectiva de Lu Ann De Cunzo, são responsáveis por incorporar, desafiar os limites de ações, de mentes e de corpos socialmente, filosoficamente, cientificamente e legalmente aceitáveis e visam criar indivíduos normais, autodirigidos e morais (DE CUNZO, 2006, p. 167). Ao adotar o termo de “instituição total”, sigo o posicionamento de Erving Goffman, de que uma instituição total pode ser definida como:

[...] um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. [...] As instituições totais de nossa sociedade podem ser, grosso modo, enumeradas em cinco agrupamentos. Em primeiro lugar, há instituições criadas para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em segundo lugar, há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não-intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários. Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigosos e intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Em quarto lugar, há

instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias de empregados). Finalmente, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para religiosos; entre exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros (GOFFMAN, 1961, p. 11, 16-17).

Entre os componentes marcantes presentes nestas estruturas em que é possível fazer um paralelo junto das casas estão: a) suas tendências ao isolamento e “fechamento”, simbolizadas por meio de muros e paredes altas, portas fechadas, arame farpado e obstáculos naturais na intenção de dificultar fugas e relações com o mundo externo (GOFFMAN, 1961, p. 16); b) as numerosas normas e controle de autoridades sobre o vestuário, alimentação, tempo e atividades rotineiras envolvendo conceitos de vigilância, confinamento, classificação, punição, organização, segregação, trabalho e disciplina para garantir, principalmente, o êxito nos objetivos institucionais; c) a união entre os locais de trabalho, de descanso e interação e, neles, são obrigados a adotar atos verbais de deferências e rebaixamento ao dirigirem-se às autoridades, como “senhor” ou “senhora” constantemente (GOFFMAN, 1961, p. 30); e d) suas tendência a mortificação, profanação e violação do “eu” e da autoimagem: sujeitos são coagidos a aceitar papéis e rotinas estranhas a eles, as quais não se identificam¹¹.

Nestas estruturas, a disciplina não se apresenta enquanto instituição ou aparelho, mas como uma forma de poder e uma modalidade de exercê-lo seja pelo conjunto de procedimentos, técnicas ou alvos (FOUCAULT, 2014, p. 208).

Goffman reconhece que há em algumas destas instituições a presença do açoitamento e uma situação análoga à escravidão, mas pontua a incompatibilidade das instituições com o núcleo familiar (elemento decisivo da sociedade) pelo contraste da vida em grupo de companheiros “difícilmente poder manter uma existência doméstica significativa” (GOFFMAN, 1961, p. 21-22)¹². Em oposição ao autor e diante de um paralelo à especificidade do caso de unidades domésticas, justifico que embora as senzalas ou alojamentos de escravizados não simbolizassem noções de conforto, lazer,

¹¹ Estes locais apresentavam técnicas específicas como o confinamento solitário, reinscrição de identidades pessoais pela introdução de uniformes, nomes e tarefas repetitivas com a finalidade de alcançar uma reforma ideológica aos “transgressores” (CASELLA, 2009, p. 22-23).

¹² De acordo com Stein a respeito do contexto escravocrata, o chicote seria o símbolo mais visível da autoridade senhorial sobre o escravizado (STEIN, 1990, p. 170).

prosperidade e domesticidade similares aos espaços senhoriais, mas sim exclusão, servidão e abuso, havia a existência de laços afetivos e hábitos próprios que poderiam atuar como formas de transformação destes locais em espaços e lugares emocionais de superação momentânea do árduo dia-a-dia, algo que John Thornton denomina de desenvolvimento de “organizações de auto-ajuda”, “mãos amigas” que implicavam em benefícios de ordens psicológicas e emocionais, como consolos às lutas diárias envolvendo privações e punições (SLENES, 2011, p. 157; THORNTON, 2004, p. 355)¹³.

A respeito do contexto escravista, autores como Knottnerus, Monk e Jones (1999) apropriam-se da ótica de algumas instituições totais de Goffman (1961) ao estudarem os atributos de uma *plantation* Norte-americana. A presença involuntária nestes locais, a separação do mundo externo por obstáculos físicos e naturais, a aplicação de regras que proibam e restrinjam a movimentação e saída na inexistência de passes, a adoção de um sistema de punições severas e recompensas, a especialização de trabalhos em ritmos contínuos, a distância social, a vigilância patrocinada pela organização e o uso de práticas de mortificação como técnicas utilizadas para influenciar os comportamentos e as experiências, são a combinação de alguns dos recursos presentes em instituições e notadas nas *plantations* pelos autores (KNOTTNERUS; MONK; JONES, 1999).

Contudo, de modo distinto a campos de concentração (um exemplo destas instituições), não havia o interesse direto do senhor de cativos a uma limpeza étnica (eliminação por motivos religiosos, econômicos e sociais). Por terem sido tratados como máquinas, ferramentas, investimentos e recursos básicos de trabalho para se alcançar metas econômicas (DURANT, 1999, p. 4), suas mutilações e mortes não eram viáveis ao funcionamento do sistema social comercial organizado, embora recorrentes.

Por envolver a interação de poderes sociais como a dominação, a resistência e a negociação (CASELLA, 2016, p. 619), os lugares de confinamentos que careciam de formas de controle social incorporavam principalmente maneiras de isolar, vigiar e punir. Michel Foucault (2014) em sua profunda análise a respeito da sociedade ocidental, da legislação penal e de métodos disciplinares empregados pelos poderes públicos,

¹³ Abordo dos navios negreiros, durante o período do tráfico, os até então recém-cativos costumavam se referir uns aos outros como “*malungos*”, palavra que simbolizava os laços de solidariedade, lealdade e de ajuda mútua e companheirismo à trágica e sofrida jornada, similares aos encontrados no parentesco (SLENES, 1992; KARASCH, 2000, p. 393; ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 51, 310; PEREIRA, 2007; BERGAD, 2007, p. 174).

descreveu um importante mecanismo ao controle da ordem pela tecnologia do poder da arquitetura, o modelo panóptico.

Projetado pelo inglês Jeremy Bentham ao final do século XVIII, este dispositivo ótico funcionaria como um aprimoramento e oposição às execuções, torturas e os usos de grades, correntes, fechaduras pesadas que compunham uma tipologia arquitetônica de “fortalezas” encontradas nos antigos sistemas prisionais. Apresentava em seu princípio nítidas e bem distribuídas separações e uma vigilância constante em plena e completa visibilidade a partir de um ponto central, um processo de observar sem ser visto (FOUCAULT, 2014, p. 196). Nem sempre se espiona, mas o funcionamento deste conceito proporciona a dúvida, levando-os a pensar que podem ser monitorados em qualquer instante. Desta forma a própria ação de encarcerar tornava-se uma forma de punição.

Atuando como um laboratório e uma fábrica de efeitos homogêneos de poder mediante a observação axial, análise e experimentação das “vitrines”, este modelo deveria ser capaz de modificar comportamentos de alunos, funcionários e prisioneiros, em um processo de disciplinar para domesticar, tratar, corrigir e ensinar, tornando-os cidadãos “úteis” à sociedade (FOUCAULT, 2014, p. 197). Sobre seu princípio:

[...] na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. [...] Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. [...] Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e se suprimem as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha (FOUCAULT, 2014, p. 194).

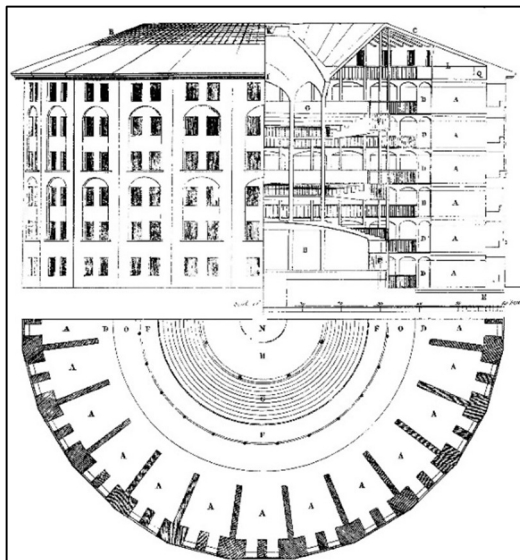


Figura 1. "Planta do Panopticon". Fonte: FOUCAULT, 2014, s.p.

Ecoss da influência deste modelo puderam ser notados no Brasil imperial. Com a abdicação de Dom Pedro I, fundou-se no ano de 1831 uma agremiação de liberais moderados denominada de Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Ao final do mesmo ano, uma comissão composta por alguns destes sujeitos sugere durante uma sessão da Sociedade, um projeto para a edificação da Casa de Correção e Trabalho da Corte. Iniciativa que deveria culminar em um império civilizado mediante a erradicação da vadiagem e o estabelecimento da ordem pública, “transformando os detentos em pobres de bons costumes” (GUIMARÃES, 2001, p. 111; ARAÚJO, 2007, p. 149).

Com a ausência do apoio financeiro por parte do governo e pelo fato da proposta consumir por volta de 86% das verbas que eram destinadas a toda a província entre 1831-1832, os membros da Sociedade Defensora decidiram angariar fundos por meios “que apelavam para a generosidade dos homens engajados em transformar a antiga colônia portuguesa num império de verdade. Mas, os esforços foram em vão” (ARAÚJO, 2007, p. 150-151). Décadas mais tarde o projeto inspirado no panóptico sairia do papel e seria colocado em prática, recebendo corpos negros e brancos que, segundo as autoridades locais, necessitavam de regeneração, reeducação moral e solidão baseados em silêncio e trabalho.

A Casa de Correção apresentaria algumas modificações arquitetônicas que diferiam da proposta original de Bentham. Segundo Andrei Koerner, este que seria um exemplar de um “impossível panóptico-tropical escravista” apresentava uma torre onde

não se via tudo, raios ocupados pela administração, vazios preenchidos por serviços administrativos e saturado de variadas categorias de detidos, acarretando em uma mistura das instâncias privadas e públicas de poder (KOERNER, 2011, p. 2).

Já no contexto escravista do Vale do Paraíba, Tania Andrade Lima identificou como a presença do modelo de Bentham tornou o “controle” um dos lemas da residência sede da Fazenda São Fernando. Do interior desta residência, por meio de suas doze janelas envidraçadas e, protegido do sol e da chuva, o proprietário poderia acompanhar e supervisionar a dinâmica da propriedade sem ser percebido (LIMA, 2011, p. 208). Da mesma maneira, sua esposa possuía um posto de vigilância sobre a rotina de escravizados domésticos e ao pátio interno, possibilitando somente observar ou intervir quando necessário (LIMA, 2011, p. 212)¹⁴.

Uma situação semelhante foi pontuada por James Delle a respeito dos espaços sociais em fazendas de café jamaicanas. O autor considera o modelo da *plantation* de Clydesdale como o panóptico, a casa do capataz seria análoga à torre central de guardas presente no modelo de Bentham (DELLE, 1998, p. 159). A casa do capataz seria composta por duas posições de vigilância: a entrada para os alojamentos domésticos, que possibilitava o monitoramento da vila de escravos, os caminhos para o campo e as fábricas, e a varanda que permitia a supervisão dos trabalhos e as atividades relacionadas ao *barbecue* (DELLE, 1998, p. 159).

Estes casos expostos pelos autores demonstram como houve proliferações de variações do conceito “panóptico”, e como puderam ser adaptados e implantados como tecnologias visuais às mais diversificadas situações e estruturas arquitetônicas, sendo raro a aplicação e a presença de sua forma “pura” (SINGLETON, 2001, p. 106).

No entanto, por mais que os espaços onde a visibilidade favoreça o controle de visitantes, familiares e da população escravizada – denominados de “espacialidades de vigilância” (MOSTERMAN, 2021, p. 89) – constituíssem uma das principais formas de acompanhar e regular as rotinas, não foram as únicas e as maneiras mais efetivas de

¹⁴ Por mais que a autora não tenha incluído o plano *Gamma* em seu artigo, ao aplica-lo, concluiu que o edifício do casarão desta fazenda assumia-se como uma estrutura não-distributiva, caracterizada por uma concentração de controle, poder e de uma hierarquização de uns espaços em relação a outros (LIMA, 2011, p. 209).

garantir, impor o funcionamento, o distanciamento e as diferenciações das relações de poder senhoriais¹⁵.

Pela impossibilidade de uma vigilância constante – ou total – por parte de funcionários, o medo e as paranoias à infidelidade escrava e a possibilidade de tensões envolvendo o curandeirismo oriundo do continente africano e conspirações rondavam constantemente o imaginário de famílias detentoras de grande quantidade de escravizados (HALL, 1971, p. 52; ANDRADE, 2017, p. 265). Logo, medidas como a permissão de cultivo de terras em dias específicos da semana, as promessas de cartas de alforria, a autorização de encontros e práticas religiosas de matrizes africanas, as mesclas entre escravizados de outras e conflitantes etnias, o encorajamento a relações conjugais, laços de compadrio e o desenvolvimento de afeto e apego ao lugar por meio do aceite ao estabelecimento de vínculos familiares atuavam como maneiras de exercer controle social, garantindo o contentamento, a cooperação e a eficiência nos trabalhos, além de assegurar permanências, impedindo ou dificultando fugas (BERGAD, 2007, p. 170, 179-180; DIAS, 2013)¹⁶.

Não havia um único modelo de estratégias a ser seguido para maximizar ou garantir o bom andamento das atividades ou de suas permanências. A cada proprietário cabia suas particulares escolhas a métodos de gerenciamento de bens, as vezes de forma mais brutal e rígida, as vezes de maneira pouco mais “maleável” e “piedosa”. Marcos Souza (2007) evidenciou, a partir da pesquisa sobre a Fazenda Babilônia (antigo Engenho de São Joaquim), a capacidade de transformação da instituição da escravidão como uma maneira de garantir sua perpetuação e sobrevivência por mais de duzentos anos. O autor

¹⁵ Tania Andrade Lima ressalta em uma de suas pesquisas como a proibição da adoção de sapatos à indumentária de escravos no século XIX remetiam a uma entre as múltiplas formas de dominação envolvendo cultura material (LIMA, 2016). Carregadas de significados sociais, as vestimentas seriam uma das melhores formas de informar posições sociais, e a proibição de alguns destes itens constituíram em uma das formas para a expressão do poder senhorial remeter às desigualdades sociais (LIMA, 2016, p. 53). Enquanto os pés de brancos mantinham-se delicados pelo uso de sapatos, a ausência deles tornava os pés de escravizados mais ásperos e grosseiros. Em oposição a esta imposição, alguns escravizados adotavam o uso de sapatos como meios de serem confundidos com sujeitos libertos (LIMA, 2016, p. 51).

¹⁶ Em sua história social a respeito de fazendas localizadas na região de Vassouras (RJ), Stanley Stein (1990) descreve um núcleo de construções que compunham a sede dos empreendimentos planejados como “quadrados funcionais”. Segundo ele, nestes “quadriláteros funcionais” (quadrados, retângulos, paralelogramos) as casas de vivenda eram construídas no sopé de um morro, ao redor do quadrado alinhavam-se as senzalas, as tulhas/armazéns, os paióis, chiqueiros, estrebarias e casas de tropas. Ao centro, um largo pátio em terra batida (terreiro), “poeirento no sol de inverno, um lamaçal nas torrenciais chuvas de verão” (STEIN, 1990, p. 47). Este sistema distributivo era colocado em prática na tentativa de garantir a inspeção e o controle sobre escravizados e trabalhadores livres, e consequentemente, garantir a eficiência e o lucro.

concluiu, a partir de formas de dominação deparadas por ele, a inexistência de um único e monolítico modelo de escravidão, visto que as formas de manutenção da escravaria variavam conforme o domicílio e a região (SOUZA, 2007).

Ainda nesta possibilidade, os cativos não aceitavam e recebiam a violência, o desagrado e a opressão de maneira passiva. Cada ofensa, castigo, humilhação, censura ou abuso poderiam ser revertidos em imperceptíveis, mas existentes, formas de resistir às autoridades. Uma noção importante ao estudo é a de “geografias rivais” ou “geografias de resistências” (CAMP, 2004 apud MOSTERMAN, 2021, p. 11). Segundo a mesma autora, trata-se do desenvolvimento de maneiras de conhecer e navegar pelos espaços restritos e monitorados, envolvendo “meios de saber” que possibilitassem o escape da vista de patrulhas em ruas, a participação de escravizados em espaços e atividades restritas a eles e a “geografias do controle” (sistema de passes, toques de recolher, patrulhas, castigos públicos, etc.) (MOSTERMAN, 2021, p. 3, 11, 53, 58).

Em casos específicos, longe da vista das “ciumentas” e angustiadas esposas buscando retratação conjugal, mulheres e ainda meninas escravizadas ficavam vulneráveis a olhares devassos e à violência sexual masculina, havendo recursos limitados em favor delas contra esta situação (BERGAD, 2007, p. 202). Conscientes dos perigos em estarem sozinhas, era comum o desenvolvimento e aperfeiçoamento de formas de evitar e escapar dos abusos sexuais (geografias rivais), utilizando os conhecimentos da casa e terreno para suas proteções (MOSTERMAN, 2021, p. 97-98).

Para o sucesso destas ações inicialmente silenciosas, mas de grandes impactos sociais, táticas ou artimanhas deveriam confrontar as estratégias e desafios impostos pelos algozes. Conforme aponta DeCerteau e Symanski. As táticas baseiam-se em uma série de práticas calculadas envolvendo ressignificações diretas a espaços estrategicamente estruturados e impostos por grupos dominantes, dependendo da busca por oportunidades e *timing* para suas execuções utilizando falhas que as conjunturas abrem na vigilância do “poder dominante” (DECERTEAU, 1984, p. 13-19, 100-101; SYMANSKI, 2007, p. 11).

Caráteres táticos poderiam estar envolvidos em praticamente todos os atos e formas de resistências em que há o interesse de uma das partes em agir de maneira oculta, sorrateira e discreta, e as apropriações dos usos do interior dos espaços estruturados pela ordem e ideologia dominante poderiam oferecer aos escravizados algumas oportunidades para modelar, com alguma dependência, suas experiências diárias envolvendo estes

caráteres (SOUZA, 2012, p. 54)¹⁷. Como aponta Laird Bergad, por mais que fossem considerados propriedades pelo sistema escravista, eram seres humanos, agentes repletos de motivações, idiossincrasias e habilidades para cooperar ou não com os esquemas impostos (BERGAD, 2007).

Poderiam sabotar e danificar o maquinário, a produção e a plantação, mutilar os animais, barganhar por melhores condições, inserir elementos narcóticos e nocivos como raízes, plantas e ervas em alimentos para acalmar ou causar danos à saúde de seus proprietários, “perder” ferramentas, fingir doenças, organizar conflitos e revoltas, desacelerar os ritmos de trabalho, fugir para as redondezas ou outras províncias (KARASCH, 2000, p. 435; ORSER; FUNARI, 2004, p. 14; BERGAD, 2007, p. 166, 204, 213; DIAS, 2013) ou cometer suicídio, “na crença de que seus espíritos voltariam para a África” (KARASCH, 2000, p. 398-399). Symanski e Gomes se atentam que muitas destas práticas de oposição podem ter tido “um caráter imaterial, baseado na oralidade e na corporalidade, envolvendo histórias, troças, canções e representações que visavam enganar, desmoralizar e conspirar contra os poderosos” (SYMANSKI, 2019, p. 262), não deixando rastros na materialidade (ORSER; FUNARI, 2004, p. 13-14).

O descontentamento, a descoberta destes planos e intenções, como a captura de fugitivos, poderia resultar em castigos, torturas em troncos, em venda dos mesmos ou de membros da família a outros proprietários ou confinamento por longos períodos¹⁸. Desprovidos de água, ventilação ou comida nestes cômodos, serviam como uma forma sádica de domesticação e exemplo a outros que tentassem práticas semelhantes. O escravizado reincidente recuperado poderia receber também a “marca do fugitivo”, a gargalheira (coleira de ferro) ou algemas nos tornozelos com ou sem peso de ferro (STEIN, 1990, p. 172; KARASCH, 2000, p. 415).

¹⁷ Tente imaginar a ambiência de um antigo sobrado assoalhado, repleto de janelas durante no período da noite. Você precisa sair de seu dormitório mas sem que percebam, deve atravessar inúmeros cômodos para chegar onde pretende. Ao seguir, o peso de seu corpo sobre cada passo no decorrer dos silenciosos e escuros corredores ecoam pelos sons corporais e o “ranger” de pisos e escadas compostas por largas tábuas de madeiras. Enquanto de um lado os sentidos aguçados podem ajudar a notar, prever e a deter condutas baseadas em circulações indevidas, táticas envolvendo as escolhas de circulação pelos espaços e seus cantos podem garanti-las. Enfim, cada domicílio contém e propõe formas distintas e bem peculiares de impedir, prever, conter determinadas atitudes; como brechas que permitem realiza-las.

¹⁸ “Um pouco menos brutal do que o chicote era o tronco, uma armação de ferro, muito comum nas fazendas. Lá os escravos, de ambos os sexos, passavam horas, com os braços e pernas presos juntos, forçando a vítima a se sentar curvada para frente com os braços próximos dos tornozelos, ou a se deitar de lado. Esse era o tronco duplo; o tronco simples prendia apenas as pernas. [...] Outra variação era o tronco de pau comprido, no qual eram aprisionados os pés de quatro ou cinco escravos” (STEIN, 1990, p. 172).

Como uma maneira de complementar o controle, disciplina e ao castigo corporal, proprietários costumavam recorrer e introduzir na vida escrava ideias cristãs que pregavam e impunham a passividade como forma de aceitação de suas condições. Maneiras mais sutis de contraposição a estas ideologias foram pontuadas por Symanski em seu trabalho sobre os engenhos no Mato Grosso. Neste estudo, o autor demonstra como os elementos portáteis como os “cachês” podem ter sido empregados como expressões de práticas religiosas no intuito de desviar e confrontar normas, o poder da ordem dominante, os usos e propósitos dos espaços (SYMANSKI, 2007). Um prato com uma moeda de cobre cunhada em 1869 ao centro encontrados enterrados sob o canto de um dos cômodos da casa-grande de um dos sítios foram interpretados por ele como indícios de conjuro contra os senhores, inspirados em atribuições espirituais de origens africanas (SYMANSKI, 2007).

Já Agostini interpreta uma pedra polida e duas chaves aparentemente sobrepostas em forma de cruz encontradas nas fundações de uma casa senhorial da primeira metade do século XIX em uma área de difícil acesso, na cidade de São Sebastião (SP). Segundo a investigação da autora apoiada em uma bibliografia especializada, a presença das chaves remeteriam a proteção e segurança e a possível posição em forma de cruz representaria o encontro entre o mundos dos vivos e dos mortos (AGOSTINI, 2013, p. 96)¹⁹. A autora levanta a hipótese da combinação da pedra atrelada às chaves encontradas no Sítio São Francisco como possibilidade de representar formas de conjuro adotados como objetos de proteção pelos senhores²⁰.

Em suas considerações, Agostini argumenta de forma apropriada que a atribuição destas crenças sobrenaturais somente a africanos e afro-brasileiros é errônea, tendo em vista que não é incomum que brancos e livres se consultasse com eles e, em muitos casos, grupos dominantes e dominados interpretam e apropriam-se de códigos um do outro em uma via de mão dupla (AGOSTINI, 2013, p. 99).

¹⁹ Este signo em “X” ou “cruz” esteve presente em recipientes cerâmicos analisados por Symanski, e foram associados principalmente a influências de um *background* Bacongo, sob uma datação média partindo do ano de 1836 (SYMANSKI, 2007). Estes achados sugerem que ao contrário do que a tentativa de controlar e regular atividades de escravizados o máximo possível, estaria fora de questão o domínio da casa sede sobre os campos das práticas envolvendo espiritualidades.

²⁰ Para uma melhor explicação e contextualização a respeito dos possíveis significados das manifestações religiosas de outros objetos escavados, como cachimbos, cabos de frigideiras representando formas fálicas e figas, ver: AGOSTINI, Camilla. À sombra da clandestinidade: práticas religiosas e encontro cultural no tempo do tráfico ilegal de escravos. In: **Vestígios** – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Volume 7, Número 1, Janeiro-Junho de 2013, p. 75-105.

Como exposto, pelo fato da casa oitocentista apresentar um grau intenso da família de atributos, limitação de recursos materiais, controle à circulação, vigilância e segregação, as moradias foram estruturadas como dispositivos disciplinares que guardam certa proximidade com as propostas das instituições totais de Erving Goffman (1961), envolvendo profundidades espaciais e configurações assimétricas deparadas por outros autores e autoras que adentraram a este contexto sob o viés arqueológico.

Com isto, não digo e nem busco meios de justificar que a casa seria uma entre as variadas estruturas que compõem a categoria de instituições totais, mas sim uma metáfora, ao investigar como a estrutura do Solar dos Ferreiras e suas redondezas poderiam ter atuado na domesticação e disciplina de sujeitos a partir também de uma análise comparativa com algumas estruturas disciplinares e, afinal, como os habitantes e visitantes do sobrado dos Ferreiras experienciaram a segregação e o confinamento a partir da espacialidade das esferas públicas e privadas da casa e da paisagem.

A escolha deste modelo de abordagem e forma de enfoque a esta casa em particular, assim como a linha de pesquisa da Arqueologia da Repressão e Resistência – própria do contexto de embates, impactos e violências ditatoriais, políticas ou em geral civis-militares na América Latina –, podem validar por seu potencial uma melhor visibilidade e compreensão das experiências vivenciadas e do desenvolvimento de diferentes formas de lutas por poder, espaços e lugares nas esferas das habitações e estruturas arquitetônicas, mas agora atreladas aos contextos escravistas do Novo Mundo.

I.IV Arqueologia dos espaços

Por tratarem-se de produtos de um contexto social, de ambientes artificiais moldados, transformados e abrigados por humanos, de envolverem e de remeterem a tecnologias, finalidades, sentidos, intencionalidades, valores, discursos e atuarem como vetores às relações sociais, as casas podem ser consideradas enquanto estruturas de habitações, portanto, artefatos de caráteres imóveis passíveis às investigações arqueológicas (CHIAROTTI, 2005; NAJJAR, 2011; MOREIRA; SOARES, 2015, p. 127-128). Conseqüentemente, como materializações das ordens espaciais, podem ser abordadas e interpretadas pela Arqueologia na intenção de se estudar o mundo e as práticas sociais (ZARANKIN, 2001, p. 2) e as individuais identidades culturais.

Pensar na Arqueologia enquanto uma prática de interpretação do passado, a partir do presente (SHANKS; TILLEY, 1992), me leva a lembrar que meu contato com o objeto de pesquisa se dá a partir do que restou do mesmo, suas ruínas. Deste modo, compartilho da definição de Meneses e Moreira ao dizerem que o próprio sítio arqueológico que abriga e concentra as ruínas e demais vestígios é um artefato, e “não somente o depósito de achados arqueológicos” (MENESES, 1984, p. 34; MOREIRA, 2021, p. 130).

Portanto, proponho uma leitura e interpretação dos discursos materiais ilustrados em plantas baixas e contidos nas paredes, colunas e no próprio piso de ocupação, considerando-os como textos (GLASSIE, 1975, p. 114; HODDER, 1999, p. 31; STEADMAN, 2016, p. 51) e formas de comunicação não-verbais que, alinhados à abordagem da Arqueologia da Paisagem, da Arqueologia da Arquitetura e a específicos instrumentos destes campos, me possibilitaram a decodificação da sintaxe destes remanescentes²¹. A leitura de vestígios arqueológicos, como a de um texto, pode ser feita de diversas maneiras e, por conta dos diferentes conhecimentos prévios de cada um, resulta em diferentes interpretações e construções de narrativas (HODDER, 1999, p. 57, 63).

A meta da interpretação destes “textos” não é a “tradução” ou decodificação direta, mas um meio de compreensão a partir do processo de inferir o significado em seus antecedentes e contextos específicos a fim de construir conhecimento a partir da cultura material (FUNARI, 1999, p. 162; HODDDER; HUTSON, 2003, p. 167; MARKUS, CAMERON, 2005, p. 62). Em suma, não se trata de uma analogia aos textos, mas de uma metáfora (HODDER; HUTSON, 2003, p. 169). A respeito desta metáfora, Lemos (2019) alerta que a ideia da consideração da materialidade como textos conflita com a prática sensorial, pois:

[...] essa noção acaba limitando, inevitavelmente, o estudo da cultura material, nesse caso, da Arquitetura, a uma análise linguística (seguindo os passos estruturalistas) e, portanto, não dando a atenção devida às experiências sensoriais; ignorando que a Arquitetura é, sobretudo, corporal, sensorial (LEMOS, 2019, p. 71).

²¹ Como reforça James Deetz, os objetos carregam mensagens de seus fabricantes e usuários e é a tarefa da Arqueologia decodificar estas mensagens e aplica-las ao nosso entendimento da experiência humana (DEETZ, 1996, p. 4).

No entanto, esta metáfora surge apenas como um meio de expor a forma de analisar, interpretar e narrar “pequenas histórias” subjetivas que mais se aproximam às experiências vividas (PLUCKHAHN, 2010, p. 332) partindo de discursos materiais, fato que não desconsidera as experiências corporais desenroladas e atreladas a estes espaços e lugares no passado a partir da investigação no presente.

I.IV.I Metodologia para a análise de estruturas arquitetônicas

Como um estudo centrado nas formas de organização, controle e circulação na espacialidade, procuro analisar as ruínas do Solar dos Ferreiras pela linha da Arqueologia da Arquitetura. Vertente da Arqueologia que entende as construções como elementos ativos que interagem de maneira dinâmica com os sujeitos (ZARANKIN, 2016, p. 326) e que abrange estudos que mantem diálogos com metodologias e técnicas providas e incorporadas principalmente da Arqueologia e da Arquitetura (STEADMAN, 1996). Nesta linha, há distintas perspectivas de análises, como a análise estratigráfica, espacial, de movimentos e de circulação (SEABRA, 2020, p. 57).

Na intenção de “ler” a organização, circulação interna na casa e compreender as possíveis formas que os cômodos inter-relacionam-se pela análise espacial, usufruo do método de Análise *Gamma*, um conjunto de ferramentas metodológicas que compõem a Teoria da Sintaxe Espacial desenvolvida pelos arquitetos Bill Hillier e Julienne Hanson (1984). A sintaxe espacial trata-se de um método para representar e analisar a configuração espacial no interior e em torno dos espaços arquitetônicos e, desta forma, possibilita a investigação acerca de como os ambientes funcionam, relacionando rigorosamente variáveis sociais a formas arquitetônicas (HILLIER; HANSON; PEPONIS; HUDSON; BURDETT, 1983, p. 49).

Primeiramente, a Análise *Gamma* carece da produção de um ou mais gráficos espaciais a partir de plantas baixas. Espaços, cômodos e ambientes cobertos e descobertos são convertidos em círculos denominados de nós (*nodes*), já aberturas, portas e filtros de distribuição como corredores retratando os acessos tornam-se linhas designadas como conectores (*edges*), enquanto o espaço externo que se une à entrada principal (formal) e alternativa (ou de serviços) é indicado por um círculo com uma cruz (HILLIER; HANSON, 1984; BLANTON, 1994).

O resultado é um esquema de permeabilidade composto de conexões entre nós por conectores responsável por expressar características relacionadas a circulação e organização do interior de ambientes projetados e/ou construídos e a dependência entre eles para fins comparativos (BLANTON, 1994, p. 26). Cabe lembrar que as escadas, como demais espaços de transição, são consideradas e representadas como “nós”, justamente por funcionarem como “corredores verticais” permitindo a manutenção, separação e isolamento entre áreas e funções (BLANTON, 1994; LIMA, 1996, p. 134). Cabe lembrar que quando há mais de um pavimento, não devem ser e estar separados no gráfico de análise final.

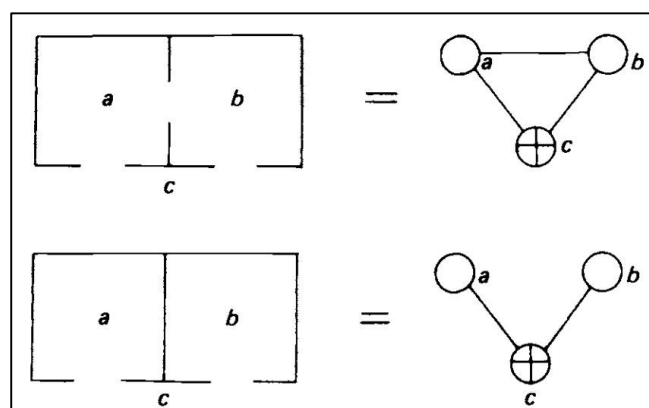


Figura 2. Exemplo da aplicação do modelo Gamma. Fonte: HILLIER; HANSON, 1984, p. 148.

O mapeamento destas conexões me interessa especificamente por evidenciar o grau de privacidade e possibilitar a classificação de espaços entre distributivos, não-distributivos e verificar o grau de controle de uns sobre outros (simetria/assimetria). Locais classificados como distributivos apresentam mais de uma opção de entrada/saída, e caracterizam-se pela aplicação de um menor controle sobre a circulação, enquanto os não-distributivos apresentam um maior controle sobre a movimentação dos cômodos por haver somente uma opção de acesso.

Uma casa mal integrada com poucos *links* (conectores) por nó reflete um desejo de manter um baixo custo de construção (minimizando o número de passagens por nó), sacrificando a escolha e a facilidade de uso [...] e, potencialmente, privacidade, se for o caso de viajar de um espaço deve envolver a passagem por outro espaço primário (BLANTON 1994, p. 32).

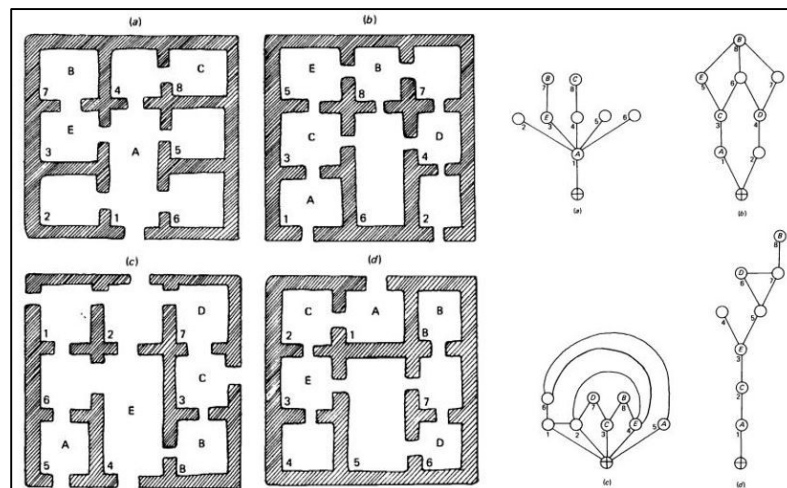


Figura 3. Modelos hipotéticos de edifícios e seus respectivos gráficos de permeabilidade. Fonte: HILLIER; HANSON, 1984, p. 150-151.

Com base nas residências que visitou durante sua estadia em Recife entre 1840-1846, o engenheiro francês Louis Léger Vauthier afirmou que “quem viu uma casa brasileira, viu quase todas” (VAUTHIER, 1943, p. 143). A figura acima pode ser utilizada como meio de contrariar a citação de Vauthier. Como o exposto, em termos de geometria e de gráficos de adjacências, todas as quatro plantas podem ser similares ou até idênticas a alguns olhares, mas com suas transformações em gráficos ou “mapas” de permeabilidade as diferenças relacionadas a distribuições de espaços começam a surgir (HILLIER; HANSON, 1984, p. 150). Enquanto os edifícios “a” e “d” caracterizam-se como não-distributivos, os exemplares “b” e “c” mostram-se distributivos.

Trigueiro, ao se deparar com o mesmo excerto de Vauthier, opta pela mesma aplicação do modelo de análise *Gamma* a um sobrado em Olinda e outro em Recife, e verifica variações no arranjo espacial de plantas e estruturas aparentemente idênticas (TRIGUEIRO, 2012).

Mesmo que enriquecedora para a proposta de interpretação do sobrado, devo reconhecer que como a execução de análises centradas na sintaxe espacial como o modelo *Gamma*, possui limitações e pontos negativos. Por tratar-se de uma análise descritiva, altamente mecanicista e adimensional, não envolve ou ignora a relevância dos *designs* arquitetônicos, a dimensão de espaços, a diversidade de funções, as estratégias culturais de privacidade e os particulares significados simbólicos atribuídos à cada cômodo (BLANTON, 1994, p. 30; ZARANKIN, 2001, p. 127-128; PEARSON; RICHARDS, 2005, p. 26; STANCHI, 2008, p. 142).

Em adição ao uso da ferramenta anterior, complemento o estudo com a adoção de três índices elaborados por Richard Blanton (1994), constituídos por cálculos que proporcionam um aprofundamento da análise a partir de um quadro comparativo, quantitativo e qualitativo a respeito dos graus de circulação e acessibilidade em ambos os pavimentos de uma edificação.

Índices de escala: este índice consiste na contagem dos nós presentes nos gráficos de acesso e, conseqüentemente, dos espaços aparentes em uma edificação ou planta baixa, na intenção de medir o tamanho da estrutura. Quando é possível identificar o número de habitantes, obtém-se uma medida de metros quadrados por habitante;

Índice de integração: este índice relaciona-se com a circulação interna e expressa o grau de restrição da estrutura. Seu valor é obtido pela divisão entre a quantidade de nós (espaços) e a quantidade de conexões. Pelo cálculo implicar em resultados a partir do valor “- 1” como a quantidade mínima de conexão, assim como outros autores, opto pela adaptação de Zarankin (2001), o qual reverteu os valores resultando em, no mínimo, um acesso por nó. Quanto mais alto é o valor, mais distributiva é a estrutura, quanto menor e mais próximo de “1” é o valor, menos distributiva ela é.

Índice de complexidade: relaciona-se à acessibilidade de espaços. Se obtém o valor deste índice perante a divisão entre o grau de acessibilidade e a medida de escala. O resultado remete à variação funcional dos espaços e à quantidade deles necessários atravessar para alcançar a saída do edifício (isolamento e distribuição espacial).

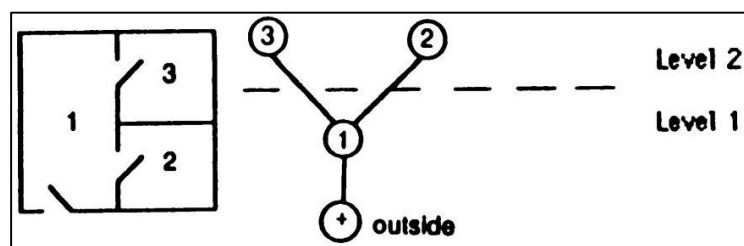


Figura 4. Planta baixa hipotética e seu gráfico hierárquico. Fonte: BLANTON, 1994, p. 37.

Tabela 1. Dados hipotéticos para cálculos dos índices.

Nós:	Acessibilidade:
1	1
2	2
3	2
Total:	5

Fonte: autor, 2022.

No exemplo, acima a estrutura é composta de três conectores e quatro nós, sendo um deles o espaço externo, que não é contabilizado pelos cálculos. O índice de escala acima é 3, enquanto o índice de integração $3/3=1$, ou seja, trata-se de um modelo não-distributivo tendo em vista que seu valor é o mínimo que se pode obter em qualquer estrutura. Já o índice de complexidade resulta na seguinte equação $5/3=1,66$, valor alusivo ao número de espaços necessários atravessar para se alcançar a parte externa.

Perante um levantamento bibliográfico direcionado à quantificação de publicações que envolveram o estudo de casas brasileiras do século XIX, inspirados em métodos e abordagens semelhantes, verifiquei que ainda há muito o que discutir no que diz respeito a temática no Brasil, principalmente na região Sul de Minas Gerais. Desta forma, pretendo contribuir às discussões abordando uma reflexão sobre as específicas relações e interações cotidianas entre pessoas e espaços, a partir desta casa Sul-Mineira no oitocentos. Como parâmetros de comparação e debate, destaco principalmente as seguintes produções, que mesmo diferindo em termos de problemáticas e balizes (temporais e espaciais), tendem a contribuir com o desenvolvimento desta proposta por apresentarem similaridades em termos de perspectivas teóricas ou metodológicas.

Nesta diversidade de contextos e temas, estes autores e autoras basearam-se em metodologias que compõem a sintaxe espacial ao pesquisarem diversos edifícios públicos (hospitais, galerias, escolas, reformatórios, museus, etc.) (MARKUS, 1993); escolas em Buenos Aires (ZARANKIN, 2001); os Centros Clandestinos de Detenção e Tortura (CCDT's) da ditadura militar argentina (ZARANKIN; NIRO, 2008) e Centros Oficiais de Detenção da ditadura civil-militar brasileira (LEMOS, 2019); o *Cuartel Terranova* no Chile (BAHAMONDES, 2011), o Presídio da Ilha da Pedras Brancas (BARETTA, 2015), o DOPS/MG em Belo Horizonte (COSTA, 2020); edificações hospitalares como o caso dos pavilhões da antiga Colônia de Leprosos Santo Antônio do Prata no Pará (LOPES, 2017), do atual Educandário Dr. Nogueira (PA) (SEABRA, 2020), do Hospital de Neuro-

psiquiatria Infantil de Belo Horizonte (MOREIRA, 2015) e do Hospital Colônia de Barbacena (MOREIRA, 2021).

Também foram abordadas fortificações catarinenses implantadas no decorrer do século XVIII (MOREIRA; SOARES, 2015) e habitações edificadas entre os séculos XVIII e XX na Argentina (ZARANKIN, 1999a), em Minas Gerais (CASSEMIRO, 2019), na região do Seridó Potiguar (OLIVEIRA, 2021), em Goiás com o Engenho de São Joaquim (SOUZA, 2007), no Rio de Janeiro com o caso da Vila Operária da Fábrica Confiança (STANCHI, 2008) e em São Paulo colonial com as casas bandeiristas entre os séculos XVII e XVIII (ZANETTINI, 2005).

Em síntese, estes autores, apoiados em metodologias espaciais semelhantes, mas introduzidos nos mais plurais momentos e contextos sensíveis e traumáticos, mas de resistências, me auxiliaram principalmente no processo de repensar as propriedades repressivas que a estrutura doméstica poderia assumir e conter.

Já a nível de base comparativa, detectei neste levantamento bibliográfico que seus respectivos objetos de análises apresentaram graus elevados de compartimentação e “fechamentos” (isolamento, profundidade, confinamento, etc.), próximos ou ainda semelhantes ao solar – segundo o que obtive em minha interpretação –. Foram estes principais traços que me levaram e permitiram uma apropriação e associação do contexto doméstico do Solar dos Ferreiras no decorrer do século XIX, suas circunstâncias coercivas e, as formas de evita-las, às características envolvendo as instituições totais e suas relações entre espaços panópticos destinados a grupos de sujeitos mais suscetíveis ao contexto do controle arquitetônico.

I.IV.II Agredir sem ferir? A violência do olhar

Em contrapartida, seja por não se atentarem, pela falta de interesse ou por dificuldades próprias advindas de seus respectivos objetos e contextos, com exceção de Bahamondes (2011), Baretta (2015) e Lemos (2019) com suas análises de percepções e sensoriais, não localizei em grande parte desta bibliografia especializada, menções referentes à importância e interferências de janelas ao controle interno dos edifícios, à produção dos gráficos de permeabilidade e para o estudo da sintaxe espacial, visto que o

êxito no controle sobre a circulação interna não depende exclusivamente de acessos proporcionados e viabilizados por portas.

Espaços com muitas, poucas ou nenhuma “abertura” significam algo. Além de símbolos de ostentação, locais de sociabilidades e vias à salubridade pela iluminação e ventilação, as janelas, varandas, pórticos e balcões como “olhos sem faces”, barreiras e ferramentas a visibilidade e invisibilidade em relação às oposições do interior/exterior (LIMA, 1996, p. 135; SOUZA, 2011, p. 104) podem possibilitar, a quem estiver à espreita, um tipo de observação que conduz ao controle e à normalização.

[...] uma janela não é somente uma abertura na parede, mas um sistema que deve permitir uma relação entre o interno e o externo – o eu e os outros –, autorizar práticas de apropriação e representação [...] De fato, a janela comanda toda a organização do espaço doméstico. [...] Elemento técnico cujas funções são a circulação do ar, a vista e a iluminação solar, a janela é também espaço de transição que relaciona o exterior com o interior. [...] o conjunto janela – associada à disposição do espaço interno – vai indicar uma mudança na atitude do indivíduo em relação ao exterior (SEGAUD, 2016, p. 128, 174).



Figura 5. À esquerda: mulher observando de maneira oculta escravizado sendo castigado. Pormenor de “Boutique de Cordonnier” (c. 1827-1835), J. M. Rugendas. À direita: homem observando escravizados da varanda. Pormenor de “Encaissage et pesage du sucre” (1861), Victor Frond. Fonte: Brasiliana Iconográfica.



Figura 6. Mulher observando senzala da varanda. Pormenor de “Habitation de nègres” (c. 1827-1835), J. M. Rugendas. Fonte: Brasiliana Iconográfica.

Observar nem sempre remete ao ato de controlar, mas de conhecer, prever e antecipar movimentos e, quando direcionado e “encarado”, um olhar pode punir,

chicotear, encorajar, estabelecer dominância e demonstrar desaprovação, descontentamento, interesse ou desgosto pelo modo que as pupilas dilatam-se em adição aos demais gestos corporais (expressões faciais, tom de voz, balançar da cabeça, etc.) (HALL, 1966, p. 65; RAPOPORT, 1990, p. 49)²². Considero que no contexto doméstico desta pesquisa, o ato de observar intencionalmente a fim de desaprovar ou regular ações com o propósito de compelir os sujeitos observados a agirem de determinadas maneiras, torna-se uma forma sádica de opressão, uma violência ocular (MARQUEZ, 2012; FOUCAULT, 2014) que gera desconforto, agride e fere privacidades sem requisitar contatos físicos.

Não se trata de uma perspectiva ocular-centrista, já que para a abordagem fenomenológica todos os sentidos estão entrelaçados e devem ser abordados em conjunto, uma vez que contribuem com as experiências como um todo, logo que “vemos com todo o corpo a partir do momento em que pensamos com nosso corpo, ao invés de somente com uma parte dele” (TILLEY, 2014, p. 38-40).

Posto isto, com o propósito de auxiliar na invalidação de alguns dos impasses identificados em análises de espacialidades sob abordagens convencionais citados, proponho aqui o desenvolvimento e a aplicação de uma nova ferramenta metodológica adaptada dos modelos apresentados acima, proposta que será explorada no último capítulo.

²² O termo “chicotear com os olhos” foi utilizado pela escritora Ana Maria Gonçalves, ao descrever em sua estória um momento em que uma sinhá pega no flagra uma de suas escravizadas beijando outro cativo na cozinha, sentindo raiva e ciúme da primeira, como se pudesse chicotear com os olhos (GONÇALVES, 2007, p. 235).

CAPÍTULO II: CONTEXTUALIZANDO ENTORNOS

II.1 A Princesa da Beira, Campanha: sertão, arraial, vila e cidade (séculos XVIII-XIX)

O território que atualmente compreende à cidade de Campanha passou por diversas mudanças, movimentos e conflitos em seus primórdios. Ao início do século XVIII, a região que compreende atualmente todo o Sul de Minas Gerais ainda estava em um processo de expansão demográfica e era tida como “sertão”, região associada ao desconhecido, selvagem, inabitado, perigoso, e, conseqüentemente, distante dos poderes de autoridades, no caso, as sedes das freguesias.

Segundo Araujo, este território conhecido como Sertão do Rio Verde começou a ser percorrido e ocupado por bandeirantes paulistas que, ao atravessarem a serra da Mantiqueira em uma busca desenfreada por indígenas e metais preciosos, atingiram as cabeceiras do Rio Verde (ARAUJO, 2008, p. 104).

Em 1692, essa parte do território havia sido percorrida por três sertanistas oriundos de Taubaté: Antônio Delgado da Veiga, João da Veiga e Miguel Garcia, o Velho, que lideravam uma bandeira que tinha como finalidade apresar índios. Nomeiam Pouso Alto e chegam a um afluente do rio Verde, que denominam de Baependi (ARAUJO, 2008, p. 104).

Uma característica das ocupações no Sul de Minas foi o surgimento e desenvolvimento de grande parte das terras do sertão em campanhas, conquistas e, conseqüentemente, em arraiais agrícolas a partir da ereção de pequenas ermidas que atendiam os habitantes pioneiros (CRUZ, 2016, p. 43-44). Estas capelas provisórias poderiam ser incorporadas a novas e mais “capazes” igrejas ou poderiam se tornar, posteriormente, igrejas matrizes, elemento gerador dos espaços urbanos (FONSECA, 2011, p. 430; BASTOS, 2012, p. 206).

As explorações auríferas nas Minas do Rio Verde, – como eram conhecidas –, situadas na Comarca do Rio das Mortes, mantiveram-se clandestinas até a década de 1730, situação que ficou marcada a partir de uma incumbência de D. Martinho de Mendonça de Pina e Proença (governador da Capitania) a uma expedição de cunho militar, liderada pelo Ouvidor de São João del-Rei em 1737.

Ao munir-se de mantimentos e soldados, o Ouvidor Cipriano José da Rocha liderou e partiu com sua comitiva na intenção de reconhecer a região, aperfeiçoar

caminhos e tomar posse em nome do rei, até as ditas terras em que ocorria explorações ilegais por parte de contrabandistas (ARAUJO, 2008, p. 105; FONSECA, 2011, p. 193).

Após dez dias de jornada – sendo dois deles destinados ao descanso – alcançaram a região de mais de vinte léguas. Como descreve em suas quatro cartas destinadas a D. Martinho de Mendonça de Pina e Proença, Cipriano mandou construir um rancho às suas custas e ordenou que todos fizessem o mesmo, “*com ordem de ruas, praças e igreja*”²³. O Ouvidor relata em sua primeira carta datada de 4 de outubro de 1737 que também demarcou a área para uma posterior edificação da Casa da Intendência e expôs a forma que deixou o arraial para que “*não sucedesse irregularidade, que se acha nas vilas destas Minas*”. Segundo o relato, as terras foram repartidas e o trabalho de mineração ficou a cargo de aproximadamente sete mil negros. Após dois meses de permanência, o ouvidor deixa a região e o arraial “*povoado com praça e ruas em boa ordem e muito boas casas*” (RAPM, 1896).

Em sua homenagem, o arraial foi batizado de São Cipriano, porém não perdurou, sendo logo denominado de arraial de Campanha do Rio Verde de Santo Antônio do Vale da Piedade (LEFORT, 1972, p. 40; ARAUJO, 2008, p. 107; ANDRADE, 2014, p. 35)²⁴. Pelo fato da região situar-se estrategicamente entre os caminhos do Rio de Janeiro e São Paulo, tendia a facilitar o escoamento de ouro, mercadorias e, conseqüentemente, promover disputas territoriais entre a Câmara da Vila de São João del-Rei e a Capitania de São Paulo.

Em uma região onde solos férteis e facilmente irrigáveis existiam em abundância, a terra só adquiria um real valor quando ela era objeto de disputas. Ou seja, quando ela se situava perto de centros de interesse para as populações dos arredores: uma capela, uma igreja matriz, um rancho de tropeiros à beira de uma estrada movimentada, um arraial dotado de lojas e vendas (FONSECA, 2011, p. 567).

Em 1743, o senado da câmara de São João del-Rei decide reafirmar o auto de ocupação da região enviando gente armada e oficiais da Câmara ao local, pois um representante do governo paulista alcançou o local no intuito de reivindicar o direito sobre o território do arraial (ARAUJO, 2008, p. 107-108).

²³ Na intenção de preservar termos e expressões retiradas das documentações produzidas ao longo do século XIX, optei por reproduzi-las mantendo suas grafias, destacando-as com itálico no decorrer do corpo do texto.

²⁴ Acerca do topônimo “Campanha”: campina, planície, extensão de campo (LEFORT, 1972, p. 39-40).

Ao final do século XVIII, mais precisamente em 1795, um grupo de moradores do arraial solicitaram à até então rainha de Portugal, a elevação do arraial à vila, baseado em argumentos como o expressivo desenvolvimento econômico e demográfico da região e a necessidade da implementação de chafarizes, pontes, calçamento de ruas, etc. (ARAUJO, 2008, p. 108-109; ANDRADE, 2014, p. 36). Vale ressaltar que estes moradores que marcaram presença neste requerimento não constituíam um grupo aleatório, mas dos letrados e mais influentes, preocupados principalmente com seus interesses financeiros. Sobre os critérios de avaliação:

Nem sempre o arraial que era elevado à categoria de vila era o maior, o mais populoso, o mais rico ou mais denso. Para a promoção de um arraial usavam-se critérios e argumentavam-se razões de naturezas diversas, as mais comuns eram a antiguidade, capacidade econômica, distância das sedes, extensão dos termos (este ligado à ideia de autossuficiência), densidade do povoamento, centralidade das sedes, títulos urbanos e funções administrativas, provas de fidelidade, fatos históricos, a capacidade de seus habitantes, morfologia urbana e elementos urbanísticos (CRUZ, 2016, p. 65-67).

Com a solicitação em mãos, a rainha optou por consultar a Vila de São João del-Rei acerca de tal pedido. Em oposição, a câmara de São João del-Rei argumentou que, embora a povoação contasse com cerca de oito mil vizinhos, deveria ser considerado suas qualidades, visto que eram em maior parte mulatos, mestiços e escravos, em um arraial de homens indignos de ocupar os cargo de vereadores e juizes, de uma igreja indecente e onde devido a falta de cuidado com as lavras, seu ouro era quase todo extraviado (RAPM, 1896, p. 461-462; LEFORT, 1972, p. 81).

Como mencionam Andrade e Araujo, na intenção de vencer a resistência imposta por São João del-Rei com sua preocupação da receita e conquistar a autonomia local pela demonstração de lealdade, fidelidade e vassalagem, moradores do arraial solicitaram formalmente a criação da vila homenageando a esposa do príncipe regente (futuro D. João VI), pelo nome da vila e pelo envio da terça parte das rendas anuais que seriam destinadas em cofres separados à princesa para suas despesas pessoais, conhecidas como os “alfinetes da princesa” (RAPM, 1896, p. 518; ARAUJO, 2008, p. 133-134; ANDRADE, 2014, p. 38).

D. Maria I, rainha de Portugal, decreta sob o alvará de 20 de outubro de 1798 e auto de criação de 26 de dezembro de 1799, a elevação do arraial à Vila de Campanha da Princesa da Beira, enfatizando principalmente o crescimento do número de habitantes e por ser uma das mais importantes povoações da Capitania de Minas Gerais (RAPM,

1896), período que o termo de Campanha abrangia as freguesias de Lavras do Funil, Pouso Alto, Santa Ana do Sapucaí, Camanducaia, Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde e Jacuí, como os julgados de Santana do Sapucaí, Itajubá e Jacuí, como se pode observar abaixo.



Figura 7. À esquerda: mapa da localização do município de Campanha/MG. Fonte: Google Earth. À direita: "Mapa de toda a extensão da Campanha da Princesa", c. 1799-1800. Ao centro, a Vila de Campanha da Princesa. Fonte: FONSECA, 2011, p. 417.

Ao contemplar o arraial com o título de vila, D. Maria I expôs a necessidade da construção de símbolos de correção a infratores como a câmara, a cadeia, e o pelourinho, de calçadas, arruamentos e tudo que condizia com a “boa ordem” e segurança pública (RAPM, 1896, p. 468; FONSECA, 2011, p. 512). O pelourinho foi levantado em 26 de dezembro de 1799 em frente à Real Casa de intendência (LEFORT, 1972, p. 84), local que compôs posteriormente o Largo da Matriz (atual Praça Dom Ferrão), e que segundo as cartas do Ouvidor, foi um dos primeiros locais a ser povoado.

Paralelamente, realizaram-se as eleições e posses a cargos de prestígio como de vereadores, escrivão de ofícios e juiz de fora (ANDRADE, 2014, p. 39), sendo somente o último remunerado. Até a instalação da casa de câmara ao final do século XVIII e início do século XIX, as reuniões teriam ocorrido em uma residência. Segundo as primeiras atas da câmara: “Ao primeiro dia do mes de janeiro do anno de mil e oitocentos nesta Villa de Campanha da Princesa, Commarca do Rio das Mortes em Cazas de residencia do Doutor José Joaquim Carneiro de Miranda e Costa, que por ora serve de Caza de

Camara” (RAPM, 1896, p. 476)²⁵. Em função da construção e afirmação política, da solidificação da malha urbana e dos contingentes demográficos, econômicos e comerciais de subsistência e exportação aos mercados, a Vila foi elevada à condição de cidade sob a Lei Provincial de 9 de março de 1840 (VEIGA, 1874, p. 49).

No período de formação, manutenção e consolidação do núcleo urbano e apogeu de Campanha entre as décadas de 1730 e 1820, surgiram dos mais simples aos mais ornados templos religiosos que, de acordo com Ferreira de Rezende, era “*o que constituía um verdadeiro barômetro ou melhor indicador da prosperidade de um lugar qualquer*” (REZENDE, 1987, p. 44). Ainda nas palavras do memorialista, no período que compreendeu sua infância a vila possuía por volta de seis templos: a igreja Matriz (Santo Antônio), a igreja de Nossa Senhora das Dores, a igreja de São Sebastião, a de Nossa Senhora das Mercês, a de São Francisco (construída em 1809 e demolida por volta da década de 1840) e a do Rosário (REZENDE, 1987, p. 44, 185; LOPES; CARVALHO, 2020, p. 260-261).

Dentre os templos mencionados, os três primeiros eram destinados a brancos, o quarto aos pardos e o último aos negros e escravizados (REZENDE, 1987, p. 185). Por ser a igreja próxima do Solar dos Ferreiras e templo de devoção da família Ferreira, me encarregarei especialmente da Igreja de Nossa Senhora das Dores mais à frente.

A Matriz presente na paisagem de Campanha durante a primeira metade do século XIX não foi a mesma edificada por ordem do Ouvidor na década de 1730 (entre 1737 e 1742). O templo antecessor foi levantado poucos metros à frente da atual, na parte central da colina, onde há nos dias de hoje as estátuas de Vital Brazil e de Alfredo Valladão, e contava com aproximadamente noventa e três sepulturas em seu interior (LEFORT, 1972, p. 64; CASADEI, 1987, p. 44)²⁶. Possivelmente por estar malconservada ou por não acompanhar/representar o desenvolvimento econômico, sacro, demográfico e político do arraial, foi demolida. A segunda Matriz, construída metros atrás, teve sua pedra

²⁵ “A implantação de uma vila instaurava uma série de providências, como o levantamento do pelourinho, instalação da Câmara – acomodada provisoriamente em “casas de morada” –, cadeia, eventualmente um quartel, etc.” (BASTOS, 2012, p. 206).

²⁶ Índícios da localização da primeira igreja Matriz e sua dimensão são relatadas por Vinícius Vilhena de Moraes, ao relembrar que durante uma reforma da Praça D. Ferrão entre 1932 e 1937, foram encontradas uma significativa quantidade de ossos, e “muita gente ficou apavorada ao ver a quantidade de ossos humanos que estavam sendo desenterrados e levados em carroças para o Cemitério Municipal” (MORAIS, 1988, p. 43; MORAIS, 1997, p. 157).

fundamental estabelecida em 21 de janeiro de 1787 e obteve a benção em 31 de março de 1822 pelo Vigário José de Souza Lima (BUENO, 1900, p. 87; MORAIS, 1987, p. 43).

Construída sob a Provisão Régia de 1759, a antiga igreja do Rosário situava-se acima da Matriz de Santo Antônio, no ponto mais alto da colina, local campestre, sem casas (REZENDE, 1987, p. 191) e, durante seu período de edificação do templo de Santo Antônio, a igreja do Rosário atuou para a sociedade como uma Matriz provisória (RAPM, 1896, p. 561). Por ser a igreja de devoção de negros e escravizados, ou pelo fato de não apresentar atributos de pompa e opulência presentes nas igrejas frequentadas por brancos, foi descrita por Rezende como “*sem nenhuma arquitetura*” (REZENDE, 1987, p. 191). Por não conter torres, a antiga construção de taipa apresentava em sua proximidade um sino junto de uma “*grande figueira ou gameleira que ali cresceu e se desenvolveu quase que pegada à igreja*” (REZENDE, 1987, p. 191).

A igreja de S. Sebastião foi construída a mando de Antônio Garcia em 1805, enquanto o templo das Mercês foi construída pela provisão régia do ano de 1815 (LEFORT, 1972, p. 101).



Figura 8. Mapa conjectural de Campanha em forma de planta. Fonte: CRUZ, 2016, 288-289.

Ao início do século XIX a economia e riqueza da região de Campanha dinamizou-se como núcleo produtor em torno da combinação de atividades têxteis (tecelagem e fiação), agrícolas e agropastoris, como abastecedor de gêneros a níveis de subsistência (praças locais e periféricas) e de exportação (ao mercado paulista e fluminense) e, segundo Marcos Ferreira, a mineração ainda rendia lucros neste período (LENHARO, 1993; ARAUJO, 2008, p. 192, 195; PASCOAL, 2008, p. 137-139; ANDRADE, 2014, p. 72; ANDRADE, 2021, p. 266), enquanto a presença da produção do café no Sul de Minas não data de antes da década de 1850 (PAIVA; KLEIN, 1992, p. 133)²⁷.

Campanha possuía um variado e significativo número de comércios, sendo considerada a sexta maior localidade em termos destes ramos (PAIVA; KLEIN, 1992, p. 133), e dos campanhenses e imigrantes recém-chegados, que desempenharam papéis nas atividades mercantis, me interessa voltar a atenção ao patriarca da família Ferreira no Brasil, metodologia que auxiliará posteriormente a situar o entrelaçamento inerente existente entre as trajetórias dos sujeitos com as desta estrutura doméstica.

II.II Sujeitos sem faces: uma narrativa das vidas partindo de estilhaços documentais

A história deste ramo familiar em Campanha iniciou-se com a chegada de Manoel Ferreira Lopes ao Brasil, em um período que não foi possível precisar. Filho de Luiz Ferreira Mole e Maria Lopes, imigrou de Portugal, mais precisamente da Freguesia de São Miguel de Borba de Godim, Arc. de Braga em direção ao Novo Mundo em meados da segunda metade do século XVIII, provavelmente na intenção de conquistar melhores oportunidades, condições de vida, riqueza e o tão disputado prestígio social (LEFORT, 1972, p. 79). Segundo Ferreira de Rezende, estabeleceu-se em Campanha como comerciante (REZENDE, 1987, p. 50), no entanto, sua trajetória até a região mineira ainda é desconhecida.

O registro mais antigo encontrado sobre Manoel data de 7 de outubro de 1775, um assento de batismo do arraial de Campanha em que o Quartel-Mestre surge como padrinho de Miguel²⁸. Em um registro posterior, datado de 14 de junho de 1779, aparece já acompanhado de Maria Eugenia de Jesus enquanto pais de Antonio, primogênito

²⁷ A região Sul-mineira se caracterizou pela grande produção de feijão, milho, arroz, queijos, tecidos, cachaça, açúcar, fumo, carne salgada, entre outros.

²⁸ Assento de batismo (1775), código: 260. CEMEC/SM.

batizado na Matriz do dito arraial²⁹. Por ter sido registrado no primeiro assento como solteiro, é possível concluir que conheceu sua futura esposa entre 1775 e 1779. Natural de Campanha e batizada em 10 de janeiro de 1762, Maria Eugenia de Jesus teve como pais João de Villas Boas e Josefa Maria de Jesus³⁰, “*cuja família se achava entrelaçada com a dos Machados de Oliveira, de S. Paulo, mas na qual, por outro lado, parece que havia alguns parentes caboclos*” (REZENDE, 1987, p. 50).

Desta união nasceram e batizaram ainda Mariana Barbara Ferreira (18/11/1780), falecida de uma “malina” em 1800, aos 19 anos de idade; Manoel Cursino (12/02/1783), João Pedro (03/07/1784), Miguel (09/10/1786), Francisco (15/05/1793) e Domingos (14/09/1796)³¹.

Nada foi possível identificar sobre as especificidades do comércio e as propriedades do casal ao longo da vida, a não ser a posse dos escravizados Francisca de Angola em 1778, Joaquim em 1781 e sua prole³².

Tabela 2. Informações coletadas de assentos de batismos de Campanha (século XVIII).

MANOEL FERREIRA LOPES:	MARIA EUGENIA JESUS:	BATIZANDO:	CONDIÇÃO:	LOCAL:	DATA:	CÓD.:
PADRINHO (SOLTEIRO)	-	MIGUEL	-	MATRIZ	07/10/1775	260
PROPRIETÁRIO DA MÃE (FRANCISCA, DE ANGOLA)	-	ANA	ESCRAVO	MATRIZ	10/08/1778	1933
PAI	MÃE	ANTONIO	-	MATRIZ	14/06/1779	1037
PADRINHO	-	JOANA	-	MATRIZ	17/07/1779	1055
PADRINHO	MADRINHA	CLARA	-	MATRIZ	04/07/1780	1284
PAI	MÃE	MARIANA	-	MATRIZ	18/11/1780	1341
PROPRIETÁRIO DOS PAIS (JOAQUIM E FRANCISCA)	-	LEANDRO	ESCRAVO	MATRIZ	06/03/1781	1404
-	MADRINHA	ANTONIO	ESCRAVO	MATRIZ	05/05/1781	1517
-	MADRINHA	MARIA	-	MATRIZ	03/06/1781	1519
PADRINHO	-	ANTONIO	-	MATRIZ	08/09/1781	1610
PAI	MÃE	MANOEL CURSINO	-	MATRIZ	12/02/1783	2018

Fontes: CEMEC/SM; Projeto Compartilhar.

²⁹ Assento de batismo (1779), código: 1037. CEMEC/SM.

³⁰ Informação encontrada em: <<http://www.projeto compartilhar.org/Familia/DomingosLemedaSilva.htm>>, acessado em 16 de junho de 2022.

³¹ Assentos de batismo (1779 e 1783), códigos: 1341, 2018. CEMEC/SM. Informação encontrada também em: <<http://www.projeto compartilhar.org/Familia/DomingosLemedaSilva.htm>>, acessado em 16 de junho de 2022.

³² Assentos de batismo (1778 e 1781), códigos: 1933, 1404. CEMEC/SM.

Não encontrei informações precisas a respeito do ano ou década de falecimento do português Quartel-Mestre e da campanhense D. Maria, mas ao vasculhar a transcrição da Décima Predial de 1811, uma das propriedades sob os maiores valores da Rua do Fogo foi nomeada como “*cazas de D. Maria Eugenia de Jesus e seus filhos*”³³. Neste momento, Maria encontrava-se abrigando esta residência possivelmente viúva com alguns de seus filhos ainda solteiros, entre eles, presume-se que estivesse Francisco de Paula, o futuro Comendador.

Simultaneamente, identifiquei na Lista Nominativa da Vila de Campanha da Princesa (1831), o registro de um domicílio chefiado por uma “Maria Eugenia de Jesus”, branca e de setenta e dois anos, informações que condizem com as demais fontes. Também se encontram listadas no mesmo fogo uma escravizada africana cozinheira de quarenta e quatro anos denominada Felicia, uma escravizada crioula de quatro anos denominada Barbara e duas mulheres brancas, Dionisia de cinquenta e quatro anos (bordadeira) e a costureira Maria Umbelina de dezesseis anos³⁴.

Dos filhos do casal Manoel e Maria Eugênia de Jesus, o que mais me ateno à trajetória de vida é Francisco de Paula Ferreira Lopes. O motivo de nomear este capítulo de “sujeitos sem faces” decorreu justamente pelo andamento de minhas escavações aos acervos documentais se mostrarem insatisfatórias no quesito da busca por fotografias, gravuras ou retratos dos membros da família que ocuparam o referido solar do Largo das Dores. Sobre sua aparência, somente as lembranças de Ferreira de Rezende podem contribuir:

Quando o conheci, ele já tinha mais de quarenta anos. Embora, portanto, tivesse uns olhos grandes e expressivos, uma testa espaçosa e com grandes entradas, um sorriso entre benévolo e altivo, e sobretudo uns belíssimos dentes que chegou a conservar por assim dizer até a sua morte; ele que era de baixa estatura, já então estava gordo; tinha todas as suas feições mais ou menos cheias; o seu nariz, ainda que não se pudesse dizer malfeito, ia-se tornando cada vez mais carnudo; os seus cabelos, que já estavam branqueando e que ele tingia, avermelhavam-se e endureciam-se; de sorte que já era antes um homem respeitável do que mesmo belo (REZENDE, 1987, p. 167-168).

Ferreira Lopes casou-se em primeiras núpcias com D. Anna Rita de Cássia em meados da década de 1810 (data do primeiro registro de batismo), e com ela teve cinco

³³ A transcrição da Décima Predial referente ao ano de 1811 foi consultada na tese de Cícero Ferraz Cruz (2016, p. 176).

³⁴ Lista Nominativa da Vila de Campanha da Princesa, 1831. Disponibilizado na plataforma Poplin – Minas 1830.

filhos. São estes: Francisca de Paula Ferreira (batizada em 1815), Gaspar José Ferreira Lopes (nascido em 1817), Francisco de Paula Ferreira Lopes Júnior (batizado em 1820), Bárbara Alexandrina Ferreira (nascida por volta de 1813) e Ana Rita de Cássia Ferreira (nascida por volta de 1816) (REZENDE, 1987, p. 50; KLINK, 2021a, p. 39)³⁵.

Filha do Sargento-Mor Gaspar José de Paiva e Leonor Francisca de Jesus, a esposa D. Anna Rita de Cássia não esteve registrada entre os herdeiros no inventário de seu pai de 1847 (falecido em 24/09/1846) pois, como menciona o próprio documento, já havia falecido de moléstia ou fatalidade que ainda desconheço³⁶. O lapso temporal que compreende o batismo do último filho deste casal em 1820, ao ano de 1822, D. Anna falece. Francisco de Paula Ferreira Lopes passa então às suas segundas núpcias com Marianna Candida Ferreira de Vilhena (jovem de uma renomada família), e este novo casal batiza sua primeira filha documentada³⁷.

Nascida em São João del-Rei por volta do ano de 1805, a segunda esposa D. Marianna Candida Ferreira de Vilhena era filha do Coronel Mathias Gonçalves Moinhos de Vilhena e de D. Iria Claudiana Umbellina da Silveira, irmã da inconfidente Bárbara Heliadora (VALLADÃO, 1937, p. 133-135; LEFORT, 1972, p. 79)³⁸. Segundo Valladão, Mathias Gonçalves foi descendente da nobre família dos Vilhenas e que, vindo de São João para Campanha na década de 1790, teve muito destaque na vida política, da fundação da vila no período da regência, “sobre tudo em torno dos movimentos que conduziram à Independência” (VALLADÃO, 1940, p. 119).

³⁵ Lista Nominativa da Vila de Campanha da Princesa, 1831. Disponibilizado na plataforma Poplin – Minas 1830.

Francisca de Cassia de Paula Ferreira Lopes. Pais: Francisco de Paula Ferreira Lopes e Anna Ritta de Cassia. Data do evento: 11 de abril de 1815. Local: Santo Antônio, Campanha – MG. Coleção de Registros: Brasil, Minas Gerais, Registros da Igreja Católica, 1706-1999.

Francisco de Paula Ferreira Lopes. Pais: Francisco de Paula Ferreira Lopes e Anna Ritta de Cassia. Data do evento: 24 de fevereiro de 1820. Local: Santo Antônio, Campanha – MG. Coleção de Registros: Brasil, Minas Gerais, Registros da Igreja Católica, 1706-1999.

³⁶ Disponível em: <<http://www.projeto compartilhar.org/DocsMgGL/gasparjosedepaiva1847.htm>>. Acesso em 17 de jun. de 2022.

³⁷ Maria Paula Ferreira. Pais: Francisco de Paula Ferreira Lopes e Marianna Candida de Vilhena. Data do evento: 07 de agosto de 1822. Local: Santo Antônio, Lambari – MG. Coleção de Registros: Brasil Batismos, Minas Gerais, 1688-1935.

³⁸ Sob outras diferentes nomeações é tratada ao longo das décadas e de diferentes fontes como: “D. Marianna Candida de Paula Vilhena” em 1826 (registro de batismo de Mattias); “D. Marianna Candida Ferreira de Vilhena” em 1830 (periódico “Pregoeiro”); “Marianna Brazílica Ferreira” em 1831 (Lista Nominativa); “Mariana Candida de Vilhena” em 1868 (seu inventário) e “D. Mariana Generosa Moinhos de Vilhena” em meados de 1887 (REZENDE, 1987, p. 50).

Este segundo casamento de Francisco resultou no nascimento de mais cinco filhos: Maria do Carmo, Iria (batizada em 1823), Marianna (nascida por volta de 1825), Mattias de Paula Ferreira Lopes (batizado em 1826) e Maria José Ferreira (REZENDE, 1987, p. 50-51; KLINK, 2021a, p. 40)³⁹. Mantiveram-se unidos do início da década de 1820 ao falecimento de Marianna, em 22 de abril de 1861 com aproximadamente cinquenta e seis anos.

Ainda sobre este documento, dois filhos estão ausentes, Francisca e Mattias. Sobre o segundo, há de considerar a hipótese de seu falecimento entre a segunda metade da década de 1820 e o início de 1830. Já a primeira pôde ser detectada pouco mais abaixo nas listagens, abrigando outro domicílio aos dezesseis anos com seu cônjuge Valério Ribeiro de Rezende de vinte e dois anos, além de mais dois escravizados. Pouco tempo depois deste registro podem ter abrigado o solar da família, local onde nasceu o memorialista Francisco de Paula Ferreira de Rezende em 18 de fevereiro de 1832 (REZENDE, 1987, p. 48, 52): “*A casa em que nasci, é o sobrado, que, descendo a rua Direita, forma do lado de cima a esquina do largo das Dores. Esta casa foi construída por meu avô*” (REZENDE, 1987, p. 48-49)⁴⁰.

³⁹ Como herdeiras de Marianna Vilhena ficaram D. Maria do Carmo Ferreira de Vilhena e Maria José Ferreira, casada com João Pedro Ferreira Lopes, já falecida no período de produção do inventário de sua mãe e deixou como herdeiros quatro de seus filhos.

Lista Nominativa da Vila de Campanha da Princesa, 1831. Disponibilizado na plataforma Poplin – Minas 1830.

Maria Paula Ferreira. Pais: Francisco de Paula Ferreira Lopes e Marianna Candida de Vilhena. Data do evento: 07 de agosto de 1822. Local: Santo Antônio, Lambari – MG. Coleção de Registros: Brasil Batismos, Minas Gerais, 1688-1935.

Iria de Paula Ferreira Lopes. Pais: Francisco de Paula Ferreira Lopes e Marianna Candida de Vilhena. Data do evento: 23 de agosto de 1823. Local: Santo Antônio, Lambari – MG. Coleção de Registros: Brasil Batismos, Minas Gerais, 1688-1935.

Mattias Vilhena Ferreira Lopes. Pais: Francisco de Paula Ferreira Lopes e Marianna Candida de Vilhena. Data do evento: 27 de março de 1826. Local: Santo Antônio, Campanha – MG. Coleção de Registros: Brasil Batismos, Minas Gerais, 1688-1935.

⁴⁰ Francisco de Paula Ferreira de Rezende cursou o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo na década de 1850, foi proprietário de terras, atuou como Juiz Municipal e de Orfãos de Queluz (1857-1861) e Leopoldina, Delegado de Polícia, Deputado Provincial entre a 15ª e a 16ª Legislatura (1864-1869), Procurador Geral da República, Vice-Governador de Minas Gerais e Ministro do Supremo Tribunal Federal, falecendo em outubro de 1893 no Rio de Janeiro, deixando 10 filhos (VALLADÃO, 1940, p. 383; VOZ DIOCESANA, 1972, p. 4; IEPHA, 1996, s./p.).



Figura 9. Francisco de Paula Ferreira de Rezende aos 42 anos de idade, em 1874. Fonte: REZENDE, 1987, s./p.

Dos oito filhos, seis morreram ainda jovens, restando somente Francisco e seu irmão Valério Ribeiro de Rezende (REZENDE, 1987, p. 51). Este casal teve ainda duas filhas, porém, não sobreviveram a um surto epidêmico de coqueluche em Campanha por volta do ano de 1835:

[...] nesse ano, como periodicamente sucede, apareceu na Campanha a coqueluche; e esta epidemia que nas partes mais frias de Minas é sempre tão grave, complicou-se desta vez com o sarampo, o que lhe deu um caráter por tal forma mortal, que muito poucas foram as crianças atacadas que ao mau não sucumbissem. E raríssimas, entretanto, ou talvez mesmo nenhuma, foram as que se conservaram imunes um uma semelhante epidemia. Como as outras, fui igualmente alcançado pelo mal; e tendo, como eu, sido atacadas as duas irmãs que então tinha e que foram também as únicas que tive, dos três fui eu o único que escapou; e ainda assim, como por vezes ouvi dizer, se, com efeito, escapei [...]. Eu não cheguei a conhecer bem a essas minhas duas irmãs; porque morreram quando a minha inteligência mal talvez começasse a despertar-se; mas não obstante, conservo de ambas algumas lembranças, sobretudo da primeira que se chamava Ana ou Anica, que era mais moça do que eu apenas dez meses, que era, como eu, muito magrinha, e com quem me lembro de ter brincado e até uma vez brigado. Da outra que se chamava Bárbara e que morreu muito criança, apenas me recordo que era muito gordazinha, e, ao mesmo tempo, muito clara, muito loura e de olhos azuis como meu pai. [...] me recordo do enterro de uma dessas minhas irmãs, indo ela em uma cadeirinha carregada por dois escravos fardados, dentro da cadeirinha um padre sentado, e diante do padre, sobre um tamborete com uma colcha de damasco o seu pequenino caixão (REZENDE, 1987, p. 54).

O pai Valério faleceu em 6 de agosto de 1846, enquanto sua esposa, D. Francisca de Paula Ferreira de Rezende veio a falecer em 23 de dezembro de 1883 (REZENDE, 1987, p. 248; KLINK, 2021a, p. 41).

Retornando aos filhos e filhas de Francisco de Paula, Gaspar Ferreira Lopes nascido em 1817, formou-se em medicina no Rio de Janeiro no ano de 1842, aos 25 anos de idade. Tempos antes de exercer a profissão de médico, contraiu morfeia, doença incurável para a época e, segundo o memorialista Antonio Casadei, Gaspar viveu seus últimos momentos de vida no sobrado pertencente à família, falecendo solteiro aos 29 anos em 14 de março de 1846 (CASADEI, 1987, p. 159).

A filha Bárbara Alexandrina Ferreira casou-se com o advogado e Tenente-Coronel Martiniano da Silva Reis Brandão em 1838 (REZENDE, 1987, p. 82) e, de acordo com o relato de Rezende, foram os próprios noivos que ajustaram a união e combinaram o pedido que deveria ser feito ao pai da futura noiva (REZENDE, 1987, p. 85)⁴¹. Tiveram como filhos Francisco Honorio Ferreira Brandão, Martiniano da Fonseca Reis Brandão, Barbara Eugenia Brandão, Julio Cesar Ferreira Brandão, Anna Mathilde Brandão, João Chrysostomo Ferreira Brandão, José Bento Ferreira Brandão e Carlos Alberto Ferreira Brandão (VALLADÃO, 1940, p. 132-134). D. Bárbara faleceu entre o final de 1886 e início de 1887, fato anunciado em um jornal de Itajubá na época:

No dia 28 do passado, na Estação das Palmeiras, em viagem da Côrte, para á Campanha, falleceu a exm.^a sra. d. Barbara Alexandrina Ferreira Brandão, idolatrada esposa do sr. cel. Martiniano da Silva Reis Brandão. A finada gosava alta estima e respeito por suas virtudes, e deixou seu digno marido esposo e seus filhos na maior consternação por tão lamentável perda. Enviamos-lhes nossas condolencias (A VERDADE, 1887, p. 3).

Em 1887, com o trigésimo dia de seu falecimento, o filho Carlos Alberto Ferreira Brandão concede liberdade à sua escravizada Margarida, referida como uma mucama que sempre acompanhou seus pais:

[...] A indelével memória daquele ente amado devo e pago este mínimo tributo de amor filial e desejo que, com atenção a ter sido ela o motor indireto da libertação a dita Margarida que não saia da companhia do meu pai ou de minha mana D. Ana, seus naturais protetores, até que se case ou tome outro conveniente destino, a juízo e aprazimento das pessoas a quem confio e a quem espero que nunca dê incômodo ou dissabores (CASADEI; CASADEI, 1989, p. 122).

⁴¹ Filho de João Chrysostomo da Fonseca Reis e D. Anna de Sanches Brandão, casada posteriormente com o Comendador Francisco Xavier Lopes de Araujo, Martiniano Brandão foi um advogado e líder do partido liberal em Campanha, declarando-se republicano entre as décadas de 1880-1890 (VALLADÃO, 1940, p. 131-132). Nasceu por volta do ano de 1816, e faleceu em 1892.



Figura 10. Suposta fotografia de Martiniano Brandão, sem data. Fonte: acervo particular.

Nosso Francisco de Paula Ferreira Lopes foi encontrado pela primeira vez nas documentações como Tenente de Milícias em 1815 (VOZ DIOCESANA, 1978, p. 3; CASADEI; CASADEI, 1989, p. 51), Procurador pela Carta-Patente de 1817, Vereador aprovado em 1822 (LEFORT, 1972, p. 95-96) e Secretário da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo entre 1820-1823 (LEFORT, 1972, p. 99). Em 23 de junho de 1823, devido os seus serviços prestados às causas do Império, foi condecorado enquanto Capitão de Milícias da Comarca do Rio das Mortes à Mercê do Hábito de Cristo⁴². Em 1828 é mencionado como Tenente-Coronel e aparece entre os eleitores da Vila de Campanha (ASTRO DE MINAS, 1828, p. 4), sendo no ano seguinte eleito à Suplente de Juiz de Paz (ASTRO DE MINAS, 1829, p. 2).

Figura 11. Assinatura de Ferreira Lopes em documento da Câmara, 1829. Fonte: CEMEC/SM.

Por prestar diversos serviços em prol da Coroa, a década de 1830 consistiu no período em que Ferreira Lopes mais adquiriu patentes, mercês e cobiçados cargos públicos, como o de Presidente da Câmara (PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, 1831,

⁴² Decreto agraciando com o grau de Hábito a Francisco de Paula Ferreira Lopes, data de produção: 18/6/1823. Código de Referência: BR RJANRIO 69.CAI.OCR.7870660.

p. 2). Assim como os irmãos Tenente Miguel, Tenente Manoel Purcino, Capitão Antonio Querino e o Major Domingos Ferreira Lopes, foi dono de uma loja e lavra (1831) (o que pode exprimir uma sociedade intrafamiliar), momento em que manifesta-se como o oitavo maior proprietário de cativos da Vila de Campanha da Princesa⁴³ e mediante as palavras de seu neto, Ferreira Lopes pode ter sido um dos primeiros, se não o primeiro entre os proprietários da região a obter um engenho deitado composto de cilindros em ferro.

E como naquele tempo os ingleses e americanos ainda não se tinham lembrado de vir atulhar os nossos mercados com todos esses seus hoje tão variados artefatos de ferro [...], teve meu Avô de mandar fundir na fábrica de ferro do Ipanema, em Sorocaba, três cilindros ocos, que depois de terem vindo em burros e com alguma dificuldade, foram ajustados sobre moendas de pau; o que deu em resultado, ficar aquele seu engenho exatamente como são os de hoje; mas com esta diferença contudo, que os cilindros eram inteiramente lisos e que as moendas eram de um tamanho muito maior do que as de hoje (REZENDE, 1987, p. 246).

Ao notar o declínio da economia derivada da extração mineral das lavras, longe de persistir, abandonou o ofício devotando-se às “causas públicas” e à sua loja de fazendas secas que, segundo Rezende, foi durante muito tempo uma fonte de constante e abundante renda a Ferreira Lopes (REZENDE, 1987, p. 167)⁴⁴. Esta informação pôde ser averiguada em um dos inventários ao constar que, além dos devedores que já haviam sido declarados anteriormente, deviam ao casal “duzentos e vinte e seis devedores de dívidas miudas, prescriptas e de difficil senão impossivel cobrança a quantia de tres contos oitocentos e setenta e dois mil seiscentos e oitenta e oito réis” (3:872\$688), rede de créditos derivada possivelmente de compras de clientes que ficaram de quitar as dívidas na loja⁴⁵.

O envolvimento com a propriedade e com os negócios estava inserido na lógica da prática política desses homens. Políticos porque proprietários, somente através da garantia ou expansão de suas propriedades é que poderiam dar continuidade à atividade política. Disto provém a vinculação entre ambos os níveis da realidade – política

⁴³ Lista Nominativa da Vila de Campanha da Princesa, 1831. Disponibilizado na plataforma Poplin – Minas 1830.

⁴⁴ Comercializava-se em lojas de fazendas secas artigos de armarinhos, instrumentos de trabalho e tecidos (linho, algodão, seda, etc.), enquanto os comércios de fazendas molhadas vendiam bebidas, grãos (arroz, feijão, milho, etc.), farinha, queijos, carne seca, toucinho, fumo, sal e demais mantimentos (FIGUEIREDO, 2004, p. 145; ANDRADE, 2014, p. 71).

⁴⁵ Entre alguns dos sujeitos discriminados que deviam ao inventariante, que sugerem uma rede de créditos comerciais, estão: “Antonio Joaquim da Silva Lemes (de Nação)” (5\$636), “Jose pardo escravo de Candido Ignacio Ferreira Lopes” (5\$640), “Enurenciana escrava de João” (48\$320), “Efigenia escrava de João Polidorio” (9\$710), “Antonio sapateiro escravo de João Braulio” (10\$980), “Rafael escravo do Padre Mestre João Damaceno Teixeira” (5\$200), “Zacharias escravo do Alferes Jose Antonio Rodrigues” (4\$120) e “Marcolino escravo de Dona Policena” (4\$340).

e negócios – que, pelo visto, constituíam duas faces de uma mesma moeda (LENHARO, 1993, p. 100).

Integrou como tesoureiro e sócio de uma associação voltada aos cuidados de presos e desvalidos denominada de Sociedade Filantrópica da Vila de Campanha (ASTRO DE MINAS, 1832, p. 3; LEFORT, 1972, p. 112) e foi aprovado como sócio efetivo da Sociedade Promotora da Instrução Pública (JSPIP, 1832, p. 4). Em 1832, seu acúmulo de cargos é questionado sob anonimato no jornal “Astro de Minas”:

Quem pergunta quer saber. Problemas há neste mundo que me trazem à cabeça à roda, e a sua completa resolução terminará com as dúvidas que tem muita gente boa. Como he Sr. Redactor que o Sr. Francisco de Paula Ferreira Lopes, sendo Presidente do Municipio da Villa da Campanha e as vezes Juiz de Fora pela lei, e sempre Juiz de Paz Supplente, e Concelheiro de Qualificação, para as Guardas Nacionaes, pode accumular o posto de Major do Batalhão da Parochia da dita Villa e exercitar estes cargos cumulativamente? Responda por obzequio ao amigo do Astro (ASTRO DE MINAS, 1832, p. 4).

Posteriormente, desempenhou a ocupação de Presidente da Sociedade Defensora Campanhense (1833), foi promovido a Coronel, o mais alto posto da hierarquia da Guarda Nacional, (O UNIVERSAL, 1834, p. 1; CARVALHO, 2012, p. 102) e eleito e reconhecido como Deputado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais durante a Primeira Legislatura (1835-1837) (O UNIVERSAL, 1835, p. 4; MARTINS, 1864, p. 46; RAPM, 1896, p. 54; VALLADÃO, 1940, p. 381). Seja a atribuição de votantes, vereador ou deputado, exigiam rendas mínimas anuais, “para ser deputado era preciso o dobro da renda do eleitor” (LENHARO, 1993, p. 101).

Com o falecimento de Joaquim Inácio Vilas Boas da Gama, o Coronel Chefe da 1ª. Legião de Campanha o substituiu no cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional, “cuja aptidão foi reconhecida pelo Conselho do Govêrno” (VOZ DIOCESANA, 1971, p. 3). Atuou como Comandante Superior da Guarda Nacional em uma “insurreição de escravos que se deu na fazenda de um dos [...] Junqueiras” (REZENDE, 1987, p. 65) ajudando a contê-la e, como seu neto se lembrou, tal evento teria ocorrido em um período anterior a 1836, o que pode tratar-se do evento conhecido como a Revolta de Carrancas de 1833, conflito que impactou a sociedade senhorial à níveis nacionais de diversas formas.

Os escravos cometeram contra a família do senhor as maiores atrocidades; a insurreição se estendia; e as circunstâncias se tornavam extremamente graves; quando meu Avô ao ter notícia do que se passava, mesmo sem ordem, fez partir a Guarda Nacional; a insurreição é imediatamente abafada; e as medidas que ele tomou

foram tão prontas e tão acertadas, que segundo ele dizia, mereceram do governo a mais completa aprovação e elogio (REZENDE, 1987, p. 65-66).

Formou em 1831 uma mesa administrativa do hospital de caridade (futura Santa Casa de Misericórdia) e se encarregou da organização dos preparativos para sua instalação, mantendo-se na ocupação de secretário, com a eleição das mesas diretoras em 1836 e 1851, ano de sua inauguração (ASTRO DE MINAS, 1836, p. 1; VALLADÃO, 1940, p. 482-483; MORAIS, 1997, p. 160-161; ARAUJO, 2008, p. 197, 200).

Enquanto acionista no ano de 1840, adquiriu quatro ações de 10\$000 réis cada da Companhia Industrial Mineira, uma fábrica de tecer e fiar algodão e lã estabelecida na cidade de Sabará (O UNIVERSAL, 1840, p. 2). Em 1845 o Comandante Superior da Guarda Nacional recebera um documento agradando-lhe com o título de Oficial da Ordem da Rosa⁴⁶. Em 1846 Ferreira Lopes foi citado no relatório do Presidente da Província de Minas Gerais como um dos cultivadores de chá em Campanha (VOZ DIOCESANA, 1968, p. 3; CASADEI; CASADEI, 1989, p. 78). Em uma reunião em 1854, esteve presente entre os responsáveis por orçar, arquitetar e planejar o início das obras do que seria futuramente o Teatro São Cândido (A NOVA PROVÍNCIA, 1854, p. 1; CASADEI, 1987, p. 72), e que, segundo os inventários do casal, investiu a quantia de 200\$000 réis em suas obras⁴⁷.

Em 14 de março de 1855, durante o Segundo Reinado, é nomeado à Comendador pela Comenda da Ordem da Rosa, acompanhado de quinze sujeitos provindos das Províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro⁴⁸. Em 23 de setembro de 1859, o Comendador é gratificado na sessão de notícias do “O Sul de Minas” enquanto delegado de polícia responsável por capturar o “*negro assassino, que passeava ufano e ameaçador na povoação das Aguas Virtuosas*” (O SUL DE MINAS, 1859, p. 4). Já no ano de 1860 atuou como Presidente da Sociedade Carnavalesca para a realização do primeiro Carnaval de Campanha (O SUL DE MINAS, 1860, p. 4).

⁴⁶ Decreto agradando com o grau de Dignatário, data de produção: 2/12/1845. Código de Referência: BR RJANRIO.69.CAI.ORO.7890153.

⁴⁷ Inventário *post-mortem* de Marianna Candida Ferreira de Vilhena, Campanha (MG), nº. 20, caixa 44, ano: 1868.

Inventário *post-mortem* de Francisco de Paula Ferreira Lopes, Campanha (MG), nº. 6, caixa 65, ano: 1888.

⁴⁸ Decreto agradando com grau de Grã-Cruz, data de produção: 14/03/1855. Código de Referência: BR RJANRIO 69.CAI.ORO.7890413.

Durante o período que diz respeito à abertura do inventário de sua esposa e a partilha de bens, partindo do monte-mor (15:474\$543) evidenciei um maior investimento do casal em propriedades, seguido de bens semimóveis (mobiliário, utensílios, ninharias, etc.) e escravaria, constituída por apenas um casal de escravizados idosos (400\$000). A afluência e excesso de dívidas passivas e ativas, enquanto valores superiores a qualquer outra concentração, podem indicar que neste intervalo a fortuna pôde não ter correspondido aos padrões de vida e prosperidade similares aos das décadas de 1820-1830, indicando um declínio econômico, mesmo que momentâneo ou transitório (KLINK, 2021a, 2021b).

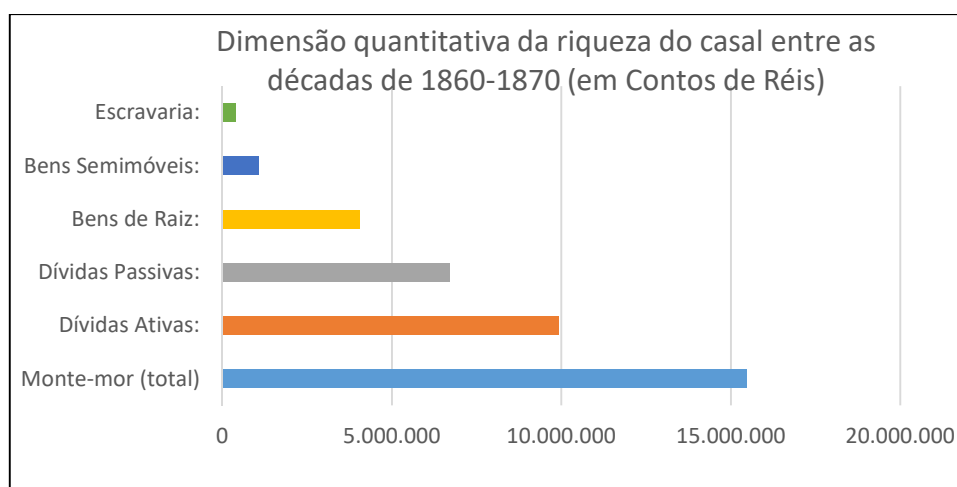


Gráfico 1. Dados, categorias e valores extraídos segundo o inventário post-mortem (1868). Fonte: CEMEC/SM.

Suas últimas aparições no corpo documental foram enquanto negociante de fazendas secas (MARTINS, 1864), proprietário (VEIGA, 1874) e finalmente 1º Suplente de Justiça e Juiz Municipal (VEIGA, 1884). O Comendador Francisco de Paula Ferreira Lopes vem a falecer em dezembro de 1886 (REZENDE, 1987, p. 52), com noventa e quatro anos, permanecendo atualmente homenageado em uma das ruas centrais do município campanhense, a Rua Com. Paula Ferreira.

II.III O Solar dos Ferreiras no cenário urbano

O antigo sobrado da família Ferreira e Vilhena é um ótimo exemplar para se abordar os valores e o emprego de códigos e signos que compõem a intensa herança arquitetônica acadêmica (Sul) mineira dos séculos XVIII e XIX. Erigido estrategicamente em um lote que compunha já a região urbanizada e de maior movimento social e econômico da Vila de Campanha, o solar gozava da vantagem proporcionada às

construções de esquinas ao conceder à sua fachada lateral o contato com a Rua Direita, estabelecendo de modo simultâneo uma interação com o concorrido Largo das Dores pelo intermédio de sua fachada principal (REIS FILHO, 2000, p. 26).



Figura 12. Sobrado e obelisco comemorativo aos 200 anos de Campanha a partir do Largo das Dores. Fonte: acervo particular.

Construído sobre um lote retangular de 1125,05 m², sendo 1010,50 m² constituído por área ocupada pelo edifício, tendia a acompanhar e compensar “à mineira” (BENINCASA, 2007, p. 21, 77) o suave aclave da Rua Direita, sobre os limites laterais do lote urbano em forma análoga às tradições urbanísticas e construtivas portuguesas e medieval-renascentistas, de modo que⁴⁹:

[...] as residências eram construídas sobre os alinhamentos das vias públicas, em lotes mais ou menos uniformes, com cerca de dez metros de frente e de grande profundidade. Esta uniformidade dos terrenos correspondia à própria uniformidade arquitetônica das casas, a qual era fixada nas Cartas Régias ou em posturas municipais que determinavam as dimensões e número de aberturas, a altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas (SYMANSKI, 1998, p. 71).

⁴⁹ De acordo com Carlos Lemos, a arquitetura mineira deste período sempre teve a característica de respeitar o perfil natural dos terrenos, ao contrário do exemplo paulista que quase sempre artificializava os sítios de implantação fazendo terraplenos (LEMOS, 1989, p. 43).



Figura 13. Sobrado acompanhando o aclave da Rua Saturnino de Oliveira (Rua Direita), entre as décadas de 1950-1960. Fonte: Acervo Particular.

Mas ao contrário do que se pode imaginar acerca da fachada principal, a estrutura não é composta de um porão alto “habitável”, mas de oito pequenas aberturas quadradas que garantiam a ventilação do assoalho em madeira dos primeiros cômodos de entrada do pavimento térreo que, devido ao desnível imposto pelas ruas, eram acessados com a ajuda de alguns degraus em pedra (CRUZ, 2016, p. 166, 364).

A casa como um artefato, ilustra características morfológicas que remontam a modismos arquitetônicos e estilísticos à níveis internacionais, nacionais, regionais e locais adotados por seus proprietários durante seu período de edificação ou de intervenções apresentadas ao longo dos séculos e décadas. Seu *design* não foi planejado acidentalmente, mas impulsionado por processos que permearam o contexto que esteve envolvido (GLASSIE, 1975, p. 114). Ao que foi possível observar e inferir acerca de todas as representações, o solar apresentava uma tipologia de casas sedes encontradas especificamente em fazendas fluminenses e mineiras do século XVIII, mas adotara também a “modernidade” característica da tardia influência neoclássica na arquitetura doméstica brasileira, seja no momento de sua construção ou com alguns sutis acréscimos inseridos durante alguma reforma posterior.

Esta tendência alcançou as terras brasileiras principalmente com a chegada da Missão Francesa no Rio de Janeiro em 1816 (composta por diversos artistas, cientistas, botânicos, etc.) e do estabelecimento da Escola Real de Ciências, Artes Ofícios (futura Academia Imperial de Belas Artes) em 1826, instituição que formou desenhistas, pintores, arquitetos e escultores responsáveis pela difusão de feições europeizantes no Rio de Janeiro e em diversas outras províncias (LEMOS, 1989, p. 48; SCHNOOR, 1995, p. 41; PEIXOTO, 2000, p. 60; BOSI, 2012, p. 228).

Após visitarem a Capital Ouro Preto e a Corte nas primeiras décadas do século XIX, – período em que o Rio de Janeiro modernizava-se atuando como irradiador de reformulações higienistas na arquitetura (LEMOS, 1989, p. 46) –, os proprietários regressavam às suas regiões na esperança de reproduzir e adaptar as formas e acabamentos de moradias urbanas e rurais que remontavam ao modelo da tradição luso-brasileira do período colonial. Buscavam características que remetiam à experiência do Neoclássico adotando algumas tendências às valorizações simétricas de intimidade/socialização nas divisões internas e em objetos que compunham as mudanças de costumes (SCHNOOR, 1995, p. 42, 44; BENINCASA, 2007, p. 74).

Pilastras, escadarias em pedra, a harmonização entre a distribuição de vãos, o revestimento de papéis de paredes, painéis importados e a utilização de cores suaves como rosa, branco, azul-pastel ou amarelo em paredes, forros, janelas e portas almofadadas e a adoção do arco pleno nas entradas mais formais foram alguns dos meios de tentar alcançar o estilo acadêmico (REIS FILHO, 2000, p. 117-118, 124; BENINCASA, 2007, p. 74)⁵⁰.

No caso do sobrado campanhense dos Ferreiras, optou-se pelas discretas inserções neoclássicas de uma bandeira em ferro forjado introduzido em uma verga em arco pleno como entrada formal e, ao redor deste eixo, e de maneira harmoniosa, distribuíam-se simetricamente quatro janelas de cada lado alinhando-se com o piso superior composto não de janelas que remetiam aos pesados modelos de folhas em guilhotinas, mas de suaves folhas de abrir internas envidraçadas, permitindo a entrada da luminosidade pelas bandeiras em madeira introduzidas em cada uma delas.

Acompanhavam, no decorrer de suas faces, a distribuição simétrica de quinze balcões isolados compostos de parapeitos e sacadas em ferro ornado batido, garantindo uma nova experiência entre o ambiente doméstico e as ruas, atuando também como signos de grandeza e opulência. Logo o sobrado continha mais janelas e balcões inseridos do que qualquer outro prédio público da vila, “a própria câmara, que era o edifício civil mais representativo da vila, possuía apenas sete janelas na fachada principal” (CRUZ, 2016, p. 165).

⁵⁰ “As novas influências observadas na corte desde meados do século XIX – como o neoclássico trazido pela missão francesa – não foram sentidas em Minas na mesma época. Algumas fazendas chegaram a sofrer intervenções de gosto neoclássico, como a substituição da verga reta da porta principal por verga de arco pleno ou o acréscimo de cunhais de argamassa sobre cunhais originais de madeira” (CRUZ, 2010, p. 102).

Estes elementos se enquadram no que Rocha-Peixoto delimitou como a segunda fase do neoclassicismo em terras brasileiras, correspondente ao período da chegada da família Real em 1808 à abdicação de d. Pedro I em 1831 (PEIXOTO, 2000, p. 64-67). O modo operativo disciplinar moral e social, como a racionalização apoiada em elementos decorativos clássicos no fenômeno neoclássico diluído nesta arquitetura colonial por meio de traçados em suas fachadas, agia de modo didático ao divulgar uma perfeição estética, um maior equilíbrio e harmonia ao emprego de novos valores sob uma ótica europeizada (PEIXOTO, 2000, p. 48, 81, 91, 127).

Em uma entre as quinas laterais voltadas à Rua Direita apresentava também um cunhal em alvenaria clara. A ausência de mais signos neoclássicos pode acusar o fato de evidenciar alguns elementos estruturais como:

[...] taipa de pilão, adobe ou pau-a-pique – portanto de terra – não permitiam o uso de colunatas, escadarias, frontões ou quaisquer tipos de soluções mais complexas. Nessas condições, as características neoclássicas ficavam restritas apenas a elementos de acabamento das fachadas, com importância secundária, como as platibandas, com seus vasos e suas figuras de louça ou as portas e janelas arrematadas com vergas de arco pleno, que vinham substituir os arcos de centro abatido, de estilo barroco (REIS FILHO, 2000, p. 124).

Segundo o que Rezende ouvira de seu avô repetidas vezes a respeito, a estrutura seria construída “de alto a baixo” em pedra, com alicerces enterrados entre doze e quatorze palmos que, entre os alicerces e muros, foram gastos entre quinze e vinte mil carros de pedras compradas a meia pataca o carro, concluindo que “*sem falar que aquele edifício era uma casa de luxo para o lugar, calcule-se unicamente o preço das pedras que nela se enterrou, e veja-se quanto não deveria valer em um lugar mais ou menos próspero*” (REZENDE, 1987, p. 49). Sendo a meia pataca um valor relativo a cento e sessenta reis, multiplicado pela quantidade de carros de pedras presumidos acima, obtém-se um valor entre 2:400\$000 e 3:200\$000 réis apenas em pedras empregadas na estrutura.

Ao contrário do que Rezende consagrou em suas reminiscências, além do pavimento térreo, ambos os pavimentos não eram compostos totalmente de pedras, algo que é possível observar nos remanescentes, onde identifiquei nas paredes e colunas um composto de pedras irregulares emparelhadas (cantaria) unidas e assentadas por argamassa a base de terra e outros materiais que, como a madeira, eram recolhidas do próprio entorno (CRUZ, 2010, p. 70). Em algumas das paredes foi notada a presença da

fixação de fragmentos de telhas do tipo “capa e canal”, revestimento optado ao acabamento ou proteção da argamassa (BENINCASA, 2007, p. 45)⁵¹.



Figura 14. Colunas compostas de emparelhamentos de pedras irregulares e argamassa. Fotografia: Caroline Ferreira, 2021.

Ao que tange a estruturação do pavimento nobre, é possível deduzir pelas espessuras das paredes que teriam sido confeccionadas sob a técnica de vedação da taipa de mão (pau a pique), situadas em um modelo estrutural de “gaiola” ou “estrutura autônoma de madeira” apoiada sobre bases de pedra que garantiam maior estabilidade e, sobre ela, o telhado (BENINCASA, 2007, p. 59; CRUZ, 2010, p. 70, 72; CRUZ, 2016, p. 166-167, 363-364; RIBEIRO, 2019, p. 68).



Figura 15. À esquerda: balcão e parede do pavimento superior, possivelmente em pau a pique, durante o incêndio de 1996. À direita: paredes e colunas do pavimento inferior em alvenaria de pedras irregulares. Fotografia: Foto Fênix, 1996.

⁵¹ A presença de telhas em modelo “capa e canal” unificadas a alvenarias de pedras também foram identificadas em: LIMA, Tania Andrade; SENE, Glauca Malerba; MORGADO, Andrea Jundi. Os lotes investigados e seus ocupantes: metodologia da pesquisa de campo. In: LIMA, Tania Andrade. (Org.). **Arqueologia Urbana**: estudo de uma vizinhança no Rio de Janeiro oitocentista. – Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020, p. 25-62.

II.III.I Biografia da casa

Desde o momento em que é concebido, passando pelo projeto, produção, uso, reconstrução contínua em resposta à mudança de uso, até sua demolição final, o edifício é uma história em desenvolvimento, cujos vestígios estão sempre presentes (MARKUS, 1993, p. 5).

A presença mais antiga desta casa no aporte documental se deu com a menção de Ferreira de Rezende a respeito de ter nascido na residência de seu avô em 1832 (REZENDE, 1987, p. 48-49). Ao analisar os registros do imposto da décima predial referentes à Vila de Campanha da Princesa confeccionados em 1829, notei que há um indivíduo abreviado como “Tenente-Coronel Paula F.” como proprietário sob a numeração “58” na Rua Direita, e em 1825, sob a mesma numeração, foi acompanhada do nome “Cap. Francisco de Paula”, patentes equivalentes aos períodos de obtenção por Francisco levantadas anteriormente⁵². De forma curiosa, no ano de 1825 este “imóvel” esteve isento do valor registrado envolvendo a décima e o rendimento anual, o que pode remeter a um período em que havia apenas um terreno em construção⁵³.

Não se sabe exatamente quando se deu o início e a finalização da construção da casa. Mas de acordo com o que as análises quase que cirúrgicas às fontes indicaram, motivado pelo alcance gradativo em posições prestigiosas e honoríficas adquiridas pelos serviços, compras ou favores em contribuição da Coroa, pelas escolhas das estratégias matrimoniais, pelas alianças proporcionadas pelo compadrio, pela diversificação dos rentáveis negócios (pautada nos trabalhos cativos nas lavras e da loja) e pelo crescente número de filhos a partir do início da década de 1820, foi possível precisar que Francisco teve a necessidade e oportunidade de construir, entre 1825 e 1831, uma casa maior, mais luxuosa e mais condizente com os padrões de vida, com o renome almejado pela família e como uma forma de exibir distinção social.

⁵² Livro de Lançamento da Décima Predial da Vila de Campanha da Princesa (1825), documentação microfilmada da Casa dos Contos de Ouro Preto, sob código do Arquivo Nacional (RJ), – Escola de Administração Fazendária – Fundação Roberto Marinho. Nº. do lote/rolo: 190, sub-lote: 09, nº. da caixa: 190, nº. do grupo: 11, nº. do código: 3273, quantidade de fotogramas: 17.

Livro de Lançamento da Décima Predial da Vila de Campanha da Princesa (1829), documentação microfilmada da Casa dos Contos de Ouro Preto, sob código do Arquivo Nacional (RJ), – Escola de Administração Fazendária – Fundação Roberto Marinho. Nº. do lote/rolo: 125, sub-lote: 14, nº. da caixa: 125, nº. do grupo: 03, nº. do código: 2260, quantidade de fotogramas: 15.

⁵³ Como o autor Cícero Ferraz Cruz, não descarto que em um período anterior à construção do solar, havia neste terreno outras construções, térreas e geminadas, características do século XVIII (CRUZ, 2016, p. 167).

Entre 1868 e 1876, período que compreende a abertura do inventário *post-mortem* de D. Marianna Candida e sua partilha de bens, registraram-se como bens do casal Ferreira e Vilhena “*Huma morada de casas de sobrado em seus respectivos terrenos a Rua Direita desta cidade*” no valor de 3:000\$000 réis, mas não há evidências que sustentem a possibilidade de tratar-se do Solar dos Ferreiras, nem mesmo seu destino após a finalização do documento, logo que, diferente de outras categorias de itens que foram herdados, todos os bens de raiz e escravaria continuaram em posse do marido⁵⁴.

Outros bens de raiz arrolados foram “*Huma Chácara em aberto no Cascalho dentro desta cidade*” (250\$000 réis) e “*Metade das terras e Águas Minerais das Congonhas em sociedade com a viúva de herdeiros de Antonio Joaquim Gomes*” (600\$000 réis), sendo possível supor que a morada de casas mencionada acima tratou-se do lugar em que ao menos o casal residiu.

Ao vender seu sobrado do Largo das Dores por volta de oito ou dez contos de réis (REZENDE, 1987, p. 49), como tentou lembrar o memorialista, o Comendador Francisco de Paula abrigou possivelmente posteriormente sua “*morada de casa na Rua do Hospício*”, registrada em seu inventário *post-mortem* aberto e concluído em 1888⁵⁵.

Segundo o que consta a cronologia aproximada das ocupações do solar realizada pelo IEPHA/MG, o sobrado foi adquirido pelo genro Martiniano da Silva Reis Brandão por volta da década de 1870, período que se tornou também residência da esposa D. Barbara Ferreira e de seus descendentes (IEPHA, 1996, s./p.). Mas a suposta forma de aquisição do imóvel pelo genro e pela filha ainda é desconhecida, e tornou-se muito difícil de precisar e esclarecer este lapso de/na documentação.

Sobre esta geração, há a informação de que com a recepção da notícia da Proclamação da República em Campanha, em 1889, diversos republicanos dirigiram-se para a residência do Tenente-Coronel Martiniano, onde realizou-se uma sessão extraordinária a fim de eleger uma comissão de cinco membros para representar o partido (BUENO, 1900, p. 56). Já ao início da década de 1890, em 31 de janeiro “[...] *em casa de residencia do chefe Dr. Martiniano Brandão, onde ha dias funcionava a Junta, depois de assignado pelo povo o manifesto, foram em seguida proclamados o novo Estado e a*

⁵⁴ Inventário *post-mortem* de Marianna Candida Ferreira de Vilhena, Campanha (MG), nº. 20, caixa 44, ano: 1868.

⁵⁵ Inventário *post-mortem* de Francisco de Paula Ferreira Lopes, Campanha (MG), nº. 6, caixa 65, ano: 1888.

Junta” (BUENO, 1900, p. 58), período que o sobrado da família Brandão fora indicado a tornar-se o palácio da presidência (REZENDE, 1987, p. 49) e utilizado por alguns meses como sede do Governo do Estado Minas do Sul (VOZ DIOCESANA, 1971, p. 4), para a ocupação da Junta envolvida no processo separatista dos municípios Sul-Mineiros para a constituição de um novo Estado, em que Martiniano defendia e liderava.

Entre o final do século XIX e início do século XX o sobrado serviu como estabelecimento hidro terapêutico da família Brandão e residência da família de parlamentaristas dos Leonel de Rezende, moradia que pode ter hospedado a Madre Angelina e a Irmã Joaquina após a chegada em Campanha no início do século XX (VALLADÃO, 1940, p. 514). Pelo péssimo estado de conservação que se encontrava, entrou à leilão entre 1925 e 1927 e foi arrematado pelo médico e político Jefferson de Oliveira, o qual pagou 90% do valor a Leonel de Rezende e 10% a Olímpio Ferreira de Souza e Silva (IEPHA, 1996, s./p.).

O Dr. Jefferson de Oliveira cedeu o prédio para o funcionamento da Escola Normal Oficial entre 1929 e 1937 e, para a implantação e funcionamento da escola, o solar passou por uma de suas principais reformas, adaptações e restaurações financiadas por ele.

Com o falecimento de Jefferson em janeiro de 1943 e, na intenção de cumprir suas últimas vontades, a viúva Anna Cândida Leite de Oliveira doou o imóvel ao município em 1944. Em 1973, a Prefeitura doou a edificação à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Nossa Senhora de Sion (FAFI-Sion) e fora tombado posteriormente à nível municipal pelo Serviço do Patrimônio Cultural, Histórico e Artístico (SERPHAM) sob o decreto 1412 de 1985 (IEPHA, 1996, s./p.). Outros usos locais foram o Governo Municipal, Escola Vital Brazil (1965-1966), sede da Prefeitura Municipal (1976-1993), do Lions Clube (1971-1983) e do Leo Clube (1974-1976), Câmara, Biblioteca Municipal e a partir do ano de 1994 abrigou comércios variados, uma fábrica de calçados, a Fundação Comunitária do Bem-Estar do Menor (CONBEM), a Associação de Artesãos e o local de reunião da Associação dos Alcoólicos Anônimos (IEPHA, 1996, s./p.; MORAIS, 1997, p. 39; KLINK, 2021, p. 28-29)⁵⁶.

⁵⁶ CAMPANHA, Sessão de Cultura e Patrimônio Histórico. Dossiê de Tombamento Centro Histórico de Campanha: exercício 2018, ano 2016.
Disponível em: <<http://istoecampanha.blogspot.com/2012/10/o-solar-dos-ferreira.html>>. Acesso em 27 de jun. de 2022.

Em 19 de maio de 1996 um relatório de vistoria elaborado pelo IEPHA/MG produzido para estabelecer os critérios para a restauração do patrimônio já denunciava as precárias situações estruturais do solar. Segundo o relatório, a cobertura estava em péssimo estado de conservação, apresentando inúmeros sinais de infiltração e danos causados por água (IEPHA, 1996, s./p.). Ainda sobre esta parte, apresentava no madeiramento a perda de material e degradação por conta da ação de insetos xilófagos, fungos e umidade (IEPHA, 1996, s./p.). Foram encontrados trincas, fissuras, desaprumos de alvenaria e descolamentos de revestimentos nas fachadas (IEPHA, 1996, s./p.). Grande parte dos pisos originais já haviam sido substituídos por pisos em cimentado natado e por tábuas que se mostravam em degradação intensa (IEPHA, 1996, s./p.). Os forros originais do tipo “saia e camisa” foram substituídos em grande parte dos cômodos e o que restou deles havia sido afetado pela ação de insetos e pela propagação da umidade (IEPHA, 1996, s./p.).

O documento alertava principalmente aos usos indevidos do imóvel, como a necessidade da retirada de uma fábrica de calçados que contava com a presença de materiais inflamáveis e de equipamentos que causavam vibrações na estrutura, podendo comprometer a fiação, até então encapada por pano (IEPHA, 1996, s./p.).

Segundo o que constam os inquéritos da polícia civil, devido a um curto-circuito na fiação de um cômodo no segundo pavimento, provavelmente o mesmo utilizado pela Associação dos Alcoólatras Anônimos (AA), entre 14:50 e 15:30 da tarde do dia 30 de maio de 1996, um incêndio se iniciou e consumiu a estrutura, destruindo-a pouco a pouco, sendo controlado por volta das 18:20, não deixando vítimas a não ser o próprio patrimônio secular tão envolvido com a história local e regional⁵⁷.

O que em dado momento foi um importante palco às histórias das sociedades dos séculos XIX e XX e dos sujeitos que ali viveram e frequentaram, atualmente consiste em negligenciadas ruínas compostas por paredes e colunas em pedras em um terreno pertencente à UEMG Unidade Campanha (Estado de Minas Gerais). Pela falta de visão ou interesse de encarregados do poder público do município ao longo de mais de vinte anos, ainda não explorou-se suas vocações turísticas e pedagógicas, ainda não tornou-se um local de apreciação ou um museu a céu aberto. Até então estas encantadoras e peculiares ruínas que colecionaram memórias seculares não foram reconhecidas como

⁵⁷ SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA. Inquérito Policial, Campanha/MG, 1996.

monumento histórico e cultural de Campanha e resguardadas com ações de proteção, nem mesmo alcançaram os habitantes locais, a não ser pelo seu grito de socorro e denúncia.

São Paulo tem sua garoa, Campanha tem seus sobrados. Em seus lugares vão sendo construídos prédios que não têm aquela beleza e imponência. [...] Tinha Campanha, em seu tempo, dezenas delas. Hoje só se fala em tombar os que restam mas, pelo que se vê, serão tombados pelo tempo. A Rua Direita tinha sete deles e hoje só tem cinco. [...] Até quando, ninguém sabe. O que resta dos prédios coloniais, dos sobrados? (MORAIS, 1997, p. 103).



Figura 16. Solar durante o incêndio em 1996, e após, em 2003. Fotografia: Foto Fênix; Foto Araújo.

II.III.II Delimitando o grupo doméstico

Dos 865 fogos distribuídos entre 35 quarteirões registrados no decorrer do recenseamento efetuado na Vila de Campanha da Princesa do ano de 1831, o domicílio de Ferreira Lopes, situado no segundo quarteirão, foi matriculado enquanto um dos mais amplos em termos de quantidade de “moradores”⁵⁸. Destes trinta e sete sujeitos, estavam inclusos sua esposa e filhos de ambos os casamentos, vinte e quatro escravizados e ao final o que foram interpretados como quatro agregados. Entre estes possíveis funcionários do comércio de Francisco de Paula, o irmão João Pedro Ferreira Lopes aos 47 anos, referido como caixeiro⁵⁹.

Ora meu Avô tinha um irmão, o Alfredo João Pedro Ferreira Lopes, que nunca se casou e que nunca saiu da Campanha. Sendo mais velho do que meu Avô, parecia sentir por este uma espécie de fascinação; pois que nunca o deixou [...]. Homem de uma simplicidade espartana;

⁵⁸ Graf e Andrade alegam que os sujeitos considerados como “agregados” nem sempre compunham a parcela mais pobre e desfavorecida da população, eram um grupo intermediário de indivíduos livres ou libertos subordinados e sujeitos a relações de dependência com os grandes proprietários de terras, mas poderiam representar boas oportunidades em uma relação entre pai/filho, sogro/genro, patrão/funcionário, etc. (GRAF, 2000, p. 91; ANDRADE, 2014, p. 61-62).

⁵⁹ Lista Nominativa da Vila de Campanha da Princesa, 1831. Disponibilizado na plataforma Poplin – Minas 1830.

sem nenhuma instrução a não ser a de ler, escrever e contar; esse meu tio, entretanto, tinha nascido com a bossa do comércio, e ninguém negociava melhor do que ele. Sem nunca sair da loja onde dormia, senão para ir uma ou outra noite muito raras vezes visitar a minha mãe, ele, como se fora do comércio fosse ou se considerasse um ser inútil, em nada se envolvia do que se passava na terra nada sabia ou procurava saber do que ia pelo mundo; e pode-se dizer, que viveu e morreu dentro da loja. Foi ele, pois, quem tomou conta desse negócio de meu Avô [...] (REZENDE, 1987, p. 167).

Dos 24 escravizados registrados, 14 homens destinavam-se ao ofício da mineração e 7 ao possível trabalho doméstico urbano (“de dentro”). Mais de três décadas depois, avaliou-se no inventário de D. Marianna Vilhena somente um casal em 200\$000 réis cada, o “Escravo Joaquim de idade 70 anos, de Nação” e “Maria Crioula mulher do mesmo, de idade 60 anos”. Em razão de não possuírem personalidade jurídica, eram tratados pejorativamente nas documentações a partir dos prenomes seguidos de estimativas e indicativos de origens e/ou cores, como “crioulo, preto, mulato, cabra, pardo, etc.” (FURTADO, 2003, p. 53)⁶⁰.

Ambos já se apresentavam casados aos 26 e 22 anos, estando arrolados em 1831 em que foram seguidos de mais três crianças recenseadas sob a condição de “*crioulas*”. O que me levou a entendê-las como seus filhos, logo que seria improvável a compra de escravizados tão novos devido a possibilidade de gerarem mais gastos e prejuízos aos proprietários do que outros em idades superiores (DIAS, 2013). Joaquim pode ter sido enviado para a Corte para servir como pagem de Gaspar Ferreira Lopes, filho de Francisco, como constam as informações em uma carta escrita por Diogo Antônio Feijó em janeiro de 1838:

Quanto ao outro autógrafo — a carta — essa foi escrita de S. Paulo, pouco depois que Feijó deixou a regência; e sobre ela eu só farei uma única observação, e é que o Joaquim a quem se refere aquela carta, nada mais era do que um simples escravo apenas de meu avô e que servia de pagem na Corte a meu tio Gaspar. [...] CARTA. — "Sr. Gaspar. — Recebi a sua com prazer. Sinto os seus incômodos e estimarei que Joaquim esteja salvo: eu ando melhor mas ainda bem adoentado e sem esperança de voltar a meu antigo estado de saúde mas sempre pronto para servi-lo. Adeus, seja feliz como lhe deseja o seu amigo venerador e obrigado servo [...]"

A inexistência de mais escravizados em posse do Comendador na década de 1860 pode ser justificada pela venda de uma fazenda com toda a escravaria ao genro Valério

⁶⁰ “De Nação”: particípio do verbo nascer, designações de classificação satírica de grupos étnicos originários do continente Africano (REIS, 1986, p. 169; KARASCH, 2000, p. 37; AGOSTINI, 2011, p. 120-121). “Crioula/crioulo”: nascidos no Brasil (REIS, 1986, p. 15; KARASCH, 2000, p. 37).

entre 1842 e 1843, principalmente por ter contraído inúmeras dívidas e despesas ao início da década de 1840⁶¹:

Assim pois, quando chegou o ano de 1843, meu Avô, que, além de ter formado um filho e educado o outro, ainda tinha casado e dotado um grande número de filhas; e ao passo que fazia estas e tantas outras despesas mais ou menos úteis, ao mesmo tempo tinha gasto e esbanjado tantos e tantos mil cruzados em despesas dispensáveis, e por assim dizer insensatas; acabou por conhecer que a sua fortuna estava estragada [...]. Ora, meu Avô devia a meu pai alguns contos de réis; este não queria mais voltar para a fazenda que tinha em Sant'Ana de Sapucaí porque dela se havia desgostado e não esperava tirar grandes vantagens; e como por outro lado, meu Avô nunca tinha nascido para ser fazendeiro e possuía uma fazenda denominada Saco e que ficava légua e meia da Campanha na estrada que dela seguia para as Águas Virtuosas; concordou-se, que meu pai ficaria com essa fazenda; meu Avô dela lhe fez venda com toda a escravatura; e meu pai para ali se mudou com toda a família, a fim de começar de novo uma terceira ou quarta vida! (REZENDE, 1987, p. 171).

A expressiva quantidade de sujeitos recenseados homogeneamente neste domicílio em 1831 não implica em considera-los moradores da casa, mas sim em atores sociais dependentes ou sob tutela do chefe do domicílio e provedor econômico, no caso, Francisco de Paula. Escravizados especializados e agregados poderiam regularmente habitar tanto anexos, fogos próprios ou alugados nas proximidades, como longínquas propriedades rurais, “desde que continuassem a pagar porcentagem exigida de sua fêria diária. [...] desde que cumprissem as tarefas diárias na casa de seu senhor” (KARASCH, 2000, p. 186)⁶².

Ao que foi possível delimitar, Ferreira Lopes mantinha como terras entre a década de 1830 e 1840 a Fazenda do Saco, a fazenda da Sesmaria de Sant’Ana do Sapucaí, o solar do Largo das Dores e outra fazenda há mais de uma légua da cidade (REZENDE, 1987, p. 154)⁶³. Os dois primeiros bens de raiz foram vendidos ao início da década de

⁶¹ Como mencionam Paiva e Klein, o caminhar do processo de desenvolvimento de atividades voltadas à mineração com características de rápidas ascensões e declínios poderia resultar na diminuição de escravaria através de alforrias, vendas ou transferências para outras regiões em crescimento (PAIVA; KLEIN, 1992, p. 130).

⁶² João José Reis detectou o caráter costumeiro da presença de libertos e escravizados abrigando casebres de aluguel em Salvador, que na intenção de escapar do sufoco das lojas, providenciavam moradias alternativas, como quartos ou uma pequena porção destes espaços compartilhados com outros colegas, com pares sociais ou conhecidos já libertos (REIS, 1986, p. 219-221, 223).

⁶³ Carta de Sesmaria do Sertão do Rio da Serra: Freguesia de Santa Ana do Sapucaí, requerente: Francisco de Paula Ferreira Lopes, Campanha da Princesa/MG, 1823-1824, documento digitalizado e disponibilizado no Arquivo Nacional (RJ). Notação: BI 8.87, folhas escritas: 25.

1840 (REZENDE, 1987, p. 134, 171), mas poderiam conter previamente grande parte da escravaria voltada principalmente ao trabalho nas lavras.

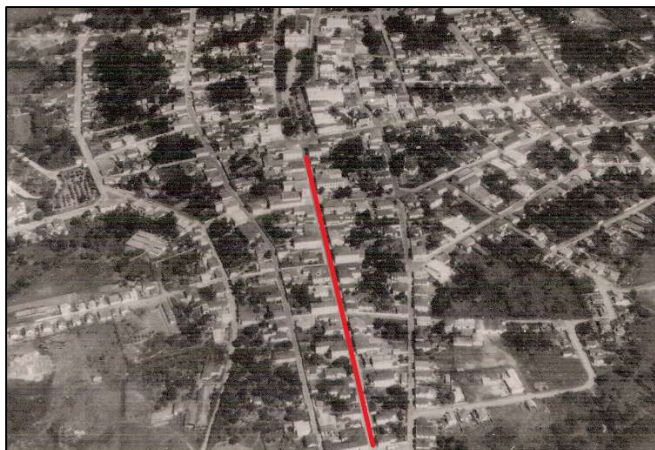
Neste caso, a composição do grupo doméstico poderia compreender Francisco, sua esposa D. Marianna, os dois filhos e cinco filhas, sendo acompanhados por escravizados “de dentro” como o pagem Joaquim, a mucama Maria, seus descendentes, a lavadeira Bebiana, a cozinheira Lucia, a fiadeira Ignacia, a costureira Thereza e alguns dos agregados, como o irmão João Pedro que, segundo o neto materno de Ferreira Lopes, vivia na loja do irmão.

II.IV Entre o Largo das Dores e a Rua Direita

A rua, mundo exterior, âmbito da vida pública e lugar de tráfego, aglomerações, transações, exposição e atividades que geram, ao mesmo tempo, encontros e desencontros (DAMATTA, 1997). Como destaca James Holston, a rua é uma complexa configuração arquitetural e espacial a céu aberto responsável por conter e enformar fachadas e o chão, que através de um jogo entre a largura destas vias e a altura das edificações, possibilitam a impressão “de que o céu tem uma altura definida” (HOLSTON, 1993, p. 114-115).

Por atuar como um plano à arquitetura, mais precisamente, às edificações, estes elementos incorporam e ordenam conceitos e domínios do público definindo hierarquia e um contraste ao privado, representados pelas fachadas domésticas e comerciais, e corporifica um princípio de ordem arquitetônica representando e constituindo a esfera pública da vida civil e promovendo a geometrização espacial (HOLSTON, 1993, p. 111-114; AMADO, 2012). Como bem mencionam Cruz e Peixoto, as fachadas não são apenas fachadas de uma casa, mas fachadas da cidade, logo que obedecem a normas e padrões justificados coletivamente para se produzir determinado efeito de ordem almejado e não soluções individuais (PEIXOTO, 2000, p. 130; CRUZ, 2016, p. 28).

De acordo com Amado, o termo “direita” associado à rua refere-se ao conceito de abstrato de “direção”, remetendo às qualidades urbanas como elemento direcional e corresponde à distância mais curta entre dois pontos, remetendo a um elemento “reto”, sem sinuosidades, algo que, segundo a autora, não é sempre favorável devido às características físicas do local de implementação (AMADO, 2012, p. 27, 33). No entanto, a Rua Direita de Campanha é e foi realmente reta, direita (CRUZ, 2016, p. 149).



*Figura 17. Em destaque, o caráter retilíneo da Rua Direita. Pormenor da vista aérea de Campanha, sem data.
Fonte: CEMEC/SM.*

A partir da implantação da Casa de Câmara na recém elevada Vila de Campanha, no início da década de 1800, providências e deliberações envolvendo a higiene pública, ordenação, iluminação, conservação e alinhamento de casas, quintais e muros, esforçando-se para a realização de fiscalizações e melhoras nos espaços da paisagem colonial, envolvendo obras públicas encarregadas da construção e manutenção de chafarizes, pontes e pavimentação das principais ruas (FONSECA, 2011, p. 365, 514, 519; CRUZ, 2016, p. 102-103). Destas disposições, grandes partes podem ser notadas e pontuadas a partir da antiga Rua Direita, denominada em 1889 de Saldanha Marinho (CASADEI; CASADEI, 1989, p. 127) e posteriormente mantendo-se como Saturnino de Oliveira, topônimo atual.



Figura 18. Fotografia representando a vista do “início” da Rua Direita, c. década de 1890. Fonte: CEMEC/SM.

A Rua Direita, dos períodos auríferos até os dias atuais é uma das principais vias de entradas de Campanha, “a rua dos sobrados imponentes, envidraçados, avarandados e

com sacadas. Rua dos grã-finos, como se comentava na época” (MORAIS, 1997, p. 44)⁶⁴. Foi provavelmente a via de entrada dos cientistas Carl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix ao alcançarem a Vila da Princesa da Beira ao final da década de 1810: “*Aqui, vimos diversas e bonitas casas de dois pavimentos, providas de janelas envidraçadas, um dos mais custosos artigos do interior do Brasil*” (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 240).

Como as ruas do Fogo (atual Dr. Brandão), Tristão Alvarenga e demais vias centrais (MORAIS, 1988, p. 143), era completamente pavimentada com o calçamento conhecido popularmente como “pé-de-moleque” e possuía calçadas ou passeios em “pedra de S. Thomé”. A Rua Direita foi uma das primeiras ruas da cidade em que se retirou e se substituiu as características pedras brutas pela opção em paralelepípedo, em 1928 (MORAIS, 1988, p. 150, 154; MORAIS, 1997, p. 21).



Figura 19. Rua Direita com o característico calçamento colonial, década de 1910. Fonte: CEMEC/SM.

Em seus relatos, acerca do período alcançado pelo autor, Vilhena de Moraes relatou que “o calçamento das ruas era feito em forma de baús [...]. Não tinha meios-fios e as enxurradas corriam pelo meio das ruas em verdadeiro caudal. Algumas ruas eram sangradas nos cruzamentos por valetas calçadas de pedras, mas nem todas” (MORAIS, 1988, p. 143). Dado à precariedade de esgotos pluviais, o calçamento era costumeiramente arrancado à força pelas enxurradas, levando os blocos de pedras ruas abaixo causando grandes danos às ruas e um impossível trânsito aos carros de bois (MORAIS, 1988, p. 144, 150).

⁶⁴ Rua Direita: “*rua principal, a primitiva, a maior e mais importante [...]*” (RAPM, 1896, p. 291).

Em 1811, primeiro ano de aplicação do imposto da décima predial em Campanha, foram registrados por volta de 79 imóveis entre a Rua Direita e possivelmente grande parte do Largo da Matriz, trajeto listado com a maior quantidade de casas. A rua contava com 77 imóveis em 1825 e 1829, mantendo-se como a rua de maior quantidade de casas registradas e a de valores totais e médios mais altos entre o período de início do imposto em Campanha ao final (1811-1829)⁶⁵:

Esta média, de 1\$550 réis, é bastante superior à média de São João del-Rei, a vila cujo valor médio era o mais alto da capitania: 1\$180 réis. O fato de a Rua Direita ser ao mesmo tempo a rua com o maior número de casas, e com valor médio mais alto, mostra que esta realmente era a rua principal da vila. Ruas com grande quantidade de casas tendem a ter valor médio baixo, pois é difícil haver uma rua grande, valorizada e com boas casas ao longo de toda sua extensão (CRUZ, 2016, p. 145).

Possivelmente, como uma medida da câmara, a Rua Direita tendia a assumir e afunilar-se em uma espécie de forma de “rua em fileiras” ou “rua-corredor”, que, sob a inexistência de jardins e quintais frontais, delimitava-se pelas fachadas de prédios emparelhadas umas às outras, contíguas em mesma linha em relação à calçada, com suas portas, janelas e balcões voltando-se ao espaço de passagem, delimitando-o (HOLSTON, 1993, p. 109, 112, 125; D’INCAO, 2004, p. 228).

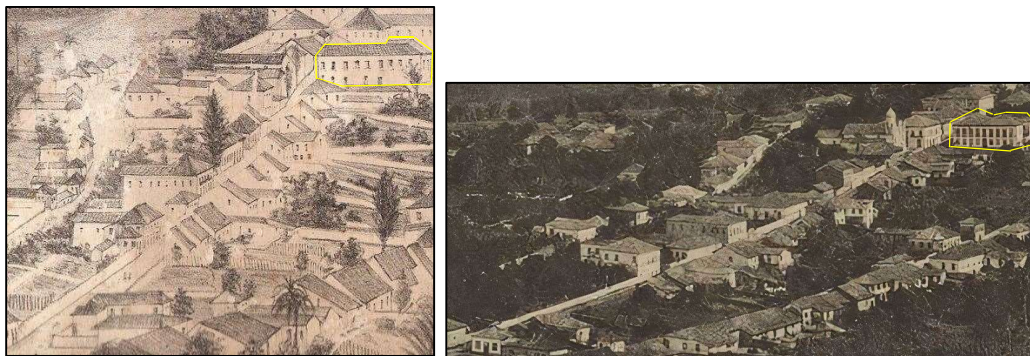


Figura 20. Pormenores da Rua Direita a partir das panorâmicas da Cidade de Campanha, com destaque à localização do solar. À esquerda: litogravura produzida entre as décadas de 1850-1860. À direita: fotografia do ano de 1874. Fontes: CEMEC/SM; Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

⁶⁵ A transcrição da Décima Predial referente ao ano de 1811 foi consultada na tese de Cícero Ferraz Cruz (2016, p. 170-185).

Livro de Lançamento da Décima Predial da Vila de Campanha da Princesa (1825), documentação microfilmada da Casa dos Contos de Ouro Preto, sob código do Arquivo Nacional (RJ), – Escola de Administração Fazendária – Fundação Roberto Marinho. Nº. do lote/rolo: 190, sub-lote: 09, nº. da caixa: 190, nº. do grupo: 11, nº. do código: 3273, quantidade de fotogramas: 17.

Livro de Lançamento da Décima Predial da Vila de Campanha da Princesa (1829), documentação microfilmada da Casa dos Contos de Ouro Preto, sob código do Arquivo Nacional (RJ), – Escola de Administração Fazendária – Fundação Roberto Marinho. Nº. do lote/rolo: 125, sub-lote: 14, nº. da caixa: 125, nº. do grupo: 03, nº. do código: 2260, quantidade de fotogramas: 15.

Ao buscar tentar compreender os usos comerciais e domésticos concedidos às propriedades desta rua, nada foi constatado sobre a primeira metade do século XIX. Já a partir da década de 1850, localizei a loja de fazendas e livros de Lourenço Xavier da Veiga (A NOVA PROVÍNCIA, 1854, p. 4), um anúncio de aula de música (vocal e instrumental) em casa de Francisco Lucio de Paula Victor (A NOVA PROVÍNCIA, 1854, p. 4), a mudança da Typographia Austral de João Pedro da Veiga Sobrinho da Rua do Comércio à Rua Direita (A NOVA PROVÍNCIA, 1855, p. 4), o atendimento do dentista e cabeleireiro José Adolpho em sua residência, onde também afia-se instrumentos de cortes e cirúrgicos (A NOVA PROVÍNCIA, 1855, p. 4), uma botica de Saturnino Dias Pereira de Oliveira (O SUL DE MINAS, 1860, p. 4), uma biblioteca (VEIGA, 1874, p. 79) e a fábrica Braz Masullo de licores e águas gasosas recém transferida para a Rua Direita, em frente à “*Pharmacia Oliveira*” (COLOMBO, 1878, p. 4).

Em diversos títulos de jornais moradores locais queixavam-se e pediam providências à câmara devido aos estados que se encontravam a cidade, sendo o foco destas reclamações o acúmulo e presença da imundice, da vegetação, de águas estagnadas e lamaçais que impediam ou atrapalhavam o transito em ruas como a da Varzêa, dos Bambús, da Prata e do Fogo (COLOMBO, 1878, p. 4).

Que as estradas estejam intransitaveis presentemente, depois das abundantes chuvas que tem cahido de Dezembro a esta parte, é factó natural e que, por maior previdencia e zelo que desenvolvesse a administração, seria difficil evitar; mas que dentro da cidade da Campanha, cuja fama corre meio mundo, haja atoleiros enormes, é o que não tem explicação e talvez muita gente não acredite. [...] Há poucos dias em frente a casa comercial dos srs. Guilherme & Fonseca quase morreram dois animaes carregados que ali passaram. A' custo de muito trabalho poderam tiral-os do grande atoleiro que existe naquella rua. Na rua das Almas já não pôdem passar carros nem tropas, porque arriscam-se a ficar enterrados na lama. Em quasi todas as ruas da cidade ha lamaçaes e aguas estagnadas – que além de dificultarem o transito, podem prejudicar a saude publica [...] (COLOMBO, 1879, p. 3-4).

Apesar da posição e situação da cidade, continuão muitas ruas cheias de immundice, de entulhos e charcos; continuão a grassar as febres a que nos temos referido; continua a camara municipal á dar pouca importancia a estas cousas. Nas ruas do Fogo, Formosa, do Marquez do Herval, dos Bambús, da Varzêa, na Praça do Mercado etc. [...], ha muito que fazer em beneficio da limpeza e hygiene publica [...] (COLOMBO, 1879, p. 4).

A ausência de mais anúncios de empreendimentos e a inexistência de reclamações envolvendo a falta de cuidado público com a Rua Direita podem reforçar o caráter

multifuncional desta via, sobretudo, majoritariamente residencial assumido por ela durante estes períodos e, respectivamente, sua importância ao estar isenta das principais queixas publicadas nos jornais e periódicos locais. Mas de forma contrária ao que se propaga, esta rua não era composta plenamente de “grandiosas” moradias das “melhores” e mais abastadas famílias, uma vez que valores mais altos da décima coexistiam com valores mais baixos, isto é, não foi possível localizar uma segregação espacial (CRUZ, 2016, p. 145).

Ao percorrer alguns metros desta rua, alcança-se em seu trecho médio o singelo Largo das Dores (atual Praça Dr. Jefferson de Oliveira), composto principalmente pela tríade de edificações que o circundavam e o caracterizaram por séculos: o Solar dos Ferreiras (atualmente como ruínas), o sobrado de construção atribuída a José de Jesus Teixeira ao final do século XVIII e a Igreja de Nossa Senhora das Dores⁶⁶.



Figura 21. Sujeitos posando para fotografia no Largo das Dores, c. década de 1900. Da esquerda para a direita: Igreja das Dores, sobrado associado ao minerador e Solar dos Ferreiras. Fonte: CEMEC/SM.

Destas três edificações, a mais antiga trata-se do sobrado associado ao português José de Jesus Teixeira. Vindo do Arcebispado de Braga durante a segunda metade do século XVIII, José estabeleceu-se em Campanha ainda enquanto arraial, atuando como proprietário de fazendas, escravizados, de uma extensa rede de créditos, de cinco casas em Campanha em 1811 e marcando presença na economia da mineração e de atividades

⁶⁶ Estes dois sobrados podem ser detectados na Figura 8 associados às numerações D26 (Solar dos Ferreiras) e D27 (antigo sobrado de José de Jesus Teixeira).

de criar e plantar (VEIGA, 1874, p. 53; CASADEI, 1987, p. 42; MORAIS, 1997, p. 125; CRUZ, 2010; CRUZ, 2016, p. 166)⁶⁷.

[...] acumulou grande fortuna, e sua opulencia proporcionava-lhe o prazer de fazer o bem. Residindo em uma casa contígua á pequeno largo resolveu edificar ahi um templo consagrado á Virgem, e aos operários dessa grande obra pagava o rico mineiro com ouro em pó, sem pesa-lo. Tão grande quantidade possuiu deste precioso metal que, segundo os apontamentos que nos forão ministrados por pessoa respeitável que o conheceu e que viveu em sua intimidade, chegou á encher de ouro alguns sacos de couro. Na porta da entrada de sua casa collocou José de Jesus um sino, que era tocado duas vezes ao dia; ao som delle corria a pobreza e todos que sentião fome, para receberem alimento para o corpo. Sua immensa liberalidade diminuiu um pouco sua grande fortuna, ao passo que a terra não se mostrava tão aurifera como d'antes. Tão bom cidadão chegou á ser suspeitado, e a suspeita dando origem á calurnnia fez com que um dia fosse sua casa cercada por uma força que devia prende-lo. Seus escravos, em grande numero, se oppuzerão á prisão, que não se effectuou, e devendo elles por isto ser castigados, José de Jesus premiou tamanha dedicação concedendo-lhes liberdade (VEIGA, 1874, p. 53).

Ao que apontam os registros memorialistas e a bibliografia local, José de Jesus Teixeira teria se retirado para o Rio de Janeiro devido a este acontecimento. Por nunca ter se casado, faleceu solteiro no Hospital da Venerável Ordem Terceira da Penitência em 1817 (VEIGA, 1874, p. 53; CASADEI, 1987, p. 41-42)⁶⁸, deixando para seus herdeiros bens e estabelecimentos na Campanha do Rio Verde, Santa Luzia, São Gonçalo e em Lavras do Funil, como:

Minas, Lavras, Águas, regos e andaimes que neles corre muita água para tirar ouro no que fiz despesas avultadas. [...] fazendas de criar e plantar com engenho de açúcar, com os seus preparos competentes que atualmente trabalham, possuo muitos escravos que ignoro o número deles [...]. Declaro que os meus testamenteiros e herdeiros repartam alguma coisa com os meus parentes pobres e não com tudo isso poderão fazer alternativamente sem muito custo porque lhes deixo muitos bens e não devem utilizar-se de tudo se bem que não deverão ser constrangidos judicialmente pela consequencia satisfatória desta verba⁶⁹.

⁶⁷ Testamento de José de Jesus Teixeira, caixa: 141, ano: 1821. Projeto Compartilhar. Disponível em: <<http://www.projeto compartilhar.org/DocsMgGL/josedejesusteixeira1817.htm>>. Acesso em 4 de jul. de 2022.

⁶⁸ Testamento de José de Jesus Teixeira, caixa: 141, ano: 1821. Projeto Compartilhar. Disponível em: <<http://www.projeto compartilhar.org/DocsMgGL/josedejesusteixeira1817.htm>>. Acesso em 4 de jul. de 2022.

⁶⁹ Testamento de José de Jesus Teixeira, caixa: 141, ano: 1821. Projeto Compartilhar. Disponível em: <<http://www.projeto compartilhar.org/DocsMgGL/josedejesusteixeira1817.htm>>. Acesso em 4 de jul. de 2022.

Por conter o ano de 1799 gravado em uma pedra acima de sua porta, interpretou-se e reproduziu-se desde o século XIX como sendo o período de conclusão de construção da Igreja das Dores. Em dois documentos produzidos entre 1799 e 1800, analisados de forma inédita, constam informações providas de moradores da Freguesia de Campanha do Rio Verde requisitando e confirmando a licença para a construção de uma ermida. Esta capela seria utilizada para a realização dos sepultamento dos irmãos da respectiva Irmandade e do Santo Ofício da missa em devoção à Nossa Senhora das Dores, pois os cultos na Matriz seriam de difíceis acessos em tempos de chuva⁷⁰.

No espaço do largo, em frente ao sobrado dos Ferreiras, além de haver um chafariz que facilitava ao entorno a obtenção de água potável para as necessidades domésticas⁷¹, costumava haver até meados da segunda metade do século XIX um lucrativo comércio do nativo capim “*capitinga*”, colhido por escravizados em uma serra distante a mais de uma légua da povoação (REZENDE, 1987, p. 48). O comércio era de certa forma lucrativo aos escravizados, que ao sair em busca da vegetação para coleta ao amanhecer:

[...] muniam-se de uma ligeira matolota-gem [sic] que lhes pudesse servir de almoço, ou lhes matar a fome; e descobertos no tempo seco e cobertos no tempo de chuva com uma capa feita do capim mumbeca, todos os dias, muito cedo, dirigiam-se para o mato. Cortado o capim, estendido e amarrado em um comprido varapau que mal se compreendia como um único homem o pudesse carregar, à tarde vinham todos para o largo das Dores, e aí, dividido o capim em feixes de um tamanho convencional, cada um dos quais custava quatro ou seis vinténs, e dos quais três se considerava a razão suficiente para um animal, durante um dia e uma noite. Daí tiravam aqueles pretos o jornal que deviam dar aos seus senhores, que era de uma pataca mais ou menos; e muito ainda lhes sobrava para o seu fumo e a sua cachaça. Pois bem, essa indústria, creio que hoje desapareceu inteiramente da Campanha; e na última vez que lá estive, talvez não se encontrasse em toda a cidade, já não digo dez, mas nem mesmo seis cavalos de estrebaria; e isto, não porque o gosto mudasse, mais porque os meios faltavam (REZENDE, 1987, p. 48).

⁷⁰ Requerimento dos moradores do arraial e freguesia de Campanha do Rio Verde, Comarca do Rio das Mortes. Caixa: 149, doc.: 64, cód.: 11218, ano: A799, Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível digitalizado no Arquivo Nacional.

Requerimento de José de Jesus Teixeira e de outros devotos da Senhora das Dores da Vila de Campanha da Princesa. Caixa: 152, doc.: 33, cód.: 11485, ano: A800, Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível digitalizado no Arquivo Nacional.

⁷¹ Livros de atas da Câmara (1858-1862). Fundo: Câmara Municipal de Campanha, código: 5, ano: 1858. CEMEC/SM.

Livros de atas da Câmara (1858-1862). Fundo: Câmara Municipal de Campanha, código: 94, ano: 1861. CEMEC/SM.

Este mercadejo no largo ocorria durante a noite, o que de acordo com Ferreira de Rezende, passava àquele local um aspecto animado, alegre e agitado, como a de uma praça de mercado, tornando-se “*uma das mais concorridas e ao mesmo tempo uma das mais lucrativas para os escravos que viviam a jornal*” (REZENDE, 1987, p. 47-48)⁷².

Práticas como festividades e demais eventos como cortejos, marchas e procissões religiosas utilizavam ao mesmo tempo em que produziam, organizavam e ordenavam o espaço urbano, definindo “percurso, pontos de vista e perspectivas” (CRUZ, 2016, p. 87).

As festas foram instrumentos de legitimação da monarquia ao estabelecer, por meio de suas câmaras, a relação entre vassallos e soberanos, entre os pontos mais longínquos da colônia e a corte. As festas eram a expressão de uma ordem social onde a sociedade se fazia representar em suas diferentes camadas, mas especificamente as festas reais, organizadas pelas câmaras no interior da capitania, deveriam expressar a grandeza de um reino, cujo monarca não poderia estar presente. Portanto em decorrência desta impossibilidade, a representação do monarca adquiria um caráter divino, assim como nas cerimônias religiosas em que o corpo de Cristo estava presente na hóstia. A consequência desta impossibilidade era que a sociedade local, ao representar um rei ausente, representava-se a si própria utilizando-se da representatividade real. Tanto mais altos na hierarquia local estariam os membros da sociedade local, quanto mais próximos ao monarca estivessem durante a encenação das festas reais. [...] Mas as festas não eram simples retrato da realidade social, as festas eram uma representação da sociedade, faziam escolhas e exclusões, aumentos, reduções e, acima de tudo, ordenavam a sociedade. Conforme se organizasse a ordem espacial das cerimônias, estaria representada a estrutura hierárquica daquela sociedade (CRUZ, 2016, p. 88, 90).

Por volta de 1838, Ferreira de Rezende teve oportunidade de presenciar a condução de um condenado ao suplício. Neste cortejo que cruzava por diversas ruas, o africano condenado foi puxado por uma corda em seu pescoço pelo carrasco pardo chamado de Manoel Joaquim Manco, seguido pelo juiz municipal da Guarda Nacional e também em companhia de um padre:

A marcha deste cortejo foi exatamente como a de uma verdadeira procissão; pois que tendo saído da cadeia, desceu pela rua do Fogo até a rua da Misericórdia, desceu por esta e pela do Comércio até o largo

⁷² Nesta mesma “embocadura” da Rua Direita, devido às comemorações em torno da Assembleia Constituinte de 1823, construiu-se em 1830 um teatro provisório com duas ordens de camarotes, onde por volta das nove horas da noite, o Presidente da Câmara deu vivas que foram respondidos por todo o povo, e local onde ocorreu posteriormente um espetáculo (VALLADÃO, 1940, p. 73).

das Dores; e daqui, subindo pela rua Direita, largo da Matriz e rua do Rosário [...] (REZENDE, 1987, p. 77)⁷³.

Na Igreja das Dores, templo de devoção da família Ferreira e local onde casaram a filha do Comendador com genro Valério Ribeiro de Rezende e onde também foi sepultado, depositava-se ali a imagem na véspera da procissão, “*a qual descendo pela rua Direita e subindo pela do Hospício, depois de feito o encontro na esquina da do Comércio, seguia por esta, pela da Misericórdia e do Fogo e recolhia-se à Matriz*” (REZENDE, 1987, p. 185). Outra festa na Igreja das Dores era a do Menino Jesus:

Começava à meia noite de 24 de dezembro pela missa do galo; seguiam-se as trezenas que duravam até o dia de Reis; e nesse dia terminava-se a festa por uma missa cantada. E como esta festa era feita por esmolas, havia de ordinário durante as trezenas o leilão dos objetos que os devotos ofereciam e que principalmente consistiam em frangos, leitões, doces, frutas etc. Era uma festa muito simples e no entretanto muito agradável; porque não havendo naqueles tempos abundância de divertimentos ou distrações, oferecia treze noites de uma grande reunião de povo e de reunião mais ou menos interessante. Além destas duas festas quase que nenhuma outra se costumava fazer naquela igreja; mas lembro-me de ter ali visto se celebrarem algumas missas novas por moços da Campanha, que tendo acabado de se ordenar, ali vinham cantar a sua primeira missa (REZENDE, 1987, p. 186).

Durante a chegada do Bispo em Campanha em uma liteira e antes de realizar uma oração na Igreja das Dores, passou por baixo de arcos que haviam sido erguidos para sua passagem, dirigindo-se para a casa do vigário (REZENDE, 1987, p. 242). A presença destes arcos na Rua Direita foram destacadas e registradas inúmeras vezes ao longo dos séculos XIX e XX. Na intenção de celebrar a volta da Guarda Nacional, Francisco de Paula Ferreira Lopes mandou erguer um destes arcos à frente de sua própria casa para a passagem dos oficiais, cobertos por flores e ao som de “*hinos patrióticos*” (REZENDE, 1987, p. 61)⁷⁴.

⁷³ “Logo que o préstito chegou ao campo do Rosário, onde estava a forca [...] Chegados ali e posto o condenado de joelho na beirada da forca, o padre que sempre o tinha procurado consolar, mandou que pusesse as mãos e que rezasse o credo ou com ele o foi rezando, até que ao proferir as últimas palavras — e na vida eterna — o carrasco empurrou o pobre condenado para fora da forca; e com o baque ou com o choque da queda, a corda arrebentou. O fato repetiu-se segunda e terceira vez; e só na quarta o condenado conservou-se suspenso; e pôde então o carrasco trepar-lhe nos ombros e acabar de extrangulá-lo” (REZENDE, 1987, p. 77).

⁷⁴ Em outra ocasião, haviam enfeitado a embocadura (Largo das Dores) entre a Rua do Comércio e a Rua Direita com diversos arcos de palmeiras iluminados, seguindo até o fim da rua onde encontrava-se a casa de Domingos Ferreira Lopes, destinada ao baile, onde se também via na entrada um pórtico contendo 400 luzes, um arranjo e quatro colunas com as palavras “Religião”, “Constituição”, “Imperador” e “Carater” inseridas nelas (VALLADÃO, 1940, p. 70-71).



Figura 22. À esquerda: arco do triunfo levantado na Rua Direita para a chegada do Cardeal Arcoverde, década de 1900. À direita: Passeata, procissão ou cortejo fúnebre na Rua Direita, possivelmente década de 1900. Fonte: CEMEC/SM.

A respeito dos meios de iluminação pública da rua, consta no “*Almanach do Município da Campanha*”, publicado em 1900, que era feita até então por meio de noventa e cinco lampiões a querosene suportados por braços de ferro que substituíam os antigos que se assentavam sobre postes de madeira (BUENO, 1900, p. 97). Já ao anoitecer em ocasiões específicas, tanto as iluminações das casas da vila quanto os vivas e cantorias eram dirigidas das janelas por senhoras que entoavam hinos patrióticos a fim de expressar apoio e regozijo à expressões políticas e atos públicos (VALLADÃO, 1940, p. 68; REZENDE, 1987, p. 68-69)⁷⁵. Os relatos são de que nas casas mais luxuosas, de famílias abastadas, suspendia-se nos portais de todas as portas e janelas uma lanterna de vidro de folha de flandres iluminada por uma vela em seu interior, enquanto em outras casas empregava-se:

[...] uma espécie de palmatória ou de uma rodela de tábua, que além de ter no seu centro um lugar apropriado para se por a vela, era rodeada por uma meia folha de papel branco, em cuja frente se achavam pintadas as armas imperiais ou simplesmente os ramos de fumo e de café; e, dentro deles, dísticos alusivos ou patrióticos. E finalmente na maior parte das casas, e sobretudo nas dos pobres, em vez de lanternas, a iluminação se fazia por meio de umas lamparinas, que se chamavam luminárias, [...] pequenas panelinhas de barro, que, cheias de azeite de mamona e com uma torcida de algodão acesa, eram colocadas em maior ou menor número sobre as vergas de todas as portas e janelas, o que não só de perto mas sobretudo de longe, não deixava de fazer uma bonita vista. Fosse, porém, qual fosse o meio de que cada um se servia para iluminar as suas casas, o que é certo, é que nenhuma ficava que não fosse, mais ou menos iluminada; e até o próprio carrasco, que morava em um morro vizinho e em um pequeno ranchinho que ficava quase que dentro do mato, até esse não deixava de por na pequena janela do seu casebre as suas duas pequenas

⁷⁵ “Sahiu então todo o povo a percorrer as ruas da Villa, cantando o Hymno Nacional, que era respondido das janellas de sete casas pelas Senhoras das principaes e diversas familias com um hymno de novo composto para esse fim [...]” (VALLADÃO, 1940, p. 68-69).

luminárias, que, vistas de longe e mais ou menos agitadas pelo vento, muito se assemelhavam a dois grandes vagalumes a relampaguear no mato (REZENDE, 1987, p. 68).

A paisagem urbana das quadras desta rua era composta, portanto, por residências mais simples, prédios comerciais e luxuosos sobrados. A topografia que concedia uma drenagem decente das águas, a proximidade com a “casa de Deus” (Igreja das Dores e Matriz), com a Câmara e a projeção estratégica das casas e dos moradores aos desfiles (espetáculos, marchas, passeatas e cortejos) pela existência de sacadas como camarotes, foram atributos que consagraram e reforçaram posições sociais na Rua Direita do oitocentos, justificando as escolhas às propriedades em uma das ruas mais importantes e de maior fluxo urbano da localidade.

II.IV.I A rua que (nem) tudo via

Assim como o caso das residências dos *Dutch Americans* analisadas por Mosterman (2021), a tipologia de “rua-corredor” da estreita Rua Direita composta pela disposição de sobrados e casas térreas seguidas umas das outras, ofereciam visões fracionadas a partir do interior das casas pelo intermédio das janelas. Com o conhecimento da vizinhança e algumas noções e informações das rotinas dos vizinhos obtidos pelos olhares e ouvidos curiosos, seria difícil cruzar pela rua ou adentrar residências sem ser notado (MOSTERMAN, 2021, p. 60).

A estruturação desta “rua-corredor” poderia funcionar de forma similar à teoria e conceito do panóptico mencionada por Foucault, uma tecnologia visual onde a presença de janelas espalhadas e pareadas lado a lado e frente a frente na rua atuariam como postos cruzados de observação, que, em adição às rondas noturnas, caracterizariam um sistema informal de vigilância a fim de notar e limitar a circulação de romances proibidos, arruaceiros, escravizados em fuga, ladrões e fugitivos da cadeia nos espaços públicos (D’INCAO, 2004, p. 232; FOUCAULT, 2014; MOSTERMAN, 2021, p. 60).



Figura 23. Vista do final da Rua Direita a partir do início do Largo da Matriz, c. década de 1930. Fonte: CEMEC/SM.

Na impossibilidade de praticar uma vigilância incessante, furtos, assassinatos e atividades ilícitas para aquela sociedade que deveriam permanecer ocultas tomavam discretamente as estreitas vielas, as ruas e os largos da Vila/Cidade. Na condição de escravizados que burlavam o sistema de passes e fugiam do alcance dos donos, das patrulhas e dos olhares das vizinhanças, o conhecimento sobre passagens, quintais, ruas e becos tendia a viabilizar a realização de encontros, entretenimentos e conspirações. Rezende relatou em sua obra memorialista uma das anedotas que envolviam o cônego Antônio Felipe e o pardo Elias, pagem que era frequentemente castigado por seu senhor (REZENDE, 1987, p. 338):

Quando o cônego saía à noite para jogar ou por outro qualquer motivo que o pudesse demorar, uma das obrigações do Elias era ficar dormindo no corredor para lhe abrir a porta quando chegasse e prestar-lhe os serviços de que precisasse até deitar-se. Uma noite voltando o cônego um pouco mais cedo do que o Elias talvez esperasse, viu que este, em vez de estar no corredor, achava-se pelo contrário, em um beco ou em uma rua um pouco escura que ficava ao pé da casa. O cônego, porém, fingiu que não o havia visto, enquanto que este apenas o pressentiu, tratou quanto antes e o mais que pode de esconder-se. Certo de que o Elias lhe viria logo sobre os passos, o cônego dirige-se para a casa, fecha a porta, e do lado de dentro põe-se a bater e a chamar pelo Elias para que lhe abra a porta (REZENDE, 1987, p. 339-340, sublinhado por mim).

Já ao anoitecer na Rua de Santa Rita com a esquina do Largo da Matriz, Patricio, escravizado de Francisco de Paula Ferreira Lopes Junior foi barbaramente assassinado “por outro preto com duas zagaiadas, sendo uma n’uma arteria junta ao joelho” (O SUL DE MINAS, 1860, p. 3). Em 1873 o delegado de polícia investigou vestígios deixados

por larápios que, na tentativa de invadir a casa do Major Manoel José Liverio, a partir de uma abertura no assoalho do compartimento onde havia uma loja de fazendas, foram percebidos e retiraram-se do local (COLOMBO, 1873, p. 4). Ainda neste ano, furtaram de uma casa nesta cidade um relógio de ouro “*de corda para oito dias*” (COLOMBO, 1873, p. 4). Ainda sobre furtos nas ruas da cidade:

[...] *a cerca de 2 mezes têm elles assaltado tres casas [...]. Furtaram algum dinheiro e joias em casa do sr. Antonio José das Neves; ha poucos dias foram a casa do sr. Alferes Francisco Marcos de Rezende Junior, suplente do subdelegado, e furtaram cerca de 300\$, e esta semana invadiram o escriptorio do sr. Alferes João Possidonio dos Reis e dahi saccaram 500\$ em dinheiro e uma faca de prata* (COLOMBO, 1879, p. 3).

Tratando-se agora da Rua Direita e do Largo das Dores, o leitor Virgilio Rossi alegava em uma das edições do jornal local que um “*preto*” havia ido à sua residência há mais de um ano oferecer uma “*espadinha de prata*” que, até então, parecia um objeto roubado, mas que mesmo assim adquiriu na intenção de procurar o dono. Pouco tempo depois descobriu que se tratava da espada de prata da Virgem da Igreja de N. S. das Dores, devolvendo ao seu lugar de origem sem ser recompensado com os 4\$000 réis que havia pago por ela anteriormente (COLOMBO, 1879, p. 3).

Durante sua permanência em uma festividade e “*vinte praças fardadas fazião manejo e davão descargas á porta da egreja*”, a casa de uma moradora da Rua Direita foi penetrada, sendo furtados mais de 200\$000 réis (COLOMBO, 1879, p. 4). Por fim, registrou-se no mesmo periódico que durante a noite de 11 de setembro de 1880, foram roubados na Rua Direita desta cidade, um sobretudo escuro forrado de alpaca preta lavrada e um chapéu preto, baixo e fino, os quais gratifica-se por 10\$000 réis (COLOMBO, 1880, p. 4).

Estes anúncios situados entre as últimas páginas dos jornais reforçam principalmente que, mesmo com seu conceito de “*aspecto conceitual panóptico*”, a impossibilidade de práticas de uma vigilância incessante favorecia brechas existentes a serem exploradas e não tornava a Rua Direita isenta de delitos, provando que nem tudo via, mas que convertia o *status* público dando a impressão de caracteres privados.

CAPÍTULO III: ADENTRANDO DOMÍNIOS, ULTRAPASSANDO LIMITES: ARQUITETURA COMO MÁSCARA SOCIAL

III.I Formas que informam

Além de formarem, conduzirem, expressarem traços dos sistemas sociais nos espaços hierarquizados, as formas também podem informar anseios à compartimentação, evidenciando necessidades aos usos e novas preferências, mais eficazes às suas futuras intenções.

Na intenção de buscar uma proximidade com a compartimentação presenciada pela primeira entre as gerações e ocupações, propus uma leitura dos vestígios das ruínas e decomposição de suas plantas baixas, atentando-me às mais condizentes possibilidades com as formas, e, posteriormente, às funções de cada cômodo. Devido a mudanças nos modos e estilos de vida, tendências refletiam na estrutura de viver, conviver e receber, e, portanto, novas necessidades podem ter impulsionado aos ocupantes a necessidade de adaptações e mudanças estruturais nas plantas (telhados, paredes, quintais, portas, janelas, muros, escadas, corredores, etc.) (SCHNOOR, 1995, p. 40).

Em vista disto, desconsidero definições englobando originalidade e aspectos de inércia/fixidez da estrutura da casa, logo que em questão de décadas, meses ou mesmo semanas, a configuração espacial e sua estética podem se apresentar de maneiras totalmente distintas. Esta leitura e interpretação funcionam, então, somente quando considerados o momento exato da produção de documentos que as apoiem ou a observação de mudanças arquitetônicas proporcionadas pelas análises iconográficas de uma Arqueologia do caminhar e do observar pelo sítio arqueológico das ruínas (THIESEN, 1999, p. 14; MOREIRA, 2015, p. 104).

III.I.I Volumetria em “L”

A mais “brusca” entre as mudanças estruturais identificadas no solar não foi apurada pelos remanescentes das ruínas, – logo que “preserva” somente o piso térreo –, mas pelos olhares atentos às plantas baixas e seus cortes, fotografias e gravuras representando o imóvel. Em uma maquete localizada no Museu das Reduções (distrito de Ouro Preto/MG), detalhes imperceptíveis até então envolvendo a cumeeira, o espigão e o rincão do telhado foram observados, em que constatei a peculiar forma da casa para as

primeiras décadas do século retrasado. Não que a forma em “U” não fosse usual em Minas Gerais, mas que o modo atípico que esta variação se apresentava neste caso adaptada ao lote não era visualmente condizente com a solução e princípios de simetria do resto do corpo da estrutura e dos demais prédios de Campanha.

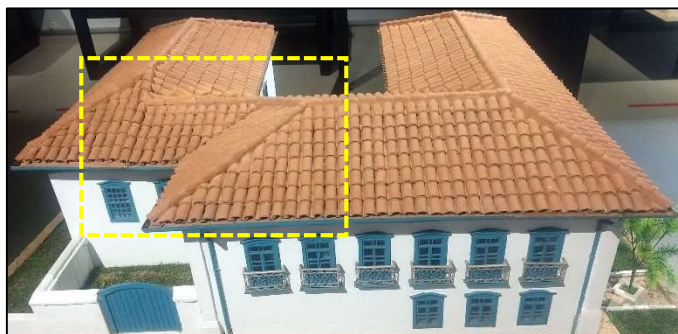


Figura 24. Fotografia da maquete do solar a partir da fachada lateral, com destaque ao telhado. Fonte: Museu das Reduções/MG.

Portanto, constatei que tanto a “extensão” no telhado interligando a base do “U”, quanto o eixo de conexão (cômodo anexo), devem ser compreendidos como intervenções posteriores à construção da casa, que em seu primeiro momento construtivo alcançado assumia uma volumetria em “L” composta de um telhado de quatro águas cada.

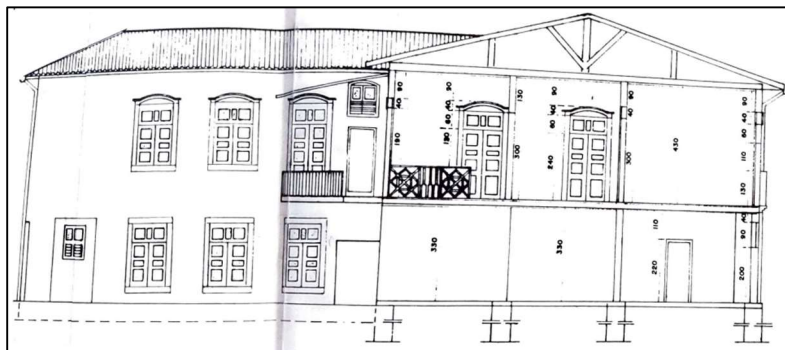


Figura 25. Corte do solar a partir do tradicional "L" da estrutura (AA:BB). Fonte: Acervo da UEMG-Campanha.

Enquanto a perna do “L” representada pelo retângulo da entrada principal era mais robusta, alcançando por volta de 27,20 metros de comprimento e 7,40 metros de largura, a área vertical (sentido Rua Direita) tendia a chegar a aproximadamente 17,70 metros de comprimento e 7,60 metros de largura. De acordo com Cruz a nomeação deste bloco menor contíguo como “puxado” é inadequada, pois no Sul de Minas este corpo de serviços era parte integral da construção, concebida junto e não posteriormente ao resto do volume (GOMES, 2006, p. 193; CRUZ, 2010, p. 45, 98, 104; RIBEIRO, 2014, p. 164).

A primeira presença iconográfica do sobrado foi na panorâmica da Cidade de Campanha da Princesa litografada por S.A. Sisson e “*Mandada lytographar por Bernardo Saturnino da Veiga*”, como constam em seu verso. Esta gravura foi constantemente referida como uma representação da cidade do ano de 1847, mas há incompatibilidades, pois Sébastien Auguste Sisson (1824-1898) chegou ao Brasil somente no início da década de 1850, impossibilitando a impressão anos antes e Bernardo Saturnino nasceu em 1842, inviabilizando sua produção na década de 1840. São duas as minhas hipóteses: 1) a imagem foi esboçada realmente em 1847, mas litografada somente anos mais tarde, e, 2) a imagem representa Campanha entre as décadas de 1850-1860, mesmo período que foi litografada. Sua produção e datação me interessam justamente por me permitir pontuar algumas das modificações estruturais do sobrado que ocorreram entre as décadas de 1830 e 1870.

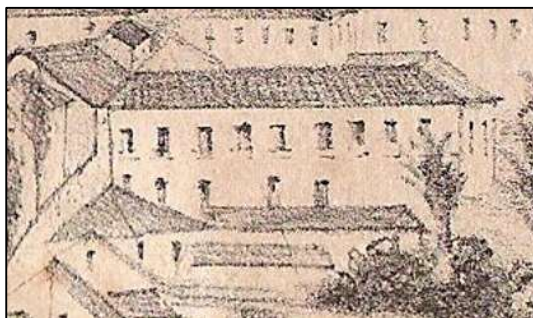


Figura 26. Solar dos Ferreiras a partir da pormenor da panorâmica da Cidade de Campanha, sem data. Fonte: CEMEC/SM.

Neste desenho acima, não foi perceptível notar a tipologia assumida pela casa, mas é pouco provável que já apresentasse a consolidação do anexo.

III.I.II Volumetria em “U”

Posteriormente, em um segundo momento à nível morfológico, constrói-se o anexo, caracterizando o solar com a forma em “U” que manteve até a década de 1990. Esta tipologia arquitetônica foi desenvolvida nos tratados de arquitetura do Renascimento e foram difundidas e transformadas em Lisboa e pelas regiões norte e central do país entre os séculos XVI-XVIII (CARITA, 2020, p. 794).

Ao contrário dos moldes europeus, onde o “U” é alcançado por um pátio de recebimento murado ou não, no caso do projeto do solar, este vazio (pátio) era circundado pelas partes posteriores de ambas as fachadas, distribuindo-as, sendo somente acessado

ao adentrar no prédio, uma solução propiciando uma privação do espaço, atribuindo-lhe novas funções e significados. Esta solução ainda produziu um espaço quadrangular descoberto de 7,60 x 7,60 metros, marcando o eixo assimétrico do imóvel (figura 27). Ainda mais, pelo fato da tipologia em “L” anterior, o local de entrada formal manteve-se, formando uma relação assimétrica com a organização interna, como será exposto.

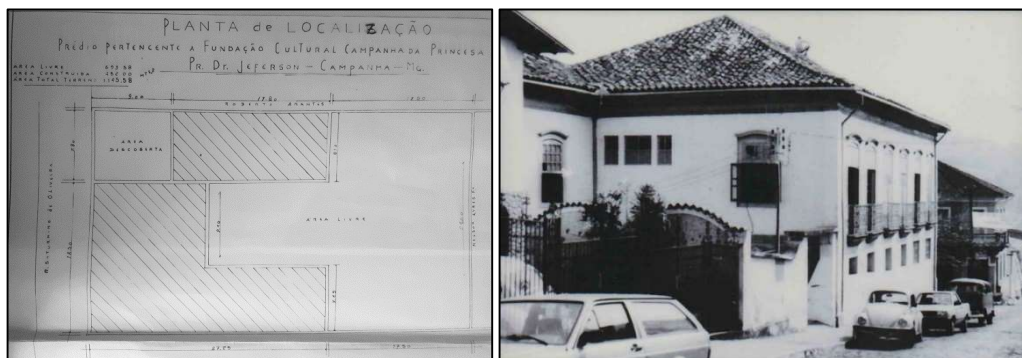


Figura 27. Peculiar forma assumida pelo sobrado na planta e fotografia, década de 1990. Fontes: Acervo da UEMG-Campanha; Foto Araújo.

Este “pavilhão” anexo de dois pavimentos de, aproximadamente, 17,80 x 8,10 metros, já deveria estar nos planos dos proprietários da residência, pois fixou-se perfeitamente com os limites e vazios do terreno, com a fachada lateral (sentido Rua Direita) e com o pareamento junto ao volume principal horizontal (sentido Largo das Dores). Não foi possível precisar este momento de alterações e adições arquitetônicas, mas na fotografia panorâmica publicada em 1874, o solar já apresentava este formato peculiar (VEIGA, 1874).

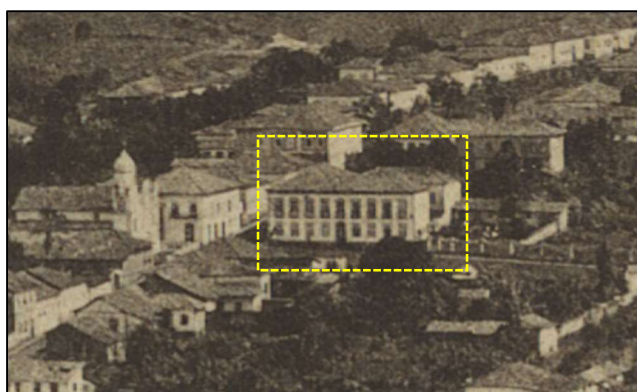


Figura 28. Sobrado em pormenor já com a forma em "U" a partir da fotografia panorâmica de Campanha, c. 1874. Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

III.II Interpretando metamorfoses

A única planta baixa do Solar dos Ferreiras obtida que apresentasse a divisão interna foi confeccionada logo no início da década de 1990, pouco antes de seu desastre.

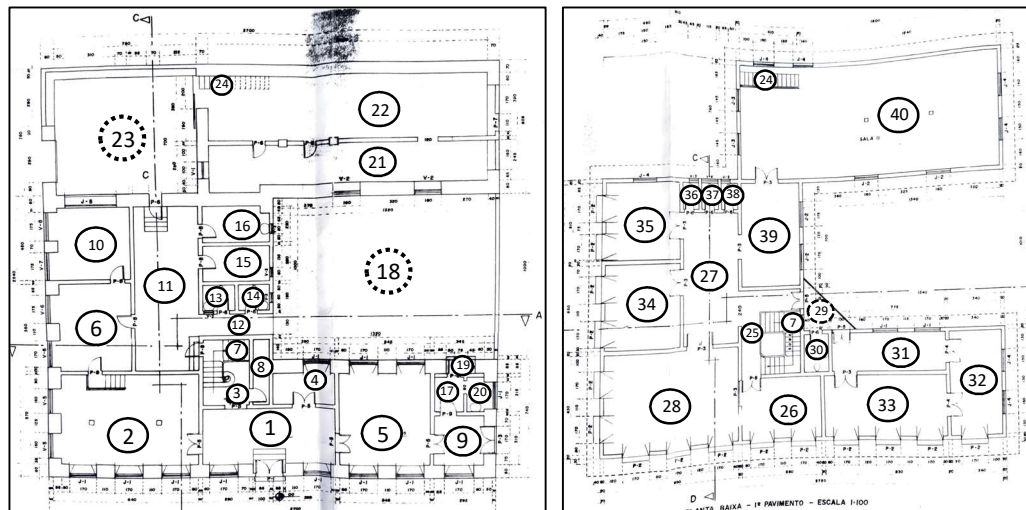


Figura 29. Planta baixa (A) de ambos os pavimentos, década de 1990. Fonte: Acervo da UEMG-Campanha.

Como é evidente, os inúmeros usos do sobrado marcaram-no com as retiradas de paredes, adições de aberturas, divisórias e de sanitários (13, 14, 16, 17, 19, 20, 30, 36, 37 e 38), ocasionando na profunda descaracterização dos atributos domésticos associados às demandas dos séculos XIX e XX. Durante a primeira grande intervenção para o funcionamento da Escola Normal:

Foram abertas portas, instalados 7 sanitários e 8 lavatórios. Revisto o telhado e encanamentos. Consertados assoalhos, forro, rodapés e abas, inclusive a escada e três colunas. Restauradas janelas, portas e caxilhos [sic]. Vidros quebrados substituídos e os que faltavam repostos. A pintura executada. Cuidou da reforma o construtor Virgílio Pereira Guimarães; dos serviços de carpintaria Ambrósio e Baccaro; da pintura e colocação de vidros João Rufino. Todo o material empregado foi de primeira qualidade e o orçamento (46 contos e 977 réis) pagos pelo proponente Dr. Jefferson de Oliveira. As dependências de serviço da casa, no pavimento superior também foram alteradas para a instalação de um auditório (sublinhado por mim)⁷⁶.

Durante esta reforma financiada por Dr. Jefferson de Oliveira, onde outrora havia características portas laterais que se abriam para a rua e permitiam a entrada nos cômodos 2, 6 e 10, foram fechadas e substituídas por pequenas janelas.

⁷⁶ Disponível em: <<http://istoecampanha.blogspot.com/2012/10/o-solar-dos-ferreira.html>>. Acesso em 27 de jun. de 2022.



Figura 30. Alterações na face lateral durante a reforma para a Escola Normal, final da década de 1920. Fonte: CEMEC/SM.

Vagando entre a planta baixa e as assinaturas das ruínas e do solo, associei locais concretados ou que apresentassem cimento natado nos pisos dos espaços números 18, 21, 22 e 23 a cômodos que, de maneira improvável, anteriormente não eram assoalhados, possivelmente em terra ou pedra. Já as áreas com concentração de terra, como os demais cômodos do térreo, foram atrelados à ambientes da residência que poderiam ter sido assoalhados.



Figura 31. À esquerda: locais com grande concentração de terra (6, 10 e 11). À direita: espaço com piso cimentado (21 e 22). Fotografia: Caroline Ferreira (2020).

Entradas alternativas, paredes, modelos de portas e janelas posicionadas de forma não condizentes com os padrões arquitetônicos oitocentistas foram observados por todo o solar. No térreo a substituição de pedra, barro e madeira pelo emprego de materiais construtivos contemporâneos à construção da casa manifestavam-se na abertura de novas aberturas e no bloqueio de antigas passagens.



Figura 32. Presença de tijolos, fragmentos de telhas nas paredes e tubulações nas ruínas (a partir dos espaços 18 e 21). Fotografias: Marcio Machado (2019); Caroline Ferreira (2020).

Inclusive a própria escadaria em madeira pode ter sido substituída entre o final do século XIX e início do XX, pois seus encaixes, a forma e as medidas da madeira muito se assemelham a outras no Sul de Minas em anos correspondentes atribuídas ao carpinteiro e marceneiro Ventura Villamarim⁷⁷.

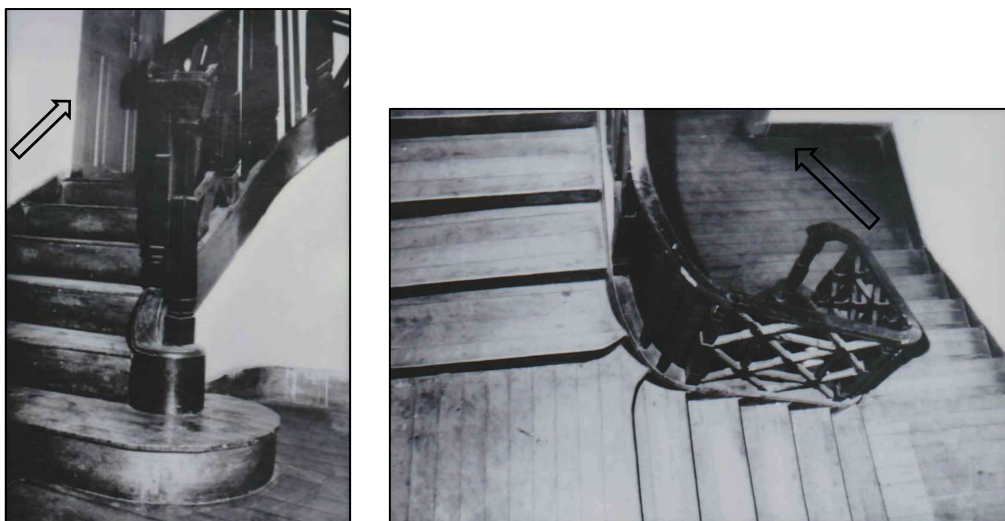


Figura 33. Em destaque, a presença de portas, paredes e aberturas não condizentes com o período de edificação (fotografia a partir dos espaços 1, 3 e 7). Década de 1990. Fotografias: Foto Araújo.

⁷⁷ Segundo Morais, Ventura Villamarim nasceu na Espanha em 1870, vindo de Cuba para o Brasil em 1897, fixando residência inicialmente em Cambuquira, seguida de Campanha. Faleceu em 1950 (MORAIS, 1997, p. 137).



Figura 34. Em destaque, a presença de porta, paredes e aberturas não condizentes com o período (fotografia a partir dos espaços 1, 7 e 11). Década de 1990. Fotografias: Foto Araújo.

Não foi possível precisar como as alterações de sua forma – até chegarem a situação como esteve na planta acima – afetaram e modificaram a configuração e organização espacial interna, mas, com base nas investigações arqueológicas, na postulação dos aspectos das formas, funções, espaços e arquétipos (MARKUS, 1993) e da agregação de outras plantas de períodos e tipologias similares às investigações, foi possível interpretar esta miscelânea de modificações conforme seus usos, a fim de direcionar a produção de dois modelos de plantas baixas referentes a dois distintos momentos de ocupações: o início da década de 1830 e outra entre as décadas de 1860-1870, expondo poucas alterações estruturais visíveis entre si, mas relevantes à níveis de circulação e isolamentos internos.

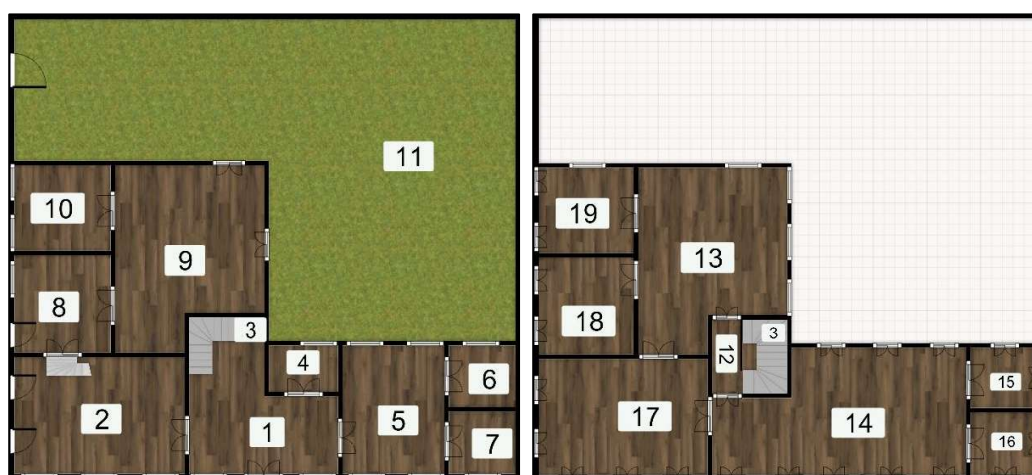


Figura 35. Idealização da planta baixa (B) em “L” apresentando ambos os pavimentos. Fonte: Autor, 2022.

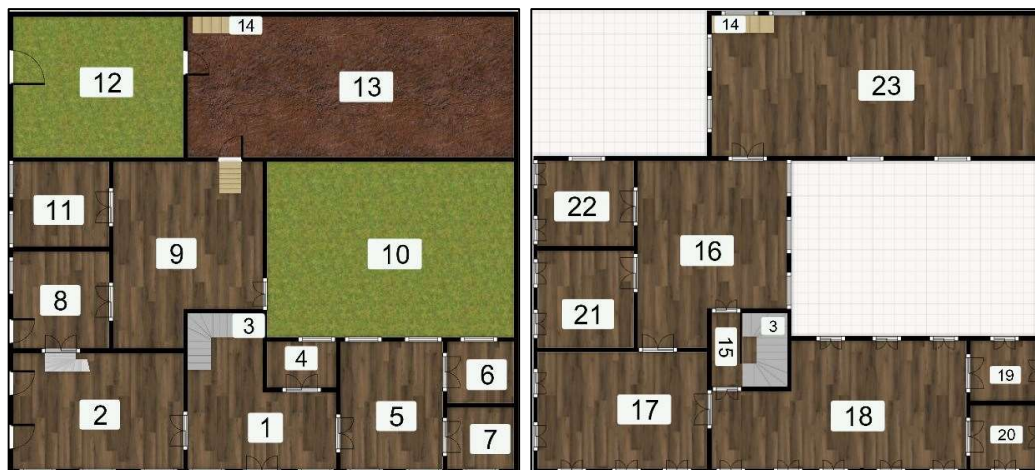


Figura 36. Idealização da planta baixa (C) em "U" apresentando ambos os pavimentos. Fonte: Autor, 2022.

III.II.I Trecos que remetem a funções

No decorrer da compassada solidificação de processos externos (normas culturais) e internos (escolhas e decisões individuais) modernos envolvendo dinâmicas sociais de socialização e intimidade desta sociedade escravocrata, paredes que anteriormente concebiam funções plurais a determinados espaços passavam a compartimentar-se, especializando-se em um processo de racionalização espacial, mas ainda sob os moldes dos programas às necessidades dos ocupantes em torno dos setores sociais e íntimos (SCHNOOR, 1995, p. 44; LIMA, 1995, p. 134; RIBEIRO, 2019).

As maneiras de comer, de se lavar, de amar – e, portanto, de morar – se modificam de acordo com uma autoconsciência que passa pela intimidade dos corpos. [...] O século XIX, assim, esboçaria uma idade de ouro do privado, onde as palavras e as coisas se precisam e as noções se refinam. Entre a sociedade civil, o privado, o íntimo e o individual traçam-se círculos idealmente concêntricos e efetivamente entrecruzados (PERROT, 2009a, p. 8-9).

O surgimento e a adoção de mercadorias-fetiche, categorias corporais e papéis sociais mais especializados, a necessidade ao controle e o deslocamento de divisórias evitando a superposição de áreas implicaram em novas repartições de espaços e lugares individualizados, como corredores, bibliotecas, salas, aposentos próprios, escritório, etc. (LIMA, 1995, p. 134, 136).

Isto não significa dizer que membros do grupo residente (mulheres, crianças, escravizados, funcionários e agregados) possuíam permissões para circularem pela estrutura da casa e acessar todos os novos espaços e lugares. A disposição de bens distribuídos, a própria ordem deste meio físico e os princípios organizacionais,

reforçavam filtros de hierarquização interna por meio de explícitas ou discretas comunicações não-verbais através de paredes, muros, portas, janelas e portões, quem pode acessar com ou sem convite, quais cômodos e em qual momento (GUERRAND, 2009, p. 307-308).

Com base na ordem dos bens semimóveis registrados no inventário *post-mortem* de D. Marianna Vilhena, foi possível traçar – ou ao menos conjecturar – o caminho feito pelo avaliador do patrimônio familiar ao longo do solar, associando cada registro de categorias de objetos, suas qualidades, funcionalidades, valores e estados de conservação às possíveis atribuições e funções destes cômodos que somente podem ser entendidos porque as relações entre eles são significativas (MARKUS, 1993, p. 29)⁷⁸.

Ao ultrapassar as portas e subir os degraus a partir da Planta C, o avaliador alcançou a sala de entrada (1), cômodo de recepção composto apenas de um “*Sofá de Palinha envernizado de preto*” (40\$000), “*Quatro cadeiras de encosto envernizadas de preto*” (32\$000) e “*Oito ditas lisas azuis*” (48\$000).



Figura 37. Fotografia parcial do local onde foi a sala de entrada (1), década de 1990. Fonte: Foto Araújo.

Ainda na zona mais acessível a visitantes, o indivíduo adentrou o que pode ser interpretada como uma sala de visitas no pavimento térreo (5), ao lado da anterior. Esta poderia conter os “*Dois aparadores envernizados de preto*” (24\$000), “*Mais hum dito*”

⁷⁸ Inventário *post-mortem* de Marianna Candida Ferreira de Vilhena, Campanha (MG), nº. 20, caixa 44, ano: 1868.

(16\$000), “*Huma mesa redonda envernizada de preto*” (20\$000) e “*Mais duas ditas de óleo com gaveta*” (16\$000). Estas duas partes dianteiras compreendiam ao centro da residência, o espaço de recepção, ostentação e sociabilidade permitido às negociações sociais com o exterior e ao círculo social do Comendador, representado pela admissão de convidados estranhos, amigos, colegas e parentes, comprovado pela ampla quantidade de “itens de assento”, dezesseis. Estes espaços extremamente públicos em relação aos demais expunham uma entre as mais visíveis fronteiras à área de estar íntima familiar, a escada.



Figura 38. Detalhes do corrimão em direção ao corredor superior, década de 1990. Fonte: Foto Araújo.

Ao alcançar o piso nobre pela escadaria (3) e cruzar o corredor que também protegia e conduzia ao centro de vivência familiar (15), o avaliador foi direcionado possivelmente ao que se entende como salão de festas e uma sala de jantar a eventos mais formais, banquetes, cerimônias, entretenimentos e lazer (17 e 18), onde “os indivíduos negociavam suas posições na estrutura de classe” (LIMA, 1995, p. 135). Revestida de importância, este setor era o local à profusão de papéis de parede, forros pintados, porcelanas, cortinas de damasco, tapeçarias orientais, espelhos, quadros, músicas, de bailes, da alta gastronomia, das ambições, acordos e da exibição de gestos emulados tão disseminados pelos manuais de civilidade e etiquetas (LEMOS, 1989, p. 46; SCHNOOR, 1995, p. 49; REIS FILHO, 2000, p. 118-119, 127-128; GUERRAND, 2009, p. 308; TOCCHETTO, 2010, p. 189, 191).



Figura 39. Fotografia do forro dos salões em estilo "saia e camisa" ou "saia e blusa", década de 1990. Fonte: Foto Araújo.

Com balcões e janelas que abriam-se sobre as ruas, enquanto o mais amplo recinto quadrangular do sobrado, este cômodo deve ter feito jus como palco de exibição e conforto devido ao considerável investimento ao refinado "mobiliário de gênero" (REIS FILHO, 2000, p. 40), como "*11 Cadeiras ordinárias sem verniz*" (44\$000), "*Mais huma Marquesa tecido de palinha*" (10\$000), "*Hum candelabro de metal bronzeado para cinco velas*" (10\$000), "*Duas mangas com jarras de flores para aparador*" (20\$000), "*Dois pares de castiçais de Casquinha em bom uso*" (8\$000), "*Hum dito velho*" (2\$000), "*Jarra de vidro escuro*" (1\$000), "*Três ditas brancas de porcelana*" (9\$000), "*Relógio com manga de vidro para aparador, digo, Hércules de gesso bronzeado para aparador*" (5\$000), "*Duas estátuas de gesso bronzeadas*" (4\$000), "*Seis figuras de gesso*" (6\$000) e "*Mais duas thesouras e bandejas de casquinha para espevitar*" (3\$000).

Entre os apetrechos destinados aos rituais alimentares, arrolaram-se "*Hum aparelho para Chá e Café com duas dúzias de Xícaras, dois bules, hum açucareiro, huma mantegueira, huma leiteira, dois pratos e huma tigella de lavar xícaras*" (40\$000), "*Hum dito "trincado" de porcelana dourada para chá e café*" (25\$000), "*Hum dito de louça "trincada" para mesa*" (30\$000), "*Huma cafeteira de porcelana dourada*" (6\$000), "*Hum calix grande de vidro para serveja*" (\$640), "*Hum dito de porcelana*" (1\$000), "*Doze xícaras de porcelana ordinária para café*" (4\$800), "*Mais doze ditas douradas*" (6\$000), "*Huma bacia e jarro de louça chinesa*" (6\$000), "*Hum paliteiro de prata figura de pavão*" (25\$000), "*Huma salva de metal branco em bom uso*" (12\$000), "*Huma faca e garfo de trinchar de cabo de prata*" (5\$000), "*Uma dúzia de Facas e garfos de cabo de metal, estragados*" (15\$000) e "*Mais trezentas e setenta e seis oitavas de prata em colheres para Chá e Sopa*" (105\$280).

A alta frequência e avaliação de talheres especializados em prata e metal neste domicílio vão de encontro com os bons modos e costumes à mesa, favorecendo e apontando a uma individualidade na “linguagem do comer” não só entre garfos, facas e colheres, mas de aparelhos de jantar e café, cálice, xícaras e demais recipientes.

O “Manual de Civilidade e Etiqueta” publicado anonimamente em Lisboa no ano de 1845 já divulgava a preferência por garfos de prata indispensáveis ao consumo de peixes e vegetais e, em adição a colher de prata, deveriam ser os únicos utensílios que poderiam levar os alimentos a boca (CAVALHEIRO, 1845, p. 39-40). A única exceção seria a faca conduzindo o pedaço de queijo e frios à boca (CAVALHEIRO, 1845, p. 40). Ainda segundo este manual, a faca deveria conservar-se na mão direita e o garfo na esquerda, e não ao contrário, mas que os visitantes deveriam agir de acordo com os costumes da casa a fim de respeitar seus anfitriões (CAVALHEIRO, 1845, p. 40-41). Para Norbert Elias, o garfo, como os outros talheres, seriam de certo modo uma “corporificação de um padrão específico de emoções e um nível específico de nojo” (ELIAS, 1994, p. 133) e, de acordo com Tania Andrade, fortaleceram-se gradativamente como mediadores entre o estado de natureza e o estado de cultura (LIMA, 1995, p. 140).

Ao alcançar uma sala de refeições, o avaliador optou por adentrar e arrolar primeiramente dois dos aposentos periféricos (21 e 22), onde havia “*Huma cômoda de óleo com verniz com duas ordens de gavetas*” (60\$000), “*Huma meia cômoda com huma gaveta*” (40\$000), “*Mais hum tocador com gavetas*” (12\$000), “*Mais hum catre de armação esgaciado*” (16\$000), “*Escada para o mesmo*” (1\$500), “*hum catre de armação*” (10\$000), “*Dois lavatórios usados*” (4\$000), “*Colchão acolchoado de cabelo*” (10\$000) e “*Hum dito acolchoado de palha*” (2\$000).

Retirando-se dos quartos alcançou certamente a sala de almoço/jantar da própria família (16), local intermediário aos dormitórios e ao setor mais público, preenchido por mobílias mais rústicas e modestas, tais como: “*Duas bancas*” (8\$000), “*Oratório com imagens de presépio*” (25\$000), “*Mesa de jantar*” (10\$000), “*Banco com tampa e encosto*” (3\$500), “*Hum dito liso*” (2\$000), “*Armário pequeno*” (8\$000) e “*Huma Marquesa velha*” (5\$000). O protocolo íntimo e a simplicidade deste ambiente pôde ser

detectado pelas presenças de bancos ao invés de cadeiras e da ausência da formalidade e dos adjetivos que remetem à ostentação e às qualidades dos trastes⁷⁹.

Seguindo desta sala em direção a outra extremidade contígua (23), havia o retângulo utilizado possivelmente como cozinha e cômodos de apoio à preparação das refeições (copas, despensas, depósitos, quatinhos, etc.), já aproximados e inseridos na dinâmica espacial do corpo principal do casarão, simbiose característica das tradições paulistas e mineiras da primeira metade do século XIX (BENINCASA, 2007, p. 22). Arrolaram-se neste “puxado” uma “*Mesa velha pequena*” (1\$000), “*Hum armário grande de velho*” (5\$000), “*Mesa grande velha*” (4\$000), “*Mesa pequena velha*” (1\$000), “*Banco grande de encosto*” (4\$000), “*Hum Dito pequeno sem encosto*” (2\$000), “*Caixa com pés*” (3\$000), “*Huma bandeja velha grande*” (3\$000), “*Dita pequena*” (2\$000), “*Tacho grande de cobre usado com doze libras*” (9\$600), “*Hum dito pequeno com três libras*” (2\$400) e uma “*Bacia com dez libras*” (5\$000).

Em contraponto à sala de jantar e até mesmo à zona de refeições informais, este espaço feminino e cativo de processamentos, longe do alcance de qualquer convidado, remetia ao “imundo” por conta da emanção de odores, calor e fumaça, dispondo de objetos de conter, utensílios e mobílias mais velhas, mais usadas e de pouco valor, como indispensáveis pilões e almofarizes, panelas em ferro e barro, grelhas, cuias, bacias, tachos, gamelas (LEMOS, 1989, p. 45; FURTADO, 2003, p. 135; GUERRAND, 2009, p. 311; TRIGUEIRO, 2012, p. 206) e recipientes em cerâmica, simbolizando a herança indígena que também adentrava os casarões (ZANETTINI, 2005, p. 165; AGOSTINI, 2011, p. 102)⁸⁰.

Por fim, listou-se objetos que denotam o *layout* de um escritório, consideravelmente extenso a propósito, também utilizado como biblioteca por Francisco (possivelmente 6/7, 11 ou 19/20), onde homens se retiram para conversar e “os filhos

⁷⁹ “Expressão recorrente nos inventários para discriminar os bens existentes no interior das residências, apresentavam sinais claros de uma mudança nos costumes, nos modos de se vestir e até mesmo de decorar o interior das casas” (ANDRADE, 2004, p. 92).

⁸⁰ Em seu estudo sobre a vida material da população de Bonfim do Paraopeba/MG no século XIX, Martinez apontou que itens de baixo valor comercial e comuns a vida das pessoas como panelas, talheres em madeira e outras miudezas da cozinha eram constantemente ignorados e abstraídos do arrolamento de bens, mas quando há suas ausências nas documentações não significa dizer que não compusessem parte do cotidiano (MARTINEZ, 2007, p. 141-142). Sobre os recipientes cerâmicos escavados presentes na cozinha fluminense oitocentista ver: SENE, Gláucia Malerba; MORGADO, Andrea Jundi. Como comeram: das panelas à mesa. In: LIMA, Tania Andrade. (Org.). **Arqueologia Urbana**: estudo de uma vizinhança no Rio de Janeiro oitocentista. – Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020, p. 103-136.

entram apenas tremendo” (PERROT, 2009c, p. 113). A existência desta função em um dos espaços da casa pode ser confirmada pelo relato de Ferreira de Rezende:

Eu, porém, disse, que meu avô tinha prestado muitos serviços ao país; e de fato, não só me parece certo que no círculo mais ou menos limitado da sua influência muito fez como liberal e patriota; mas ainda me recorde de haver ele um dia me mostrado em seu escritório um grande maço de papéis que ali guardava e de me haver dito que eram os documentos de todos ou da maior parte dos serviços que durante toda a sua vida nunca tinha deixado de prestar ao governo e à sua pátria [...] (REZENDE, 1987, p. 65, sublinhado por mim).

A saber, neste âmbito haveria: “Mesa grande redonda” (12\$000), “Hum canapé” (12\$000), “Escrivanha grande” (10\$000), “Dois castiçais de latão” (2\$000), “Oratório com crucifixo” (10\$000), “Armário pequeno e velho” (3\$000), “Relógio com armação ou caixa” (40\$000), “Estante com portas de vidro” (12\$000), “Mesa com duas gavetas” (8\$000), “120 livros de diversas materias velhos e truncados” (30\$000), “Lanterna grande para família” (3\$000), “Seis Quadros de Dona Ignes de Castro” (12\$000), “Hum dito sem vidro” (1\$500), “Espelho com quadro” (10\$000), “Fogareiro de ferro quebrado” (3\$000), “Rede Sorucabana” (6\$000), “Hum oculo de alcance grande” (16\$000), “Caixa com seis frascos, sendo dois quebrados” (8\$000), “Hum Galheteiro com três vidros” (4\$000), “Caixinha de escrivanha” (15\$000), “Mesa de pinho com duas gavetas” (6\$000), “Banco pequeno” (1\$000) e “Hum bacamarte de calibre cento e vinte” (5\$000).

Fica evidente que, no anseio de exprimir uma imagem moderna e aristocrática oitocentista, membros da família procuraram usufruir de maior investimento, posse em grande escala e divulgação de bens de prestígios e distinções nos recintos mais “proeminentes”, lugares de receber e impressionar. Conjuntos de mobílias elaborados em madeiras nobres, aparelhos de chá/café, estátuas, relógios e jarras à vista, constituíram aqui como símbolos, marcadores e legitimadores do poder, da capacidade aquisitiva, de domesticidade e das adoções de novas maneiras de teatralizar-se, modular-se, individualizar-se e agir em público, vinculando-os aos códigos e valores civilizatórios presentes na cultura europeia e Real.

Somente quando novas regras de conduta, de intimidades familiares e de pudor se impuserem definitivamente aos corpos e sentimentos, é que se ordenarão os dispositivos espaciais das intimidades, seja nos lares das famílias abastadas, seja nos dos mais pobres (ALGRANTI, 1997, p. 110).

Para o Comendador, isto implicava em instaurar sobre sua figura de proprietário, personalidade pública, negociante e pai, a reputação e imagem de senhor respeitável. Já para sua esposa, a presença destas parafernalias pode ter significado uma nova brecha à organização, responsabilidade, permanência e influência feminina em público, como novas formas de se exercer o poder (LIMA, 1997).

Somados e associados às formas, dimensões e estética dos espaços, os bens arrolados enquanto signos, mantiveram, à primeira vista, bem definidas e nítidas as delimitações e especializações entre as esferas públicas e domiciliares, como o distanciamento de setores de produção e serviços por meio da convenção entre fundos/sujo/ordinário e frente/limpo/fino. Ademais, diferente das décadas anteriores, onde predominou a colonial repulsa à utilização familiar do piso térreo (REIS FILHO, 2000, p. 120), a entrada na década de 1860 no solar pode ter exposto um desvio a esta tradição e a presença de novas condutas e mentalidades.

III.II.II Percursos que ocultam

Ao que foi possível supor, o trajeto feito pelo avaliador não alcançou o pátio e as áreas mais “profundas” do pavimento térreo, favorecendo principalmente o piso tido como nobre, espaços mobiliados e, conseqüentemente, dificultando a compreensão do que havia aos baixos, laterais e fundos da casa, pois entre 1861 e 1868 grande parte dos locais, como outros quartos orbitando as salas (4, 6 e 7-plantas B/C/D), poderiam estar vazios devido à ausência dos filhos, parentes e da esposa recém falecida.

Autores da arquitetura brasileira e a própria produção historiográfica nacional dos séculos XX e XXI repetiram sobre o pouco e limitado uso cotidiano familiar ao primeiro piso. Conforme estes autores, em seus arredores funcionariam lojas de comerciantes com portas que abriam-se às ruas e, portanto, à clientela, armazéns, oficinas, depósitos, escritórios, acomodações para hóspedes de baixos segmentos sociais, cozinhas e até acomodações para o abrigo de escravizados mais próximos das rotinas e necessidades pessoais (REIS, 1986, 219-220; LEMOS, 1989, p. 32, 35; SCHNOOR, 1995, 56-57; ALGRANTI, 1997, p. 99, 101; REIS FILHO, 2000, p. 28, 120; FURTADO, 2003, p. 130; FREYRE, 2004; BENINCASA, 2007, p. 17, 94; TRIGUEIRO, 2012, p. 203).

Devido às rarefeitas informações provenientes da documentação e a permanência da incerteza a respeito da localização dos negócios de Ferreira Lopes, citados por seu neto apenas como “*em ponto grande*” (REZENDE, 1987, p. 167), notei como o arquétipo do solar sugere que os cômodos enumerados como 2 e 8 na planta C podem ser associados aos locais que haviam sido utilizados para o funcionamento de sua loja de fazendas secas, abrindo suas portas à Rua Direita, como demonstrado abaixo.



Figura 40. Fachada lateral do sobrado divulgando três aberturas laterais. Possivelmente década de 1900. Fonte: REZENDE, 1987, s./p.

Mas, de fato, nas compactas e tão delimitadas propriedades urbanas, onde os negros escravizados eram alocados? Para João José Reis as próprias lojas seriam como senzalas urbanas, um espaço repleto de gente, de pouca ventilação e de pouca ou nenhuma privacidade:

Os escravos dormiam sobre esteiras estendidas no chão ou, o que era raro, colocadas em cima de tábuas. Alguns possuíam um caixote de madeira apenas, onde guardavam suas pequenas posses — roupas, instrumentos de trabalho, dinheiro, amuletos. À noite os senhores trancavam seus escravos nas lojas para fazê-los obedecer ao toque de recolher e evitar fugas, mas nem sempre essa vigilância estrita era possível ou mesmo desejável (REIS, 1986, p. 220).

Além de cômodos mercantis, podem ter sido realmente utilizados para pernoite de escravizados, todavia, no decorrer das pesquisas de campo, uma estrutura em particular entre as ruínas me chamou a atenção e me instigou ao desenvolvimento de certas hipóteses: o espaço retangular do térreo (13-planta C), ausente de vestígios de alicerces indicando divisórias internas e base ao que seria acima a cozinha e dependências de serviços (23-planta C).



Figura 41. Detalhes do exterior do espaço vistos a partir do pátio. Fotografias: Caroline Ferreira (2020); Marcio Machado (2019).



Figura 42. Interior do espaço. Fotografias: Caroline Ferreira (2020).

Assentado no patamar mais alto do terreno íngreme, completamente em pedra, baixo, sem sinais de aberturas de ventilação e luminosidade na alvenaria, esta estrutura muito me lembrou as formas das “senzalas-pavilhão” citadas por Robert Slenes (2011), Marquese (2005), Marcos Souza (2007, 2012), Symanski e Gomes (2019), Tania Andrade Lima (2011) e ao cárcere alongado e sem janelas de escravizados da Fazenda São Fernando/RJ, abordado por Lima *et al.* (1993).



Figura 43. Local com escada lateral onde funcionava uma indústria, década de 1990. Fonte: Foto Fênix.

Em outra perspectiva, mais fundamentada, este espaço abaixo da zona privada de serviços pode ter sido referenciado discretamente por Ferreira de Rezende, funcionando como um porão aos depósitos da família:

Essa reminiscência é a de um fato o mais insignificante que é possível; visto que na realidade, de nada mais se trata do que o ter eu visto nos baixos da casa do meu avô umas tábuas que ali se guardavam, e pelas quais nunca podia passar sem que me chamassem a atenção pelo seu cumprimento e pelo modo com que estavam serradas ou afeiçãoadas (REZENDE, 1987, p. 60).

Mesmo enquanto porão, assim como o ambiente da loja e da cozinha próxima do fogão, este espaço retangular poderia conter subdivisões internas e ter sido utilizado para acomodar um número reduzido de cativos (TELLES, 1968, p. 71, 91; ALGRANTI, 1997, p. 95, 101; GOMES, 1998 apud CRUZ, 2010, p. 63).

[...] o porão de uma casa de dois andares era ocupado por escravos, animais e coisas armazenadas. Em outras casas urbanas, os escravos viviam em “cubículos escuros” separados por divisões finas na área da cozinha. Se a casa tivesse muitos escravos, tinham de dormir nos corredores ou onde quer que achassem lugar (KARASCH, 2000, p. 185).

Posteriormente à primeira incursão relativa à pesquisa de campo, me atentei e avistei no pormenor da fotografia panorâmica da Cidade de Campanha uma ou duas estruturas não caiadas, de feições alongadas quase que camufladas na vegetação de um quintal vizinho ao sobrado e, incorporada à lateral dos fundos da mesma edificação. A falta de distanciamento entre ambos os muros laterais talvez insinuem seus vínculos com a planta e propriedade do solar.



Figura 44. Pormenor de fotografia expondo estruturas desconhecidas em terreno. Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Segundo relatos e depoimentos pessoais, este terreno permaneceu “vago” até meados da década de 1970, quando passou a ser ocupado por uma família na intenção de um de seus membros trabalhar como vigia do prédio que funcionava até então como Prefeitura Municipal (KLINK; CORRÊA, 2019, p. 509). O terreno (15-planta D) como uma extensão/quintal da residência delega a esta estrutura (16-planta D) a possibilidade de dois usos: 1) “cozinha suja”: local alternativo e menos higiênico ao fundo dos quintais onde abatia-se, eram preparados e processados os cozimentos mais pesados e demorados, fabricava-se doces, sabão, etc. (LEMOS, 1989, p. 20; ALGRANTI, 1997, p. 102; BENINCASA, 2007, p. 106; SOUZA, 2012, p. 48; SENE; MORGADO, 2020, p. 117)⁸¹, ou, 2) Devido à arquitetura e aos preços médios das residências da vizinhança, uma variação entre a “senzala-pavilhão” e a “senzala cabana”.

Duas entre estas tipologias podem ser observadas nas representações de Rugendas acerca de uma habitação de negros ao fundo do quintal de uma casa-grande e de Victor Frond, exibindo um grupo de escravizados em frente a uma “senzala-pavilhão”.

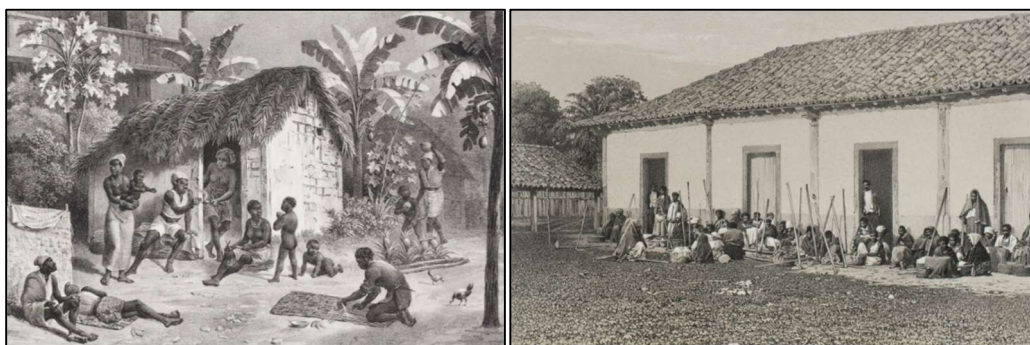


Figura 45. Gravuras dos tipos de senzalas. À esquerda: “Habitation de négres”, c. 1827-1835, Rugendas. À direita: “Avant le départ pour la roca”, 1861, Victor Frond. Fonte: *Brasiliانا Iconográfica*.

Compunham a categoria de “senzala-cabana” as construções de planta quadrangular ou retangular com um ou dois cômodos e confeccionadas em taipa de mão com cobertura de palha (SYMANSKI; SOUZA, 2007, p. 219).

Já a senzala-pavilhão relatada por Slenes teria entre 6 e 7 metros de profundidade, de 3 a 4 metros de largura e não possuía janelas, apenas portas e aberturas gradeadas que davam “exata aparência de uma cela num presídio” (SLENES, 2011, p. 159-160, 167), sendo mais comuns na primeira metade do século XIX na região sudeste (SYMANSKI;

⁸¹ Segundo Ribeiro, a fragmentada cozinha suja/cozinha de fora ainda convivia com a de dentro, e em áreas rurais seria construída no mesmo período da casa, destinando-se à execução de serviços mais pesados, produção e alimentação por e para escravizados (RIBEIRO, 2019, p. 328).

SOUZA, 2007, p. 219. Ainda segundo este autor, a ausência de janelas deste tipo de senzala pode ser atrelada aos meios de evitar fugas, pois diferente das portas que eram trancadas durante a noite, os proprietários teriam menos controle sobre elas (SLENES, 2011, p. 169-171).

De acordo ainda com alguns autores, variações poderiam conter janelas e divisões em cubículos com uma janela e porta cada, reservados ao abrigo de escravizados casados (maiores proporções) e solteiros (menores proporções) (MARQUESE, 2005, p. 166-167; SYMANSKI; SOUZA, 2007; SOUZA, 2007, p. 84; SOUZA, 2012, p. 39). Este terceiro arranjo citado e rotulado por Slenes como “senzalas conjugais” ou “compartimentos conjugados”, seria visualmente mais condizente com a estrutura no quintal do solar capturada pela fotografia no início da década de 1870 (SLENES, 2011, p. 158-166), alojamentos independentes e com maior privacidade destinados aos casais, seus filhos e escravizados restantes (KARASCH, 2000, p. 185).



Figura 46. Senzala do tipo "compartimentos". Pormenor de "Cases à negres", por Victor Frond, 1861. Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Com base na iconografia oitocentista e na ampliação da fotografia panorâmica, estas senzalas compostas de telhados baixos de meia água em palha ou telhas cerâmicas e, situadas no quintal da propriedade dos Ferreiras seriam construídas em taipa de mão, contendo por volta de dois ou três compartimentos cada e o emprego de janelas ou aberturas quadradas de pequenas dimensões.



Figura 47. Idealização da planta baixa (D) do primeiro e segundo pavimento em "U" com adição da estrutura externa. Fonte: Autor, 2022.

Estou de acordo com Symanski e Souza ao afirmarem que o problema de identificação arqueológica de senzalas recai no fato de serem estruturas mais perecíveis, de materiais não duradouros e quando não são, são conduzidas a usos como depósitos, estábulos, cocheiras, oficinas, etc. (REIS FILHO, 2000, p. 78; GOMES, 2006, p. 185; SYMANSKI; SOUZA, 2007, p. 219-220; SLENES, 2011, p. 159). Ao buscar por sinais de alicerces de estruturas e materiais construtivos nas imediações deste terreno ao lado (onde há uma residência), não foi possível encontra-los e identifica-los.

Entre as hipóteses levantadas, não posso descartar a explanação de que entre um momento da passagem da tipologia em "L" para a em "U", – momento de maior concentração de escravizados em posse de Ferreira Lopes –, estes locais tenham sido elaborados e utilizados realmente para abriga-los e/ou trancafiá-los (13 e 16-planta D). Ainda sob estas suspeitas, a posteriori, a partir de novas necessidades na morada e da venda de grande parte da escravaria, a cozinha teria sido transferida acima e este local (13-planta D) seria convertido em um cômodo de apoio, – conectando-a por meio de uma

escada e um alçapão (14-planta D) –, um depósito de mantimentos e produtos da loja de Francisco ou até mesmo um porão aos entulhos e ferragens.

III.III Para além das paredes: o sobrado enquanto uma metáfora aos discursos das elites locais

Os principais rituais festivos ocorreram na primeira metade do século XIX, quando os anfitriões cederam os espaços dos salões superiores à realização de bailes e das salas para reuniões. Segundo as memórias de Rezende, as únicas povoações do Sul de Minas onde realizavam-se os bailes e onde a “*classe dominante*” dançava, eram Campanha e Pouso Alegre. Foram estas as vilas as quais de repente presenciaram:

[...] um tal furor em todas as ideias do progresso; que ali até havia sociedades políticas de senhoras em que estas procuravam macaquear as dos homens, fazendo discursos, não sei se improvisados ou levados de casa, mas que eram sempre acompanhados dos indefectíveis apoiados, muito bem, muito bem, etc. (REZENDE, 1987, p. 194).

Os bailes e as festas proporcionadas por Francisco de Paula e D. Marianna eram ambientados por modas e árias lideradas pelo som de um item caro, cobiçado e de difícil acesso aquisitivo para a época, o piano (REZENDE, 1987, p. 195).

[...] mas isso só se dava em casa dele; porque tendo hoje a Campanha dezenas de pianos, naquele tempo só havia esse de meu Avô que era um piano de cauda e de uma cauda tão comprida que ocupava uma boa parte da sala [...] (REZENDE, 1987, p. 195).

Segundo Alencastro, a influência e disseminação das danças imperiais acarretou principalmente na década de 1850 em um período de maior importação do instrumento musical, a mercadoria-fetich e objeto de desejo, *status* e moda desta fase (ALENCASTRO, 1997, p. 45-47).

Comprando um piano, as famílias introduziam um móvel aristocrático no meio de um mobiliário doméstico incharacterístico e inauguravam – no sobrado urbano ou nas sedes das fazendas – o salão: um espaço privado de sociabilidade que tornará visível, para observadores selecionados, a representação da vida familiar (ALENCASTRO, 1997, p. 47).

Estes, poderiam ser comprados novos, usados ou mesmo alugados, conforme os anúncios dos jornais atestam. Seus valores de venda e compra eram refletidos diretamente da dificuldade para conduzir estas e outras peças luxuosas dos portos ao interior de Minas Gerais, através de más, precárias e tortuosas estradas e caminhos percorridos por tropeiros

e negociantes em suas tropas de burro e carros de bois lotados de novidades, prestes a serem incorporadas aos estilos de vida das famílias mais simples às mais abastadas (REZENDE, 1987, p. 195; MARTINEZ, 2007, p. 112, 119, 122)⁸².

Em sua análise de frequência de diversos bens presentes nas moradas campanhenses em posse de mais de vinte escravizados entre 1803-1865, Marcos Ferreira localizou somente um inventário com a menção do piano entre 1831-1850 e outro entre 1851-1865, averiguação que confirma a menção à exclusividade em Campanha no período de registro das festas ocorridas no solar (ANDRADE, 2004, p. 112; ANDRADE, 2014, p. 156, 165).

E isto era ainda assim entre o ano de 1841 e o de 1845; pois que embora mais ou menos esquecido do ano, lembro-me, entretanto, e muito perfeitamente da noite em que este prejuízo começou a ser derrocado. E eis aqui como o fato se passou: Meu Avô havia dado um baile; e como era seu costume, segundo já tive ocasião de dizer, de convidar para eles toda a gente mais ou menos limpa da povoação; convidou para esse todas essas famílias de pardos de que há pouco falei; e em uma das quais havia duas moças que além de muito bem educadas para aquele tempo, e de muito prendadas, eram ainda dotadas de uma grande formosura (REZENDE, 1987, p. 199).

Devido a sua influência econômica, política e militar na região, a localidade e mesmo o sobrado de Ferreira Lopes foram constantemente alvo de pousos a hospedes estrategicamente selecionados:

Ora, eu muito cedo comecei a ver e a conhecer a alguns dos nossos homens políticos; e posso mesmo dizer, alguns dos nossos mais grandiosos vultos políticos; porque sendo o chefe do partido liberal na Campanha; tendo, além disso, sido membro da assembleia provincial na sua primeira legislatura; e tendo, em todos os tempos, sempre sentido um grande fraco para todas as grandezas; meu avô desde muito cedo começou a travar relações com os grandes homens daquele tempo; e raro era aquele que passava pela Campanha ou que, indo tomar as águas virtuosas do Lambari, chegava àquela vila, que não fosse ser ali seu hóspede (REZENDE, 1987, p. 69-70, sublinhado por mim).

[...] um capitão general ou um alto personagem que de S. Paulo se dirige para Minas lhe pede que arranje pouso para ele e sua escolta, meu Avô não só o arranja na Campanha, mas ainda o vai também arranjar no Rio Verde, e o que faz para uma escolta, chegaria para um exército. E tudo o mais era assim por este jeito (REZENDE, 1987, p. 171).

⁸² Para se ter uma ideia de seu valor e dos encargos para o transporte, em um jornal publicado em Campanha anunciou-se um piano francês Herz novo, de sete oitavas sob o valor 850\$000 réis pagos na Corte, e de despesas de carroto de mais de 200\$000 réis (COLOMBO, 1874, p. 4).

Entre seus círculos de amizades e hóspedes mais influentes que compartilhavam de seus ideais sociais e políticos, se sobressaíram o Padre Diogo Antonio Feijó (1784-1843), Evaristo Ferreira da Veiga (1799-1837), o Senador José Bento Leite Ferreira de Melo (1785-1844), o Visconde Antônio Limpo de Abreu (1798-1883), o Padre João Dias de Quadros Aranha e Rafael Tobias de Aguiar (1794-1857) (O VERDADEIRO PATRIOTA, 1831, p. 4; VALLADÃO, 1937, p. 135; VOZ DIOCESANA, 1971, p. 4; REZENDE, 1987; PASCOAL, 2008, p. 137).

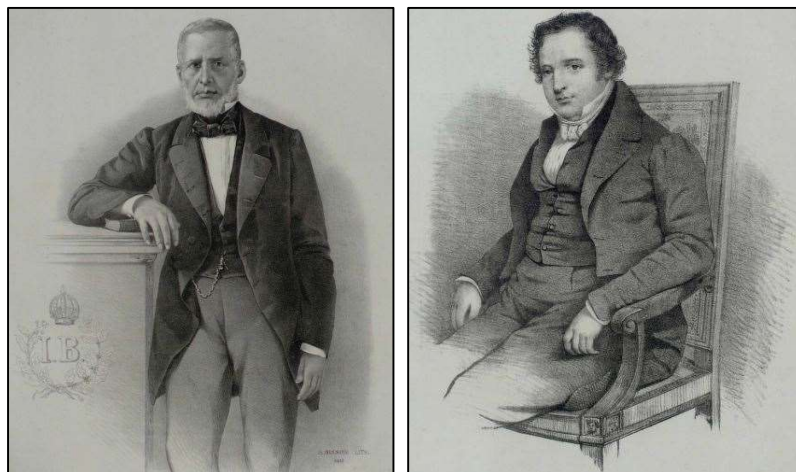


Figura 48. À esquerda: Visconde de Abaeté (Antonio Limpo de Abreu). À direita: Evaristo Ferreira da Veiga. Fonte: SISSON, 1861.



Figura 49. À esquerda: Diogo Antonio Feijó. À direita: José Bento Leite Ferreira de Melo. Fonte: SISSON, 1861.

Este grupo de hóspedes liberais exerciam cargos de presidentes de províncias, deputados às legislaturas da Assembleia-Geral e de senadores, aliando-se entre si durante a primeira fase da regência. Estes líderes beneficiados por ordens honoríficas exerciam o poder sobre a fundação de imprensas e sobre suas redações, atividades parlamentares e sobre grande parte dos votos nas Câmaras. A partir destas teias de interesses em comum, articulavam encontros entre si como trama ao desenvolvimento de movimentos e conflitos liberais caóticos em oposição aos exaltados, caramurus (restauradores) e às

instabilidades políticas nas províncias paulistas, mineiras e fluminenses (LENHARO, 1993, p. 101; GUIMARÃES, 2001, p. 113-114; PASCOAL, 2007; SILVA, 2009, p. 111-112).

Ao visitar as Águas Virtuosas (atual Município de Lambari) na década de 1830, o Padre Diogo Feijó realizou uma missa na Igreja das Dores e não foi somente hospedado no solar, mas prova desta amizade e da familiaridade com seu anfitrião foi a preocupação em satisfazer-lhe com um de seus gostos mais pessoais: “[...] *estando a mesa sempre cheia de muitos doces, junto de Feijó sempre se punha uma compoteira de melado; ou porque, ele não comia de outro doce; ou porque, como ele dizia, o melado era o rei dos doces, e o preferia a qualquer outro*” (REZENDE, 1987, p. 75; CASADEI, 1987).

Esta geração e rede de lideranças forjada com o advento da independência nas primeiras décadas do século XIX por personagens atuantes nas cenas do Sul de Minas e na Corte foram compartilhavam os interesses da economia agro-exportadora, da posse de propriedades e da dependência da mão-de-obra cativa, não havendo incompatibilidade entre esta última e suas visões políticas liberais (GUIMARÃES, 2001, p. 104; PASCOAL, 2008, p. 137). Tratava-se de grupos sociais constituídos por homens poderosos socialmente, como oficiais, proprietários, mineradores, padres, magistrados, delegados e professores que integravam uma parcela da elite “dominante” daquela sociedade, formando e compondo assim o que Alcir Lenharo (1993) denominou de “Tropas da Moderação”.

Empunhando e erguendo a bandeira liberal, expressavam seus interesses individuais e coletivos ao constitucionalismo, em defesa do civismo e à liberdade permanecendo coniventes com a mão-de-obra escrava. Em Minas Gerais, as correntes e ideologias das “Luzes” e os valores revolucionários foram introduzidos principalmente por livros estrangeiros ao fim do século XVIII, panfletos, periódicos, folhetins e jornais, como o Astro de Minas, Opinião Campanhense, Recopilador Mineiro, O Universal e Pregoeiro Constitucional e pela criação de Sociedades Defensoras, – meios eficazes à exposição de princípios e ataque ao “governo despótico” (LENHARO, 1993, p. 102-103; NEVES, 1999, p. 15-20; GUIMARÃES, 2001, p. 110; NEVES, 2001, p.79, 83, 89, 93; PASCOAL, 2007, p. 212; SILVA, 2009, p. 128).

Esta imprensa fazia chegar notícias e informações a uma plateia mais ampla, trazendo à tona acontecimentos diários, que se transformavam em novidades não mais do domínio privado, mas sim do domínio

público. [...] Seus artigos passavam a ser discutidos em novos espaços de sociabilidade, como os cafês, as academias, as livrarias, criando condições para que essa literatura política assumisse as principais posturas da época comprometidas com o ideário liberal (NEVES, 2001, p. 78-79).

E foi nestes e em outros veículos de caracteres liberais que Francisco de Paula Ferreira Lopes como um “*homem de prestígio*” (O COMPILADOR, 1863), chefe político e liberal moderado, participou de debates e decisões do Partido Liberal, compartilhando interesses como o combate à tendências autoritárias, ao favorecimento da descentralização administrativa e política, à instauração da ordem política e social no país e em prol de maiores autonomias aos municípios e províncias (instaurada com o Ato Adicional de 1834) (REZENDE, 1987, p. 65, 69-70, 104, 168; NEVES, 1999, p. 19; PASCOAL, 2008, p. 212, 217; CARVALHO, 2012, p. 90, 95, 102)⁸³.

Estes são, Senhor, os sentimentos de que se achão possuídos os habitantes d’este Município, os quaes assim animados pressurosos correrão (quando necessario seja) a derramar a ultima gota de sangue em defesa da Constituição, Liberdade, e Independencia Nacional (PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, 1831, p. 6).

Com a chegada da Lei de 1º de outubro de 1828 e com os resultados dos eleitos a Juízes de Paz publicados e anunciados na Igreja Matriz da Vila, os cidadãos parabenizavam-se, entoavam o *Te Deum* e bandas cantavam o “*Hymno Brasileiro*”. Davam vivas à Constituição e ao Imperador Constitucional pelas ruas iluminadas da vila, acompanhados do Juiz de Paz S. Mor Joaquim Ignácio Villas Boas da Gama e do Suplente Tenente-Coronel Francisco de Paula Ferreira Lopes (ASTRO DE MINAS, 1829, p. 2-3):

[...] os cidadãos mais grados juntando-se em casa do Tem. Coronel Francisco de Paula Ferreira Lopes em suaves entretenimentos festejavão o objecto que levava todas as atenções. O canto, a musica, e a dança alternada de outros jogos, e polidos divertimentos sustentarao o enthusiasmo ao romper da Aurora nunca menos desejada do que naquelle dia (ASTRO DE MINAS, 1829, p. 3).

⁸³ “Como político, o que principalmente o caracterizou, foi uma inabalável firmeza de convicções aliada a uma moderação muito maior ainda. No meio do mais aceso furor das paixões partidárias, nunca deixou de pagar aos seus adversários todos os deveres da mais correta civilidade; a nenhum jamais perseguiu ou ofendeu, e a alguns protegeu e serviu. Esta sua moderação era tal, que as vezes quase que chegava a parecer franqueza. E disso foi ele muitas vezes acusado por alguns dos seus correligionários mais exaltados. [...] ele viveu quase um século, principiou a sua vida política muito moço, a principiou como um monarquista liberal moderado, e quando a terminou, ele era ainda aquilo que durante toda a sua vida nunca um só momento tinha deixado de ser; isto é, um monarquista liberal moderado. A instrução que teve, foi a que de ordinário tinham os moços do seu tempo, e que era na realidade extremamente limitada. Como, porém, era um homem bastante inteligente, como nunca deixou de ler jornais, e gostava de ler também alguns livros, ele acabou por ter uma instrução muito maior do que a maior parte dos seus antigos conterrâneos” (REZENDE, 1987, p. 168).

A casa na Rua Direita foi utilizada e anunciada nos anos seguintes como ponto de encontro da elite local. Em 20 de fevereiro de 1831 um comitê de trinta a quarenta eleitores elegeu na residência de Ferreira Lopes, onde estavam hospedados o Vigário José Bento e o Padre João Dias de Quadros Aranha, uma comissão de cinco membros “*dos mais jubila dos liberalões*” a fim de selecionar membros dignos ao Júri e à posição de Promotor (O VERDADEIRO PATRIOTA, 1831, p. 4). Em 1854 uma reunião foi presidida no solar para se tratar da edificação do primeiro teatro (A NOVA PROVÍNCIA, 1854, p. 1) e no ano seguinte, um anúncio convidava os acionistas a se reunirem às quatro horas da tarde na casa do diretor Comendador Francisco de Paula Ferreira Lopes para realizarem a prestação de contas da diretoria envolvendo a construção do teatro (A NOVA PROVÍNCIA, 1855, p. 4). Como Presidente da Sociedade Carnavalesca, Ferreira Lopes convidou aos diretores da mesma para se reunirem às dez horas da manhã em sua “*casa de residência*”, a fim de verificarem as contas e demais despesas (O SUL DE MINAS, 1860 p. 4).

Enquanto Deputado eleito e atuante na Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais durante a Primeira Legislatura (1835-1837) o Coronel Francisco de Paula transitou constantemente entre as vilas no extremo Sul de Minas Gerais, na capital Mineira e, principalmente, na Corte Fluminense. A estes “mediadores” ou “conectores” Edoardo Grendi cunhou-os de *brokers*, sujeitos que intermediavam os interesses políticos, econômicos e administrativos locais do interior agrário com suas atuações no mundo exterior (GRENDI, 2009).

Por possuírem um diploma de curso superior e dominarem uma linguagem política mais sofisticada, alguns locomoviam-se com distinção entre o meio rural e as grandes cidades, funcionando como conectores entre os dois mundos. Eram, na realidade, os *brokers* e aqui os chamo de mediadores políticos [...]. A convivência com membros de outras elites políticas e a vida no parlamento e na imprensa os tornavam mais conhecidos e capazes de negociarem interesses locais e regionais com os grandes centros de poder político e administrativo, ou seja, as capitais de província e, alguns poucos, a própria Corte (VARGAS, 2013, p. 444).

Como a Chácara da Floresta no Rio de Janeiro (residência do padre José Custódio Dias), utilizada, segundo Pascoal, como um “QG” para encontros secretos dos liberais moderados (LENHARO, 1993, p. 104; PASCOAL 2007, p. 215-216, 219), encontros como as reuniões não atingiam somente a região Sul de Minas ou a Província mineira. Para além das paredes, o que era abordado e debatido na casa do Comendador

movimentava as engrenagens dos contextos políticos à níveis nacionais e internacionais, impactando profundamente as relações e a economia. Movimentos e embates violentos durante e após o período de abdicação de Dom Pedro I, envolvendo a Maioridade e ascensão do Imperador Dom Pedro II estiveram entre as pautas presenciadas por Ferreira Lopes.

A contribuição ou participação de Francisco entre os liberais “*revoltosos*” durante a Revolução de 1842 não pôde ser verificada, muito menos a respeito da utilização de sua casa para reuniões secretas e ao abrigo dos “fugitivos rebeldes”. A razão disto se deve muito provavelmente ao fato de ter sido vigiado, como um homem suspeito, como seu neto alega em seus relatos (REZENDE, 1987, p. 159), mas isto não o impediu de buscar meios táticos de estar a par dos acontecimentos:

[...] meu Avô estava sempre em dia com os movimentos mais importantes dos rebeldes; e o meio que para isso se empregava era o mais simples possível. Ele possuía, a legua e tanto da cidade, uma fazenda, que ficava justamente para os lados donde os rebeldes deveriam, vir; e para indicar o tempo marcado para a sua chegada, por exemplo, o administrador não precisava mais do que escrever a meu Avô um bilhete como este que eu uma vez ouvi ler — que ele (o administrador) tinha querido mandar o feijão no dia tal; mas que tendo-se dado tais e tais inconvenientes, ainda não sabia ao certo quando o poderia mandar, mas que nunca poderia ser antes de um dia que ele indicou. O bilhete era lido pelo piquete que vigiava a entrada e por ali passava como um simples pedaço de papel inteiramente inofensivo ou como o mais inocente de todos os bilhetes [...] (REZENDE, 1987, p. 154).

No seio da sociedade provincial, Francisco de Paula Ferreira Lopes, como um típico *elite-broker*, fez dos deleites de reuniões, hospedagens e bailes cercados de agentes influentes, momentos propícios a conquista de créditos, fortalecimento de redes de sociabilidades e veículos de difusão de ideias, ideologias e da própria cultura política liberal, visto que as festas eram tipicamente momentos favoráveis a discursos, “uma vez que, pela empatia do ambiente e pela concentração de gente, tinha maior efetividade que as palavras ao vento, descontextualizadas e isoladas” (SILVA, 2009, p. 153). A música, os banquetes, os jogos, as danças e demais alegorias que ao aguçarem os sentidos (o paladar, a visão, o tato e a audição), apelavam ao encantamento, propiciando a difusão de conceitos e facilitando convencimentos (CHAMON, 1996, p. 19 apud SILVA, 2009, p. 147; SILVA, 2009, p. 148, 174).

Sua própria casa converteu-se de unidade doméstica básica, ponto de acolhimento e hospedagem, a espaço estratégico às projeções públicas, uma unidade social de

entusiástica vivência política, uma metáfora aos símbolos e manifestações das elites locais que penetraram os âmbitos das vidas privadas, marcas domésticas que por seu lado também alcançaram e invadiram os espaços públicos (HUNT, 2009, p. 25-27).

Simultaneamente aos caracteres exibicionistas divulgados pelas comunicações canônicas e indicadoras dos bens, da estrutura da casa, do *layout* dos espaços e das boas intenções com convidados em ritos de sociabilidades, há poucos metros esta mesma arquitetura solene tendia a mascarar, afastar, ocultar e asfixiar específicas relações sobre outros grupos de agentes, como evidenciarei abaixo.

III.IV Por trás dos planos: espaços como ferramentas ao controle social

O que há por trás da ostensiva e luxuosa diluição neoclássica na arquitetura, na especialização das divisões e na posse de tralhas vistas anteriormente? Antes de alcançar o funcionamento da configuração espacial doméstica, abordarei os possíveis e diversos panoramas relativos aos mecanismos de poder e controle com a aplicação de ferramentas pertinentes à Teoria da Sintaxe Espacial às plantas baixas. Conforme a planta baixa A (década de 1990) e sua transformação no gráfico *Gamma* abaixo, a estrutura do solar enquanto abrigo a múltiplas funcionalidades, apresentou um alto grau de compartimentação.

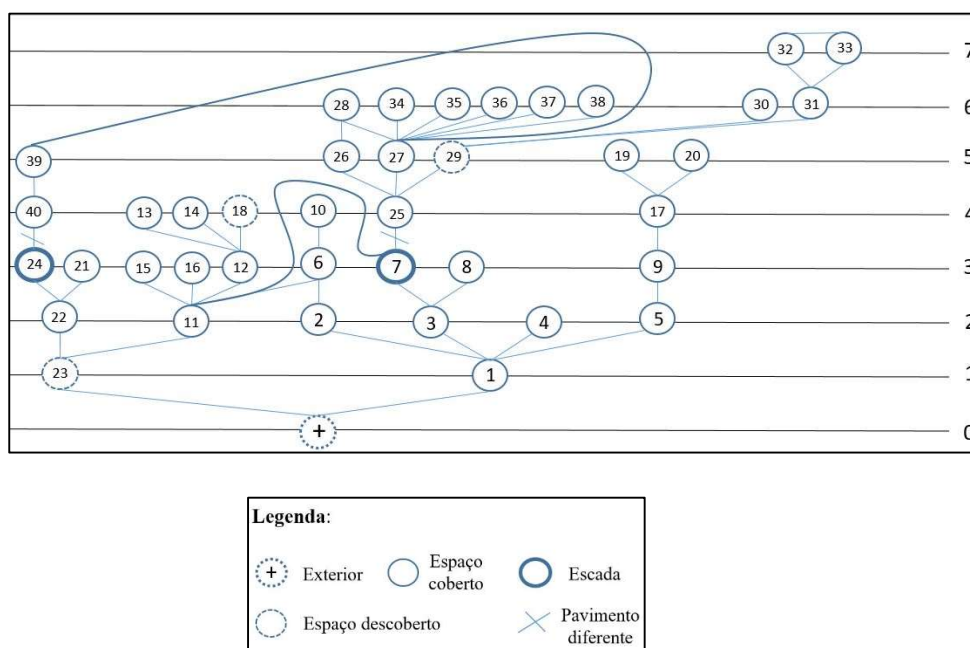


Gráfico 2. Gráfico de Análise Gamma (A) e legenda. Fonte: Autor, 2022.

Imaginar a planta ou a estrutura “vazia” (sem paredes) esclarece a facilidade de compartimentação, as possibilidades ao desvio de funções e o potencial ao abrigo e funcionamento de escritórios, instituições administrativas e governamentais, indústrias e até mesmo instituições disciplinares com necessidades ao alto grau de controle e classificação interna sobre variadas faixas etárias e gêneros, como as escolas.

Neste último momento, o prédio multifuncional apresentou cerca de quarenta espaços (índice de escala) detectáveis, uma medida de integração de 2,2 e uma medida de complexidade de 4,02. A existência de um piso sobre o térreo foi um grande atenuante ao elevado valor de profundidade, representando a obrigatoriedade de se atravessar por volta de quatro cômodos para se alcançar a saída. Já o valor de integração obtido, pouco se distanciou de 1 (valor mínimo de referência e máximo de restrição), mas simbolizou que a restrição de circulação se fazia em torno de uma edificação distributiva (cômodos com ao menos duas formas de entrada/saída), composta também de cadeias de nós (2, 5, 23 e 29) e *nodes* não-distributivos (4, 8, 10, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 29, 30, 34, 35, 36, 37 e 38). Além destes nós onde tornara-se mais fácil o controle sobre a circulação dos sujeitos, a proliferação de espaços distributivos e premissas panópticas sobre três nós ou mais eram, em grande maioria, cômodos de entrada (1) e transicionais, como corredores (11, 12, 25 e 27).

Poucas diferenças puderam ser notadas e alcançadas entre a idealização dos primórdios da estrutura em “L” (planta baixa B) que poderia ter apresentado entre as décadas de 1830-1840 e a tipologia em “U”, salvo um aumento na quantidade de cômodos (de 19 para 23), representados pela presença/ausência de uma cozinha e dependências de serviços inclusas no interior da moradia, de um pátio/quintal e do porão ou cômodo de armazenamento (13-planta C).

Nós circundados por cores semelhantes (vermelho, preto e amarelo) representam no gráfico espaços que poderiam ter sido somente um cômodo, enquanto espaços de cores distintas (verde e marrom) são cômodos que poderiam conter divisões internas “indecifráveis” e impossíveis de serem alcançadas por minhas análises.

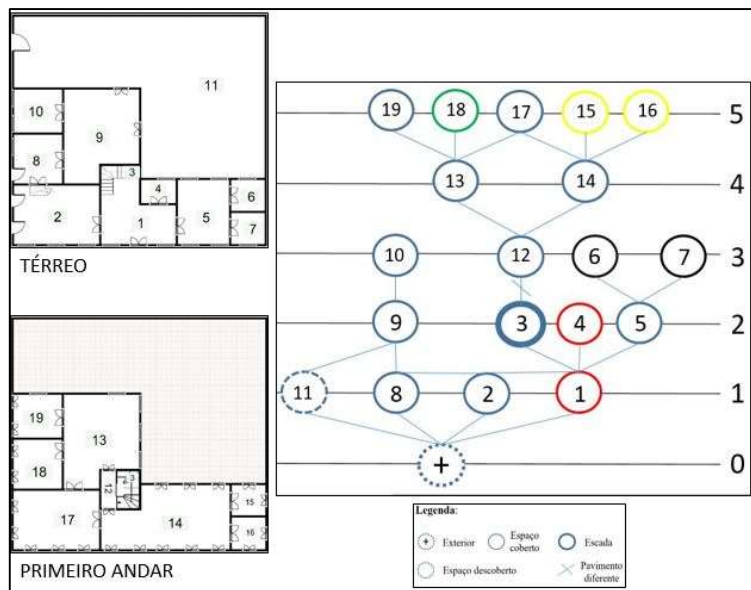


Gráfico 3. Gráfico de Análise Gamma (B) e legenda. Fonte: Autor, 2022.

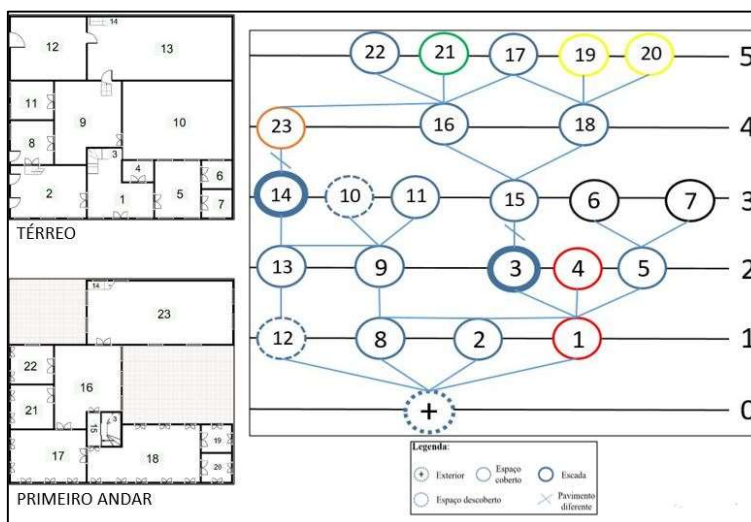


Gráfico 4. Gráfico de Análise Gamma (C) e legenda. Fonte: Autor, 2022.

Seja na situação da planta em “L” ou na ampliação em “U”, a estrutura tendia a assumir uma tendência profunda, representada por sua complexidade de 3 (B), a qual manteve-se em 3 (C) com a ampliação, além da condição distributiva representada pelos valores de 2,21 como integração na planta B e 2,26 já com as alterações estruturais na amostra C. Promovia portanto relações e características de poder e controle de maneira menos concentrada, mais homogênea e mais democrática, mas dificultando, de modo mais geral, o controle sobre a circulação de pessoas devido à dimensão do sobrado e da existência de circuitos e potenciais rotas alternativas.

O acesso ao interior da residência poderia ser feito por quatro maneiras: pela entrada formal da fachada principal (1), pelo acesso destinado a clientes em potenciais ao comércio de fazendas secas (2 e 8) e pela entrada lateral destinada hipoteticamente a funcionários e escravizados que conduziam os lotes de gêneros e demais mercadorias estocadas, comercializadas e consumidas pelos ocupantes da casa (11-planta B, 12-planta C).

A presença de variadas formas de acessar o interior demarcava justamente a existência de filtros indicados por suas posições na casa, quem pode e deve acessar cada uma das entradas. De forma relacional, as posições sociais individuais estavam ligeiramente atreladas às posições de acessos da casa, quanto mais ao fundo, mais sujo, íntimo, privado e mais proibido a alguns. Quanto mais à frente, mais limpo, receptível, social a outros, mas ainda sim nem a todos e a todas.

A idealização alternativa (D) confeccionada a partir da planta baixa C, considera a adição do terreno lateral e a existência de uma senzala urbana ou cozinha suja acopladas aos limites da propriedade do solar do Comendador Ferreira Lopes. E, com esta adaptação, um novo ponto de entrada/saída foi adicionado entre os outros quatro. O número 15 representaria este acesso de escravizados a seus alojamentos, enumerados como “16”, os quais sugiro que devessem estar conectados ao cômodo inferior da cozinha (13), devido a sua proximidade com o setor que ficavam concentrados.

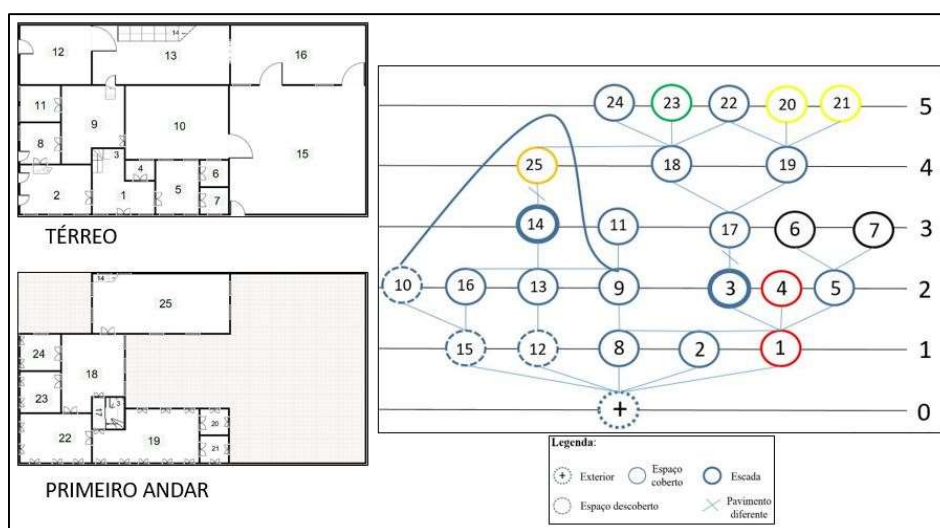


Gráfico 5. Gráfico de Análise Gamma (D) e legenda. Fonte: Autor, 2022⁸⁴.

⁸⁴ Devido a presença de dois pavimentos e inúmeros espaços entre a conexão dos nós 9 e 10 houve a necessidade de fazê-lo cruzar o acesso entre os nós 18 e 25, situação semelhante à apresentada por Thomas Markus “devido a um único gráfico representar três níveis de pisos” (MARKUS, 1993, p. 133).

Ainda que a unidade de habitação manteve uma fórmula de organização espacial distributiva (como todos os exemplos acima), pouco se alterando em termos e valores de integração, a possibilidade às movimentações e troca de nós se opunha à autonomia para sair dela. Considerar o terreno como um complemento da morada de casas no modelo de permeabilidade, recai na eventualidade de um espaço a menos do que os gráficos anteriores, uma saída adicional utilizando a rota do pátio interno a caminho do quintal em direção ao Largo das Dores.

Tabela 3. Comparação dos índices a partir dos diferentes momentos construtivos detectados.

Momentos:	Escala:	Integração:	Complexidade:
Década de 1830-1840 (?) (B)	19	2,21	3
Década de 1850-1870 (?) (C)	23	2,26	3
Década de 1870 (com terreno) (D)	25	2,36	2,84
Década de 1990 (A)	40	2,2	4,02

Fonte: Autor, 2022.

Seja em termos de escala ou complexidade, todas as representações do solar ultrapassaram os dados alcançados por Paulo Zanettini em sua análise de vinte e seis casas bandeiristas em São Paulo edificadas entre os séculos XVII e XVIII (ZANETTINI, 2005, p. 170). Já Isaac Cassemiro inferiu com a aplicação dos gráficos *Gamma* em suas amostras, que, na Capitania de Minas Gerais, a quantidade de cômodos durante a primeira metade do século XVIII indicaram uma média de 5 cômodos por moradia de famílias mais abastadas, número que quase triplicou no decorrer da segunda metade do mesmo século (RIBEIRO, 2019, p. 108). Situação que vai de encontro à demanda de especializações da espacialização alcançadas e bem demarcadas pelo solar campanhense em sua primeira geração de ocupantes (década de 1830-1870) em comparação aos dados proporcionados por Zanettini (2005) e Ribeiro (2019).

De maneira distinta do Educandário Dr. Nogueira analisado por Amanda Seabra (2020), – uma edificação distributiva com três opções de acessos, mas que ao mesmo tempo, tornava obrigatória a passagem pelo prédio principal –, das três plantas do solar, somente o esquema antecessor em “L” simbolizou esta necessidade à assimetria,

envolvendo um interesse maior à segregação espacial e ao controle sobre a troca formal de pavimentos, proporcionada somente pela imposição limítrofe da circulação à sala de entrada (1) para se alcançar a escada (3) que levava à zona de estar mais íntima (12 e 13- Planta B). Ademais, adotou-se nos principais cômodos receptivos e sociais um perfil simétrico, pois como escreveu Carlos Augusto Tauney em seu *“Manual do Agricultor Brasileiro”*: *“O gosto e bom senso ensinão que os edificios da mesma qualidade devem ser semelhantes e formar linhas contiguas; que a symetria e correspondencia dos lados he a condição de toda beleza [...]”* (TAUNAY, 1839, p. 20).

Com o propósito de sanar parcialmente algumas lacunas que permeiam as análises espaciais (elencadas no primeiro capítulo), optei por pensar e elaborar uma adaptação e complemento aos gráficos de análises *Gamma* e aos três índices de Blanton. Com esta ferramenta ainda em estágio inicial, considerei a quantidade de cômodos (medida de escala) como vetores X e o número de “aberturas” que cada um dos 23 nós apresentou (vetor Y), tendo em consideração qualquer mecanismo que possibilite diretamente ou indiretamente o cruzamento de olhares através de barreiras físicas (portas, alçapões, janelas, etc.), tanto internas quanto externas, contabilizando-as mesmo quando diferentes espaços compartilham das mesmas aberturas ou quando espaços abertos estão suscetíveis à observação de cômodos em outros níveis (ex. 10 e 12). Indiretamente, estes dados não se limitam à temática da vigilância, mas auxiliam conjuntamente na compreensão dos locais onde os tipos de janelas foram empregados para expor suntuosidade e poder, como os recintos mais e menos salubres.

Neste gráfico de dispersão cada ponto circular branco indica um nó (cômodo), enquanto as linhas (*edges*) constituem os caminhos necessários para acessá-los um a um. Ao associar as variáveis Y (número de aberturas) ao X (espaços enumerados), se obtém um traçado da oscilação geral dos graus de visibilidade de cada espaço da estrutura (linha preta), seguindo a ordem numérica de cada local da planta baixa segundo a intenção de cada pesquisador.

Relacionar ambos os vetores permite perceber que conforme se adentra e percorre diferentes trajetos da estrutura em direção aos últimos níveis (salas, dormitórios e cozinha), há/houve uma necessidade ao aumento ou diminuição de visibilidade da compartimentação interna (correlação positiva/negativa) e, porventura, parâmetros nos caracteres de vigilância a partir das proporções entre portas e janelas. O mesmo vale em uma perspectiva inversa, de sujeitos que estejam em determinado local e desejam se

retirar da estrutura da maneira mais imperceptível possível. Optei por selecionar os trechos partindo do primeiro espaço (mais social) ao último ou ao responsável por conectar a maiorias dos ambientes mais privados (piso superior) para expressar como a visibilidade pode ser uma armadilha (FOUCAULT, 2014).

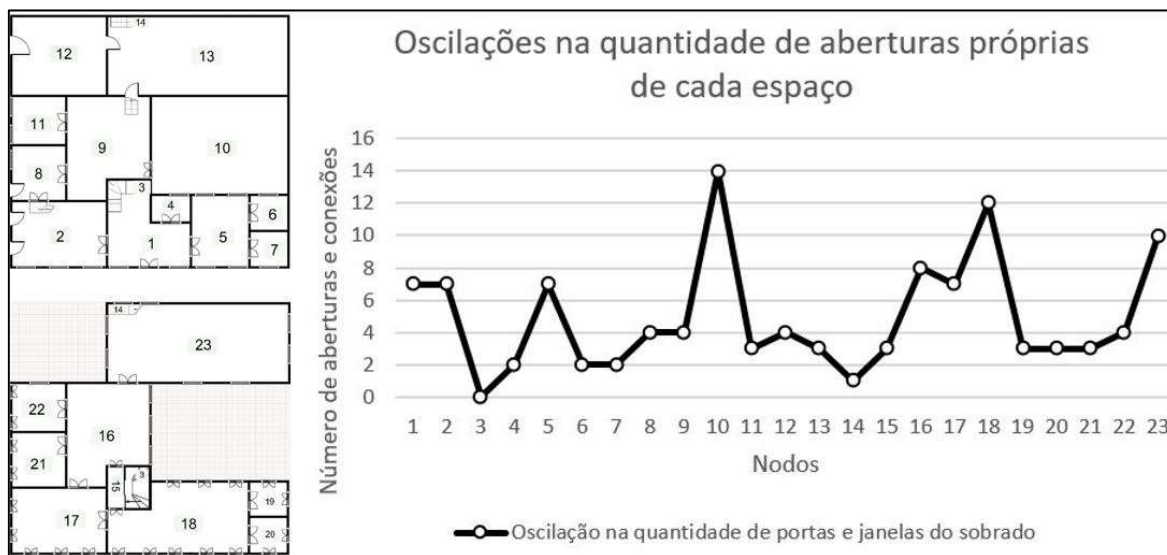


Gráfico 6. Quantidade de "eixos visuais" de cada espaço interno do sobrado em "U". Fonte: Autor, 2022.

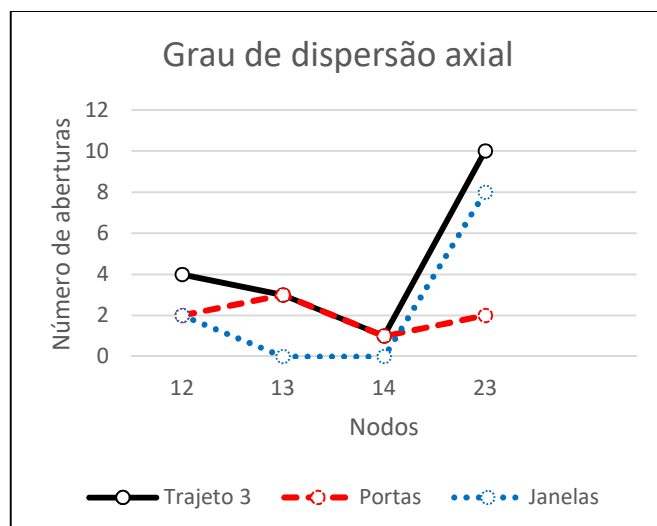
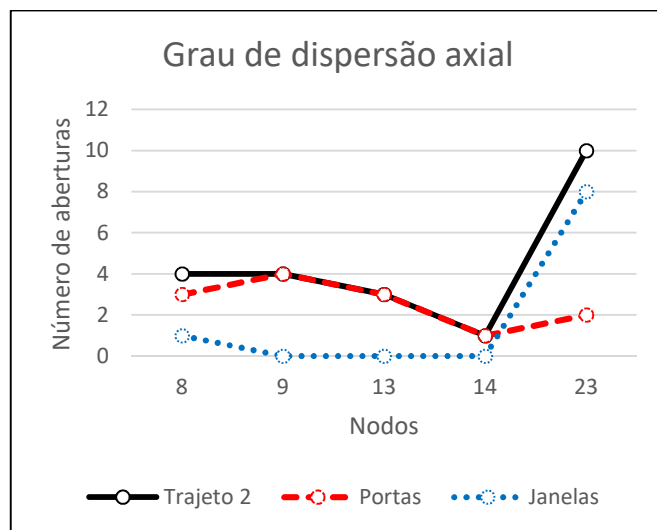
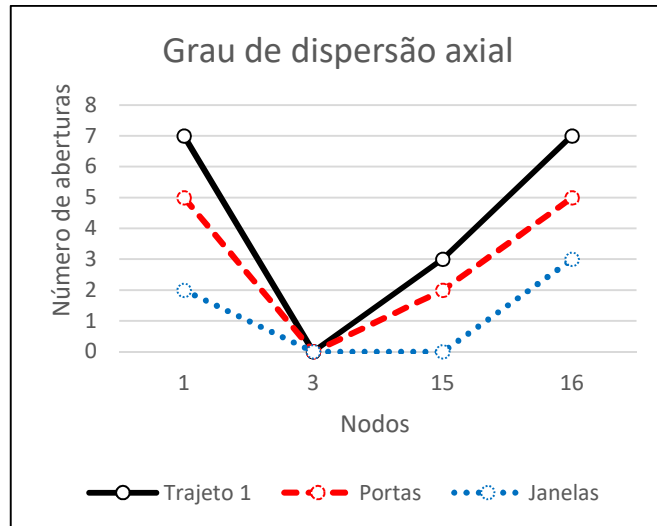


Gráfico 7. Níveis lineares de visibilidade no decorrer de três trajetos distintos da planta em “U”. Fonte: Autor, 2022.

A partida da entrada formal mais distributiva (1), ultrapassando os espaços 3 e 15 com destino ao nodo 16, indica não somente o alto grau de visibilidade, salubridade e da exposição de poder simbolizada pelas janelas logo no cômodo de recepção, mas que no decorrer deste trecho, após acessar a escada (3), – onde haveria uma brecha na vigilância –, privilegiou-se no segundo pavimento, mais especificamente no cômodo 16, uma maior concentração de portas sobre o número de janelas em relação aos nodos anteriores deste mesmo trecho, singularidade e situação que interpretarei de maneira qualitativa mais adiante.

Algo perceptível é que na medida em que os trajetos são percorridos, houve supostamente uma tendência ao aumento da visibilidade no nodo final, proporcional ao ponto de partida 1, mas superior a partir das entradas 8 e 12. Mesmo que diante dos três principais caminhos com destino aos nós 16 e 23 não houvesse necessariamente um aumento do grau de visibilidade, apesar que o nível axial se reduziu em alguns pontos cegos (3 e 14), quase sempre havia possibilidades de vigiar de relance, seja de espaços no interior sobre outros ou do exterior da moradia quando as folhas das janelas estivessem abertas.

Sendo assim, quais os cômodos com os maiores e menores números de aberturas?

Cômodos como os números 10 (10,92%), 16 (10,81%), 18 (16,22%) e 23 (13,51%) concentraram a maior porcentagem referente ao total de 74 janelas, portas e alçapões distribuídos ao redor do casarão. Ao mesmo tempo que podem ser pensados como cômodos mais suscetíveis à vigilância e observação de 360°, em paralelo, são espaços de maior probabilidade de serem promovidos a pontos de vigilância devido aos seus potenciais axiais (MARKUS, 1993).

Mas afinal, o que estes números e gráficos significam?

III.IV.I Janelas e portas adentro: zonas e maneiras de estar controladas

Por mais que as “zonas de estar” mais sociáveis encontravam-se à frente na estrutura, apresentando um fluxo mais amplos aos/de acessos, Zarankin já alertava às liberdades ilusórias, controles encobertos por aparências de liberdade (ZARANKIN, 2001, p. 226). Um exemplo desta situação é o isolamento dos espaços comerciais, que

mesmo abrindo-se à Rua Direita, simbolizavam barreiras visuais e auditivas ao doméstico, e, uma restrição espacial imposta aos clientes.

No entanto, em 30 de julho de 1865 Francisco registrou como um anúncio do jornal “Planeta do Sul” a denúncia de um furto em seu escritório, de um relógio “*com corrente e chave, tudo de ouro, tendo esta última em uma das extremidades uma bússola. No mostrador, além disto, acha-se representado uma estrada de ferro*” (VOZ DIOCESANA, 1970, p. 4). Na dedução de que este escritório referido fosse mesmo em sua casa e próximo dos espaços comerciais, por mais que adentrar e vagar entre os outros cômodos a partir da parte dianteira e lateral do casarão de forma imperceptível fosse difícil, nada impedia aos outros agentes de atingir as primeiras barreiras de segurança, subvertendo-as a seus propósitos e benefícios.

Aqui, nestes espaços dianteiros destinados à elite, noções de hierarquia se sustentaram não somente pela disposição espacial, mas, em contrapartida, por suas dimensões, pelo mobiliário estabelecido nestas salas, pelos materiais empregados em suas elaborações, pela salubridade, linguagem e peças dos vestuários dos ocupantes e formas de portar-se que caracterizaram os limiões e o sistema sutil e explícito de dominação e controle intradomicilar.

Nestes locais centrais que vigiam cômodos periféricos a escolha, a alta concentração e distribuição simétrica de janelas apontaram ao desejo ao frescor e à claridade diária, e, por outro lado, locais de sociabilidades onde devido à elevação do interior sobre o nível entre a rua e o terreno de implantação, garantia a ventilação das madeiras ao manter distância do solo, mas também onde era possível observar de dentro sem que os pedestres notassem.

Eixos horizontais como a sala de entrada e de visitas tornaram-se mais frequentes quanto mais se avança ao âmago do pudor e da esfera privada: o segundo pavimento. Este, que era acessado somente após se alcançar o último entre os degraus da escadaria e do único corredor da casa. A principal função destes corredores horizontais e verticais (escadaria) foi a de permitir direcionamentos de percursos e simultaneamente a união e o isolamento entre compartimentos mais sociais e os deveras restritos, acentuando o distanciamento entre o fora (rua)/dentro e garantindo a privacidade nestas áreas, reforçando as barreiras simbólicas e os limites sociais pré-estabelecidos (LIMA, 1996, p. 134) a depender da importância ou do vínculo entre os anfitriões e os visitantes.

Classificar salões de festas e de jantares como cômodos extremamente sociais recai erroneamente na consequência de banir a possibilidade de escolhas dos moradores a quem entra ou sai e, como o exposto nos gráficos de permeabilidade *Gamma*, mesmo os lugares de exibições, protocolos e recepções, possuíam poucas formas de entrada, justamente por serem zonas fronteiras ao recato paternal e maternal. Segundo Rezende, no governo doméstico mineiro rural, as salas e salões eram locais onde a família mais interagiu entre si, onde a senhora da casa sentava-se sobre um estrado cercada das filhas a bordar e coser, “*e em roda do salão e um pouco mais longe, uma grande fila de escravas que se empregavam em diversos misteres, mas a maior parte em coser, em fiar e em fazer renda*” (REZENDE, 1987, p. 202).

Naquele recatado interior nenhum estranho penetrava que vestisse calças, a não ser algum parente muito próximo e as mais das vezes era ainda preciso que ou fossem muito velhos ou muito crianças; sobretudo se se tratava de primos; pois que a máxima que então predominava era, que nada se devia tanto vigiar como três — P.P.P. —; isto é, os primos, os patos e os padres; porque diziam eles, os primos, os patos e os padres, são sempre os que borram a casa (REZENDE, 1987, p. 202).

Como inúmeros memorialistas e cronistas registraram de maneiras dissimuladas nas letras e na iconografia no século XIX, acerca das relações entre visitantes e as mulheres das casas, Francisco de Paula Ferreira de Rezende afirma que a mesa dos hóspedes era sempre situada em uma sala exterior:

[...] e se a importância do hóspede era tal que exigisse a presença do dono da casa, nesse dia a família comia sem ele. Isto não quer dizer que a família não visse os hóspedes; porque toda a mulher é essencialmente curiosa; e nenhuma há que não encontre um meio qualquer de espiar. O hóspede, porém, nunca via a essas curiosas espiadoras, e quando muito as lobrigava (REZENDE, 1987, p. 202).

Às “frágeis” e ociosas meninas e mulheres livres da casa, símbolos do privado, restariam os fundos, estando relegadas aos papéis e ofícios secundários, à invisibilidade e ao anonimato imposto pelas estruturas sociais, econômicas, teológicas e culturais que favoreciam os homens (FIGUEIREDO, 2004, p. 141-142, 178; HUNT, 2009; HAHNER, 2013). Deslocando-se veladas pelas vidraças e rótulas, “*que ficavam sempre arranjadas de modo que de dentro tudo se podendo ver, de fora nada se via*” (REZENDE, 1987, p. 202) aguardariam na intenção de ouvirem, acompanharem e se atualizarem sobre fatos, negociações e novidades.

Mas a atuação feminina não se resumia a estas atribuições, pois desempenhavam funções determinantes à indústria caseira, como a administração da casa, de negócios e a chefia de fogos (ALGRANTI, 1997, p. 120; FIGUEIREDO, 2004, p. 178-179).

Responsabilizavam-se pela saúde da família e pelo cuidado dos idosos. Encarregavam-se de uma grande quantidade de obrigações religiosas e ainda instruíam seus dependentes. Como era grande o movimento de vendedores ambulantes à sua porta, as senhoras também podiam participar de pequenas transações comerciais sem pisar fora de casa. Apesar de alguns visitantes homens descreverem as donas de casa como pessoas que passavam seus dias bordando, fazendo renda, arrumando flores, tocando música ou preparando sobremesas que deliciavam os convidados, elas tinham muito mais o que fazer no cotidiano de seus lares (HAHNER, 2013, s./p.).

A partir das análises arqueológicas documentais aos plurais títulos e conteúdos de jornais publicados em Minas Gerais no século XIX, avistei a nítida falta de espaço à voz e presença feminina nestas fontes. Como exceção, em maio de 1830 D. Marianna Candida Ferreira de Vilhena, acompanhada de 117 senhoras, fora a única entre elas a ser mencionada liderando o “*novo hymno*” (ASTRO DE MINAS, 1830, p. 2; VALLADÃO, 1940, p. 72) e, posteriormente, por dar vivas e entoar o “*Hymno Nacional*” em alusão à festividade de 7 de setembro promovida em um teatro provisório na Rua do Comércio, em Campanha, enquanto Francisco de Paula levantava e liderava os vivas nacionais (PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, 1830, p. 3). Postura sob os dogmas liberais que assim como D. Hipólita Jacinta Teixeira de Melo e sua prima D. Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira (SILVA, 2017, p. 55), poderia tender a reforçar e expor o poder exercido também enquanto dona de casa.

A absorção desta pesquisa ao conceito de “micropoderes” cunhado por Foucault (1981, 2014), suscita na consideração de que mesmo sob os tetos e paredes de um domicílio liderado por Francisco – seja enquanto um suposto e incerto pai, marido ou homem autoritário, opressor, dominador ou acolhedor –, a integral submissão feminina e cativa inexistiria. Como respostas, no dia-a-dia pequenas resistências diluíam-se em atividades cotidianas, guerras domésticas e táticas travadas nas mesas, nos cantos, janelas, varandas e entre quatro paredes, na intenção de ampliar espaços de promoção e sobrevivência entre outros grupos. Algo que pode ter ocorrido com a introdução de novos papéis durante a realização de rituais de chá, sustentados por aparelhos de porcelana e louça listados anteriormente.

Entre o claustro estereotipado da instituição familiar, poderia haver a independência ou autonomia desta esposa e mãe para exercer a gerência, o poder e vigilância sobre o andamento das refeições preparadas por escravizados na “cozinha limpa” próxima à sala de jantar familiar, sobre os afazeres na residência e envolvimento de relevantes decisões festivas diurnas e noturnas da casa.

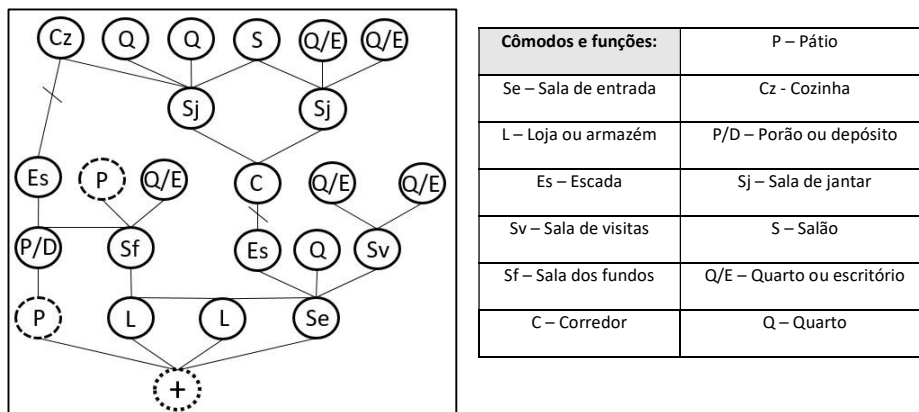


Gráfico 8. Conversão Gamma da planta em “U” e legenda. Fonte: Autor, 2022.

Se a pessoa com maior poder está nas pontas das “árvores” *Gamma* (dendrítica), alcançadas por corredores, escadas e saguões de espera, como cita Markus (1993, p. 16), dada a proximidade entre as salas de refeições, o salão e todos os quartos os quais supõem-se que teriam pertencido ao casal e algumas das filhas, a partir de pontos de vigilâncias, da percepção de passos e sons sobre o assoalho, portas que rangem e trancas, Francisco e Marianna poderiam supervisionar estrategicamente de forma multissensorial a circulação daqueles que cruzassem os espaços de transição, como as condutas infantis nesta esfera também pedagógica, vigiando-as na finalidade de “*ter a filha mais ao pé de si*” (REZENDE, 1987, p. 83), preservar e garantir a obediência, castidade e virgindade das filhas, símbolo da moralidade e requisito fundamental ao *status* derivado das famílias nestes recortes (D’INCAO, 2004, p. 230, 235; PERROT, 2009d, p. 102; HAHNER, 2013).



Figura 50. Representação de cena cotidiana em uma das salas da residência. Confeção: Caroline Ferreira, 2023.

Cabe ressaltar que devido a hierarquia existente entre escravizados nas residências, onde estrategicamente os senhores encarregavam cativos de maior confiança para supervisionar o trabalho de outros mais subalternos na categoria das especializações (auxílio na cozinha, limpeza, aguadeiro, etc.), a mucama como cativa governanta, amade-leite, responsável por criar os filhos de seus proprietários e acompanhá-los em missas (ALENCASTRO, 1997, p. 63; KARASCH, 2000, p. 286-289; FURTADO, 2003, p. 51; DIAS, 2013, s./p.) poderia subverter e reapropriar-se momentaneamente destes mesmos pontos de vigilâncias utilizados por Ferreira Lopes e Vilhena, utilizando-os a seu favor e maneira para supervisionar as crianças, jovens e adultos livres da casa, como os afazeres da cozinheira, lavadeira e de escravizadas encarregadas de outros ofícios⁸⁵.

Os quartos enquanto lugares e altares das celebrações de intimidade, da excreção, do descanso, da descoberta e encontro entre corpos, do nascimento e das confidências, mostraram-se estrategicamente posicionados entre as alas mais profundas e não-distributivas (inacessíveis). O pudor, o almejo à privacidade visual e sonora e a segurança eram protegidas e defendidas por cada cômodo e espaço de transição como barreiras físicas e simbólicas que partiam do piso térreo, indo de encontro com a mentalidade de uma sociedade e sua necessidade à preservação da intimidade e da evasão a “um contato mais íntimo com a rua e com os vizinhos, tão próprio da época” (ALGRANTI, 1997, p.

⁸⁵ “Na casa-grande, usavam roupas no estilo europeu, mas as que iam e vinham, como as lavadeiras e as passadeiras, ousavam manter seus turbantes e saias de bicos, conservando penteados e os estilos de vestir de suas terras de origem e do seu grupo étnico” (DIAS, 2013, s./p.).

98). Um distanciamento também como preocupação higiênica aos miasmas e dejetos que representavam as vias públicas (PRIORE, 1997, p. 280, 306).

Se as habilidades de ver por um espaço dependem de “eixos visuais” (MARKUS, 1993, p. 14), a julgar pela ocorrência das janelas embutidas em ambas as salas de jantar do piso nobre e da construção de graus de dependências assimétricas a partir das salas do piso nobre, as “axialidades” (*axiality*) proporcionariam principalmente ao espreitador uma observação e olhares disciplinares aos arranjos do pátio interno inferior, à ângulos da área de serviços e à provável senzala externa, e, a depender do momento do dia, haveria a possibilidade de oportunizar a estas últimas áreas uma vigilância senhorial sob o conceito da tecnologia visual *Benthamite*, oculta nos reflexos dos raios solares sobre as vidraças das janelas, dificultando ainda que, não propositalmente, entradas/saídas despercebidas do sobrado (LIMA, 2011; FOUCAULT, 2014).

Abaixo, o que antes poderia assemelhar-se a um quintal e local de descartes de refugos produzidos pelas ações e consumos domiciliares, com a ampliação da planta em “L” para “U” concebeu-se um pátio interno, circundado e isolado do resto do quintal pelas extensas e sólidas paredes da moradia⁸⁶. Inacessível e distante o suficiente das vias e dos olhares de vizinhos, era alcançado formalmente somente por um caminho. Este ponto focal de equilíbrio e arejamento dos aglomerados urbanos, território de intimidade familiar, de domesticidade e dos recolhimentos infantis e femininos, poderia conter pequenas e delimitadas hortas, canteiros de flores e pomares que forneciam produtos para a subsistência, como frutos, ervas medicinais, verduras e gordura vegetal para os candeeiros e ao recinto da cozinha, tornando-se natural a esta última (SAINT-HILAIRE, 1938, p. 190; ALGRANTI, 1997, p. 91-97; FURTADO, 2003, p. 131; MENESES, 2012a).

Pela permeabilidade ilustrada a partir dos gráficos de acessos, este espaço de recato destinado a membros da família poderia conceder privacidade aos que desejassem usufruir de momentos de intimidade. Nos modelos *Gamma* este local demonstrou-se não-distributivo e recluso aos acessos, enquanto nos gráficos axiais apresentou-se como um dos espaços com maiores picos na quantidade de janelas e portas ao redor e entre os mais

⁸⁶ Segundo Symanski, os pátios e quintais tendiam a ser espaços vigiados na intenção de manterem as mínimas condições de higiene atreladas aos discursos médicos da época, logo que como o adotado no Solar Lopo Gonçalves no século XIX, eram áreas comumente atribuídas a práticas de descartes de refugos das respectivas habitações (SYMANSKI, 1998, p. 129).

suscetíveis à vigilância a partir do interior da casa, pois como alerta Algranti, em um sentido inverso, a tranquilidade e a solidão proporcionada pelo cerco de paredes poderia transformar-se em confinamento e fiscalização às mulheres, filhos e filhas, “cujos momentos de lazer e ao ar livre eram, às vezes, controlados por seus familiares” (ALGRANTI, 1997, p. 97).

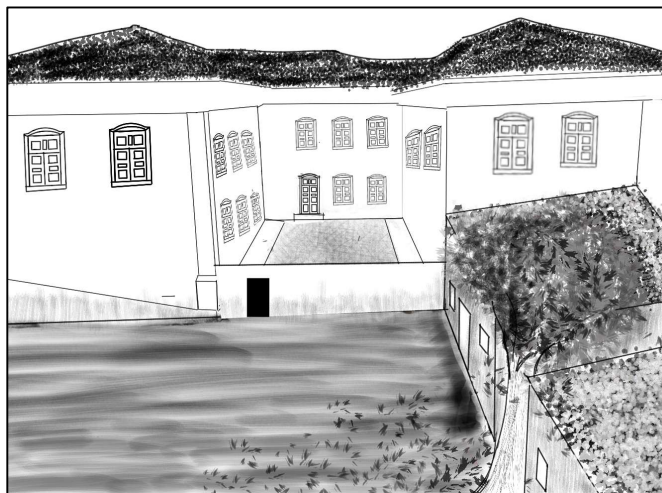


Figura 51. Esboço dos limites da propriedade, das senzalas e do pátio interno do solar, com base na fotografia panorâmica. Confeção: Caroline Ferreira, 2023.

Em sua experiência no território da zona de mineração, o mineralogista britânico John Mawe descreveu na década de 1810 de modo eurocêntrico a cozinha mineira como um lugar:

[...] mais sujo e desleixado, em uma situação melhor, nunca visitamos. Foi com grande dificuldade que meu negrinho nos providenciou um pote de qualquer tipo para nos vestir uma ave e alguns feijões para o jantar. A cozinha era um mero buraco de terra, enegrecido de fuligem e fumaça acima e ao redor, coberto de lama e sujeira abaixo: os utensílios de cozinha eram uma panela colocada sobre três pedras e aquecida por um fogo de madeira verde (MAWE, 1812, p. 159-160).

Interditados a qualquer um que não fosse permitido o trânsito estava não somente a fumarenta, malcheirosa, desagradável e repreendida cozinha (LIMA, 1996, p. 137), mas o ambiente e “espaço de expressão de relações de poder entre homens e mulheres” (RIBEIRO, 2017, p. 80) e microcosmo das texturas, aromas e odores de alimentos doces, salgados, crus, cozidos, guisados ou ensopados e dos temperos multiétnicos que se incorporavam e caracterizaram a rica culinária mineira. Em contraste a harmonização proporcionada pelo conjunto de todas as outras janelas do sobrado, esta ala de serviços de grandes dimensões destinada aos afazeres domésticos possuía por volta de oito janelas do tipo guilhotina, consideradas mais brutas e menos refinadas que as demais de folhas

de abrir e, incumbidas primeiramente da exaustão e arejamento das fumaças e cheiros decorrentes dos contatos entre fogo, lenha e alimentos.

Com o propósito de otimizar o atendimento aos chamados e pedidos dos senhores em seus leitos conjugais ou infantis, além da dispensa que se destinava ao armazenamento de carnes salgadas, grãos e mantimentos, subdivisões como um alojamento ou alcova destinada ao “*pagem*” Joaquim e à “*mucama*” Maria poderiam comunicar-se com o resto deste retângulo anexo. Estes apartados recintos de processamento de alimentos e serviços, muito provavelmente desprovidos de forros, foram acoplados à sala de jantar dos residentes devido à praticidade de sua localização pertinente à ascensão e importância conferida às reuniões e refeições com o passar dos séculos (ALGRANTI, 1997, p. 103).

A cozinha compôs junto dos leitos, as células entre as mais segregadas, reguladas, profundas e heterogêneas da estrutura em termos de acessibilidades e admissões que, devido à existência de sua única porta e sua concentração de tarefas, facilitaria a supervisão familiar. Esta estratégia condicionava e classificava os jogos de interações, onde encontros mais densos entre cativos e livres ocorriam com maior probabilidade a depender do tempo, das atividades e dos locais (MEDINA, 2008, p. 29). Instâncias propositais à separação espacial e afetiva entre senhores e escravizados (DEETZ, 1996, p. 153).

O isolamento deste recinto decorrente de uma estratégia de separação entre âmbitos, aliado à precária iluminação oriunda de candeieiros ou candeias em ferro alimentados por azeite, encontradas “*da sala até a cozinha*” (REZENDE, 1987, p. 217-218), poderiam ter favorecido e oportunizado tanto táticas de circulação entre as trocas sorradeiras de pavimentos e saída do solar (trajeto 3 do gráfico 7) quanto as decisões e artimanhas envolvendo a dieta alimentar familiar. Era justamente em favor deste exílio espacial e de lacunas na vigilância, que longe das vistas dos proprietários ocorriam formas de resistências não violentas, como a adição de substâncias e plantas narcóticas aos alimentos para causar danos ou simplesmente acalmá-los, práticas classificadas pelos senhores como “bruxarias” e “feitiçarias”, preparadas e ensinadas pelas negras mais velhas e experientes (KARASCH, 2000, p. 417-418, 435).

Em Algranti (1997, p. 95) e Gomes (2006, p. 186), os autores disponibilizaram modelos de plantas baixas pertencentes às antigas senzalas dos engenhos Pimentel, Jurissaca e Matas e, em Souza (2007, p. 87), o arqueólogo aplicou os grafos de acessos à

sua hipótese de permeabilidade da senzala situada no engenho goiano de São Joaquim. O que é possível pontuar nas reproduções são os caracteres rasos das compartimentações e das subdivisões internas destes alojamentos, similares aos obtidos na demonstração de aplicação do gráfico hierárquico localizada no primeiro capítulo deste trabalho (figura 4 e tabela 1), o qual resultaria sempre em um gráfico não-distributivo raso de valor mínimo aos obtidos pelos índices elaborados por Blanton. Portanto, se a profundidade indica notoriamente poder sobre algo, alguém (MARKUS, 1993, p. 16), produzia a partir da ótica da padronização, uniformidade e otimização, sentimentos de igualdade entre os ocupantes, o que Souza denominou de “solidariedade orgânica” (MARQUESE, 2005; SOUZA, 2007, p. 86-87; SOUZA, 2016, p. 154).

As estruturas longilíneas que alcançavam aproximadamente 6 metros de largura por 7,50 metros de comprimento, seriam distribuídas internamente entre cubículos de terra batida destinadas a casais e solteiros onde dormiriam sobre esteiras ou tarimbas e, outro onde se faziam as fogueiras (KARASCH, 2000; BENINCASA, 2007, p. 34, 72; AGOSTINI, 2013). Como propriedades de separação e classificação de pessoas, suas atividades e relações serviam não apenas para tornar a instituição escravista ordenada, mas para legitimá-la ideologicamente, a qual dependeu diretamente da existência e eficácia do regime de poder e conhecimentos do governo doméstico senhorial (MARKUS; CAMERON, 2005, p. 59-61).

Mesmo que os padrões estéticos representados pelo excesso de mobília, *design* e decoração doméstica senhorial causassem um estranhamento e plurais formas de percepções aos nativos africanos desembarcados (FERGUSON, 1992; SOUZA, 2000) ou como a presença de janelas possa ter causado um choque a eles, como Slenes (2011) relata uma situação, o possível emprego de pequenas janelas nestas estruturas do quintal do solar pode estar vinculado a um processo de apropriação e ressignificação à longaduração de um elemento proveniente de um referencial da ordem dominante⁸⁷. Desta forma, cabe pontuar que como Symanski cita, grupos inseridos em sistemas de crenças de matrizes afro-descendentes tendiam a atribuir significados próprios a portas e demais áreas liminares, justamente por demarcarem fronteiras entre domínios (SYMANSKI,

⁸⁷ Ao mencionar a história do escravizado Baquaqua enviado ao Brasil, o autor cita a reação de assombro do cativo em seu primeiro contato com as casas do Novo Mundo e suas janelas (SLENES, 2011, p. 170-171).

2019, p. 282), cabendo refletir que a janela poderia não estar ausente de atribuições semelhantes.

A localização destes “compartimentos conjugados” rasos, a aparente existência de pequenas janelas ou aberturas visíveis (Figuras 44, 47 e 51), somadas à facilidade de evasão à rua pelo amplo quintal quadrangular do terreno, suportam a teoria da impossibilidade de controle constante ou a falta de interesse à repressão de fugas, remetendo a um consentimento pouco mais “humanizado” e definido ao que diz respeito ao trânsito de escravizados urbanos em posse dos membros da família Ferreira neste momento. As inserções de aberturas em estruturas construídas inicialmente para armazenar e conter pessoas pode sugerir que uma pequena parcela destes cativos obteve permissões quanto à ampliação de mobilidades espaciais, seja para o ganho, para a aquisição de mantimentos em comércios ou para a retirada de água em fontes próximas para os usufrutos corporais e alimentares. Ainda assim, não estariam isentos dos olhares, das restrições e proibições propostas entre a sociedade da época, as casas e as ruas, como o já elucidado ao final do segundo capítulo⁸⁸.

Outra prova da incapacidade ou ineficácia de um modelo de domesticação total desempenhado pelo sobrado urbano, como dos proveitos táticos sobre as oportunidades a evasões enquanto rejeição à situação de escravidão, pode ser encontrada na categoria de anúncios de um jornal tipografado em Campanha, onde Francisco de Paula divulgou a fuga de um escravizado crioulo de nome João, de idade variando entre 17 e 18 anos, possivelmente não recuperado. Segundo consta a descrição, o menino é dotado de “*bom principio de carpinteiro; levou um paletó de camiseta parda, calça de riscado ja velha, e a pouco fez abrir e a pontar os dentes como os negros da Costa, fala bem, e explicado; quem o prender ou der noticias certas, será gratificado*” (A NOVA PROVÍNCIA, 1855, p. 4).

Mesmo com suas presenças forçadas, os abusos físicos e psicológicos, separações de entes, censuras, exclusão de diversos rituais diários, estes espaços materiais, sociais e cognitivos (DELLE, 1998) seriam compostos pelas preces, sincretismos, sonhos, memórias e histórias. Próximos de seu fogo (enquanto domicílio, estrutura de combustão

⁸⁸ No decorrer do capítulo a respeito da residência de Chica da Silva, Júnia Ferreira relata que cabia às escravizadas domésticas lavar roupas no rio, vender alimentos, levar objetos e recados e buscar água nos chafarizes com suas vestimentas coloridas, panos sobre a cabeça e cangalha nas costas (FURTADO, 2003, p. 51).

e/ou metáfora utilizada por Slenes), se reuniriam, interagiriam e se solidarizariam em atividades de alimentação, passatempos e de compartilhamento. O quintal pode também ser associado a momentos de lazer e banalidades, compondo outro dos lugares do “habitar” (SLENES, 2011, p. 178), onde, em momentos de maior autonomia em relação às árduas ocupações domésticas, os cativos poderiam sentar-se para fumar seus cachimbos ou rolo de “*erva pango*” (REZENDE, 1987, p. 212), tão comum à época na região de Campanha⁸⁹.

Devido à maior privacidade à vigilância visual e auditiva destes locais ao fundo, suponho que houve maiores chances dos “cativos de dentro” terem tecido o controle sobre recursos sociais, culturais e econômicos próprios (produção/venda), contestando e rompendo de modo criativo com a lógica disciplinar ao tocarem em assuntos que deveriam ser hostilizados no interior da casa e ao recriarem rituais de convivências no cativeiro, que, mesmo experienciado momentaneamente como lugar e “porto seguro”, devido às condições e qualidade de vida, dificilmente foi percebido como lar (KARASCH, 2000, p. 188; SYMANSKI; SOUZA, 2007, p. 220-221; SLENES, 2011, p. 183-186; SOUZA, 2012, p. 47-50; MOSTERMAN, 2021, p. 80-82, 91-94).

Acerca dos escravizados casados registrados em 1831 e entre as décadas de 1860 e 1870, é possível basear na consideração de Robert Slenes ao destacar que esta união “frequentemente implicava para o escravo ganhar mais espaço construído; mas, sobretudo, significava apoderar-se do controle desse espaço, junto com o cônjuge, para a implementação de seus próprios projetos” (SLENES, 2011, p. 167), como um maior controle sobre companhias, o preparo de comida, o ritual e o horário de comer⁹⁰. A julgar pela idade avançada deste casal de cativos, há de considerar que não estiveram propensos à subnutrição, pois podem ter possuído estas capacidades de suplemento de suas dietas (KARASCH, 2000, p. 199).

⁸⁹ “[...] o cigarro que se achava um pouco por toda a parte era o vício comum das classes baixas tanto de um como de outro sexo; e o cachimbo que um pouco por exceção era encontrado aqui e acolá, era o verdadeiro vício dos escravos e sobretudo dos escravos velhos; havendo ainda alguns africanos que em vez do fumo, fumavam o pango, que é uma erva que existe em nossos matos e que parece eles fumavam sem ser em cachimbo. Pelo menos um que eu vi fumar, o enrolou em uma folha a que ele deu a forma de um funil; pos-lhe fogo; e segurando ou amparando com a mão aquele cachimbo de nova espécie, ele ia tirando baforadas muito maiores talvez do que aquelas que se tiram no pito” (REZENDE, 1987, p. 212).

⁹⁰ Já segundo a historiadora Mariza de Carvalho Soares, na impossibilidade do alcance à tão almejada alforria, a autogestão e os reconhecimentos sociais no universo escravista poderiam ser encontrados nos batuques com parceiros conjugais e na filiação às irmandades (SOARES, 2000, p. 166).

As oposições, estratégias silenciosas de afirmação de subordinação, o distanciamento (arquitetônico e espacial), o isolamento acústico e as brechas ópticas entre os âmbitos negros e livres poderiam inversamente ter favorecido o desenvolvimento de esquemas mentais e interações, como a continuidade, troca e fortalecimento de práticas culturais, conjugais ou afetivas e, sobretudo, de expressões corporais e verbais de matrizes e identidades próprias, as quais seriam engatilhadas e transcendidas com os acessos táteis e olfativos às matérias-primas e elementos arquitetônicos (portas, trancas, paredes em alvenaria, janelas, pisos barrocos e tetos), aos contrastes entre o calor da luminosidade natural ou artificial e o frio da escuridão e da umidade característica destes ambientes (KARASCH, 2000; SLENES, 2011; SOUZA, 2016; LIMA, 2016; LOVE, 2016; MOSTERMAN, 2021).

Tais práticas furtivas e encobertas vão de encontro ao que James Scott denominou de “hidden transcripts”: transcrições ocultas enquanto discursos criados por grupos subordinados como críticas ao poder propagado por extratos dominantes (SCOTT, 1990). Assim como o conceito de tática adotado anteriormente, tais práticas deveriam ser reproduzidas “offstage”, pelas costas, como coloca o autor, mas se diferiam pelo fato da primeira apropriação crítica e subversiva ter ocorrido em espaços estruturados pela ordem senhorial, enquanto estas transcrições anti-hegemônicas eram desenvolvidas para um público específico em lugares característicos e que lhes são próprios, como o interior das senzalas e suas proximidades (DECERTEAU, 1990; SCOTT, 1990).

Entre a porosidade do casarão e os espaços de maior permanência cativa, diferentes luminosidades, sensações térmicas, táteis, olfativas e gustativas provenientes de específicas formas de acessos a distintos recursos (alimentos, conforto, formas de iluminar, dormir, comer e vestir, etc.) singularizariam posturas, atitudes e leituras incompletas e ambíguas da espacialidade destas paisagens (SOUZA, 2012, 2016; RAHMEIER, 2014, p. 99; TILLEY, 2014, p. 34).

Já as janelas e portas adentro e afora conectavam, permitiam e negavam acessos, encontros e companhias não a diferentes mundos, mas a singulares e estreitas formas de vê-lo, senti-lo, contesta-lo, percebe-lo e vivencia-lo. Entre as pedras, o barro, as telhas, madeira e fumaças de fumeiros utilizadas no sobrado para afugentar insetos e a “flor de fogo” doméstica empregada discretamente para o mesmo e outros fins (ALGRANTI, 1997, p. 122; SLENES, 2011, p. 200, 256; RAHMEIER, 2014, p. 101, 118), estavam os diferentes domínios de conhecimentos coletivos e individuais, vivenciados

sensorialmente a partir de cada referencial. Tais domínios foram construídos e proporcionados não somente pela criatividade e agência de cada identidade vivendo sob os mesmos ou diferentes tetos, mas oportunizados justamente pelas distâncias e barreiras físicas e simbólicas que segregaram livres e escravizados, fronteiras estas que mesmo ao terem sido projetadas na intenção de afastar, conter e esconder de olhares, propiciariam plurais “maneiras de agir” e para nós ainda desconhecidas “maneiras de ser”.

Portanto, as trajetórias sociais individuais e coletivas familiares, associadas à casa como um espectro neoclássico de modernidade, não somente mascararam determinados tipos de relações envolvendo naturalizações de desigualdades a recursos de transição e circulação típicas destes contextos. Mas, crê-se que a arquitetura do solar e os bens nele contidos, como mecanismos de emprego à diferenciação social e tecnologias do poder às “lógicas sociais” destes espaços, evidenciaram e salientaram por suas mensagens não verbais de modo preciso as demarcações hierárquicas, individualizações (masculino, feminino, infantil, cativo, *outsider*, etc.) e demandas como oposições homólogas entre os cernes tipicamente públicos e privados, na frente e atrás, sujos e limpos, claros e escuros, maiores e menores, masculinos e femininos, altos e baixos, confortáveis e desconfortáveis, assoalhados e não pavimentados (BOURDIEU, 2012, p. 16).

Como em Leone (2021), em que embasado no conceito de ideologia, o arqueólogo demonstrou contradições envolvendo o jardim da residência do iluminista, mas escravagista William Paca e, em adição à Souza (2007), o autor examinou e associou as relações entre um político das “Luzes” de vida pública ativa ao projeto de uma senzala pavilhão em uma fazenda em Goiás aos princípios e ideologias iluministas, preocupei-me inúmeras vezes com as possibilidades contraditórias que as análises poderiam me revelar.

No entusiasmo em buscar me enveredar ao que poderia ter sido escondido “sob o tapete” da máscara social do cotidiano e o que e como as metáforas ideológicas e valores ainda que liberais, escravistas, associadas a membros livres desta unidade habitacional ocultariam e se contradiriam, satisfatoriamente me atentei em como além do caráter dissimulatório, a arquitetura pode em alguns casos realçar e evidenciar aspectos internos envolvendo individualizações, autonomias e “controles sobre”. Ainda mais, estes membros das elites locais operaram e transpareceram símbolos de suas vidas familiares e domésticas com o propósito intencional de exercer efeitos políticos (públicos) (HUNT, 2009, p. 27). Os alicerces da casa seriam então o sistema escravista, o qual um universo

de “Luzes” e liberdades existem majoritariamente para extratos sociais mais privilegiados, as partes da residência que os donos mais exibem publicamente.

Em razão à especificidade do casal de escravizados e sua prole, suas presenças podem indicar que, devido à presença urbana do sobrado, os proprietários não só apoiaram-se em sistemas disciplinares rígidos, habilidades e caracteres estratégicos da arquitetura para conservar presenças e limitar movimentos, mas lançaram mão da eficácia de outras medidas para garantir a permanência e reduzir as chances de evasões, como a permissão à constituição de famílias em um espaço específico propício para este fim e de um sistema de recompensas, agindo ao mesmo tempo como um meio de exercer e manifestar controle social ao possibilitar a abertura de brechas a ameaças de separação dos membros da família caso não houvesse cooperação e obediência (BERGAD, 2007, p. 170).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao cursar a disciplina “Teoria Arqueológica” durante meu primeiro semestre no PPGAn, tive como avaliação final a proposta de aplicar os conteúdos das discussões e debates do decorrer de nossas aulas a formatos não convencionais, como vídeos, quadrinhos, música, etc. Já interessado e introduzido há algum tempo nas temáticas das unidades domésticas, optei por produzir com o gravador de áudio do celular um “diário de campo sonoro”, a partir do caminhar em meu apartamento, registrando por meio da fala cada posição de mobília e demais objetos dispostos em minha residência, na tentativa de interpretar os hábitos dos ocupantes a partir das relações deles (de nós) com a materialidade e, portanto, com a espacialidade. De modo resumido, praticar uma “arqueologia de si”: por quais motivos as coisas “estão onde estão?”.

A intenção foi justamente utilizar deste recurso para ilustrar certas dificuldades teóricas e metodologias em torno das temáticas de estudos das casas, estejam elas envolvidas nos recortes temporais e espaciais que forem. A concepção deste trabalho serviu como um meio de demonstrar a dificuldade em realizar estudos mais amplos, os quais tentam abranger totalidades comportamentais, rituais e materiais. Conclui que se não consigo compreender e perceber completamente as maneiras que agimos cotidianamente com a cultura material que nos cerca, como podemos estudar “outros”, tão distantes em termos culturais, sociais, espaciais e temporais?

Do processo de amadurecimento entre os primeiros passos nesta atividade, ao término deste meu estudo no Mestrado, pude perceber como de forma proposital ou não, acabamos privilegiando determinados bens, detalhes ou espaços em oposição a outros, demonstrando como o resultado de uma proposta arqueológica interpretativa é muito mais baseada nas escolhas que fiz e em uma entre plurais maneiras de “ler” os múltiplos significados da arquitetura, logo que narro uma história entre outras que há, pois o cotidiano é amplo demais para apenas se entrever e descrever em algumas páginas.

A proposta inicial com “O que a Arquitetura Mascara?” seria a de elaborar uma ampliação ao potencial dos gráficos de análises da espacialidade, capaz de expor à níveis quantitativos as dimensões e graus de vigilâncias da configuração espacial derivadas de diversos eixos, dados a serem posteriormente interpretados qualitativamente quando integrados a diversos cenários e contextos arquitetônicos. De modo ainda preliminar expus o desenvolvimento e aplicabilidade desta ferramenta metodológica, responsável

por me auxiliar em uma entre as minhas problemáticas pautadas sobre uma proposta de análise hermenêutica. Longe de estar finalizada, há muitas formas de aprimorá-la e torná-la futuramente mais eficiente. Como exemplo, devido às condições e ao aspecto de ruínas da edificação terem impossibilitado a implementação de modelos sensoriais e de percepções em campo, como de considerar no modelo de dispersão axial a possibilidade de ver o interior de um espaço a partir da presença em um local distante por outras janelas, optei por contabilizar as “aberturas” de cada nodo ou as que divisam paredes com outros recintos, como o caso dos locais desprovidos de forros (pátios), melhorias que podem ser feitas ao lidar com estruturas de prédios mais conservados.

O abandono de meus planos a um quadro de amostras (casas) mais amplas acabou inviabilizando uma análise comparativa entre edificações remanescentes de períodos similares em Campanha/MG, mas que graças a esta redução de escopo de análise, me foi permitido um maior aprofundamento ao alcance de uma nitidez do universo de metamorfoses temporais, materiais e habitacionais do Solar dos Ferreiras.

Devido à escassez e precariedade de informações relacionadas ao cotidiano deste grupo doméstico (horários, rotinas, alimentação, sono, higiene corporal pessoal, mudanças de gerações, etc.) não pude adentrar nas formas de suplícios além dos espaciais, ou seja, como a legitimação de uma disciplina e formas de limitações e castigos físicos no dia-a-dia afetariam à níveis emocionais e psicológicos os habitantes deste domicílio (movimentação, consumo, sincretismos, etc.). Algo que talvez somente uma abordagem invasiva ao extrato arqueológico das ruínas, com o estudo das dinâmicas da cultura material e suas associações às estruturações das vidas no cotidiano consigam em partes solucionar.

No entanto, o estudo se mostrou bem eficiente em evidenciar como uma residência construída na Vila de Campanha da Princesa, Sul de Minas Gerais, pôde ter atuado como uma metáfora ao seletivo grupo que compunha as elites econômicas, políticas e intelectuais de diversas províncias brasileiras do período. Já, ao abordar a arquitetura e suas relações com os que habitam e visitam, pude expor como paredes, as dimensões de cômodos e os bens situados neles poderiam ter atuado como barreiras à permanência e à circulação, constatando como paredes segregam ou agregam pessoas às convivências.

Acredito que ao campo da Arqueologia Histórica, às temáticas da Arqueologia da Arquitetura das unidades domésticas do século XIX, em volto da Diáspora Atlântica e

mais especificamente da região campanhense e Sul-mineira, minha pesquisa enquanto um processo arqueológico a partir de ruínas, evidencia o grande potencial para se trabalhar questões relacionadas a diferentes maneiras de habitar, conviver e de se relacionar em unidades domésticas e produtivas, comprovando principalmente as possibilidades, – ainda que árduas e complexas –, de se abordar estruturas arquitetônicas descaracterizadas quase que totalmente em termos de configuração espacial e conservação.

FONTES

- Manuscritos

Arquivo Nacional:

Carta de Sesmaria do Sertão do Rio da Serra: Freguesia de Santa Ana do Sapucaí, requerente: Francisco de Paula Ferreira Lopes, Campanha da Princesa/MG, 1823-1824, documento digitalizado e disponibilizado no Arquivo Nacional (RJ). Notação: BI 8.87, folhas escritas: 25.

Livro de Lançamento da Décima Predial da Vila de Campanha da Princesa (1825), documentação microfilmada da Casa dos Contos de Ouro Preto, sob código do Arquivo Nacional (RJ), – Escola de Administração Fazendária – Fundação Roberto Marinho. Nº. do lote/rolo: 190, sub-lote: 09, nº. da caixa: 190, nº. do grupo: 11, nº. do código: 3273, quantidade de fotogramas: 17.

Livro de Lançamento da Décima Predial da Vila de Campanha da Princesa (1829), documentação microfilmada da Casa dos Contos de Ouro Preto, sob código do Arquivo Nacional (RJ), – Escola de Administração Fazendária – Fundação Roberto Marinho. Nº. do lote/rolo: 125, sub-lote: 14, nº. da caixa: 125, nº. do grupo: 03, nº. do código: 2260, quantidade de fotogramas: 15.

Decreto agraciando com o grau de Hábito a Francisco de Paula Ferreira Lopes, data de produção: 18/6/1823. Código de Referência: BR RJANRIO 69.CAI.OCR.7870660.

Decreto agraciando com o grau de Dignatário, data de produção: 2/12/1845. Código de Referência: BR RJANRIO.69.CAI.ORO.7890153.

Decreto agraciando com grau de Grã-Cruz, data de produção: 14/03/1855. Código de Referência: BR RJANRIO 69.CAI.ORO.7890413.

Arquivo Público Mineiro:

Informe sobre tumulto criado na Câmara (1819). Documentação disponível digitalizada no Arquivo Público Mineiro. Fundo: Secretaria de Governo da Capitania, Notação: SG-CX.110-DOC.81.

Memorias Municipaes – V. Campanha. Revista do Arquivo Público Mineiro, 1896, p. 457-647.

Jornais Mineiros (APM):

Colombo. Campanha/MG, nº. 12, 1873.

Colombo. Campanha/MG, nº. 15, 1873.

Colombo. Campanha/MG, nº. 16, 1873.

Colombo. Campanha/MG, nº. 17, 1873.

Colombo. Campanha/MG, nº. 24, 1873.

Colombo. Campanha/MG, nº. 33, 1873.

Colombo. Campanha/MG, nº. 36, 1874.

Colombo. Campanha/MG, nº. 41, 1874.

Colombo. Campanha/MG, nº. 49, 1874.

Colombo. Campanha/MG, nº. 102, 1878.

Colombo. Campanha/MG, nº. 118, 1878.

Colombo. Campanha/MG, nº. 120, 1878.

Colombo. Campanha/MG, n.º. 138, 1878.
Colombo. Campanha/MG, n.º. 155, 1879.
Colombo. Campanha/MG, n.º. 162, 1879.
Colombo. Campanha/MG, n.º. 166, 1879.
Colombo. Campanha/MG, n.º. 175, 1879.
Colombo. Campanha/MG, n.º. 176, 1879.
Colombo. Campanha/MG, n.º. 182, 1879.
Colombo. Campanha/MG, n.º. 183, 1879.
Colombo. Campanha/MG, n.º. 243, 1880.
Correio Official de Minas. Ouro Preto/MG, n.º. 229, 1859.
O Sul de Minas. Campanha/MG, n.º. 10, 1859.
O Sul de Minas. Campanha/MG, n.º. 18, 1859.
O Sul de Minas. Campanha/MG, n.º. 36, 1860.

Biblioteca Nacional Digital:

A Nova Província. Campanha/MG, n.º. 7, 1854.
Astro de Minas. São João del-Rei, n.º. 154, 1828.
Astro de Minas. São João del-Rei, n.º. 162, 1828.
Astro de Minas. São João del-Rei, n.º. 163, 1828.
Astro de Minas. São João del-Rei, n.º. 214, 1829.
Astro de Minas. São João del-Rei, n.º. 279, 1829.
Astro de Minas. São João del-Rei, n.º. 392, 1830.
Astro de Minas. São João del-Rei, n.º. 528, 1831.
Astro de Minas. São João del-Rei, n.º. 660, 1832.
Astro de Minas. São João del-Rei, n.º. 667, 1832.
Astro de Minas. São João del-Rei, n.º. 680, 1832.
Astro de Minas. São João del-Rei, n.º. 684, 1832.
Astro de Minas. São João del-Rei, n.º. 1099, 1834.
Astro de Minas. São João del-Rei, n.º. 1104, 1834.
Astro de Minas. São João del-Rei, n.º. 1110, 1834.
Astro de Minas. São João del-Rei, n.º. 1111, 1835.
Astro de Minas. São João del-Rei, n.º. 1113, 1835.
Astro de Minas. São João del-Rei, n.º. 1399, 1836.
Jornal: Da Sociedade Promotora da Instrução Publica. Ouro Preto/MG, n.º. 24, 1832.
O Conciliador. Ouro Preto/MG, n.º. 177, 1851.

- O Mercantil. Rio de Janeiro, n.º. 28, 1844.
- Opinião Campanhense. Campanha/MG, n.º. 39, 1832.
- O Recopilador Mineiro. Pouso Alegre/MG, n.º. 373, 1836.
- O Universal. Ouro Preto/MG, n.º. 13, 1825.
- O Universal. Ouro Preto/MG, n.º. 210, 1828.
- O Universal. Ouro Preto/MG, n.º. 219, 1828.
- O Universal. Ouro Preto/MG, n.º. 994, 1834.
- O Universal. Ouro Preto/MG, n.º. 1110, 1834.
- O Universal. Ouro Preto/MG, n.º. 1114, 1834.
- O Universal. Ouro Preto/MG, n.º. 1118, 1834.
- O Universal. Ouro Preto/MG, n.º. 1138, 1835.
- O Universal. Ouro Preto/MG, n.º. 135?, 1839.
- O Universal. Ouro Preto/MG, n.º. 38, 1840.
- O Universal. Ouro Preto/MG, n.º. 49, 1840.
- O Universal. Ouro Preto/MG, n.º. 148, 1840.
- O Universal. Ouro Preto/MG, n.º. 151, 1840.
- O Verdadeiro Patriota. Rio de Janeiro/RJ, n.º. 44, 1831.
- O Vigilante. Sabará/MG, n.º. 170, 1833.
- Pregoeiro Constitucional. Pouso Alegre/MG, n.º. 6, 1830.
- Pregoeiro Constitucional. Pouso Alegre/MG, n.º. 57, 1831.
- Pregoeiro Constitucional. Pouso Alegre/MG, n.º. 58, 1831.
- Pregoeiro Constitucional. Pouso Alegre/MG, n.º. 67, 1831.
- Voz Diocesana. Campanha/MG, n.º. 663, 1968.
- Voz Diocesana. Campanha/MG, n.º. 699, 1970.
- Voz Diocesana. Campanha/MG, n.º. 730, 1970.
- Voz Diocesana. Campanha/MG, n.º. 758, 1971.
- Voz Diocesana. Campanha/MG, n.º. 761, 1971.
- Voz Diocesana. Campanha/MG, n.º. 787, 1972.
- Voz Diocesana. Campanha/MG, n.º. 980, 1978.

Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort

CAMPANHA, Prefeitura Municipal de. Tombamento do Solar dos Ferreiras. 1985.

CAMPANHA, Sessão de Cultura e Patrimônio Histórico. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Campanha – MG, 2001.

CAMPANHA, Sessão de Cultura e Patrimônio Histórico. Dossiê de Tombamento Centro Histórico de Campanha: exercício 2018, ano 2016.

MINAS GERAIS, IEPHA. Relatório de vistoria. Belo Horizonte – Minas Gerais, 1996.

MINAS GERAIS. Relação de bens protegidos pelos municípios (apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural), pela União e pelo Estado – até o ano de 2016 / exercício 2017. Belo Horizonte – Minas Gerais, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA. Inquérito Policial, Campanha/MG, 1996.

Centro de Memória Cultural do Sul de Minas:

Assentos de batismos (1775-1861). Códigos: 260, 307, 328, 378, 407, 410, 1037, 1055, 1284, 1341, 1404, 1517, 1519, 1610, 1933, 2018.

Livros de atas da Câmara da Vila/Cidade de Campanha/MG (1830-1833; 1836-1838; 1839-1841; 1841-1845; 1858-1862). Códigos: 5, 94.

Inventário *post-mortem* de Marianna Candida Ferreira de Vilhena, Campanha (MG), nº. 20, caixa 44, ano: 1868.

Inventário *post-mortem* de Francisco de Paula Ferreira Lopes, Campanha (MG), nº. 6, caixa 65, ano: 1888.

Family Search (registros/assentos de batismo):

Francisca de Cassia de Paula Ferreira Lopes. Pais: Francisco de Paula Ferreira Lopes e Anna Ritta de Cassia. Data do evento: 11 de abril de 1815. Local: Santo Antônio, Campanha – MG. Coleção de Registros: Brasil, Minas Gerais, Registros da Igreja Católica, 1706-1999.

Francisco de Paula Ferreira Lopes. Pais: Francisco de Paula Ferreira Lopes e Anna Ritta de Cassia. Data do evento: 24 de fevereiro de 1820. Local: Santo Antônio, Campanha – MG. Coleção de Registros: Brasil, Minas Gerais, Registros da Igreja Católica, 1706-1999.

Maria Paula Ferreira. Pais: Francisco de Paula Ferreira Lopes e Marianna Candida de Vilhena. Data do evento: 07 de agosto de 1822. Local: Santo Antônio, Lambari – MG. Coleção de Registros: Brasil Batismos, Minas Gerais, 1688-1935.

Iria de Paula Ferreira Lopes. Pais: Francisco de Paula Ferreira Lopes e Marianna Candida de Vilhena. Data do evento: 23 de agosto de 1823. Local: Santo Antônio, Lambari – MG. Coleção de Registros: Brasil Batismos, Minas Gerais, 1688-1935.

Mattias Vilhena Ferreira Lopes. Pais: Francisco de Paula Ferreira Lopes e Marianna Candida de Vilhena. Data do evento: 27 de março de 1826. Local: Santo Antônio, Campanha – MG. Coleção de Registros: Brasil Batismos, Minas Gerais, 1688-1935.

Poplin – Minas 1830 (CEDEPLAR-UFGM):

Lista Nominativa do Distrito e Freguesia de Campanha do Rio Verde/MG, 1831.

Projeto Compartilhar:

Testamento de José de Jesus Teixeira (1821). Transcrição por Edriana Aparecida Nolasco. Museu Regional de São João del-Rei, caixa: 141, nº. de páginas: 373.

Inventário de Gaspar José de Paiva, Sargento-mor (1847). Transcrição por Moacyr Villela. CEMEC/SM Campanha-MG, caixa: 19.

- Impressos

BUENO, Júlio. **Almanach do Municipio da Campanha**. Typ. do Monitor Sul-Mineiro, 1900.

CASADEI, Antonio. **Notícias Históricas da Cidade da Campanha**: tradição e cultura. Niterói: Serviços Gráfs. Ímpar, 1987.

CASADEI, Thalita de Oliveira; CASADEI, Antonio. **Aspectos Históricos da Cidade da Campanha**. Petrópolis: Editora Gráfica Jornal da Cidade, 1989.

CAVALHEIRO. **Manual de Etiqueta e Civilidade**. Lisboa: Typ. da Soc. Propagadora dos Conhecim. Uteis, 1845.

LEFORT, Monsenhor José do Patrocínio. **Cidade da Campanha**: Monografia histórica. Belo Horizonte, 1972.

MARTINS, A. de Assis; OLIVEIRA, J. Marques de. **Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas-Geraes**. Typographia da Actualidade, 1864.

MARTINS, A. de Assis. **Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas-Geraes**. Rio de Janeiro, Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1870.

MARTINS, A. de Assis. **Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas-Geraes**. Ouro Preto, Typographia do Echo de Minas, 1873.

MARTINS, A. de Assis. **Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas-Geraes**. Ouro Preto, Typographia de J. F. de Paula Castro, 1875.

MAWE, John. **Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and Diamond districtis of that country**. London, 1812.

MORAIS, Vinícius Vilhena de. **Campanha que conheci e vivi**. – Campanha (MG); B.H.R. Editorial, 1988.

MORAIS, Vinícius Vilhena de. **Pingos e Respingos da História da Campanha**. – Campanha (MG): Personal's, 1997.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas Recordações**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes**, 1º tomo. Companhia Editora Nacional, série 5 – Brasileira – Vol. 120, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1938.

SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres**: os contemporaneos. Volume I, Typ. de Quirino e Irmão, Rio de Janeiro, 1861.

SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres**: os contemporaneos. Volume II, Typ. de Quirino e Irmão, Rio de Janeiro, 1861.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl F. P. von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

TAUNAY, Carlos A. **Manual do Agricultor Brasileiro**. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1839.

VALLADÃO, Alfredo. **Campanha da Princeza**: volume I (1737-1821). Leuzinger S.A., Rio de Janeiro: RJ, 1937.

VALLADÃO, Alfredo. **Campanha da Princeza**: volume II (1821-1909). Leuzinger S.A., Rio de Janeiro: RJ, 1940.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul-Mineiro**. Campanha, Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanak Sul-Mineiro**. Campanha, Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Camilla. **Mundo Atlântico e Clandestinidade: Dinâmica material e simbólica em uma fazenda litorânea no sudeste, século XIX**. Tese (Doutorado em História), Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2011.

_____. À sombra da clandestinidade: práticas religiosas e encontro cultural no tempo do tráfico ilegal de escravos. In: **Vestígios** – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, Volume 7, Número 1, Janeiro-Junho de 2013a, p. 75-105.

_____. Estrutura e liminaridade na paisagem cafeeira do século XIX. In: AGOSTINI, Camilla. (Org.). **Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado**. 1. Ed., Rio de Janeiro: 7Letras, 2013b, p. 59-82.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de.; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. – Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: Império**. – São Paulo : Companhia das Letras, 1997, p. 11-93.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e. (Orgs.). **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 83-154.

ALLISON, Penelope M. The Household in Historical Archaeology. In: **Australasian Historical Archaeology**, Vol. 16, 1998, p. 16-29.

AMADO, Ana Elisabete Martinho. **A “Rua Direita” nas cidades portuguesas: Leitura Tipomorfológica do Elemento Urbano**. Dissertação (Mestrado em Desenho Urbano e Projecto de Espaço Público), Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 2012.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira – século XIX. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, N. Sér. V. 12, 2004, p. 91-128.

_____. **Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. – 2. Ed., – Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2014.

_____. A pena de morte e a revolta dos escravos de Carrancas: a origem da “lei nefanda” (10 de junho de 1835). In: **Revista Tempo**, Vol. 23, n. 2, Mai./Ago. 2017, p. 264-289.

_____. “Nós somos os caramurus e vamos arrasar tudo”: a história da Revolta dos escravos de Carrancas, Minas Gerais (1833). In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs.). **Revoltas escravas no Brasil**. – 1ª. ed. – São Paulo : Companhia das Letras, 2021, p. 262-324.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Da casa de correção da corte ao Complexo Penitenciário da Frei Caneca: um breve histórico do sistema prisional no Rio de Janeiro, 1834-2006. In: **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 1, 2007, p. 147-161.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **“Vila da Campanha da Princesa”**: Urbanidade e Civilidade em Minas Gerais no século XIX, 1798-1840. Tese (Doutorado em História), Campinas, SP, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

BAHAMONDES, Nicole Fuenzalida. Cuartel terranova, análisis de la configuración espacial em relación a las estrategias de represión y control de detenidos y torturados. In: **La Zaranda de Ideas, Revista de Jóvenes Investigadores em Arqueología**. Buenos Aires, v. 7, 2011, p. 49-63.

BAILEY, Douglass W. The Living House: Signifying Continuity. In: SAMSON, Ross. (Ed.). **The Social archaeology of houses**. Edinburgh University Press, 1990, p. 19-48.

BARETTA, Jocyane Ricelly. **Arqueologia e a construção de memórias materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre/RS (1963/1985)**. Dissertação (Mestrado em História), - Campinas, SP, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

BARROS, José d' Assunção. Fontes Históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos. In: **ANPUH, RJ, História e Parcerias**, 2019, p. 01-17.

BASTOS, Rodrigo Almeida. O urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação de povoações em Minas Gerais, século XVIII. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. V. 20, n. 1, 2012, p. 201-230.

BEAUDRY, Mary C. **Documentary Archaeology in the New World**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1988.

BENDER, Barbara. Introduction. In: BENDER, Barbara; WINER, Margot. (Eds.). **Contested Landscapes: Movement, Exile and Place**. Oxford, New York: Berg Publishers, 2001, p. 01-18.

_____. Place and Landscape. In: TILLEY, Chris; KEANE, Webb; KUECHLER, Susan; ROWLANDS, Mike; SPYER, Patricia. (Eds.). **Handbook of Material Culture**, SAGE Publications, 2006, p. 303-314.

BENINCASA, Vladimir. **Fazendas Paulistas: Arquitetura Rural no Ciclo do Café**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo), São Carlos, Universidade de São Paulo, 2007.

BERGAD, Laird W. **The Comparative Histories of Slavery in Brazil, Cuba and the United States**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BETHELL, Leslie. O Brasil no mundo. In: CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional: 1830-1889**. - 1ª ed. – Rio de Janeiro : Objetiva, 2012, p. 131-177.

BLANTON, Richard. **Houses and Households: A Comparative Study**. New York, Springer, 1994.

BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional: 1830-1889**. - 1ª ed. – Rio de Janeiro : Objetiva, 2012, p. 225-279.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

_____. **A dominação masculina**. – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARITA, Helder. Casa de pátio de recebimento: uma tipologia de casa nobre dos séculos XVI e XVII. In: **Actas do 5.º Congresso Internacional Casa Nobre – Um patrimônio para o futuro**. Arcos de Valdevez, 2020, p. 785-799.

CARRARA, Angelo Alves. Espaços urbanos de uma sociedade rural: Minas Gerais, 1808-1835. In: **Varia História**, Belo Horizonte, nº 25, Jul/01, p. 144-164.

CARVALHO, José Murilo de. A Vida Política. In: CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional: 1830-1889**. - 1ª ed. – Rio de Janeiro : Objetiva, 2012, p. 83-129.

CASELLA, Eleanor Conlin. On the Enigma of Incarceration: Philosophical Approaches to Confinement in the Modern Era. In: BEISAW, April M.; GIBB, James G. **The Archaeology of Institutional Life**. The University of Alabama Press, 2009, p. 17-32.

_____. Landscapes of power, institution and incarceration. In: DAVID, Bruno; THOMAS, Julian. **Handbook of landscape archaeology**. Routledge, 2016, p. 619-625.

CHIAROTTI, Tiziano Mamede. O patrimônio histórico edificado como um artefato arqueológico: uma fonte alternativa de informações. In: **Habitus**, Goiânia, v. 3, n. 2, jul./dez. 2005, p. 301-319.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. – 5ª ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, Denise Neves Batista. **Memórias de repressão, memórias de resistência**: as marcas da ditadura no DOPS/MG (1964-?). Dissertação (Mestrado em Antropologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

CRUZ, Cícero Ferraz. **Fazendas do Sul de Minas Gerais**: Arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX. – Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2010.

_____. **Cidade Difusa**: a construção do território na Vila da Campanha e seu termo, séculos XVIII-XIX. Tese (Doutorado em História), FAU-USP, 2016.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & a Rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5ª edição, Rio de Janeiro, 1997.

DAVID, Bruno; THOMAS, Julian. Landscape Archaeology: Introduction. In: DAVID, Bruno; THOMAS, Julian. **Handbook of landscape archaeology**. Routledge, 2016, p. 27-43.

DECERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Editora Vozes Ltda., 1990.

DE CUNZO, Lu Ann. Exploring the Institution: Reform, Confinement, Social Change. In: HALL, Martin; SILLIMAN, Stephen W. **Historical Archaeology**. Blackwell Publishing, 2006, p. 167-189.

DEETZ, James. **In Small Things Forgotten**: an archaeology of early american life. Anchor Books, New York, 1996.

DELLE, James A. **An Archaeology of Social Space**: Analyzing Coffee Plantations in Jamaica's Blue Montains. New York, Plenum Press, 1998.

DIAS, Maria Odila. Escravas: resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. – 1. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2013.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. (Org.); BASSANEZI, Carla. (Coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 7. Ed. – São Paulo : Contexto, 2004, p. 223-240.

DURANT, Thomas J. The Slave Plantation Revisited: A Sociological Perspective. In: JUNIOR, Thomas J. Durant; KNOTTNERUS, J. David. **Plantation Society and Race Relations**: The Origins of Inequality. Westport, Conn.: Praeger, 1999, p. 03-15.

ECO, Umberto. **A Estrutura Ausente**: Introdução à pesquisa semiológica. 7ª edição, Editora Perspectiva, 1997.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1994.

EPPERSON, Terrence W. Panoptic plantations: the Garden sights of Thomas Jefferson and George Mason. In: DELLE, James A.; MROZOWSKI, S. A.; PAYNTER, R. (Eds.). **Lines that Divide**: Historical Archaeologies of Race, Classe, and Gender. Knoxville: University of Tennessee Press, 2000, p. 58-77.

FERGUSON, Leland. **Uncommon Ground**: Archaeology and early african America, 1650-1800. Washington: Smithsonian Institution Press, 1992.

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. – Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

_____. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del. (Org.); BASSANEZI, Carla. (Coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 7. Ed. – São Paulo : Contexto, 2004, p. 141-188.

FILHO, Afonso de Alencastro Graça. **História, Região & Globalização**. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009.

FLORENTINO, Manolo. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e Vilas D’el Rei**: espaço e poder nas minas setecentistas. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Um diálogo sobre el poder y otras conversaciones**. Alianza Editorial, 1981.

_____. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. 42 ed., Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. – 15ª. Ed. Rev. – São Paulo : Global, 2004.

FUGIER, Anne Martin. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada, 4**: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. – 1ª ed. – São Paulo : Companhia de Bolso, 2009, p. 176-245.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Linguística e Arqueologia**. In: D.E.L.T.A., vol. 15, Nº. 1, 1999, p. 161-176.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes**: o outro lado do mito. – São Paulo : Companhia das Letras, 2003.

_____. Testamentos e inventários: A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. – 1. ed., 5ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2017, p. 93-118.

GALLOWAY, Patricia. Material Culture and Text: Exploring the Spaces Within and Between. In: HALL, Martin; SILLIMAN, Stephen W. (Eds.). **Historical Archaeology**. Blackwell Publishing, 2006, p. 42-64.

GEORGE, Robert S. Home furnishing and domestic interiors. In: TILLEY, Chris; KEANE, Webb; KUECHLER, Susan; ROWLANDS, Mike; SPYER, Patricia. (Eds.). **Handbook of Material Culture**, SAGE Publications, 2006, p. 221-229.

GIDDENS, Anthony. **The Constitution of Society**: Outline of the Theory of Structuration. Polity Press, Cambridge, 1984.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S.A., 1989, p. 169-178.

GLASSIE, Henry H. **Folk Housing in Middle Virginia**: a structural analysis of historic artifacts. Knoxville, The University of Tennessee Press, 1975.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo, Brasil, Editora Perspectiva S.A., 1961.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. – Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2006.

GOMES, Flávio. Outras cartografias da plantation: espaços, paisagens e cultura material no sudeste escravista. In: AGOSTINI, Camilla. (Org.). **Objetos da Escravidão**: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado. – 1. ed., - Rio de Janeiro : 7Letras, 2013, p. 83-103.

GOMES, Lara Espechit; SYMANSKI, Luís. Fogueiras afro-diaspóricas no Sudeste e Centro-Oeste do Brasil: cotidiano, ancestralidade e ritual. In: **Vestígios** – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, Volume 16, Número 1, Janeiro-Junho de 2022, p. 125-149.

- GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.
- GRAF, Márcia Elisa de Campos. Nos bastidores da escravidão: convivência e conflito no Brasil colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Org.). **Brasil: colonização e escravidão**. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2000, p. 90-104.
- GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla. (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009, p. 19-38.
- GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. – 1ª ed. – São Paulo : Companhia de Bolso, 2009, p. 302-385.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. Escravismo e rebeldia escrava: quilombos nas Minas Gerais do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Org.). **Brasil: Colonização e Escravidão**. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2000, p. 324-338.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia. (Orgs.). **O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas**. – Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p. 103-126.
- HAHNER, June E. Mulheres da elite: honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. – 1. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2013.
- HALL, Edward T. **The Hidden Dimension**. Garden City: N.Y, Doubleday, 1966.
- HALL, Gwendolyn Midlo. **Social control in slave plantation societies: a comparison of St. Domingue and Cuba**. The Johns Hopkins Press, 1971.
- HILLIER, B.; HANSON, J.; PEPONIS, J.; HUDSON, J.; BURDETT, R. Space Syntax: a different urban perspective. In: **Architect's Journal**. Vol. 178, nº. 48, 1983, p. 47-63.
- HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The Social Logic of Space**. Cambridge University Press, 1984.
- HODDER, Ian. Interpretive archaeology and its role. In: **American Antiquity**, v. 56, n. 1, 1991, p. 07-18.
- _____. How Do Archaeologists Reason?. In: HODDER, Ian. **The Archaeological Process: Na Introduction**. Blackwell Publishers, 1999, p. 30-62.
- _____; HUTSON, Scott. **Reading the Past: Current Approaches to Interpretation in Archaeology**. – 3rd ed., Cambridge University Press, 2003.
- _____. Architecture and meaning: the example of neolithic houses and tombs. In: PEARSON, M.; RICHARDS, C. (Eds.). **Architecture and Order: Approaches to social space**. London: Routledge, 2005, p. 67-78.
- HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. – São Paulo : Companhia das Letras, 1993.
- HORÁCIO, Heiberle Hirsberg. Apontamentos sobre a imprensa liberal mineira no Primeiro Reinado. In: **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF**, v. 5, n. 1 e 2, 2010, p. 56-67.
- HUNT, Lynn. Revolução Francesa e Vida Privada. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. – 1ª ed. – São Paulo : Companhia de Bolso, 2009, p. 18-46.

INGOLD, Tim. The Temporality of the Landscape. In: **World Archaeology**. Vol. 25, nº 2, Conceptions of Time and Ancient Society, 1993, p. 152-174.

_____. **The Perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. – São Paulo : Companhia das Letras, 2000.

KING, Anthony D. **Buildings and Society: Essays on the social development of the built environment**. Routledge & Kegan Paul, 1980.

KLINK, Leonardo V.; CORRÊA, Dora Shellard. Entre paisagem e memórias: as ruínas de um sítio arqueológico mineiro e os indivíduos que o reafirmam. In: CAMPOS, Guadalupe do Nascimento; GRANATO, Marcos. (Orgs.). **Anais do 5º Seminário Preservação de Patrimônio Arqueológico**. – Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2019, p. 504-512.

KLINK, Leonardo L. V. **Hábitos de consumo, socialização e cultura material em Campanha-MG (1830-1870): análise das tessituras de poder e variação de bens a partir de uma unidade doméstica**. – Campanha: UEMG-Unidade Campanha. Monografia (Licenciatura em História), 2021a.

_____. O consumismo enquanto um parcial comportamento oitocentista: socialização e vida material em uma unidade doméstica campanhense-MG. In: Anais do XXII Encontro Regional de História da ANPUH MG. Volume 2, Viçosa: Gráfica da Editora UFV, 2021b, p. 514-527.

KNOTTNERUS, J. David; MONK, David L.; JONES, Edward. The Slave Plantation System from a Total Institution Perspective. In: JUNIOR, Thomas J. Durant; KNOTTNERUS, J. David. **Plantation Society and Race Relations: The Origins of Inequality**. Westport, Conn.: Praeger, 1999, p. 17-27.

KOERNER, Andrei. O impossível “panóptico tropical-escravista”: práticas prisionais, política e sociedade no Brasil do século XIX. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 35, jul. 2001, p. 1-10.

LEMOS, Carlos A. C. **História da Casa Brasileira**. – São Paulo: Editora Contexto, 1989.

LEMOS, Caroline Murta. **Arquitetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985)**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Laranjeiras: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2019.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842**. - 2ª. Edição – Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LEONE, Mark P. Interpretando la ideología en la Arqueología Histórica: usando las reglas de la perspectiva em el jardín de William Paca en Annapolis, Maryland. In: **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, Volume 15, Número 2, Julho-Dezembro de 2021, p. 06-24.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 133-161.

LIMA, Tania Andrade; BRUNO, Maria Cristina O.; FONSECA, Marta P. R. da. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, Séc. XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ, Exploração arqueológica e museológica. In: **Anais do Museu Paulista**, Nova Série, Nº 1, 1993, p. 179-206.

_____. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, N. Ser. v.3, jan./dez. 1995, p. 129-191.

_____. Humores e Odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. In: **Manguinhos**, Vol. II (3), 1996, p. 44-96.

_____. Keeping a Tight lid: The Architecture and Landscape Design of Coffee Plantations in Nineteenth-Century Rio de Janeiro, Brazil. In: **Review (Fernand Braudel Center)**, Vol. 34, Nº. 1/2, Rethinking the Plantation: Histories, Anthropologies and Archaeologies, 2011, p. 193-215.

_____. Los zapateros descalzos: arqueologia de uma humillación em Rio de Janeiro. In: ACUTO, Félix A.; ZARANKIN, Andrés. (Orgs.). **Sed Non Satiata II: acercamientos sociales em la arqueologia latinoamericana**, - 1ª ed. – Córdoba : Encuentro Grupo Editor, 2016, p. 35-57.

_____; SENE, Glaucia Malerba; MORGADO, Andrea Jundi. Os lotes investigados e seus ocupantes: metodologia da pesquisa de campo. In: LIMA, Tania Andrade. (Org.). **Arqueologia Urbana: estudo de uma vizinhança no Rio de Janeiro oitocentista**. – Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020, p. 25-62.

_____; SENE, Glaucia Malerba; SOUZA, Marcos André Torres; MORGADO, Andrea Jundi; LOCKS, Martha; OUVÉREY, Luan. O confronto entre o registro arqueológico e o documental: um método em questão. In: LIMA, Tania Andrade. (Org.). **Arqueologia Urbana: estudo de uma vizinhança no Rio de Janeiro oitocentista**. – Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020, p. 201-222.

LITTLE, Barbara J. **Historical Archaeology: why the past matters**. Routledge, 2016.

LOPES, Rhuán Carlos dos Santos. **Tempos, espaços e cultura material na Vila Santo Antônio do Prata, Pará** – Arqueologia em uma instituição total amazônica. Tese (Doutorado em Antropologia) – Belém: Universidade Federal do Pará, 2017.

LOPES, Weigson Fernando Ribeiro; CARVALHO, Márcio Eurélio Rios de. O Poder Eclesiástico em Campanha (MG) e a Persistência do Patrimônio Edificado Religioso (1739-1825). In: **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**. Uberlândia, vol. 33, n. 1, 2020, p. 246-274.

LOVE, Serena. A sense of architecture in the past: Exploring the sensory experience of architecture in archaeology. In: BILLE, Mikkel; SORENSEN, Tim Flohr. **Elements of Architecture: assembling archaeology, atmosphere and the performance of buildings spaces**. Routledge, 2016, p. 213-230.

MARKUS, Thomas A. **Buildings and Power: freedom and control in the origin of modern buildings types**. London: Routledge, 1993.

_____; CAMERON, Deborah. **The Words Between the Spaces: Building and Language**. London and New York, Routledge, 2005.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. V. 13, n. 2, jul.-dez. 2005, p. 165-188.

MARQUEZ, Xavier. Spaces of Appearance and Spaces of Surveillance. In: **Polity**, Volume 44, Number 1, 2012, p. 06-31.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e Escravidão: vida material e população no século XIX** – Bonfim do Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

MEDINA, Carlos R. Belotti López de. Cama adentro: borrador de uma arqueologia crítica de las dependencias de servicio. In: **Vestígios** – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Volume 2, Número 2, Julho-Dezembro 2008, p. 09-37.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade Cultura e Arqueologia. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º. 20, 1984, p. 33-36.

MENESES, José Newton Coelho de. **Pátio cercado com árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria**: o quintal doméstico e a economia de abastecimento das Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). Texto para discussão. Diamantina: XV Seminário sobre Economia Mineira, 2012a, p. 1-14.

_____. “A louça do meu uso”, tanto da índia como de estanho”: rusticidade cotidiana e requinte ocasional nas mesas das Minas Gerais setecentistas. In: **SAECULUM – Revista de História**. 27, João Pessoa, 2012b, p. 31-38.

MONKS, Gregory G. **Architectural Symbolism and Non-verbal Communication at Upper Fort Garry**. In: *Historical Archaeology*. Vol. 26, No. 2, 1992, p. 37-57.

MOREIRA, Juliana Maria Brandão; SOARES, Fernanda Codevilla. Muralhas que comunicam: fortificações catarinenses como portais de acesso ao Brasil Meridional. In: SOARES, Fernanda Codevilla. (Org.). **Arqueologia das fortificações**: perspectivas. Florianópolis : Lagoa Editora, 2015, p. 101-148.

MOREIRA, Juliana Maria Brandão. **Arquitetura que Enlouquece**: Poder e Arqueologia. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

_____. **Arqueologia da Loucura**: Narrativas alternativas, cultura material e história do Hospital Colônia de Barbacena. Tese (Doutorado em Antropologia) – Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

MOSTERMAN, Andrea C. **Spaces of enslavement**: a history of slavery and resistance in Dutch New York. Cornell University Press, 2021.

MUAZE, Mariana. **As Memórias da Viscondessa**: Família e Poder no Brasil Império. Zahar, 2008.

NAJJAR, Rosana. Para além dos cacos: a Arqueologia Histórica a partir de três superartefatos (estudo de caso de três igrejas jesuíticas). In: **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 6, n. 1, jan.-abr. 2011, p. 71-91.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Intelectuais Brasileiros nos Oitocentos: A constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In: PRADO, Maria Emília. (Org.). **O Estado como vocação**: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista. – Rio de Janeiro : Access, 1999, p. 09-32.

_____. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia. (Orgs.). **O liberalismo no Brasil imperial**: origens, conceitos e prática. – Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p. 73-101.

OLIVEIRA, Karla Bianca da Silva. **Escravidão e terras de criar gado em um lugar denominado sertão**: uma arqueologia das moradas de casas e miudezas cotidianas do Seridó Potiguar, séculos XVIII e XIX. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

ORSER, Charles E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1992.

_____; FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia da Resistência Escrava. In: **Cadernos do LEPAARQ** – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, V. I, n.º. 2, Pelotas, RS: Editora da UFPEL, Jul/Dez 2004, p. 11-25.

PAIVA, Clotilde Andrade; KLEIN, Herbert S. Escravos e Livres nas Minas Gerais do Século XIX: Campanha em 1831. In: **Est.Econ.**, São Paulo, v. 22, n° 1, 1992, p. 129-151.

PASCOAL, Isaías. José Bento Leite Ferreira de Melo, padre e político: o Liberalismo moderado no extremo Sul de Minas Gerais. In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, n° 3, 2007, p. 208-222.

_____. Fundamentos econômicos da participação política do Sul de Minas na construção do Estado brasileiro nos anos 1822-1840. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 2 (33), 2008, p. 133-157.

PEARSON, M.; RICHARDS, C. Ordering the World: perceptions of architecture, space and time. In: PEARSON, M.; RICHARDS, C. (Eds.). **Architecture and Order: Approaches to social space**. London: Routledge, 2005, p. 01-37.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. **Reflexos das Luzes na Terra do Sol: sobre a teoria da arquitetura no Brasil da Independência: 1808-1831**. – São Paulo: ProEditores, 2000.

PELLINI, José Roberto. Onde está o gato? Realidade, arqueologia sensorial e paisagem. In: **Habitus**. Goiânia, v. 9, n. 1, 2011, p. 17-31.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. – Rio de Janeiro : Garamond : IPHAN, 2007.

PERROT, Michelle. **História da Vida Privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. – 1ª ed. – São Paulo : Companhia de Bolso, 2009a.

_____. A família triunfante. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. – 1ª ed. – São Paulo : Companhia de Bolso, 2009b, p. 79-90.

_____. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. – 1ª ed. – São Paulo : Companhia de Bolso, 2009c, p. 107-168.

_____. Funções da família. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. – 1ª ed. – São Paulo : Companhia de Bolso, 2009d, p. 91-106.

_____. Maneiras de morar. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. – 1ª ed. – São Paulo : Companhia de Bolso, 2009e, p. 284-301.

PRIORE, Mary del. Ritos da vida privada. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e. (Orgs.). **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 275-330.

PUCKHAHN, Thomas J. Household Archaeology in the Southeastern United States: History, Trends, and Challenges. In: **Journal of Archaeological Research**, Vol. 18, N°. 4, 2010, p. 331-385.

RAHMEIER, Clarissa Sanfelice. Paisagem, sentidos e identidades no contexto estancieiro gaúcho: uma abordagem fenomenológica. In: **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. Volume 8, Número 1, Janeiro-Junho 2014, p. 95-127.

RAINBIRD, Paul. The Body and the Senses: Implications For Landscape Archaeology. In: DAVID, Bruno; THOMAS, Julian. **Handbook of landscape archaeology**. Routledge, 2016, p. 263-270.

RAPOPORT, Amos. **House Form and Culture**. London, Prentice-Hall, Inc, 1969.

_____. **The Meaning of the Built Environment: a nonverbal communication approach**. The University of Arizona Press, 1990.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo, Editora Perspectiva, 2000.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)**. – São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Isaac Cassemiro. **Família e povoamento na Comarca do Rio das Mortes: os “Ribeiro da Silva”, fronteiras, fortunas e fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)**. Dissertação (Mestrado em História) – São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei, 2014.

_____. **Morada de Casas: cultura material, domesticidade e mudanças sociais (Minas Gerais, Sabará – século XVIII)**. Tese (Doutorado em História) – Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

RIBEIRO, Loredana. Da praça à cozinha, passando pela sala de jantar: gênero, raça e classe na Pelotas no século XIX – e depois. In: **Vestígios** – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Volume 11, Número 2, Julho-Dezembro 2017, p. 77-105.

RODRIGUES, Marta Bonow. **“A vida é um jogo para quem tem ancas”**: uma arqueologia documental sobre mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Pelotas: Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

SCHNOOR, Eduardo. Das casas de morada à casa de vivenda. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo. (Orgs.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro : Topbooks, 1995, p. 31-62.

SCOTT, James C. **Domination and the arts of resistance: hidden transcripts**. Yale University, 1990.

SEABRA, Amanda Carolina de Sousa. Arqueologia da Arquitetura em uma ilha amazônica: o educandário Dr. Nogueira de Faria. In: **Vestígios** – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Vol. 14, N.º. 1, Jan-Jun 2020, p. 47-73.

SEGAUD, Marion. **Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

SENE, Glaucia Malerba; MORGADO, Andrea Jundi. Como comeram: das panelas à mesa. In: LIMA, Tania Andrade. (Org.). **Arqueologia Urbana: estudo de uma vizinhança no Rio de Janeiro oitocentista**. – Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020, p. 103-136.

SHANKS; TILLEY. **Re-Constructing Archaeology: Theory and Practice**. Routledge, 1992.

SILVA, Wlamir. **Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)**. - São Paulo : Aderaldo & Rothschild, Belo Horizonte, MG : Fapemig, 2009.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Donas mineiras do período colonial**. – São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

SINGLETON, Theresa A. Slavery and spatial dialectics on Cuban coffee plantations. In: **World Archaeology**, Vol. 33(1), 2001, p. 98-114.

SIQUEIRA, André Cruz Moreno; CARVALHO, Bianca Retes. As paredes que tem voz: história do Museu Histórico Abílio Barreto. In: **Rev. Arqueologia Pública**. Campinas, SP, 2015, p. 58-71.

SLENES, Robert W. “Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil. In: **Revista USP**, 12, 1992, p. 48-67.

_____. **Na senzala, uma flor.** Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil sudeste, século XIX. – 2ª ed. Corrig. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor:** identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro:** a pobreza mineira no século XVIII. – 5. ed. – Rio de Janeiro : Ouro Sobre Azul, 2017.

SOUZA, Marcos André Torres de. **Ouro Fino:** Arqueologia histórica de um arraial de mineração do século XVIII em Goiás. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias), Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2000.

_____. Uma outra escravidão: a paisagem social no engenho de São Joaquim, Goiás. In: **Vestígios** – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, Volume 1, Número 1, Janeiro-Junho de 2007, p. 59-92.

_____. A vida escrava portas adentro: uma incursão às senzalas do Engenho de São Joaquim, Goiás, século XIX. In: **Maracanan.** 7, 2011, p. 83-109.

_____. Ao pé do fogo: a paisagem social no interior de uma senzala oitocentista. In: MACEDO, Jackeline de; ANDRADE, Rubens de; TERRA, Carlos. (Org.). **Arqueologia da Paisagem:** novos valores, dilemas e instrumentais. 1ed. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012, p. 34-59.

_____. Behind Closed Doors: Space, Experience, and Materiality in the Inner Areas of Brazilian Slave Houses. In: **Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage.** Vol. 5, Nº 2, 2016, p. 147-173.

_____. Construindo biografias arqueológicas: um exame das trajetórias de dois escravocratas brasileiros. In: **Vestígios** – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, Volume 15, Número 2, Julho-Dezembro de 2021, p. 232-245.

STANCHI, Roberto Pontes. **Modernidade mas nem tanto:** o caso da Vila Operária da Fábrica Confiança, Rio de Janeiro, séculos XIX e XX. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

STEADMAN, Sharon R. Recent Research in the Archaeology of Architecture: Beyond the Foundations. In: **Journal of Archaeological Research.** Vol. 4, nº 1, 1996, p. 51-93.

_____. **Archaeology of Domestic Architecture and the Human Use of Space.** Routledge, 2016.

STEIN, Stanley J. **Vassouras um município brasileiro do café,** 1850-1900. Editora Nova Fronteira, 1990.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. **Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no Século XIX.** – Porto Alegre : EDIPUCRS, 1998.

_____; SOUZA, Marcos Andrés Torres de. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** v. 33, 2007, p. 215-243.

_____. O domínio da tática: práticas religiosas de origem africana nos Engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). In: **Vestígios** – Revista de Latino-Americana de Arqueologia Histórica, Volume 1, Número 2, Julho-Dezembro 2007, p. 07-36.

_____; GOMES, Flávio dos Santos. Iron Cosmology, Slavery, and social Control: The Materiality of Rebellion in the Coffee Plantations of the Paraíba Valley, Southeastern Brazil. In: **Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage.** Vol. 5, Nº 2, 2016, p. 174-197.

_____; GOMES, Flávio dos Santos. Rebeliões, ferreiros e cultura material: transcrições escondidas e a materialidade da resistência nas fazendas de café do Vale do Paraíba. In: SANTOS, Vanielécia Silva; SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; HOLL, Augustin. (Orgs.). **Arqueologia e história da cultura material na África e na diáspora africana**. Curitiba, PR: Brazil Publishing, 2019, p. 261-292.

_____; SOUZA, Marcos André Torres de. (Orgs.). **Arqueologia Histórica Brasileira**. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022.

TELLES, Augusto C. da Silva. Vassouras: estudo da construção residencial urbana. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N.º. 16, 1968, p. 9-136.

THIESEN, B. V. **As paisagens da cidade**: Arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX. Dissertação (Mestrado em História), PUCRS, Rio Grande do Sul, 1999.

THOMAS, Julian. Archaeology, Landscape and Dwelling. In: DAVID, Bruno; THOMAS, Julian. (eds.). **Handbook of Landscape Archaeology**. Routledge, 2016, p. 300-306.

THORNTON, John K. **A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico (1400-1800)**. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **A Cultural History of the Atlantic World (1250-1829)**. Cambridge University Press, 2012.

TILLEY, Christopher. **A Phenomenology of Landscape**: Places, Paths and Monuments. Berg Publishers, 1994.

_____. Do corpo ao lugar à paisagem uma perspectiva fenomenológica. In: **Vestígios** – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, Volume 8, Número 1, Janeiro-Junho de 2014, p. 24-62.

TOCCHETTO, Fernanda B. **Fica dentro ou joga fora?** Sobre práticas cotidianas na Porto Alegre moderna oitocentista. São Leopoldo, Oikos Editora, 2010.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. **Sobrados coloniais**: um tipo só?. In: **Cadernos do PROARQ**, v. 19, 2012, p. 194-211.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

UCKO, Peter J.; LAYTON, Robert. Introduction: gazing on the landscape and encountering the environment. In: UCKO, Peter J.; LAYTON, Robert. (Orgs.). **The Archaeology and Anthropology of Landscape**: Shaping your Landscape. Taylor & Francis e-Library, 2005, p. 01-20.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do Atlântico**: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das família proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

VAUTHIER, L. L. Casas de Residência no Brasil. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N.º. 7, 1943, p. 128-208.

WILKIE, Laurie A. Documentary Archaeology. In: HICKS, Dan; BEAUDRY, Mary C. (Eds.). **The Cambridge Companion to Historical Archaeology**. United Kingdom, Cambridge University Press, 2006, p. 13-33.

WOLF, Eric R. Distinguished Lecture: Facing Power – Old Insights, New Questions. In: **American Anthropologist**, 92, 1990, p. 586-596.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. **Maloqueiros e seus palácios de barro**: o cotidiano doméstico na casa bandeirista. Tese (Doutorado em Arqueologia), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005.

ZARANKIN, Andrés. Casa tomada: sistema, poder y vivienda domestica. In: ZARANKIN, Andrés; ACUTO, Felix A. (Org.). **Sed non Satiata: Teoria Social em la Arqueologia Latinoamericana Contemporanea**. 1ed., v. 1, Buenos Aires: Del tridente, 1999a, p. 239-272.

_____. Arqueologia de la Arquitectura: Another Brick in the Wall. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 3, 1999b, p. 119-128.

_____. **Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista. O caso de Buenos Aires**. Tese (Doutorado) – Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

_____. Arqueologia de la arquitectura, modelando al individuo disciplinado em la sociedade capitalista. In: **Revista de Arqueologia Americana**. Volume 22, Número 1 2003, p. 25-41.

_____; NIRO, C. La Materializacion del Sadismo: Arqueologia de la arquitectura de los centros clandestinos de detención de la dictadura militar Argentina (1976-1983). In: FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés. (Org.). **Arqueologia de la Represion y la Resistencia em America Latica (1960-1980)**. Cordoba: Encuentro, 2006, p. 159-182.

_____. Corpos congelados: uma leitura metafórica de paredes e muros em Belo Horizonte, MG. In: MACEDO, Jackeline de; ANDRADE, Rubens de; TERRA, Carlos. (Org.). **Arqueologia na Paisagem. Novos Valores, dilemas e instrumentais**. 1.ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012, p. 18-33.

_____. Los guardianes del capital: Arqueología de la arquitectura de los bancos de Buenos Aires. In: ACUTO, Félix A.; ZARANKIN, Andrés. (Org.). **Sed Non Satiata II: acercamientos sociales em la arqueologia latinoamericana**, - 1ª ed. – Córdoba : Encuentro Grupo Editor, 2016, p. 325-339.

_____; FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia de la Arquitectura, una mirada desde América del Sur. In: **Arqueologia de la Arquitectura**. V. 17, 2020, p. 1-13.

ANEXOS

TABELAS

Transcrição do domicílio de Ferreira Lopes (Lista Nominativa de 1831).

Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação
Francisco de Paula Ferreira Lopes	38	branco	Casado	livre	loja e mineração
Marianna Brazilica Ferreira	26	branco	Casado	livre	
Gaspar	14	branco	Solteiro	livre	estudante
Anna	15	branco	Solteiro	livre	rendeira
Barbara	13	branco	Solteiro	livre	costureira
Francisco	12	branco	Solteiro	livre	na escola
Maria	9	branco	Solteiro	livre	na escola
Iria	8	branco	Solteiro	livre	na escola
Marianna	6	branco	Solteiro	livre	na escola
Joaquim	26	africano/preto	Casado	escravo	pagem
Maria	22	crioulo	Casado	escravo	mucama
Joaquim	5	crioulo	Solteiro	escravo	
Rita	2	crioulo	Solteiro	escravo	
Jacincto	2	crioulo	Solteiro	escravo	
Thereza	11	africano/preto	Solteiro	escravo	costureira
Francisco	28	africano/preto	Solteiro	escravo	pedreiro
Justo	48	crioulo	Solteiro	escravo	mineração
Francisco	54	africano/preto	Solteiro	escravo	mineração
João	24	crioulo	Solteiro	escravo	mineração
Miguel	30	africano/preto	Solteiro	escravo	mineração
Luis	25	africano/preto	Solteiro	escravo	mineração
Miguel	22	africano/preto	Solteiro	escravo	mineração
Joaquim	22	africano/preto	Solteiro	escravo	mineração
Joaquim	23	africano/preto	Solteiro	escravo	mineração
Jose	18	africano/preto	Solteiro	escravo	mineração
Paulo	24	africano/preto	Solteiro	escravo	mineração
Ventura	15	africano/preto	Solteiro	escravo	mineração
Domingos	24	africano/preto	Solteiro	escravo	mineração
Jose	33	africano/preto	Solteiro	escravo	mineração
Jose	36	africano/preto	Solteiro	escravo	mineração
Ignacia	11	crioulo	Solteiro	escravo	fiadeira
Lucia	20	africano/preto	Solteiro	escravo	cozinheira
Bebiana	24	crioulo	Solteiro	escravo	lavadeira
Jesoina Claudiana de Vilhena	19	branco	Solteiro	livre	rendeira
João Pedro Ferreira Lopes	47	branco	Solteiro	livre	caixeiro
Antonio Joaquim da Costa	19	branco	Solteiro	livre	caixeiro
Henrique Goiliens	32	branco	Solteiro	livre	sapateiro

Fonte: Poplin Minas-1830 UFMG.

Listagem de cargos, títulos e patentes de Francisco de Paula Ferreira Lopes ao longo do século XIX a partir do amplo corpo documental.

Título/Cargo/Patente/Ocupação:	Primeira Menção:	Menções Posteriores:
Tenente de Milícias	1815	1820, 1822, 1823, 1824
Procurador	1817	-
Secretário (Diretoria da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmelo)	1820	-
Vereador	1822	1827
Capitão de Milícias	1822	1823, 1824, 1825
Mercê do Hábito da Ordem de Cristo	1823	-
S.M.	1826	-
Tenente Coronel	1828	1831
Eleitor da Vila da Campanha da Princesa	1828	-
Suplente à Juiz de Paz	1829	1832
Presidente da Câmara	1831	1832, 1833
Vereador da Câmara	1831	1832
“Loja e mineração”	1831	-
Tesoureiro e sócio da Sociedade Filantrópica da Vila da Campanha	1832	-
Juiz de Fora	1832	-
Sócio efetivo da Sociedade Promotora da Instrução Pública	1832	-
Major do Batalhão da Paróquia da Vila da Campanha da Princesa	1832	-
Comandante Superior da Guarda Nacional	1833	1836, 1839, 1840, 1841, 1844, 1845, 1846
Juiz Municipal e de Órfãos	1833	1858, 1863, 1880
Presidente da Sociedade Defensora Campanhense	1833	-
Coronel	1834	1835, 1844, 1845, 1855, 1864
Deputado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais	1835-1837	-
Secretário (Construção da Santa Casa da Misericórdia)	1836	-
Acionista da Companhia Industrial Mineira	1840	-
Oficial da Ordem da Rosa	1845	-
Secretário (Construção da Santa Casa da Misericórdia)	1851	-
Comendador (Ordem da Rosa)	1854	1855, 1863, 1874
Diretor e Secretário (Construção do Teatro)	1854	1855
Delegado da Polícia de Campanha	1859	1860
Negociante de Fazendas Secas	1864	-
Proprietário	1874	-
1º Suplente de Justiça e Juiz municipal	1880	1884

Registros de batismos (século XIX).

PADRINHO:	MADRINHA:	CÓNJUGE:	BATIZANDO:	PAI:	MÃE:	ANO:	CÓD.:
FRANCISCO PAULA FERREIRA OPES	JOAQUINA MARIA TRANTE	-	MARIA	DOMINGOS FERREIRA LOPES	MARIA JORGE	1815	407
JOAO MACHADO (PADRE)	ANA	FRANCISCO PAULA FERREIRA LOPES	JOAO	ANTONIO BORGES	ANA SOUSA	1820	307
FRANCISCO PAULA FERREIRA LOPES	MARIANA CANDIDA FERREIRA VILHENA	-	JOAO	MATIAS ANTONIO MEIRELES VILHENA	ESCOLASTICA JOAQUINA OLIVEIRA	1832	328
FRANCISCO PAULA FERREIRA LOPES	-	-	FRANCISCO	-	MARIA RUFINA	1843	378
FRANCISCO PAULA FERREIRA LOPES	MARIA DO CARMO EUZEBIA FONSECA	-	JOSE	JOAO CESARINO	MARIANNA BARBARA GENEROSA TRANT	1861	410

Fonte: CEMEC/SM.

